

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

LAURO ALLAN ALMEIDA DUVOISIN

**Os intelectuais orgânicos do capital financeiro internacional: um estudo da trajetória
dos “pais” do Plano Real no Brasil**

Porto alegre

2020

LAURO ALLAN ALMEIDA DUVOISIN

Os intelectuais orgânicos do capital financeiro internacional: um estudo da trajetória dos “pais” do Plano Real no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Dr. Leonardo Granato

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Duvoisin, Lauro Allan Almeida

Os intelectuais orgânicos do capital financeiro internacional: um estudo da trajetória dos "pais" do Plano Real no Brasil / Lauro Allan Almeida Duvoisin.

-- 2020.

243 f.

Orientador: Leonardo Granato.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Intelectual orgânico. 2. Hegemonia. 3. Plano Real. 4. Neoliberalismo. 5. Capital financeiro. I. Granato, Leonardo, orient. II. Título.

LAURO ALLAN ALMEIDA DUVOISIN

**Os intelectuais orgânicos do capital financeiro internacional: um estudo da trajetória
dos “pais” do Plano Real no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor em Ciência Política.

Porto Alegre, 15 de maio de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leonardo Granato – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dr.^a Sara da Silva Freitas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Em memória à prof^a. Dr^a. Sonia Maria Ranincheski.

Agradecimentos

Foram quatro anos dedicados ao estudo, elaboração e escrita que deram origem a esta tese. Inevitavelmente contei direta e indiretamente com a contribuição de muitas pessoas para que este resultado tenha sido possível.

Em especial, agradeço à oportunidade de ter sido orientado pela prof^a Dr^a Sonia Maria Ranincheski a quem dedico esta tese. Eu só vim a conhecê-la no início do doutorado, em 2016. Convivemos poucos anos. O que posso dizer é que ela era uma pessoa apaixonada pelo conhecimento. E certamente era uma professora, visivelmente adorava o ofício de ensinar. Até o momento de sua partida, Sonia foi a minha interlocutora mais direta e presente. Discutimos e discutimos o objeto, o embasamento teórico e as possibilidades empíricas desta pesquisa. Mesmo depois, posso dizer que ela seguiu sendo indiretamente minha interlocutora, porque enquanto eu escrevia, pensava: “O que será que a Sônia acharia dessa parte?”. Só tenho a agradecer pelos ensinamentos que dela recebi. Ainda assim, estou consciente de que quaisquer erros ou imprecisões que este trabalho contenha são de única e exclusiva responsabilidade minha.

Quero agradecer também ao meu orientador, prof. Dr. Leonardo Granato, que prontamente aceitou orientar-me num momento difícil. Felizmente, além de ele ter participado da banca de qualificação desta tese, havia afinidade teórica entre nós pois já vínhamos compartilhando interessantes discussões sobre a teoria marxista do Estado e suas particularidades na América Latina. Agradeço tanto a sua dedicação em contribuir com esta tese quanto a compreensão de aceitar orientar um trabalho já em andamento ao qual deu completa liberdade para ser finalizado.

Sou grato por ter tido a oportunidade de realizar o doutorado com uma bolsa de estudos concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, em especial aos professores com os quais tive a oportunidade de apreender. Agradeço aos colegas com os quais pude compartilhar esta etapa da minha formação profissional, em especial a Flávio Marcelo Busnello e Leonardo Bacher Medeiros, e aos servidores públicos da universidade, em especial a Lucas Dias, sempre disposto a resolver qualquer problema demandado.

Por fim, agradeço à minha companheira Viviane Camejo, que desde o início incentivou-me a realizar o doutorado e que dedicou seu tempo a revisar o texto final.

Resumo

Esta tese dedica-se a analisar a trajetória de seis economistas brasileiros que participaram da elaboração do Plano Real: Edmar Lisboa Bacha, Pedro Sampaio Malan, Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, André Pinheiro de Lara Resende, Pécio Arida e Gustavo Henrique de Barroso Franco. O recorte temporal da pesquisa é o período que vai dos anos 1960 até 1994. Enfoca-se a formação e a atuação profissional destes economistas. A análise baseia-se no método prosopográfico. Parte-se do questionamento sobre a relação deste grupo com as classes fundamentais da sociedade num contexto de mudança de hegemonia no Brasil. Desde 1964 o Brasil viveu diferentes fases: o auge da hegemonia liderada pela fração industrial estrangeira que caracterizou o “milagre” econômico, a crise deste esquema após 1974 e a ascensão da nova fração financeira internacional com o agravamento da questão da dívida externa a partir de 1979. A hipótese desenvolvida nesta tese é a de que ao longo de sua formação e atuação profissional estes seis economistas se constituíram como intelectuais orgânicos do capital financeiro internacional, trabalhando em torno da construção de um novo arranjo hegemônico no Brasil. Neste sentido, a elaboração das teorias inercialistas a respeito da inflação brasileira bem como a participação destes economistas no Plano Cruzado fizeram parte de um processo de elaboração ideológica e construção política que visava erigir a estabilidade monetária como valor comum da sociedade.

Palavras-chaves

Intelectual orgânico; Hegemonia; Plano Real; Neoliberalismo; Capital financeiro; Financeirização.

Abstract

The thesis is dedicated to analyzing the trajectory of six Brazilian economists who participated in the elaboration of the Real Plan: Edmar Lisboa Bacha, Pedro Sampaio Malan, Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, André Pinheiro de Lara Resende, Pécisio Arida and Gustavo Henrique de Barroso Franco. The temporality of the research covers the period from the 1960s until 1994, focusing on the training and professional performance of these economists. The analysis is based on the prosopographic method. It starts with the question of what is the relationship of this group with the fundamental classes of society in a context of changing hegemony in Brazil. Since 1964 Brazil has gone through different phases: the height of hegemony led by the foreign industrial fraction that characterized the economic “miracle”, the crisis of this scheme after 1974 and the rise of the new international financial fraction with the worsening of the external debt issue from 1979. The hypothesis developed in this thesis is that throughout their training and professional performance, these six economists constituted themselves as organic intellectuals of international financial capital, working around the construction of a new hegemonic arrangement in Brazil. In this sense, the elaboration of the inertial theories about Brazilian inflation as well as the participation of these economists in the Cruzado Plan were part of an ideological elaboration and political construction process that aimed to erect monetary stability as a common value of Society.

Keywords

Organic intellectual; Hegemony; Real Plan; Neoliberalism; Financial capital; Financialization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Cronologia das datas de nascimento dos “pais” do Plano Real (1942 – 1956).....	100
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Brasil: Dívida externa bruta – 1950 – 1973 (US\$ Bilhões)	77
GRÁFICO 2 - Participação dos grupos A, B1, B2, C e D na renda total anual, 1960 e 1970 (%)	81
GRÁFICO 3 - Riqueza fictícia (estoque mundial de ativos financeiros) e renda real mundial (PNB) US\$ trilhões.....	87
GRÁFICO 4 - Evolução da absorção de poupança externa e da taxa de formação bruta de capital fixo (FBKF) no período de 1955 – 2006	88
GRÁFICO 5 - Brasil: evolução da relação da dívida externa com o Produto Interno Bruto (PIB) e da variação do PIB e da taxa de inflação (IGP) em anos selecionados (em %).....	90

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Formação acadêmica de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco	121
QUADRO 2 - Atuação profissional de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco até 1986 discriminada segundo a área	137
QUADRO 3 - Produção de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco sobre inflação nos Textos para Discussão entre 1979 e 1986	164
QUADRO 4 - Produção dos intelectuais sobre inflação nos Textos para Discussão entre 1987 e 1989	204
QUADRO 5 - Atuação profissional de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco entre 1986 e 1994 discriminada segundo a área	213

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Ano de criação de empresas governamentais em nível federal, estadual e municipal	75
---	----

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP	Comissão Nacional de Estabilização de Preços
COPAG	Comissão para o Plano de Governo
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EPGE - FGV	Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FI	Finlândia
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIPE – USP	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FR	França
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE – FGV	Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas
IGP	Índice Geral de Preços
IIE	<i>Institute for International Economics</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK	Juscelino Kubitschek
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>

OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORTN	Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PhD	<i>Philosophiæ Doctor</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
I PND	Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SWI	Suíça
UDN	União Democrática Nacional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UK	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
UnB	Universidade de Brasília
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URV	Unidade Real de Valor
USA	Estados Unidos da América
USP	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Apresentação do problema.....	14
1.2 Delimitação do objeto	24
1.3 Metodologia	25
1.4 Fontes.....	27
1.5 Divisão de capítulos.....	28
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITOS OPERACIONALIZADOS	31
2.1 Frações da classe dominante.....	32
2.2 Hegemonia	39
2.3 Hegemonia em escala microssocial	45
2.4 A dimensão ideológica da hegemonia	48
2.5 Intelectual orgânico.....	51
2.6 Intelectuais orgânicos, hegemonia e política econômica.....	58
3 FRAÇÕES BURGUESAS, HEGEMONIA E POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL	61
3.1 A hegemonia da fração industrial nacional nas décadas de 1930 e 1940	63
3.2 A crise de hegemonia dos anos 1950 e 1960	67
3.3 A hegemonia do capital industrial estrangeiro entre 1964 a 1974.....	70
3.4 A política econômica entre 1964 e 1974.....	78
3.5 A crise da hegemonia do capital industrial estrangeiro entre 1974 e 1979	81
3.6 A hegemonia experimental do capital financeiro internacional entre 1979 e 1989	85
3.7 A política econômica entre 1979 e 1989.....	89
3.8 A consolidação do arranjo hegemônico neoliberal entre 1990 e 1994	96
4 TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS: INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E IDEOLÓGICAS	100
4.1 Edmar Lisboa Bacha.....	101
4.2 Pedro Sampaio Malan	105
4.3 Francisco Lafaiete de Pádua Lopes	109
4.4 André Pinheiro de Lara Resende	112
4.5 Pérsio Arida	114
4.6 Gustavo Henrique de Barroso Franco.....	116
4.7 Análise do perfil formativo do grupo	118
4.8 Conclusões	127
5 A CONFORMAÇÃO DO INTELECTUAL COLETIVO	129
5.1 O lugar da PUC-Rio no espaço acadêmico dos economistas	129
5.2 Laços profissionais e condição de classe	137
5.3 Conclusões	141

6 A QUESTÃO DA INFLAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 1980 ..	143
6.1 Teoria econômica, política anti-inflacionária e interesses de classe.....	145
6.2 Articulação internacional	151
6.3 Os intelectuais orgânicos frente à crise da dívida externa e ao ajuste recessivo	155
6.4 Os intelectuais e as teorias inercialistas	161
6.5 Conclusões	176
7 1986: O PLANO CRUZADO E O PROGRAMA OCULTO DOS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS	178
7.1 Formação da equipe econômica do governo Sarney.....	180
7.2 A preparação do Plano Cruzado	182
7.3 O posicionamento dos intelectuais orgânicos nas disputas do Plano Cruzado...	186
7.4 O programa oculto dos intelectuais orgânicos	192
7.5 Conclusões	199
8 1986 – 1994 - DO PLANO CRUZADO AO PLANO REAL	202
8.1 A atualização do debate sobre a inflação brasileira	204
8.2 Laços profissionais e condição de classe	210
8.3 A atuação política dos intelectuais de 1986 a 1994	215
9 CONCLUSÕES	221
REFERÊNCIAS.....	227

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Este trabalho foi fruto de uma pesquisa que buscou realizar uma análise sobre a trajetória e o papel de um pequeno grupo de economistas brasileiros. Pode-se dizer, de certa forma, que foi um esforço arqueológico para compreender algumas tendências históricas que conformaram parte da intelectualidade econômica do nosso país. São eles Edmar Lisboa Bacha, Pedro Sampaio Malan, Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, André Pinheiro de Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Henrique de Barroso Franco. A análise abrangerá o período que vai aproximadamente de meados dos anos 1960 a meados da década de 1990.

A motivação inicial foi a de compreender de que forma e em que momento este conjunto de economistas brasileiros passou a defender a necessidade e a viabilidade de aplicação do projeto econômico conhecido como neoliberalismo. O ponto de partida que levou a este questionamento foi a participação destes economistas na elaboração do Plano Real lançado em 1993 e no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003).

Como se sabe, o Plano Real ficou conhecido mundialmente como uma experiência original de sucesso no enfrentamento do problema inflacionário pelo qual o Brasil vinha passando desde os anos 1980. A instabilidade econômica destacou-se como uma característica central do nosso processo de redemocratização, assim como nos de muitos outros países da América Latina. Antes do Plano Real houve seis planos de estabilização que fracassaram em sequência a partir do Cruzado lançado em 1986. Em 1993, a inflação acumulada ao ano chegava a 2.400% (FILGUEIRAS, 2001, p. 155). Em maio do referido ano, Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda do governo Itamar Franco (1992 – 1995). Ele era o quinto Ministro no cargo em menos de um ano, o que revela a enorme instabilidade que envolvia a política econômica do governo. Em contraste, em 1996, depois de finalizada a transição monetária entre o Cruzeiro Real e o Real, a inflação estabilizou-se num patamar anual inferior a 10% (FILGUEIRAS, 2001, p. 155), demonstrando o resultado positivo alcançado pelas medidas implementadas. Sinal da estabilidade alcançada é o fato de que os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) tiveram um único Ministro da Fazenda, Pedro Malan.

O Plano Real está fortemente relacionado à implantação do programa econômico neoliberal no Brasil iniciado em 1990 com a chegada de Fernando Collor de Mello à Presidência. Ao longo daquela década, para a qual o final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique em 1999 pode ser tomado como ponto de corte, viveu-se um período conturbado de implantação e consolidação do neoliberalismo com mudanças substantivas nas funções e papéis desempenhados pelo Estado.¹

Deve-se considerar que a troca de moeda e o controle inflacionário almejados pelo Plano Real foram, de fato, apenas uma parte de um conjunto de medidas de alcance estrutural realizado ainda no final do interregno do governo Itamar Franco (1992 – 1995) e no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1999) que visavam, segundo o próprio presidente Cardoso, acabar com a herança da Era Vargas (1930 – 1945) no Brasil (SALLUM JÚNIOR, 2003). Neste sentido, o alcance do Plano Real foi mais amplo que apenas o controle inflacionário.

Pode-se dizer ainda que há uma continuidade de projeto que perpassou a década de 1990. No meio do caminho encontra-se o Plano Real como momento-chave de consolidação do neoliberalismo no Brasil que, por diversas razões de ordem econômica e política, não foi lograda por Collor. Dentro do leque de medidas implementadas em fins do governo Itamar Franco (1992 – 1995) e ao longo do governo Cardoso (1995 – 2003) justifica-se a sua caracterização como um período de avanço neoliberal. Cardoso deu continuidade ao processo de privatizações de empresas estatais, aprofundou a abertura comercial do mercado interno à concorrência internacional, levou a cabo a desregulamentação financeira, reorganizou o sistema bancário, centralizou as finanças estatais, realizou uma reforma administrativa no setor público e instituiu um leque de políticas econômicas anti-inflacionárias de cunho monetarista e recessivo. Isto tudo representou uma mudança no papel do Estado, que de suas funções empresariais e intervencionistas passou a ter uma função muito mais reguladora (ABU-EL-HAJ, 2005). A título de exemplo vale dizer que de 1991 a 1997 56 empresas públicas foram privatizadas (ALMEIDA, 2010, p. 344). As mudanças no sistema bancário incluíram a privatização dos bancos estaduais, a abertura do sistema para os bancos estrangeiros e a desregulamentação das regras existentes. Como consequência, se produziu um parco crescimento econômico, altas taxas de desemprego, desindustrialização, aumento da

¹ O conceito de “Estado” empregado neste trabalho embasa-se na perspectiva gramsciana. Por Estado o intelectual italiano compreendia o conjunto de aparados privados e públicos responsáveis por viabilizar a direção intelectual, moral e política da sociedade, através do exercício da coerção e do consenso, garantindo a submissão das classes dominadas. Sobre concepção gramsciana de Estado ver Buci-Glucksmann (1980).

vulnerabilidade externa e enfraquecimento da capacidade de intervenção do Estado como agente indutor do desenvolvimento econômico.

Os seis economistas que analisamos participaram ativamente deste processo. Edmar Bacha foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1995. Pedro Malan foi presidente do Banco Central do Brasil (BACEN) em fins de 1993 e ao longo de 1994. Em 1995, Malan assumiu o Ministério da Fazenda, cargo que ocupou por oito anos consecutivos. Francisco Lopes foi diretor de política econômica e de política monetária do Banco Central, de 1995 a 1999, e, também, foi presidente do Banco Central por alguns dias em janeiro de 1999. André Lara Resende foi assessor especial da Presidência da República em 1995 e, em 1998, ocupou o cargo de presidente do BNDES. Pérsio Arida foi presidente do BNDES entre 1993 e 1995 e presidente do Banco Central durante o primeiro semestre de 1995. Gustavo Franco foi presidente do Banco Central entre dezembro de 1994 e janeiro de 1995 e depois novamente entre 1997 e 1999. Todos eles, portanto, estiveram em algum momento no primeiro escalão dos postos de comando que definem a política econômica brasileira. É evidente que a sua participação ativa na formulação e execução da política econômica do presidente Cardoso revela que eles estavam alinhados e comprometidos com as diretrizes gerais daquele governo.

Além disso, o roteiro neoliberal foi defendido abertamente por estes intelectuais. Quando assumiu a presidência do BACEN, Pérsio Arida argumentou que era necessário enxugar as regras que regulavam os bancos, pois segundo ele “a regulamentação excessiva, ao invés de proteger, fragiliza o ente regulado por privá-lo do salutar estímulo à competição” (BRANDÃO, 2013, p. 175). André Lara Resende, por sua vez, defendeu ideias similares. Em entrevista ele argumentava:

Acho que o mercado competitivo é uma concepção extremamente poderosa como mecanismo de transmissão de informação e como forma de organização da produção. Até que provem o contrário, não há um substituto à altura. Só que, ao contrário do que pretende o liberalismo ingênuo e tosco, é uma concepção extremamente artificial. Do puro *laissez-fair* só decorre barbárie e violência. O mercado competitivo é fruto do Iluminismo, dos direitos individuais, das ações democráticas, do direito de propriedade, da ordem jurídica e do respeito aos contratos. É uma sofisticadíssima e artificial concepção. Nada mais estúpido do que defender a eliminação do Estado. A organização econômica não pode prescindir do Estado, é preciso haver um arcabouço institucional que permita aproximarmo-nos desse ideal-tipo nunca plenamente realizável na prática que é o mercado competitivo. Portanto, o papel das instituições e do Estado é fundamental.

Isso não significa que o Estado deva atuar diretamente como produtor de bens e serviços na economia. O Estado já comprovou ser extremamente ineficiente nessa tarefa. Dá margem a todo tipo de apadrinhamento, à corrupção, ao corporativismo etc. A atuação de um Estado que entende o mercado competitivo e intervém para corrigir aquilo que significa um desvio em relação ao ideal-tipo do mercado competitivo é completamente diferente (RESENDE, 1996, p. 316).

Em agosto de 1999, ao fazer um balanço do processo de privatizações, Gustavo Franco dizia que “As empresas estatais eram, e continuam sendo uma influência perniciosa sobre as finanças públicas” (O Estado de São Paulo, 29/08/1999). Seguindo o espírito afeito à desregulamentação, em 1994 Edmar Bacha reivindicava a desconstitucionalização de temas como o sistema tributário, a privatização, a previdência, o funcionalismo, as regras fiscais e o mercado de trabalho (Folha, 20/09/1994). Ou seja, eles estavam propondo uma profunda mudança no papel do Estado, que deveria deixar de imiscuir-se diretamente como agente da vida econômica e deveria ater-se a regulamentar as relações de mercado e garantir os direitos dos agentes privados. Todos eles defendiam a centralidade de uma economia orientada pela dinâmica de mercado, aberta à concorrência internacional e com livre circulação de capitais. Nesse sentido, o Plano Real era apenas uma peça dentro do grande “quebra-cabeças” que previa o lugar do Brasil dentro da nova ordem econômica pós-Guerra Fria:

Poucos ainda têm dúvidas de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, integre a grande família dos planos de estabilização discutidos da reunião de Washington onde o Brasil esteve representado pelo ex-ministro Bresser Pereira. E aí se inscreve não apenas por haver sido formulado por um grupo paradigmático de *technopols*, mas por sua concepção estratégica de longo prazo, anunciada por seus autores, desde a primeira hora, como condição inseparável de seu sucesso no curto prazo: ajuste fiscal, reforma monetária, reformas liberalizantes, desestatizações, etc., para que só depois de restaurada uma economia aberta de mercado possa dar-se então a retomada do crescimento. Neste sentido, os seus *technopols*, como bons aprendizes, sabem que a dolarização inicial da economia será sempre um artifício inócuo se não estiver assegurada por condições de poder inalteráveis por um período prolongado de tempo. Desde este ponto de vista, aliás, o Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito de reformas preconizadas pelo Banco Mundial (FIORI, 1997, p. 14).

Este processo de reorganização das funções do Estado e o perfil da política econômica do governo seguiram, na verdade, um determinado roteiro. Ele traduzia um programa econômico bem preciso e coerente a ser aplicado em todos os países latino-americanos. Isto se deu a partir do chamado Consenso de Washington sistematizado por John Williamson em 1989 (WILLIAMSON, 1990) que resumiu um conjunto de diretrizes que os diversos governos deveriam seguir com o objetivo de criar um ambiente institucional atrativo e seguro para o almejado retorno dos investimentos externos que desde a crise dos anos 1970 sofriam severas restrições. As orientações de Williamson podem ser resumidas em oito pontos essenciais: 1) necessidade de disciplina fiscal por parte dos governos, com preferência pela redução de gastos em detrimento do aumento de arrecadação; 2) Taxas de juros reguladas pelo mercado, mas de preferência moderadamente positivas; 3) Taxas de câmbio reguladas pelo mercado e

competitivas para os países que desejam atrair capitais; 4) Liberalização das importações; 5) Incentivo ao investimento direto estrangeiro; 6) Privatizações de empresas estatais; 7) Desregulamentação de regras que podem estar “travando” os investimentos; 8) Garantias rígidas ao direito de propriedade (WILLIAMSON, 1990).

Como observaram diversos autores, o programa defendido pelo Consenso de Washington pode ser caracterizado, de maneira geral, como tendo fundamentos neoliberais (HARVEY, 2011; OLIVEIRA, 2006; VELTMEYER; PETRAS; VIEUX, 1997). O termo neoliberal aqui carrega um sentido amplo. Embora as escolas do pensamento neoliberal existam desde os anos 1940 e ainda que subsistam certas diferenças entre elas (PUELLO-SOCARRÁS, 2008), um eixo comum as unifica. Este refere-se a uma perspectiva baseada em determinados pressupostos segundo os quais o modelo mais adequado para o funcionamento da economia é aquele fundamentado na supremacia das leis de mercado frente à regulamentação estatal. Assim, exalta-se o potencial autorregulatório do mercado e, em contrapartida, condena-se os distúrbios que a intervenção estatal direta em assuntos econômicos produz (ANDERSON, 1995; HARVEY, 2011). Ou seja, pode-se notar que as orientações do Consenso de Washington tinham como principal alvo enfraquecer o poder do Estado nacional de mediar as relações entre os agentes econômicos internos e o contexto externo, fazendo com que as forças do mercado atuassem livremente desde o plano internacional até o interior do território. Para isso, seria necessário reduzir a participação direta do Estado como agente produtor e como agente de defesa das classes produtoras internas contra a concorrência externa, abrindo os mercados nacionais e derrubando barreiras que impediam a concorrência global direta e, sucessivamente, criando um ambiente institucional adequado à disseminação da confiança e da estabilidade necessários ao livre movimento do capital.

Portanto, há uma convergência de diagnósticos e propostas de solução para os problemas existentes entre o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) e o Consenso de Washington. No mesmo sentido, o vínculo dos seis economistas estudados com aquele governo não esconde a sua sintonia com essas diretrizes.

Porém, logo que iniciei a pesquisa, percebi que a questão norteadora estava mal colocada. Afinal, eu não estava interessado apenas em descobrir em que momento de sua trajetória aqueles seis economistas haviam aderido ao ideário neoliberal. Para além da forma que o projeto econômico havia assumido, na verdade, o meu interesse de fundo era entender quando eles haviam passado a representar os interesses do capital financeiro internacional. As duas preocupações tem algum grau de relação, mas levam necessariamente a pesquisas

diferentes. Afinal, se o foco da pesquisa fosse o neoliberalismo, eu teria que enfrentar primeiramente o debate sobre os diferentes significados que este termo carrega além de verificar em que medida a experiência brasileira seguiu o modelo proposto internacionalmente. Sabe-se que o termo neoliberalismo é empregado para definir ao mesmo tempo uma ideologia, um programa econômico, um período histórico, uma nova governabilidade, dentre outras questões. Sabe-se também que isto que se denomina genericamente como “neoliberalismo” abrangeu experiências históricas nacionais muito distintas, tornando perigosas generalizações excessivas (VELASCO CRUZ, 2007). Por isso, ao iniciar a pesquisa pareceu cada vez mais necessário ir além de entender quando foi que os seis economistas brasileiros em questão aderiram às ideias neoliberais. Percebeu-se que mais importante do que o neoliberalismo enquanto forma específica de expressão de um conjunto de interesses, seria necessário compreender como se moveu a fração da classe dominante que carregava estes interesses. Afinal, a despeito da polissemia que o conceito de neoliberalismo carrega, há em comum o fato de que as diferentes definições do termo concordam que este processo esteve fortemente ligado a uma etapa específica de internacionalização do capitalismo, à emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro (CHESNAIS, 2002). Por isso, optou-se por realizar uma análise de duração mais longa, contemplando a atuação daquele grupo de economistas ao longo de diferentes conjunturas da história brasileira.

Esta fração de classe que chamamos de capital financeiro internacional é em certa medida nova. Vale salientar que ela não deve ser confundida com o capital financeiro no sentido em que Hilferding e Lenin o utilizaram (HILFERDING, 1963; LENIN, 2010) para designar o processo de articulação do capital bancário e do industrial nas primeiras décadas do século XX. Ainda que o capital financeiro internacional tenha uma história mais longa, para a análise que propomos aqui convém delimitá-lo como um fenômeno mais recente que emergiu no último terço do século XX. O capital financeiro internacional é uma fração burguesa que se desenvolveu no capitalismo contemporâneo a partir do processo de financeirização (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). Ele é o resultado do desdobramento da valorização do capital numa esfera articulada à produção de mercadorias, mas que se dá de maneira relativamente autônoma sob a forma de capital fictício e tem fortes características rentistas. Devido ao fato de seus interesses não estarem diretamente ligados ao mundo da produção industrial, o capital financeiro internacional tem fortes traços especulativos e parasitários (NAKATANI; CARCANHOLO, 1999), sendo favorecido pelo potencial de mobilidade global que a desregulamentação dos mercados nacionais propiciou nas últimas décadas.

A financeirização foi viabilizada pela ruptura dos agentes financeiros com o padrão ouro estabelecido pelo acordo de Bretton Woods depois da II Guerra Mundial. Embora tenha se iniciado anos antes, o ano de 1979 pode ser tomado como marco de tal ruptura, pois nesta ocasião o presidente do Banco Central norte-americano, Paul Volcker, elevou de forma brusca e unilateral a taxa de juros dos Estados Unidos, alterando toda a dinâmica do sistema financeiro existente. Isto representou a libertação do capital financeiro internacional das amarras que garantiam um mínimo controle por parte dos Estados nacionais. A partir daí, o capital na sua forma monetária encontrou condições de mobilidade sem precedentes, cuja volatilidade foi motivadora de uma sequência de crises. A diplomacia do dólar reforçou a supremacia econômica dos Estados Unidos em escala global (TAVARES, 1997), submetendo diferentes nações do mundo aos interesses da fração financeira internacional.

Este processo representou também uma mudança nas relações entre regiões centrais e periféricas do capitalismo mundial. Segundo Harvey, este processo significou “a restauração do poder a uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural” (HARVEY, 2011, p. 38). Se até fins dos anos 70 estas relações sustentavam-se na possibilidade de um desenvolvimento econômico compartilhado, possibilitado pela absorção do excesso de capitais dos centros pela periferia, tal condição se inverteu, forçando os países devedores a despenderem uma parcela crescente de seus recursos internos para o pagamento dos juros e do serviço da dívida externa. Esta inversão que se materializou na crise da dívida de início dos anos 1980 representava a apropriação do excedente econômico produzido na periferia pelos países centrais através de mecanismos financeiros novos.

Assim, ao diagnosticar esta estreita relação entre o neoliberalismo, em suas diferentes formas de expressão, e o capital financeiro internacional, o problema que orienta este trabalho é compreender em que medida aqueles seis economistas brasileiros atuaram ao longo de sua trajetória em sintonia com os interesses do capital financeiro internacional.

Antes de apresentar a hipótese, cabe uma advertência. Se fosse feita uma associação obrigatória entre os interesses do capital financeiro internacional e o neoliberalismo, a resposta ao problema de pesquisa formulado basear-se-ia na constatação de uma mera continuidade ou ruptura. Ou seja, ao contatar que estes seis economistas não tinham ainda aderido a uma visão neoliberal, poderia se concluir que eles ainda não representavam os interesses da fração financeira internacional. Ao contrário, ao constatar que estes seis economistas já houvessem

aderido ao pensamento neoliberal antes dos anos 1990, se concluiria que eles estavam vinculados há mais tempo aos interesses do capital financeiro internacional. Seguindo este raciocínio, como se vê, a pesquisa se tornaria relativamente simples, tratando-se de constatar em que momento aquele grupo aderiu a um programa de tipo neoliberal.

A resposta formulada e apresentada aqui na forma de uma hipótese de pesquisa é mais complexa, como em geral tende a ser a vida real. Para compreender o alcance da reflexão aqui proposta, tomemos o exemplo da política econômica. Atualmente, no Brasil tem-se ressaltado *grosso modo* a existência de um antagonismo entre dois perfis de política econômica: ortodoxia e heterodoxia.² Cada um deles estaria, por sua vez, vinculado a uma interpretação diferente sobre a dinâmica da economia capitalista atual. A política econômica de tipo ortodoxa, identificada com a concepção neoclássica, monetarista ou neoliberal teria como característica uma conduta baseada no princípio da austeridade. Esta política estatal, em geral, é associada aos interesses do capital financeiro internacional. Em contraste, apresenta-se a heterodoxia, defensora de medidas expansionistas e anticíclicas. Diferentemente da anterior, concebe-se este tipo de política como condizente com os interesses das frações internas da classe dominante, especialmente com os setores industriais. Ora, o argumento que se levanta neste trabalho é que esta ideia segunda a qual a oposição entre ortodoxia e heterodoxia refletiria um antagonismo entre um setor financeiro internacional e setores produtivos internos pode talvez ter validade nas décadas mais recentes mas, de forma alguma, pode ser universalizada para as conjunturas históricas passadas.

Com base nisso, o pressuposto de que se partiu é o de que o programa neoliberal, cujo fundamento é o pensamento econômico de tipo ortodoxo, é a forma mais desenvolvida que os interesses do capital financeiro internacional atingiram quando este encontrou condições históricas favoráveis para se expressar abertamente.³ Este foi o caso do Brasil durante os mandatos de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003). Contudo, os interesses do capital financeiro internacional aparecem também de formas menos desenvolvidas frequentemente estrangidas por fatores econômicos, ideológicos e políticos em certas conjunturas e são obrigados a disputar as orientações heterodoxas de política econômica. Foi exatamente este segundo caminho que assumiu a hegemonia do capital financeiro internacional no Brasil durante a década de 1980. As disputas conjunturais da nossa

² Para uma visão sintética sobre a oposição entre ortodoxia e heterodoxia no pensamento econômico ver (BIELSCHOWSKY, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2012; MOLLO, 2004).

³ Como exemplos pode-se citar o Chile sob a ditadura de Pinochet, a Grã-Bretanha durante o governo Thatcher, e os Estados Unidos durante a presidência de Ronald Reagan.

“década perdida” estiveram longe de caracterizar um rechaço ao capital financeiro internacional por parte das demais frações da classe dominante. No geral, diferente disso, pode-se afirmar que a contradição central deste período foi exatamente as sucessivas tentativas de gerir internamente a pressão externa imposta pelo capital financeiro internacional e as crises que o fracasso dessas tentativas produziram. Portanto, pode-se afirmar que a crise de hegemonia dos anos 1980 não se deveu à ausência de uma fração hegemônica no âmbito das classes dominantes e sim à incapacidade desta fração, e de seus intelectuais, de elaborar um arranjo hegemônico estável e duradouro.

Tendo em conta este entendimento, retoma-se o problema de pesquisa que questiona em que medida aqueles seis economistas brasileiros atuaram ao longo de sua trajetória em sintonia com os interesses do capital financeiro internacional. A tese desenvolvida ao longo deste trabalho é a de que estes economistas atuaram em sintonia com os interesses do capital financeiro internacional desde os anos 1980, na medida em que contribuíram para elaborar uma forma de hegemonia adequada para aquela fração de classe no Brasil, levando em conta as possibilidades e restrições da conjuntura e seus desdobramentos. Com isto, estes economistas podem ser corretamente definidos como intelectuais orgânicos do capital financeiro internacional uma vez que não apenas seguiram orientações correspondentes àqueles interesses como também, e principalmente, formularam uma estratégia original para a implementação desta hegemonia no Brasil.

Emprega-se aqui o conceito de intelectual orgânico no sentido desenvolvido por Antonio Gramsci (GRAMSCI, 1968, 1986, 1999a, 1999c, 1999b, 1999d). Para ele, os intelectuais orgânicos seriam aqueles indivíduos que atuam na sociedade civil e no Estado representando os interesses de uma classe ou fração de classe. Como pode-se aferir, portanto, o problema de pesquisa busca compreender o elo que liga os interesses de classe à atuação política.

Ao afirmar que os intelectuais orgânicos operacionalizam determinados interesses corre-se o risco de incorrer numa leitura excessivamente instrumentalista da atuação política. Uma apresentação simplificada deste processo pode levar ao entendimento de que há algo como uma fração de classe racional e consciente de si mesma que comanda a atuação dos intelectuais ao seu bel prazer.⁴ Nada mais distante da interpretação gramsciana do que uma simplificação deste tipo. O conceito de intelectual orgânico busca exatamente reestabelecer este elo sem

⁴ Rechaçamos esta perspectiva que foi desenvolvida a seu modo, na corrente do marxismo analítico, por Adam Przeworski (1985).

deixar de considerar o aspecto complexo que ele envolve. Deve-se levar em conta que no capitalismo as classes dominantes e suas frações agem abertamente ou de maneira subterrânea para impor seus interesses perante toda a sociedade. Isto não significa, no entanto, que cada movimento político possa ser identificado automática e mecanicamente como expressão de um determinado interesse. Utilizar a teoria desta forma produziria uma explicação em certa medida ingênua ou vulgar, haja vista que há um conjunto de fatores imponderáveis que incidem neste processo e interesses imediatos, de natureza grupal e até mesmo individuais, que se entrelaçam na atuação dos intelectuais.

É mais adequado pensar-se a relação entre a fração de classe e os intelectuais a partir de múltiplas mediações e por isso mesmo ela é mais difícil de ser apreendida. Exemplos dessas mediações são a formação ideológica, o lugar que os intelectuais ocupam no aparato estatal e na sociedade civil, sua forma de organização e a própria correlação de forças entre as frações e classes na sociedade. Além delas, há um outro fator relevante que é a deficiência de informações e sua distorção que muitas vezes influenciam decisivamente os desdobramentos de uma conjuntura. É a partir destas condições concretas que os intelectuais atuam, e tais condições podem levar a soluções originais, mas também a erros.⁵ Mas nem por isso o compromisso de classe dos intelectuais orgânicos é menos efetivo.

A intervenção desta série de fatores de mediação faz com que seja necessário levar em conta o caráter processual da atuação dos intelectuais, no qual há uma inexorável dimensão pedagógica. Ou seja, se por um lado imprecisões e erros sempre estão presentes, distanciando os intelectuais orgânicos dos resultados esperados, por outro há um necessário aprendizado ao longo do tempo. Inversamente, parece evidente que reiterados erros de avaliação e atuação fazem os próprios intelectuais perderem sua função orgânica para a classe à qual estão vinculados. Este é um critério histórico fundamental que explica porque uma mesma fração de classe pode relacionar-se com intelectuais que ocasionalmente expressam posições conjunturais completamente distintas e que lutam acirradamente entre si para fazer prevalecer a sua posição. Como alerta Gramsci “encontrar a identidade real sob a aparente diferenciação e contradição e encontrar a diversidade substancial sob a aparente identidade, eis a qualidade mais essencial do crítico das ideias ou do historiador do desenvolvimento social” (GRAMSCI, 1999a, p. 99).

Isto serve de alerta para que não tomemos automaticamente os diferentes posicionamentos dos intelectuais como indício de que eles representam frações de classe distintas. De tal forma, em seu próprio processo de existência as classes e frações dominantes

⁵ Sobre a possibilidade da classe dominante cometer erros ver Gramsci (1968, p. 162).

moldam permanentemente os intelectuais e sua atuação no âmbito da política, estabelecendo o sentido e os limites desse movimento com objetivos correspondentes a seus próprios interesses.

1.2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO

O objeto deste estudo remete à trajetória e à atuação de Edmar Lisboa Bacha, Pedro Sampaio Malan, Francisco Lafaiete de Padua Lopes, André Pinheiro de Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Henrique de Barroso Franco.

O fator determinante para a escolha dos casos foi o envolvimento dos seis no debate sobre a questão inflacionária que tomou corpo no Brasil nos anos 1980 bem como sua participação direta na elaboração do Plano Real a partir de 1993, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda do governo Itamar Franco (1992 – 1995). Dos seis economistas escolhidos, o único que não chegou a compor a equipe do Plano Real foi Francisco Lopes. Contudo, optou-se por incluí-lo na análise em função de seu intenso envolvimento com os planos de estabilização dos anos 80 e por sua interlocução com os “pais” idealizadores do Plano Real. Além disso, Lopes chegou a ser Diretor de Política Econômica e Monetária do Banco Central a partir de 1995 além de vir a ocupar em 1999 a presidência do BACEN.

É evidente que a elaboração e gestão do Plano Real, assim como a equipe econômica do Ministro e depois Presidente Fernando Henrique Cardoso contou com a participação de um número mais amplo de economistas. A restrição dos casos analisados deve-se a diversos fatores. Em primeiro lugar, há uma percepção consolidada na literatura de que Edmar Bacha, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco foram os economistas-chave na elaboração do Plano. Segundo Pedro Malan, na época “as questões se concentraram no núcleo duro, cujas pessoas-chave eram Bacha, André, Pêrsio e Gustavo Franco. Outras pessoas tiveram papel importante, mas o núcleo básico era esse” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019c, p. 56). A mesma opinião parece ser endossada por Fernando Henrique Cardoso em seu diário (CARDOSO, 2015). Por outro lado, a trajetória desses economistas sugere que muito antes dos anos 1990 eles já se conformavam como um grupo com certo grau proximidade pessoal e profissional e com afinidade de pensamento. Portanto, defini-los como um grupo não é somente um artifício metodológico, mas é também um dado empírico.

O recorte temporal do trabalho percorre os anos que vão de meados da década de 1960 a meados da década de 1990. Embora o recorte não seja exato, há alguns eventos importantes

que servem como marco para a análise. O primeiro é o golpe militar de 1964 que modificou o arranjo hegemônico vigente no Brasil. Foi durante a ditadura militar que os membros mais velhos do grupo que viria décadas depois a fazer parte da equipe formuladora do Plano Real começaram a atuar como economistas. Eram eles Edmar Bacha, Pedro Malan e Francisco Lopes. Na mesma época, o grupo mais jovem, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco, ainda estava em fase de formação acadêmica. Desde então todos eles acompanharam o centro das principais questões nacionais como membros de instituições de Estado, como assessores de ministros e de órgãos financeiros internacionais, como professores universitários e como analistas da vida política e econômica brasileira. O segundo marco foi a implantação do Plano Real em 1994 que, como já dissemos, representou a consolidação do projeto neoliberal no Brasil. Finalizamos a análise neste ano porque a partir daí a atuação destes economistas é muito mais conhecida e já foi bastante explorada pela literatura científica (BRANDÃO, 2013; FILGUEIRAS, 2001; FIORI, 1997; NASSIF, 2007; SALLUM JÚNIOR, 1999). Portanto, como se percebe, o foco da pesquisa é a trajetória destes economistas antes deles ficarem mundialmente conhecidos como economistas elaboradores do Plano Real.

1.3 METODOLOGIA

O desafio que se apresentou para a realização desta pesquisa foi o de desenvolver uma metodologia que correspondesse às necessidades sugeridas pelo problema, pela hipótese e pelo marco teórico do trabalho. Evidentemente, não se entende aqui a metodologia como simplesmente um conjunto de procedimentos padronizados e pré-estabelecidos, ainda que alguns procedimentos sejam empregados como técnicas de pesquisa.

Partindo da definição de que o estudo proposto tem um caráter histórico-processual, no qual é fundamental a compreensão das diferentes conjunturas bem como do processo formativo e pedagógico subjacente à trajetória dos intelectuais, a metodologia deve dar conta destes elementos. Por isto, foi realizada uma pesquisa de tipo prosopográfica. Sob este termo agregam-se uma variedade de métodos e técnicas nem sempre coerentes entre si e que tem causado alguma confusão terminológica (BULST, 2005). Segundo Stone, há pelo menos duas famílias de prosopografias: a primeira é o estudo de pequenos grupos de elites e a segunda é o estudo estatístico das grandes massas (STONE, 2011). Ainda que o conceito de elite não seja utilizado neste trabalho pode-se dizer que metodologicamente este aproxima-se dos estudos elitistas, uma

vez que a prosopografia tem muito a dizer sobre a dinâmica dos pequenos agrupamentos políticos dominantes.

É comum que se defina a prosopografia como a análise de atributos comuns que determinados grupos possuem. Segundo Ferrari, as perguntas que o método prosopográfico pode responder são: Quem? Quantos? Para quê? Como? Alguns dos fatores sobre os quais os trabalhos prosopográficos comumente se debruçam são as origens sociais, a formação escolar, a ocupação profissional, os vínculos associativos, os cargos ocupados, dentre outros. A prosopografia também pode abarcar um conjunto mais amplo de variáveis que dão respostas a outros problemas, como o compartilhamento de ideias, os posicionamentos políticos e a tomada de decisões. Além disso, há certa intersecção entre a prosopografia e a biografia, sendo a primeira entendida como a construção de biografias coletivas. A partir disso é possível comparar trajetórias individuais, conhecer o seu processo de formação intelectual e político, aferir o seu grau de coesão e identificar o trânsito de ideias entre os membros de um grupo.

O presente trabalho dedica-se a responder o “como” na trajetória de um grupo. Por isso, não se deve confundir o emprego da prosopografia com uma abordagem quantitativa. Em geral abordagens deste tipo estão assentadas sobre a preocupação em verificar uma representatividade amostral de um grupo e traçar um perfil sociológico comum de seus membros. Este trabalho, ao contrário, tem um olhar muito mais qualitativo. Não busca-se tanto verificar semelhanças e diferenças entre os indivíduos estudados e sim compreender de maneira mais detalhada a inserção desses indivíduos no processo histórico e seu papel dentro dele.

O emprego da metodologia prosopográfica feito aqui se particulariza pela preocupação em refletir sobre o papel do indivíduo dentro de uma ordem social mais ampla. Estamos muito mais interessados em compreender a dimensão processual das características individuais compartilhadas do que seus atributos estáticos. Em outras palavras, considera-se que há um ponto de encontro comum nas trajetórias individuais, exatamente a convergência histórica que levou aqueles economistas a participar do Plano Real, sendo este tomado aqui como ponto de partida das indagações que deram origem a esta pesquisa, e a partir deste ponto compreender o passado. Por isso, o foco da análise será a relação entre os fatores individuais e os fatores contextuais.

O objeto da análise é a *práxis* dos indivíduos. Defende-se aqui que a realização de uma análise deste tipo de modo sistemático ao longo de diferentes conjunturas, considerando as distintas restrições e potenciais, pode demonstrar não apenas o vínculo entre a ideologia, as relações e as práticas dos indivíduos num ponto determinado, mas também a sua evolução ao

longo do tempo, de maneira a revelar continuidades e discontinuidades nas ideias expressas e nas posições assumidas. Uma análise deste tipo, portanto, permite revelar o processo ao longo do qual os intelectuais se transformam e acabam por consolidar certas relações, ideias e posições em relação a problemas concretos e, de maneira correlata, conformar visões de mundo mais ou menos coerentes.

Tendo em vista a necessidade de delimitar melhor o objeto e a problemática abordada, a partir de uma análise inicial e panorâmica das trajetórias individuais elencou-se algumas dimensões que apareceram como centrais para compreender a relação destes intelectuais com a hegemonia vigente em cada período histórico. As dimensões escolhidas foram as seguintes: 1) Formação intelectual; 2) Vínculos acadêmicos, profissionais e políticos; 3) Posicionamentos sobre alguns temas econômicos relevantes; 4) Participação na formulação de política econômica. Acredita-se que o compromisso de classe destes intelectuais pode ser desvendado na medida em que as suas ações e posicionamentos na conjuntura são cotejados com os limites e possibilidades impostos por estas mediações.

1.4 FONTES

Nesta tese, contaremos com quatro tipos de fontes de pesquisa principais.

Fontes biográficas: materiais que oferecem dados, interpretações e sínteses sobre a trajetória dos indivíduos. Especificamente esta pesquisa beneficiou-se dos verbetes biográficos produzidos pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC (COSTA; LEMOS; PINHEIRO, 2009; D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005; LEMOS, 2009; LEMOS; LAMARÃO; PINHEIRO, 2009; LEMOS; PINHEIRO, 2009).⁶

Produção intelectual própria: este tipo de fonte é formado pelo conjunto de artigos e livros publicados pelos próprios economistas que são objetos deste estudo. Por tratar-se de um conjunto muito extenso, realizou-se uma seleção tendo em vista a relevância temática dessas produções. Estas fontes serão apresentadas na medida em que forem relevantes para a análise.⁷

Memórias e entrevistas: contou-se também com um conjunto de entrevistas concedidas por estes economistas em diferentes momentos de sua vida bem como por alguns artigos de

⁶ Este conjunto de fontes aparece no item “Fontes biográficas, entrevistas e memórias do grupo”, nas referências ao final do trabalho.

⁷ Este conjunto de fontes aparece no item “Produção de autoria do grupo”, nas referências ao final do trabalho.

memória de autoria dos mesmos (ARIDA, 2011; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d; D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005; IBGE, 2006; RODRIGUES, 2008). Além disso, tentou-se realizar entrevistas individuais com cada um dos seis economistas estudados. Para isso, estabeleceu-se contato por endereço virtual, porém apenas um deu retorno positivo. Com isso, pôde-se contar também com uma entrevista de 40 minutos concedida por Gustavo Franco com base em um roteiro semiestruturado (DADOS DE PESQUISA. Entrevista com o economista Gustavo Franco, 2019).⁸

Além dessas, nos utilizamos também de um vasto conjunto de fontes secundárias (ou material bibliográfico) sobre cada período histórico abordado ao longo do trabalho.⁹

1.5 DIVISÃO DE CAPÍTULOS

O primeiro capítulo “Fundamentos teóricos e conceitos operacionalizados” visa, evidentemente, esclarecer a orientação teórica do trabalho e desenvolver cada um dos conceitos que foram operacionalizados ao longo da pesquisa. Do ponto de vista dos fundamentos teóricos apresenta-se ao leitor alguns elementos do pensamento de Antonio Gramsci e demonstra-se como estes contribuíram para o estudo das relações de classe no capitalismo contemporâneo. Os conceitos centrais desenvolvidos neste capítulo são o de fração da classe dominante, hegemonia e intelectual orgânico.

O segundo capítulo intitulado “Frações burguesas, hegemonia e política econômica no Brasil” é perpassado por um esforço de identificação da fração que hegemoniza a classe dominante em cada período da história brasileira entre os anos 1930 e os anos 1990, dando ênfase ao período pós-1964. Apresenta-se um panorama geral dos arranjos hegemônicos e da política econômica em cada uma dessas fases. O objetivo deste capítulo é contextualizar a ascensão do capital financeiro internacional a partir da crise dos anos 1970 e, em torno disso, elucidar os elementos estruturais e conjunturais em que os intelectuais se formaram e atuaram ao longo do tempo.

O terceiro capítulo “Trajetórias individuais: influências teóricas e ideológicas” problematiza alguns aspectos da trajetória acadêmica e da formação ideológica de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco.

⁸ Este conjunto de fontes aparece no item “Fontes biográficas, entrevistas e memórias do grupo”, nas referências ao final do trabalho.

⁹ Estas estão inclusas no item “Referências gerais”, nas referências ao final do trabalho.

Discute-se o papel do espaço universitário nesta formação bem como a influência das diferentes correntes do pensamento econômico sobre estes intelectuais, em especial o estruturalismo latino-americano.

O quarto capítulo intitulado “A conformação do intelectual coletivo” tem por objeto a convergência dos seis economistas em direção ao Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC-Rio e o papel deste centro universitário na conformação do grupo. Além disso, analisa-se as particularidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em relação à Fundação Getúlio Vargas (FGV), à Universidade de São Paulo (USP) e à UNICAMP em relação ao perfil do seu corpo docente destacando-se a relevância dos laços acadêmicos internacionais.

No quinto capítulo “A questão da inflação na primeira metade dos anos 1980” discute-se o lugar que o debate sobre a inflação assumiu na produção intelectual daqueles economistas. Demonstra-se como este tema foi ganhando centralidade no início dos anos 1980 na produção do grupo e a relação disso com a profissionalização da atividade de economista. Além disso, apresenta-se uma interpretação sobre o caráter ideológico da chamada teoria da inércia inflacionária e a relação deste processo com a hegemonia do capital financeiro internacional.

No sexto capítulo intitulado “1986: O Plano Cruzado e o programa oculto dos intelectuais orgânicos”, analisa-se a breve participação destes economistas na equipe econômica do governo Sarney (1985 – 1990), em especial o seu envolvimento com a preparação e a implementação do Plano Cruzado. Discute-se algumas divergências e disputas da equipe econômica em torno deste Plano e o posicionamento dos seis economistas estudados nestas como indicativo de seu compromisso de classe com o capital financeiro internacional.

No sétimo e último capítulo intitulado “1986 – 1994: Do Plano Cruzado ao Plano Real” analisa-se a trajetória e a participação dos membros do grupo em episódios importantes como a sua adesão ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sua participação nas eleições de 1989, as tentativas de aproximação ao governo Collor de Mello (1990 – 1992) e a participação direta de alguns membros do grupo na negociação da dívida externa brasileira.

Ressalta-se a relevância de empreender uma pesquisa desta natureza. Esta deve-se em primeiro lugar à notoriedade dos atores que são objetos deste estudo. No levantamento bibliográfico preliminar encontrou-se apenas um artigo que se dedicou a analisar a trajetória do grupo de economistas aqui estudado (BRANDÃO, 2018). Apesar de trazer algumas informações relevantes, trata-se de um artigo curto que não chega a problematizar em profundidade o papel histórico daqueles indivíduos antes do Plano Real. Outros trabalhos

dedicam-se a analisar a contribuição dos seis referidos economistas do ponto de vista da teoria econômica (CARVALHO, 2015; CUNHA, 2000). Estes são importantes fontes de reflexão sobre o debate econômico do grupo, mas não problematizar aspectos históricos e políticos mais amplos.

Por fim, o presente trabalho pretende propor uma interpretação gramsciana a respeito do papel dos indivíduos estudados. Vale ressaltar que, embora alguns autores utilizem com certa liberdade conceitos tipicamente gramscianos, a exemplo do uso que Sallum Junior faz do conceito de hegemonia (SALLUM JÚNIOR, 1999), poucos no Brasil dedicam-se a realizar estudos empíricos rigorosos a partir deste arcabouço teórico.¹⁰ O presente estudo busca realizar um esforço deste tipo, contribuindo para elucidar não apenas aspectos pontuais que são relevantes para a compreensão da história política e econômica brasileira das últimas décadas, mas também para contribuir no desenvolvimento teórico-metodológico da tradição de análise gramsciana. Uma das problemáticas que esta abordagem busca esclarecer, e que está ligada ao conceito de intelectual orgânico, são as possibilidades e limites das ações individuais frente a determinações conjunturais e estruturais.

¹⁰ Dentre estes poucos destacam-se Bianchi (2004), Coutinho (2001), Mendonça (1997), Oliveira (2010), Vianna (1996)

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITOS OPERACIONALIZADOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar as bases teóricas que sustentam esta tese assim como os conceitos centrais delas decorrentes. Teoricamente, este trabalho localiza-se na tradição marxista. Para além das questões epistemológicas e teóricas implicadas nesta tradição, há também um conjunto de questões e conceitos que a mesma carrega e que se revela no próprio interesse que motiva a pesquisa como um todo.

Dentro do campo de análise marxista, o escopo teórico deste trabalho está alicerçado sobre a contribuição do pensador e revolucionário italiano Antonio Gramsci e dos diversos pensadores que desenvolveram caminhos de pesquisa e categorias indicadas pelo pensador italiano. É a este conjunto, que forma uma corrente de pensamento específica dentro do marxismo, que designamos aqui como tradição gramsciana. Dentre os autores mais conhecidos desta tradição pode-se destacar Christine Buci-Glucksmann (1980), Luciano Gruppi (1978), Peter Thomas (2009), Juan Carlos Portantiero (1981), René Zavaleta (2009), Carlos Nelson Coutinho (1992), Sonia Regina de Mendonça (1997), Álvaro Bianchi (2002), Luiz Werneck Vianna (1996).

Seguindo a divisão apresentada por Coutinho (2011) os escritos de Gramsci podem ser divididos entre os chamados pré-carcerários, ou seja, aqueles anteriores aos tempos de prisão, que vão de 1916 a 1926, e os escritos que ficaram conhecidos como “Cadernos do Cárcere” (GRAMSCI, 1968, 1986, 1999a, 1999c, 1999b, 1999d) que vão de 1929 a 1935. Neste trabalho utilizaremos fundamentalmente estes últimos escritos por serem aqueles em que o conjunto de problemas que o autor vinha desenvolvendo já estão “maduros”.

Os conceitos que serão operacionalizados centralmente neste trabalho são os de fração da classe dominante, hegemonia e intelectual orgânico. Vale salientar que este capítulo não visa meramente apresentar as definições de cada um destes conceitos. Por tratar-se de uma análise marxista, espera-se que o leitor consiga aprender principalmente a relação dialética necessária que se estabelece entre os conceitos mobilizados, bem como a forma como eles orientaram e elucidaram a própria pesquisa já realizada e aqui exposta.

2.1 FRAÇÕES DA CLASSE DOMINANTE

A fim de responder ao nosso problema de pesquisa, ou seja, em que medida os seis economistas brasileiros que estamos estudando atuaram ao longo de sua trajetória em sintonia com os interesses do capital financeiro internacional, será necessário sintetizar com clareza como está organizada a classe dominante no Brasil, quais são as suas frações e qual é a fração hegemônica em cada período histórico sob estudo. Esta análise sobre a realidade brasileira será realizada no próximo capítulo.

Iniciaremos, pois, pelo conceito de fração de classe. Deve-se a Nicos Poulantzas o desenvolvimento teórico mais formalizado sobre o caráter fragmentado da classe dominante no capitalismo contemporâneo (POULANTZAS, 1975, 1977). De fato, o que podemos identificar como uma teoria do fracionamento da classe dominante, cujas consequências para a análise da política são relevantes, ganhou bastante notoriedade nos últimos anos e vem sendo desenvolvida e sistematizada por outros autores (CLARKE, 1978; CUEVA; OBERDIEK; TOMAZI, 1997; FARIAS, 2009; FILGUEIRAS, 2006; PINTO; BALANCO, 2014; SAES, 2014). Um dos motivos da disseminação deste tipo de análise sem dúvidas deve-se ao fato de que ela é bastante operacional. Quer dizer, o estudo das frações permite produzir explicações que dão conta das dinâmicas políticas conjunturais sem abandonar a noção de determinação subjacente à tradição marxista. Assim, diversos autores tem utilizado este aporte em seus estudos para entender a realidade brasileira recente (BERRINGER DE ASSUMPCÃO, 2014; BOITO JR; GALVÃO, 2012; BOITO JUNIOR; SAAD-FILHO, 2017; FILGUEIRAS, 2006; MARTUSCELLI, 2015; SAES, 2014).

A percepção de que as classes sociais não devem ser entendidas como agrupamentos completamente homogêneos, coesos e unitários não é nova e pode ser encontrada em textos de Marx (BOITO JUNIOR, 2007). O diferencial da tradição de análise fundada por Poulantzas é que o fracionamento passou a ser tratado como um dos principais elementos explicativos da dinâmica política do Estado capitalista. Com isso, conflitos superestruturais que se manifestam no âmbito do Estado são passíveis de serem lidos como “efeitos pertinentes” (POULANTZAS, 1977, p. 104) de disputas cujos fundamentos estão enraizados na sociedade, ainda que estejam restritos às classes dominantes. Assim, os estudiosos marxistas passaram a ter valiosa matéria-prima para analisar não só as grandes rupturas políticas, que eram seu objeto preferencial, uma vez que apontavam para a transformação revolucionária, mas passaram também a ser capazes de interpretar conflitos de pequena magnitude muitas vezes inscritos no cotidiano da vida

burocrática do Estado, mas que revelam importantes contradições de classe que perpassam, de fato, o próprio Estado. É inegável que tal proposição é tentadora para a ciência política, afinal ela alça a esfera política a um lugar privilegiado, uma vez que esta passa a ser o lugar de desvendamento da totalidade social. Todavia, argumenta-se aqui que o emprego mesclado que Poulantzas faz de fatores de natureza econômica e de natureza político-ideológica na constituição das frações de classe pode gerar algumas confusões. Por isso, defende-se o emprego do conceito de classe e fração de classe com uma distinção mais clara entre estes fatores de diferentes naturezas.

Há pelo menos dois entendimentos diferentes para a noção de fração de classe na obra de Poulantzas (POULANTZAS, 1972, 1977, 1980). O primeiro é aquele que consideramos mais claro e preciso. Neste, a fração da classe dominante pode ser entendida como as posições e funções ocupadas por um conjunto de atores dentro do processo de produção e acumulação do capital. Destaca-se que a partir deste entendimento tanto as classes dominantes quanto as frações de classe são categorias fundadas economicamente e é através da estrutura econômica que se pode identificar a sua existência. Esta proposição é apresentada claramente por Poulantzas quando este desenvolve o seu conceito de bloco no poder na sua obra “Poder político e classes sociais” (POULANTZAS, 1977, p. 224). Tratando deste quesito o autor faz menção à existência de pelo menos três diferentes frações da burguesia: a fração comercial, a industrial e a financeira. Em obra posterior ele desenvolverá melhor a sua definição de classe e fração de classe, desdobrando a sua análise das frações da burguesia considerando também a dimensão internacional das classes e o papel do imperialismo (POULANTZAS, 1975). O autor grego também elucida que classes e frações são definidas por uma determinação estrutural, mas que conjunturalmente podem assumir posições diferentes (POULANTZAS, 1975). De todo modo, mantém-se aí o pressuposto de que classes e frações têm como fundamento a estrutura econômica da sociedade capitalista. É este o entendimento que seguiremos neste trabalho.

Porém, em outros momentos, Poulantzas complementa este primeiro nível econômico com fatores de ordem política e ideológica como critérios definidores das frações de classe. Se, por um lado, esta ampliação enriquece o conceito uma vez que este passa a abarcar fatores mais complexos que se desenvolvem em diferentes níveis da vida social, por outro, se coloca um novo problema metodológico para estabelecer os critérios de identificação das frações de classe. A princípio a definição complementar da fração de classe como categoria que se manifesta em diferentes níveis poderia parecer algo simples. Contudo, ela carrega alguns problemas teóricos.

O principal problema é que a categoria fração de classe definida de forma complementar em diferentes níveis da vida social induz a uma expectativa de continuidade entre esses níveis. Em outras palavras, a formulação poulantziana sobre as frações de classe pressupõe que as frações economicamente fundadas terão algum grau de expressão política e ideológica relativamente autônoma. Daí o conceito decorrente de “fração autônoma de classe” definida pelos chamados “efeitos pertinentes” políticos e ideológicos (POULANTZAS, 1977, p. 79–80). Um exemplo deste tipo de leitura é encontrado no trabalho de Renato Perissinotto (1994). O autor realiza uma análise das relações entre as frações da classe dominante no Brasil durante a Primeira República (1889 – 1930) a partir de um enfoque poulantziano. O primeiro capítulo desta obra é dedicado a apresentar os pressupostos teóricos seguidos pelo autor. Nele fica evidente as dificuldades de equacionar teoricamente esta concepção complementar multinível de Poulantzas. Perissinotto afirma que metodologicamente, “o primeiro passo, mas não o definitivo, seria tentar identificar a existência dessas frações de classe a partir da análise do processo social de produção (produção e circulação)” (PERISSINOTTO, 1994, p. 21). Mais adiante, referindo-se ao aporte teórico de Poulantzas, Perissinotto complementa

Para este autor só é possível perceber a presença dessas frações na medida em que observamos se a existência econômica dessas classes ou frações se reflete em outros níveis – político e/ou ideológico – de uma formação social de maneira específica, isto é, através de efeitos pertinentes. [...] Neste sentido, o conceito de fração autônoma de classe é fundamentalmente político, não podendo ser entendido exclusivamente do ponto de vista das relações econômicas (PERISSINOTTO, 1994, p. 22).

Há aqui, a princípio, um conceito de fração de classe de natureza multinível e complementar. Porém o que se observa é que há uma expectativa de que as frações apareçam concomitantemente no nível econômico, no político e no ideológico. Ao contrário, esta definição não problematiza suficientemente os possíveis desencontros entre os diferentes níveis. De certo modo, a teoria poulantziana parece pressupor que as fronteiras entre as distintas frações da classe dominante no nível político e ideológico são mais ou menos claras.

Não obstante, o que ocorre quando uma fração identificada no nível econômico não tem expressão política própria? Ou, o que é bastante comum, o que esta teoria tem a dizer sobre a organização não autônoma das frações, ou seja, quando uma fração aparece submetida a outra no plano político e ideológico? É certo que Poulantzas não ignorou estas possibilidades, como demonstra seus comentários sobre a cena política (POULANTZAS, 1977), mas vale salientar que o centro de sua teorização sobre as frações pressupõe uma certa continuidade entre os níveis em que estas se expressam. E isto tem implicações teóricas e metodológicas. A principal delas é que as frações podem ser identificadas através de suas expressões políticas e ideológicas.

Ao que parece, um dos motivos porque a obra poulantziana carrega esta característica deve-se à sua rejeição da distinção entre classe em si e classe para si que aparece em alguns textos de Marx (POULANTZAS, 1977, p. 105). O presente trabalho distancia-se da proposição de Poulantzas na medida em que considera fundamental partir da distinção destes dois graus de existência das classes e, por correspondência, das frações da classe dominante. De acordo com Cueva, Oberdiek e Tomazi (1997), no pensamento de Marx a designação da classe em si diz respeito ao nível de existência econômica de um grupo que ocupa determinada posição no processo de produção e valorização do capital. Já a classe para si se refere à tomada de consciência e ao processo de organização política de uma classe. A mesma distinção entre classe em si e classe para si é empregada por Jaime Osório (2014, p. 131–132). O exemplo utilizado por Cueva, Oberdiek e Tomazi é a do campesinato francês que Marx analisa em sua obra “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” (CUEVA; OBERDIEK; TOMAZI, 1997). Marx afirma que o campesinato se constitui como uma classe em si por ocupar uma determinada função no mundo da produção, mas não se constitui como uma classe para si porque é incapaz de organizar-se politicamente e de viabilizar seus interesses específicos.

No âmbito desta discussão a questão do interesse de classe adquire centralidade. Diferentes autores defendem que os interesses de classe também devem ser vistos sob diferentes prismas. Um primeiro é o conjunto de interesses que pode ser deduzido da classe em si. Estes são os que Erik Wright chama de interesses fundamentais de classe (WRIGHT, 1993, p. 88) e que estão ligados às necessidades que uma classe tem de manter ou transformar a sociedade como um todo. Um segundo conjunto de interesses são aqueles viabilizados imediatamente na sociedade presente. Wright denomina-os como interesses imediatos de classe (WRIGHT, 1993, p. 88). É evidente que do ponto de vista da conjuntura os interesses fundamentais e os imediatos podem ser contraditórios.

É importante destacar que esta distinção entre diferentes níveis de interesses de classe encontra-se também na obra de Gramsci. Em determinada passagem, o autor italiano descreve o reconhecimento destes interesses como um processo progressivo que parte da realidade econômica mais imediata e alcança o nível político-intelectual. Assim, o primeiro nível de interesses seria “o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comercial, um fabricante com outro fabricante, etc.” (GRAMSCI, 1999b, p. 36). Logo em seguida há um momento em que “se alcança a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros de um grupo social, porém ainda no campo meramente econômico” (GRAMSCI, 1999b, p. 36). Já o terceiro nível dos interesses de classe “é aquele em que se

alcança a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem converter-se em interesses de outros grupos subordinados” (GRAMSCI, 1999b, p. 36). Como pode-se notar, os dois primeiros níveis apresentados por Gramsci correspondem em alguma medida aos interesses imediatos descritos por Erik Wright, enquanto o último nível parece ter algum grau de correspondência com os interesses fundamentais (WRIGHT, 1993, p. 88).

Dois pontos são particularmente importantes na visão de Gramsci apresentada acima. O primeiro é que cada um desses níveis de interesse existe em potencial em cada classe ou fração, mas não há qualquer garantia de que estes agrupamentos venham a adquirir consciência e organizarem-se em torno deles. Em segundo lugar, é interessante observar com atenção a última citação de Gramsci. Ali há um elemento central, pois o último nível de interesses descrito pelo autor, “transborda” os limites da própria classe, ou fração de classe originária e “coloniza”, digamos assim, outros grupos. É em razão deste processo que a identificação dos posicionamentos políticos e ideológicos nem sempre são evidências confiáveis de que estes grupos estejam expressando seus próprios interesses de classe. É por isso que aqui defende-se o emprego combinado do conceito de fração de classe com o conceito de hegemonia, pois é este último que explica como é possível a um grupo representar interesses de terceiros, ainda que não tenha clara consciência disto.

No presente trabalho, o conceito de fração de classe será utilizado no mesmo sentido que o emprega Jaime Osório (2014). Segundo este autor, tanto as classes quanto as frações da classe dominante devem sua existência ao seu lugar no nível econômico. Este lugar depende de pelo menos três fatores: a propriedade dos meios de produção, a forma de apropriação da riqueza e o grau de controle sobre o processo produtivo. No entanto, a classificação que Osório faz das frações de classe é ainda insuficiente, pois ele considera apenas a existência de quatro frações burguesas: financeira, industrial, comercial e agrária (OSORIO, 2014, p. 124). O autor menciona também a existência de setores dentro da classe dominante, diferenciando a grande, a média e a pequena burguesia.

Décio Saes propõe uma divisão mais complexa de frações. Ele ressalta que existem diferentes sistemas de fracionamento que atuam paralelamente (SAES, 2014). O primeiro deles está ligado às funções, que produz uma distinção entre capital comercial, bancário e industrial. O segundo está ligado à escala de propriedade do capital que diferencia o grande e o médio capital. Haveria ainda um terceiro tipo de fracionamento ligado à inserção internacional das diferentes frações que diferencia a burguesia associada - fortemente vinculada ao capital

internacional - a burguesia nacional, cujos interesses estão mais estreitamente ligados ao mercado interno – e a burguesia interna – que tem uma posição intermediária entre as duas anteriores (SAES, 2014). Portanto, uma vez que estes três sistemas de fracionamento subsistem no interior da classe dominante a sua dinâmica real seria bastante complexa porque envolveria a combinação dos três diferentes sistemas. Assim, pode considerar-se a existência de uma grande burguesia industrial associada, uma média burguesia industrial associada, uma grande burguesia comercial interna, e assim por diante, aumentando muito a dispersão dos interesses das frações a serem analisadas e suas possíveis combinações. Farias, por sua vez, observa que o fracionamento das classes deve levar em conta também as divisões regionais (FARIAS, 2009) que gera contradições entre regiões de um mesmo país ou entre burguesia localizadas em diferentes nações.

Observa-se que nesta discussão há um aspecto até agora pouco desenvolvido pela bibliografia marxista. Este refere-se ao caráter internacionalizado que algumas frações da classe dominante alcançaram ao longo do desenvolvimento capitalista contemporâneo. Pelo caráter concentrador do capitalismo, deve-se levar em conta que as posições econômicas das frações burguesas não são apenas diferentes entre si, mas são especialmente desiguais, afinal o capitalismo é um sistema econômico hierarquizado. É notável que apesar de fazer mais de um século que Hilferding (1963) demonstrou a proeminência que o capital na sua forma monetária atingiu na etapa imperialista muito pouco tenha sido produzido a respeito do impacto desta nova etapa do desenvolvimento do capitalismo sobre a constituição das frações. A discussão parece girar em torno ou da ênfase atribuída à unidade das diferentes frações da classe capitalista que está submetida aos imperativos da valorização do capital, ou da ênfase na diversidade de interesses, com pouca atenção ao grau de concentração e centralização da propriedade e do controle que se acentuou ao longo do último século.

Ainda em meados dos anos 1970, Poulantzas buscou analisar este fenômeno na Europa quando muitas transformações ainda estavam em curso (POULANTZAS, 1975). Neste sentido, as formulações teóricas sobre as frações de classe parecem não ter equacionado ainda completamente as consequências da financeirização econômica intensificada a partir dos anos 1970. De outra parte, diversos autores que se dedicam a analisar a internacionalização da dinâmica do capital e que utilizam com centralidade o conceito de imperialismo não costumam adentrar na problemática das frações de classe (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2004; DOS SANTOS, 2011). Curiosamente, a obra de Jaime Osório, por exemplo, que se debruça sobre a recente da internacionalização das relações econômicas traz poucas reflexões sobre como esta

nova etapa impacta a natureza e a composição das frações da classe dominante (OSORIO, 2014). Recentemente Virgínia Fontes lançou um texto breve que inicia uma reflexão neste sentido (FONTES, 2019).

Assim, considera-se que subsiste uma lacuna no sentido de coadunar a teorização sobre as frações de classe e a escala internacional atingida pelo capitalismo nas últimas décadas. No próximo capítulo propomos mais detalhadamente uma interpretação sobre a organização da classe dominante brasileira levando em conta estes dois determinantes.

Analisando o capitalismo contemporâneo, alguns autores têm ressaltado a existência de uma fração da burguesia financeira altamente globalizada que não está em contradição com a forma os Estados nacionais enquanto forma política de organização da classe dominante (DIERCKXSENS; PIQUERAS, 2018). Esta tem sua plataforma de valorização dispersa pelo globo e não pretende se submeter aos regramentos dos Estados, nem mesmo dos países centrais. Pode-se entender esta fração como um subproduto da financeirização do capitalismo ocorrida após os anos 1970.

Mencionamos aqui bancos como City Group (o maior banco de investimento do mundo até a queda do Lehman Brothers), com sede em Nova York; HSBC (o segundo maior banco de investimento), em Londres; Looyd (o principal mercado de seguros e resseguros, com sede em Londres) e Barclays (quarto maior banco de investimento do mundo), com sede também em Londres. É necessário saber que a dinastia Rothschild controla o banco dos bancos centrais localizado em Basileia, Suíça, e com isso consegue integrar uma rede financeira globalizada. Não tendo controle sobre o Pentágono, este capital financeiro lutou para controlar a Agência Central de Inteligência (CIA), bem como a Otan, a qual pretende transformar em uma espécie de braço armado global, em particular.

Essa nova forma de capital pode e precisa negar o Estado-nação, mesmo o da maior potência mundial, como forma de organizar e produzir um Estado do poder-valor sem vínculo ou referência territorial geográfica. É um Estado-rede global de *cities* financeiras com seu centro em Wall Street e a *city* de Londres, mas com filiais em Hong Kong, Mumbai, Frankfurt, Paris, Buenos Aires, São Paulo, etc (DIERCKXSENS; PIQUERAS, 2018, p.68).

Evidentemente a situação acima descrita refere-se à realidade atual. Contudo, a formação desta nova fração de classe, que chamamos aqui de capital financeiro internacional, está em curso há algumas décadas. De fato, este processo remonta à quebra do sistema de Bretton Woods e à emergência daquilo que Varoufakis denomina de “minotauro global” (VAROUFAKIS, 2016). Trata-se de uma nova forma de acumulação globalizada que tem como pilares o sistemático déficit fiscal e comercial dos Estados Unidos e a reciclagem de excedentes na esfera financeira em Wall Street. Tudo isto salvaguardado pela hegemonia do dólar como meio de troca e reserva de global valor, o que coloca os Estados Unidos em posição privilegiada

neste novo arranjo. Junto a isto, assistiu-se à autonomização relativa do capital financeiro internacional que, através de novos mecanismos, atingiu uma mobilidade sem precedentes.

2.2 HEGEMONIA

Como argumentamos acima, neste trabalho buscamos combinar o emprego da noção de fração de classe com o conceito de hegemonia. Esta combinação não é casual, pois em certo sentido os dois se complementam. Afinal, um trata das contradições e divergências, enquanto o outro dá conta da construção da unidade. O próprio Poulantzas chegou a utilizar estas duas categorias de forma combinada (POULANTZAS, 1977), ainda que o conceito de hegemonia não tenha a mesma centralidade em sua obra quanto a que tem nos escritos de Gramsci. O central para o presente trabalho é compreender qual é o fundamento das contradições que a noção de fração de classe expressa e qual é, por sua vez, o fundamento da unidade que baliza o conceito de hegemonia.

Como dito anteriormente, partiu-se da definição feita por Jaime Osório (2014) segundo o qual os conceitos de classe e de fração de classe são derivações da estrutura econômica da sociedade. As frações são entendidas aqui como fenômenos objetivos que independem da tomada ou não de consciência dos próprios agentes a respeito de sua posição dentro do processo de produção e valorização do capital. Estão, portanto, mais próximas da noção de classe em si, do que da classe para si. Evidentemente, sabe-se que este sentido atribuído ao conceito de fração de classe não abarca a totalidade que o conceito carrega na tradição marxista, que inclui também fatores políticos e ideológicos envolvidos no processo da luta de classes. Contudo, o seu emprego em seu sentido mais restrito tem um sentido metodológico claro. Ele busca separar analiticamente o ser e a consciência, para utilizar dois termos encontrados na obra de Marx, de maneira a compreender as formas de articulação da hegemonia.

Gramsci não sistematizou claramente uma definição de hegemonia, o que não é nenhuma excepcionalidade em sua obra haja vista a ausência quase completa de definições teóricas precisas (GRAMSCI, 1968, 1986, 1999a, 1999c, 1999b, 1999d). O seu método de exposição parece ter sido o de levar o leitor a deduzir o conteúdo dos conceitos utilizados através de um emprego reiterado dos mesmos na análise concreta. Por isto, a apresentação do conceito de hegemonia que fazemos aqui baseia-se nos diferentes usos que se encontram na

obra do intelectual italiano a partir dos quais buscou-se fazer uma síntese interpretativa própria tentando preservar ao máximo o sentido original atribuído por Gramsci.

A fundação da ciência política moderna tem muito a ver com a percepção de que o exercício do poder não se reduz ao emprego explícito da violência e da força. Os filósofos jusnaturalistas, por exemplo, insistiram que a escravidão não poderia fundamentar as relações políticas da sociedade civil. Esta, ao contrário, basear-se-ia em relações de poder dotadas de reconhecida legitimidade por parte dos dominados. Desde então, a ciência política carrega uma ambiguidade fundante pois admite que a política é uma via de mão dupla, dependendo por um lado da imposição dos dominantes e, de outro, do reconhecimento ou aceitação por parte dos dominados. Algo similar ocorre na interpretação de Weber, onde o conceito de legitimidade também comparece para descrever a contribuição dos dominados na manutenção da ordem (WEBER, 2002).

Se o poder se resumisse ao mero uso da força, não haveria grandes dificuldades em interpretar os fenômenos políticos. Estes poderiam ser tratados como relações puramente objetivas, como se fossem transparentes e destituídos de artimanhas ideológicas. A análise por sua vez se resumiria a mapear o grupo dominante e os dominados e calcular o potencial coercitivo de cada um deles, algo como uma simplificação extrema do método utilizado pela escola realista das relações internacionais. Todavia, de fato as relações de poder se dão por caminhos muito mais tortuosos e sutis e, por isso, exigem um método mais complexo de análise.¹¹ Como observou Stoppino é preciso considerar que a política envolve uma série de artifícios de manipulação que acobertam os objetivos finais que os atores buscam em suas mútuas relações (STOPPINO, 1998). Entram em consideração, neste caso, fatores de ordem subjetiva que confundem a tal ponto a identificação das posições de dominantes e dominados, que em certos casos é até mesmo difícil diferenciar uns e outros.

Mas há um extremo perigoso na incorporação desses fatores de ordem subjetiva na análise política. Seguindo, por exemplo, o caminho do individualismo metodológico, da teoria da escolha racional e das diversas versões de teorias dos jogos para analisar as relações de poder não é difícil perder-se nos nuances que envolvem informações distorcidas e parciais, erros de cálculo e blefes por parte dos atores a ponto de chegar-se à absurda conclusão de que, ao fim das contas, não há na sociedade nada parecido com dominantes e dominados.¹² A abordagem que utiliza-se neste trabalho se afasta destes pressupostos racionalistas.

¹¹ Sobre estes aspectos ver o artigo de Jacob Gorender (1988).

¹² Abordagens deste tipo podem ser encontradas em Jon Elster (2006) e Mancur Olson (2011).

A meu ver as formulações de Gramsci nos “Cadernos do Cárcere” parecem dar conta exatamente de combinar de forma original e articulada os aspectos objetivos e subjetivos que perpassam as relações de poder (GRAMSCI, 1968, 1986, 1999a, 1999c, 1999b, 1999d). E o conceito que sintetiza esta abordagem é o de hegemonia. A hegemonia é um arranjo concreto que se conforma nos níveis político e ideológico e que viabiliza um processo relacional e dialético entre diferentes agrupamentos. Gramsci emprega o termo variavelmente para compreender as relações de poder entre grupos, partidos, classes, frações de classe e nações. Neste trabalho utiliza-se o conceito apenas para compreender as relações entre as frações no interior da classe dominante. A hegemonia é um arranjo concreto que se conforma nos níveis político e ideológico e que viabiliza a dominância econômica de uma fração sobre o conjunto da classe dominante. Ao afirmar que é um arranjo concreto, esta definição contempla diferentes formas de articulação entre o econômico, o político e o ideológico, afastando-se das visões mais correntes que concebem a hegemonia como uma espécie de transbordamento da dominância econômica para as demais esferas. Diferente disso, a incidência da classe dominante nos níveis político e ideológico pode ter outras características que vão além do controle direto do aparato estatal da disseminação de valores e ideias condizentes com aquela classe. Ou seja, a hegemonia enquanto uma articulação entre o econômico, o político e o ideológico sob a direção de uma fração da classe dominante denota a relevância da prática dos intelectuais orgânicos como agentes centrais desse movimento de articulação. É neste movimento que se pode conceber a atividade dos intelectuais como uma prática política (MARTINS, 2011).

O caráter processual da hegemonia devém do fato de que ela é dinâmica, portanto, se desenvolve no tempo. É dialética porque abarca uma situação fundamentalmente contraditória, mas que ao mesmo tempo sustenta e reproduz uma desigualdade. Por isso, uma das características da hegemonia é que nela predomina a continuidade frente à ruptura, ainda que esta sempre esteja presente em potencial. Ou seja, a hegemonia impede a ruptura, mas não pode extinguir do horizonte de possibilidades a ocorrência de uma crise de hegemonia. Inclusive, dialeticamente, o medo da crise é um dos fatores que alimentam a própria hegemonia.

Gramsci utiliza o conceito de hegemonia para responder à questão de como domina a classe dominante. Esta preocupação pode ser estendida também para as relações entre as frações da classe dominante ao indagar como uma fração domina as demais. Tomando por base os escritos do autor pode-se extrair alguns elementos que permitem uma apresentação relativamente didática de como a hegemonia opera, com o cuidado de não incorrer numa excessiva simplificação que empobreceria o conceito. Como descrito num trabalho anterior,

pode-se afirmar que a hegemonia se desenvolve em pelo menos três momentos que formam um movimento conjunto e reiterado ao longo do tempo (DUVOISIN; GRANATO, 2020).

Um primeiro momento é aquele de imposição da vontade coletiva da fração dominante sobre as demais. Neste os fatores de ordem econômica são determinantes, embora não sejam exclusivos. De fato, a economia não é apenas o ponto de partida, mas é também o ponto de chegada da dominação de classes. Em outros termos, no contexto de uma sociedade capitalista uma fração é dominante em virtude de encontrar-se no topo da hierarquia econômica e, igualmente, o processo de dominação que ela engendra no plano político e ideológico visa manter e reproduzir esta condição. Por isso, diferentemente do que argumenta Aliaga (ALIAGA, 2011), a fundamentação econômica da dominação de classes afasta Gramsci das concepções elitistas que predominam na ciência política, em especial em sua versão italiana. Os que advogam a proximidade entre Gramsci e os elitistas enfatizam a distinção que ele teria feito entre classe dominante, definida economicamente, e classe dirigente, definida política e ideologicamente, mas deixam de observar que estes dois termos se intercambiam ao longo de seus escritos.

Não há dúvidas de que Gramsci parte do pressuposto marxista de que as classes são economicamente fundadas, como fica evidente no excerto abaixo:

Para as classes produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno) o Estado não é concebível mais que como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção. Conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são inseparáveis: a propaganda de uma é também propaganda para a outra: em realidade, só nesta coincidência reside a origem unitária da classe dominante que é econômica e política ao mesmo tempo (GRAMSCI, 1999a, p. 188).

No entanto, na visão de Gramsci a desigualdade econômica não se sustentaria se não houvesse a incidência de outros fatores igualmente determinantes e que definem uma correlação de forças entre as classes bem como entre as frações de uma classe. Assim, em seu momento de dominação a fração dominante leva em conta este conjunto de fatores, apropriando-se deles, mobilizando-os e operando-os como recursos para si. O poder é exercido, ao mesmo tempo, através da força e da violência, bem como pela disseminação de valores e crenças, e conta com a ativa participação do Estado. A este respeito Gramsci afirma:

Todo Estado é ético uma vez que uma de suas funções mais importantes é a de elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas e portanto aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes nesse sentido: porém na realidade, a esse fim tendem uma multiplicidade

de outras iniciativas e atividades supostamente privadas que formam o aparato da hegemonia política e cultural das classes dominantes (GRAMSCI, 1968, p. 307).

Assim, o primeiro momento da hegemonia é aquele que ocorre de cima para baixo. Em diversas passagens dos “Cadernos do Cárcere” o pensador italiano reafirma este momento de imposição, de subsunção e de incidência direta que a fração dominante exerce sobre o conjunto da sociedade. Destituir a hegemonia deste primeiro movimento leva a uma deturpação do conceito tal como o proposto em Gramsci. Uma das marcas da hegemonia é a existência de uma intencionalidade na conduta da fração dominante em relação às demais. A diferença da abordagem gramsciana para outras é que esta intencionalidade não se reduz a uma mera conduta racional. Na verdade, ela marca a totalidade dos elementos, incluindo os fatores subjetivos envolvidos. Assim, se é verdade que o Estado é mais do que um instrumento de classe, não se pode ignorar que do ponto de vista da fração dominante ele de fato é visto comumente como um recurso que exerce funções instrumentais.

O segundo momento em que a hegemonia se desenvolve é a formação do consentimento dos dominados. O termo “dominados” aqui inclui tanto o conjunto das classes trabalhadores como também as frações subordinadas da classe dominante.¹³ Este segundo momento é talvez a contribuição mais original de Gramsci para a compreensão do processo de dominação, e tem sido bastante enfatizado pelos estudiosos. Trata-se de uma série de formas de submissão, adequação, apassivamento dos membros das frações subordinadas chegando inclusive à internalização das relações de dominação a ponto destes posicionarem-se ativamente em defesa da fração dominante. Ou seja, no limite a hegemonia faz com que os subordinados assumam a posição ideológica dos dominantes. O conceito de hegemonia vem justamente explicar como se constitui o deslocamento entre a condição de classe vivida por um conjunto de indivíduos e a consciência que eles expressam em determinada conjuntura que, muitas vezes, se encontra em contradição com a sua condição.

Por outro lado, o consentimento não extingue a existência de interesses distintos entre a fração dominante e as subordinadas nem esgota todas as contradições entre elas. De tal modo, a ambiguidade da hegemonia deve-se ao fato de que, para além da aceitação ativa e passiva da condição subalterna, esta comporta também manifestações de insatisfação limitadas por parte das frações subordinadas. Se por um lado a hegemonia, sendo uma relação de poder, molda em certa medida a vontade coletiva do sujeito subordinado, por outra ela jamais extingue o

¹³ Partindo de uma abordagem gramsciana, Mendonça utilizou a expressão “frações dominadas da classe dominante” (MENDONÇA, 1997, p. 13). Preferimos aqui utilizar o termo “subordinada” para não tornar a expressão redundante.

enfrentamento que estes impõem à fração dominante. Ainda assim, a hegemonia se mantém na medida em que o nível deste enfrentamento não chega ao ponto de subverter a relação existente.

Como consequência desta correlação, há um terceiro momento que pode ser definido como um movimento de reação da fração dominante aos efeitos que a sua dominação produziu sobre as frações subordinadas. Esta reação pode variar e depende do nível de consentimento que aquele primeiro momento alcançou. Se o consenso é grande, é provável que a fração dominante se sinta livre para avançar na imposição de seus interesses em detrimento das outras frações. Se, ao contrário, aparecem manifestações intensas de insatisfação, a fração dominante pode utilizar os recursos coercitivos do Estado para reprimir tais manifestações e/ou fazer concessões parciais para reduzir as tensões existentes. É a este terceiro movimento que Zavaleta faz referência ao afirmar que “os argumentos ou os requerimentos de teu inimigo devem figurar de algum modo na dominação que se lhe submete” (ZAVALETA, 2009, p. 328).

Gramsci sistematiza o processo de construção da hegemonia da seguinte maneira:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se tomem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa, mas também é indubitável que tais sacrifícios não podem afetar o essencial, porque se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 1999b, p. 42).

Portanto, o interessante é que este terceiro momento já incorpora no exercício da hegemonia as condicionalidades que a participação dos subordinados impôs ao domínio da fração dominante. A sua não incorporação potencializaria certamente a concatenação de uma crise. Assim, como observa Portantiero:

Vista como um elemento histórico, a noção de hegemonia permite especificar a dinâmica da luta de classes como relação entre forças que passaram (e estão passando, no caso das classes subalternas) por um processo de constituição tendente a transformá-las de classes corporativas em classes hegemônicas (PORTANTIERO, 1981, p. 151).

Com este terceiro momento, cria-se uma nova situação e reinicia-se o processo descrito até aqui.

Pode-se notar que do ponto de vista da fração dominante o exercício da dominação não consiste apenas em impor seus interesses sobre as outras frações, mas também em ser capaz de gerenciar as condicionalidades que os grupos subordinados inserem neste processo. Daí o caráter dinâmico e fluido que o conceito de hegemonia descreve. A hegemonia comporta assim

sucessivas mudanças de forma, onde é possível encontrar-se uma variedade de arranjos. Porém exatamente esta enorme variedade possibilita à fração dominante adequar-se a diferentes condições conjunturais sem ter que abrir mão de seu poder. Em outra passagem dos “Cadernos do Cárcere” Gramsci discorre:

É certo que em cada nação deve existir uma certa (e determinada para cada nação) expressão da lei das proporções definidas. Isto é, os diversos grupos devem estar em certas relações de equilíbrio, cujo transtorno radical poderia produzir a uma catástrofe social. Estas relações variam se um país é agrícola ou industrial e segundo os diversos graus de desenvolvimento das forças produtivas. A classe dirigente tratará de manter o melhor equilíbrio para a sua permanência, e não só isto, senão para a sua permanência em determinadas condições de prosperidade e inclusive para incrementar estas condições (GRAMSCI, 1986, p. 52).

Reafirma-se com isto que o conceito de hegemonia tal como foi desenvolvido por Gramsci busca descrever a forma complexa e dialética que a dominação de classes atingiu na sociedade capitalista contemporânea.

2.3 HEGEMONIA EM ESCALA MICROSSOCIAL

Até esta altura a discussão teórica permaneceu num elevado grau de abstração. Pode-se dizer que abordamos a dimensão macrossocial da questão da hegemonia. Entretanto, o potencial da abordagem gramsciana permite-nos também avançar para a dimensão microssocial na qual as ações individuais passam a ter maior relevância. Ainda que o revolucionário italiano reconhecesse a relevância de estruturas e determinações, ele buscou compreender como elas incidem na vida quotidiana individual ou de pequenos grupos e, em contrapartida, como a atividade humana engendrada no nível microssocial também contribui para reproduzir ou romper aquelas estruturas e determinações.¹⁴ Isto possibilita, como demonstrarei mais adiante, uma abordagem teórica do problema dos intelectuais capaz de articular os níveis macro e microssocial na explicação política.

A inclusão do plano microssocial em sua análise propicia a Gramsci uma visão muito mais acurada sobre os processos de transformação. O autor parece estar propondo uma inversão dos termos que o marxismo costumava trabalhar até aquele momento. Se é verdade que Marx e seus sucessores deram ênfase aos macroprocessos de transformação, percebidos através dos

¹⁴ Em geral, os autores gramscianos associam esta dimensão microssocial à dinâmica organizativa que transcorre na sociedade civil. Sobre isto ver Portantiero (1981) e Acanda (2002).

momentos históricos decisivos de crise ou consolidação de determinada ordem social, o programa de pesquisa de Gramsci parece seguir outro caminho. De alguma forma ele está sugerindo que a batalha pela hegemonia entre as classes começa a ser vencida no universo microssocial muito antes de converter-se em grandes acontecimentos históricos. Ao referir-se sobre a organização partidária, Gramsci argumenta que:

Poderia estudar-se concretamente a formação de um movimento histórico coletivo, analisando-o em todas as suas fases moleculares, o que habitualmente não se faz porque carregaria qualquer tratado com um peso excessivo: se assumem pelo contrário as correntes de opinião já constituídas em torno de um grupo ou de uma personalidade dominante. É o problema que modernamente se expressa em termos de partido ou de coalizão de partidos afins: como se inicia a constituição de um partido, como se desenvolve sua força organizada e de influência social, etc. Se trata de um processo molecular, minuciosíssimo, de análise extremo, capilar, cuja documentação está constituída por uma quantidade infinita de livros, de opúsculos, de artigos de revistas e periódicos, de conversas e debates verbais que se repetem infinitas vezes e que em seu conjunto gigantesco representam este trabalho do qual nasce uma vontade coletiva de um certo grau de homogeneidade, desse certo grau que é necessário e suficiente para determinar uma ação coordenada e simultânea no tempo e no espaço geográfico em que o feito histórico se verifica (GRAMSCI, 1968, p. 314–315).

Uma consequência desta abordagem é que ela rechaça simplificações que levam em conta apenas as grandes continuidades e rupturas e que deixam de notar uma série de processos de transformação mais longos e menos evidentes. Por exemplo, em um de seus excertos, observando a importância das mudanças gradativas nas ideologias, Gramsci alerta que “as mudanças nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não sucedem por ‘explosões’ rápidas e generalizadas, sucedem comumente por ‘combinações sucessivas’ segundo ‘fórmulas’ sumamente variadas” (GRAMSCI, 1999a, p. 100).

Constata-se que o pensador italiano também leva em consideração os indivíduos. Estes aparecem como agentes que se movem no plano microssocial impulsionando novos processos germinais que definem a reprodução ou a revolução da ordem social. O autor costuma utilizar o termo “molecular” para referir-se exatamente a esta luta que se desenvolve no âmbito microssocial e que é decisiva para o desenvolvimento e consolidação de certas situações muito antes destas tornarem-se perceptíveis. A organização coletiva pode ser entendida como uma esfera central de mediação entre o universo micro e o macrossocial:

A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivo alcançado através do esforço individual concreto, e não por um processo fatal estranho aos indivíduos: daí a obrigação de disciplina interior e não só da externa e mecânica (GRAMSCI, 1968, p. 66).

Como vê-se, a coletividade não aparece hipostasiada haja vista que ela é resultado do “esforço individual concreto”. Os indivíduos chegam a influenciar a esfera macrossocial a partir

do seu envolvimento no processo de organização coletiva. Com isso, a elaboração da “vontade coletiva”, termo que aparece diversas vezes nos escritos do autor, não se dá naturalmente e independentemente da atividade individual. É por isso que Gramsci reitera permanentemente a importância da formação de agrupamentos para se compreender a dinâmica da sociedade. Mas há uma segunda questão. Como pode-se notar, a dominação sobre os indivíduos não é exercida desde fora somente. Ela perpassa também os indivíduos como “disciplina interior” conformando assim a sociedade. Neste sentido, a sociedade não está fora do indivíduo, senão é também incorporada em sua própria individualidade historicamente constituída. Na escala microsocial, a hegemonia atravessa o próprio indivíduo. Uma vez que para Gramsci o indivíduo não é um todo coerente, a hegemonia atua ativando certos aspectos e apassivando outros:

Pela própria concepção de mundo se pertence sempre a um determinado agrupamento, e precisamente a aquele de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e atuar. Se é conformista de certo conformismo, se é sempre homens-massa ou homens coletivos. A questão é essa: de que tipo histórico é o conformismo, o homem-massa de que se forma parte? Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente e sim ocasional e desagregada, se pertence simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, a própria personalidade está composta de forma estranha: se encontram nela elementos do homem das cavernas e princípios da ciência mais moderna e avançada, prejuízos de todas as fases históricas passadas toscamente localistas e intuições de uma filosofia futura tal como a que será própria do gênero humano unificado mundialmente (GRAMSCI, 1986, p. 246).

Esta tensão entre o indivíduo ativo, construtor de coletividades, e o indivíduo que introjeta a dominação em sua própria constituição individual é central na proposição gramsciana. Portanto, é possível afirmar que na perspectiva de Gramsci a hegemonia opera em diferentes escalas. Ela pode ser apreendida no plano macrosocial, através dos grandes processos de transformação e continuidade histórica, mas também, e sobretudo, pela permanente luta que se trava no plano microsocial, de organização de novos agrupamentos onde o movimento molecular dos indivíduos se torna fundamental.

Tudo isto nos aponta para a *práxis* como categoria central do arcabouço teórico de Gramsci. Para ele, é através de sua atividade concreta que os homens são capazes de transformar a realidade. Nesta perspectiva, a ação social é dotada de sentido. O homem é um ser teleológico que planeja suas ações mobilizando os recursos disponíveis e tendo em vista atingir certos objetivos vislumbrados previamente:

O homem, neste sentido, é vontade concreta, ou seja aplicação efetiva do abstrato querer ou impulso vital aos meios concretos que realizam tal vontade. Se cria a própria personalidade: 1) dando uma orientação determinada e concreta (“racional”) ao próprio impulso vital ou vontade; 2) identificando os meios que fazem tal vontade

concreta e indeterminada e não arbitrária; 3) contribuindo para modificar o conjunto das relações concretas que realizar esta vontade na medida dos próprios limites de potência e de forma mais frutífera. O homem deve conceber-se como um bloco histórico de elementos puramente individuais e subjetivos e de elementos de massa e objetivos ou materiais com os quais o indivíduo se encontra em relação ativa. Transformar o mundo externo, as relações gerais, significa potencializar-se a si mesmo, desenvolver-se a si mesmo. (GRAMSCI, 1986, p. 215).

Ressalta-se que a ênfase na atividade humana não é estranha ao marxismo, afinal foi a partir dela que Marx rompeu com o materialismo de Feuerbach (MARX, 2007). De forma bastante simplificada, Gramsci dirá que a *práxis* é “a relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica” (GRAMSCI, 1968, p. 158). É bastante conhecida a teoria de Weber sobre a ação social dos indivíduos (WEBER, 2002). Porém, muitos ignoram que a análise marxista também pressupõe a ação individual orientada.¹⁵ O que diferencia a noção de *práxis* de uma visão racionalista é que ela é, por sua própria natureza, histórica e socialmente determinada. Ou seja, os anseios que movem o agir humano do ponto de vista da *práxis* não são naturais ou imutáveis. São as diferentes visões de mundo, ou mais propriamente as ideologias, que orientam as ações individuais vinculando-as a processos sociais mais abrangentes. Sendo assim, a *práxis* prevê que o indivíduo age sim com um sentido determinado, uma prévia-ideação. Porém, ela mesma é resultado de processos ideológicos de que o indivíduo é parte.

2.4 A DIMENSÃO IDEOLÓGICA DA HEGEMONIA

Como foi observado pela literatura que tratou sobre este tema, a ideologia enquanto conceito conformou-se através de um caminho tortuoso e atualmente é um conceito compartilhado por distintas vertentes teóricas e, por isso, carrega diferentes significados (EAGLETON, 1997; LÖWY, 1995; REHMANN, 2013). Sabe-se que predominou em Marx uma visão essencialmente negativa do conceito de ideologia.¹⁶ Esta esteve fortemente associada à ideia de falseamento e distorção da realidade que impedia os indivíduos de acessarem a essência das relações de produção em que eles se encontravam enredados. Por outro lado, é necessário reconhecer que em alguns textos o próprio Marx já havia esboçado uma visão

¹⁵ Um exemplo deste tipo de visão encontra-se em Althusser (1974), para quem o indivíduo aparece praticamente como o resultado das interpelações da ideologia.

¹⁶ Para uma discussão mais detalhada sobre o conceito de ideologia na teoria marxista ver Eagleton (1997) e Löwy (1995). Para uma apreciação do emprego do conceito de ideologia nas formações sociais subdesenvolvidas latino-americanas ver Silva (1978).

alternativa, reconhecendo o sentido positivo que a ideologia cumpria enquanto consciência social prática (VAISMAN, 2010). Seguindo este segundo caminho, Gramsci, concebe a existência de um papel positivo da ideologia enquanto forma historicamente determinada da consciência de classe. Ao inverter o sentido do conceito de ideologia, o revolucionário italiano propõe uma releitura do papel de Marx enquanto produtor de uma ideologia voltada para a transformação da sociedade capitalista:

Para Marx as “ideologias” são exatamente o contrário de ilusões e aparências; são uma realidade objetiva e operante, porém não são o motor da história, e isso é tudo. Não são as ideologias as que criam a realidade social, senão que é a realidade social, em sua estrutura produtiva, a que cria as ideologias. Como poderia ter Marx pensado que as superestruturas são aparências e ilusão? Inclusive suas doutrinas são superestrutura. Marx afirma explicitamente que os homens tomam consciência de suas obrigações no terreno ideológico das superestruturas, o qual não é pequena afirmação de “realidade”: sua teoria quer também ela precisamente “fazer tomar consciência” das próprias obrigações, da própria força, do próprio dever, a um determinado grupo social. (GRAMSCI, 1999c, p. 149).

A partir desta concepção, a ideologia pode ser definida como uma visão de mundo, dotada de diferentes graus de coerência e contradições, a partir da qual o ser humano concebe o seu lugar no mundo e nele atua.

Sendo a ideologia compreendida como visão de mundo, o pensamento científico não está isento de ideologias.¹⁷ Pelo contrário, na teoria de Gramsci a ciência, ao lado da filosofia, pode ser concebida como as mais elaboradas formas de ideologia. Desta perspectiva, não é possível conceber uma posição ou um tipo de crença “pragmática”, no sentido de ser isenta de ideologia, como propõe Giovanni Sartori (1969). Qualquer posição ou crença é ideologicamente fundamentada porque está construída desde algum lugar e, independentemente das vontades individuais, reproduz ou contesta relações existentes.

É preciso refletir como as ideologias incidem sobre o processo de construção de hegemonia. Deve-se a Ernesto Laclau a afirmação de que o conceito de hegemonia deve ser pensado como um processo de articulação discursiva (LACLAU, 2004; LACLAU; MOUFFE, 1987). Sem dúvida esta abordagem abriu uma perspectiva instigante e promissora para analisar os processos de construção de hegemonia e estudos empíricos sobre o papel da ideologia no mesmo.

Laclau apoia-se naquelas assertivas de Lacan que evidenciam que o significante é que cria o significado e não o inverso. Ou seja, do ponto de vista social, Laclau combate o pressuposto de que existe uma classe social objetivamente anterior ao próprio discurso que a

¹⁷ Sobre isso ver Vaisman (2010).

constitui. Pelo contrário, ele propõe que a classe e a luta de classes são apenas um entre diversos discursos possíveis que articulam determinada hegemonia. Portanto, a noção de articulação para ele teria um sentido muito próximo ao de fundação ou criação, pois a hegemonia não seria propriamente resultado de um movimento de unificação de partes pré-existentes e sim a criação de um sentido de unidade com base numa realidade ontologicamente fragmentada e destituída de sentido.

Ao analisar o populismo, Laclau nota que este é um significante discursivo que vem sendo construído ao longo da contemporaneidade capaz de articular com efetividade a hegemonia na medida em que aparece como um significante vazio, ou seja, que é capaz de estabelecer uma cadeia de equivalências que funda uma identidade entre diferentes significados (LACLAU, 2004). O significante vazio, contudo, pode tornar-se flutuante na medida em que se estabelece uma fronteira antagônica no nível de seu significado. Trata-se, pois, de uma espécie de disputa que distintas cadeias de significados antagônicos travam em torno de um mesmo significante. O exemplo apresentado pelo autor é a clivagem verificada entre o discurso de esquerda e de direita em torno da noção de povo:

O exemplo que tínhamos em mente era o de um regime opressivo – no caso, o czarismo – separado por uma fronteira política das demandas da maioria dos setores da sociedade [...]. Cada uma dessas demandas em sua particularidade é diferente de todas as outras [...]. No entanto, todas elas são equivalentes entre si em sua oposição comum ao regime opressivo [...]. Isto, como vimos, conduz a que uma das demandas intervenha e se converta no significante de toda a cadeia – um significante tendencialmente vazio. Porém todo o modelo depende da presença de uma fronteira dicotômica: sem ela, a relação de equivalência se derrubaria e a identidade de cada demanda se extinguiria em sua particularidade diferencial.

Entretanto, o que ocorre se a fronteira dicotômica se dissolve como resultado de que aquele regime opressivo se torna ele mesmo hegemônico, ou seja, tenta interromper a cadeia de equivalência do campo popular mediante uma cadeia equivalente alternativa, na qual algumas das demandas populares são articuladas com ligações totalmente diferentes (por exemplo, como veremos em um momento, a defesa do homem humilde [*small man*] contra o poder deixa de associar-se a um discurso de esquerda, como no *New Deal* estadunidense, e começa a vincular-se com a “maioria moral”)? Neste caso, as *mesmas* demandas democráticas recebem a pressão estrutural de projetos hegemônicos *rivals*. Isto gera uma autonomia dos significantes populares diferente da que temos considerado até agora. A questão já não radica em que o particularismo da demanda se torna autossuficiente e independente de qualquer articulação equivalente, e sim que seu sentido permanece indeciso entre fronteiras de equivalências alternativas. Aos significantes cujo sentido está “suspensão” deste modo os denominaremos significantes flutuantes (LACLAU, 2004, p. 165).

O interessante da abordagem de Laclau é que ela potencializa uma compreensão dos processos ideológicos que perpassam as mudanças de hegemonia.

Por outro lado, a perspectiva do autor escorrega perigosamente para a pós-modernidade. Ela está muito próxima do giro linguístico, enquanto a tendência a conceber o discurso como

constituidor da realidade social. Vale dizer que não compartilhamos do giro linguístico proposto pelo autor e seu enunciado de que o marxismo clássico seria uma teoria determinista e essencialista. Erroneamente, Laclau argumenta que o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci colocaria em cheque os pressupostos fundados por Marx. Segundo ele, “o pensamento de Gramsci é somente um momento de transição numa desconstrução do paradigma essencialista do marxismo clássico. Porque para Gramsci, o núcleo de toda articulação hegemônica continua sendo uma classe social fundamental (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 5). Não é possível deixar de notar que esta crítica de fundo conduz o autor para um lugar bem distante do marxismo.

Portanto, a insuficiência da abordagem de Laclau é que ele não compreende a hegemonia como o resultado de uma relação entre classes. Ainda assim, concebe-se que é possível apropriar-se da proposição que o autor faz da hegemonia enquanto articulação desde que possamos restringir esta noção à esfera ideológica. Com base neste entendimento, ao manter a concepção marxista das classes sociais, os processos de interação entre significante e significados descritos por Laclau ajudam a compreender o papel da ideologia enquanto esfera de incidência dos intelectuais para criar determinados sentidos, definir problemas, naturalizar situações, minimizar e acobertar diferenças, delimitar certos objetos passíveis de intervenção política, etc. de forma a reproduzir ou modificar as relações de poder entre as classes.¹⁸

2.5 INTELECTUAL ORGÂNICO

Chegamos, então, ao conceito central deste trabalho que é o de intelectual orgânico. O conceito de intelectual é um dos que aparecem com centralidade na obra de Gramsci (BUCI-GLUCKSMANN, 1980). Através dele, o pensador marxista italiano buscou desenvolver sua teorização sobre a questão da cultura, do Estado e da política, tanto sobre a realidade nacional italiana, quanto sobre as diferentes experiências de afirmação da ordem burguesa que transcorreram no plano internacional. Diversas passagens de seu “Cadernos do Cárcere” sugerem o esforço em fazer uma história comparada dos intelectuais, buscando desvendar as especificidades dos intelectuais italianos em relação a seus congêneres franceses, ingleses, alemães, chineses e estadunidenses. Ao acompanhar o tema dos intelectuais nota-se como ele

¹⁸ Algumas das operações ideológicas mencionadas encontram-se na obra de Lauro Campos que elenca um interessante conjunto de elementos que perpassam as construções teóricas das ciências econômicas (CAMPOS, 1980).

apresenta-se como um fio condutor que ajuda a explicar diversos outros elementos que particularizam a história italiana em perspectiva comparada, como o papel da Igreja Católica, a ausência de uma corrente política de tipo jacobina, a cultura cosmopolita, o caráter tardio e conservador de sua unificação nacional e a unidade contraditória de um Estado dirigido por intelectuais ligados à aristocracia agrária e à ascendente burguesia industrial ao mesmo tempo.

Devido a este caráter articulador, entrelaçando-se com tantas outras categorias de análise da sociedade, o conceito de intelectual em Gramsci adquire um amplo potencial explicativo, porém carrega um conjunto de determinações muito complexas. O mais importa neste trabalho é compreender qual é a relação entre os intelectuais e as frações da classe dominante.

Em Gramsci, o conceito de intelectual sofre uma dupla determinação que indica a existência de uma contradição. Por um lado, os intelectuais se distinguem do restante da sociedade, constituindo uma camada particular. A peculiaridade da análise de Gramsci, contudo, é que ele não atribui esta especificidade à atividade de tipo intelectual em si e sim à sua função na totalidade social. Neste sentido, constata-se que Gramsci tem uma posição não essencialista do conceito de intelectual. Em geral, a área das ciências humanas reserva o termo intelectual para referir-se aos pensadores de uma época, àquelas pessoas que tem como atividade principal o desenvolvimento das ideias e o domínio das letras. Segundo Marletti, modernamente existem dois significados para o termo: o primeiro refere-se a uma “uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa, superior à média” e o segundo significado estaria relacionado à figura dos escritores engajados (MARLETTI, 1998, p. 637). De fato, Gramsci não segue nenhuma dessas duas variantes. Na verdade, para ele os intelectuais desempenham um papel de organização e controle do conjunto da sociedade.

O surgimento dos intelectuais é o resultado do processo histórico de separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual que se desenvolveu ao longo da implantação do capitalismo como modo de produção, conforme Marx e Engels já haviam enfatizado (MARX; ENGELS, 2007, p. 47–48). Assim, Gramsci concebe o intelectual como ser social surgido da complexificação da divisão social do trabalho:

O velho tipo de intelectual era o elemento organizador de uma sociedade de base camponesa e artesã predominantemente; para organizar o Estado, para organizar o comércio a classe dominante cultivava um tipo particular de intelectuais. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada. Nas sociedades onde as forças econômicas se desenvolveram no sentido capitalista, até absorver a maior parte da atividade nacional, é este segundo tipo de

intelectual que tem prevalecido, com todas suas características de ordem e disciplina intelectual. (GRAMSCI, 1999a, p. 353–354).

Como o excerto indica, há uma clara convergência entre as características mais gerais da sociedade e o perfil de intelectual que nela subsiste. Parece também haver o entendimento de que a principal função dos intelectuais tem a ver com as atividades ligadas à organização, controle e disciplinamento da sociedade. Nota-se que Gramsci vincula o tema dos intelectuais à questão técnica entendendo essa como necessária tanto às atividades de produção quanto aquelas de gestão e controle da sociedade moderna. Além disso, percebe-se que em momento algum Gramsci separa os imperativos técnicos daqueles propriamente ideológicos que estão na base da função dos intelectuais. Inversamente, o fato de os intelectuais terem uma função técnica os capacita a ocupar uma posição estratégica na disseminação de visões de mundo e valores sobre uma ampla massa da população. Daí talvez se explique porque Gramsci deu grande atenção à formação escolar como processo de formação ao mesmo tempo técnica e ideológica.

A inseparabilidade dessas duas dimensões é uma das grandes contribuições do pensador italiano para a compreensão do papel da ciência e dos quadros técnicos, aparentemente não políticos, para o exercício da hegemonia. Levando em conta as consequências deste aspecto para a análise empírica proposta neste trabalho, o fato de estarmos analisando um grupo de economistas deve compatibilizar pois a dimensão técnica e profissional que recobre a sua atividade como economistas com os aspectos políticos-ideológicos que a função do intelectual inexoravelmente carrega.

Aparentemente contradizendo a especificidade dos intelectuais como camada social, Gramsci também defende que os intelectuais não são uma categoria social apartada e independente das classes fundamentais, e nisto há uma diferença central entre esta proposição e a teoria das elites. Numa de suas passagens mais conhecidas, ao questionar se os intelectuais devem ser considerados um grupo social autônomo ou se cada grupo social tem seus próprios intelectuais, sua resposta inicia com a seguinte proposição:

Cada grupo social, ao nascer sobre a base original de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função no campo econômico (GRAMSCI, 1999c, p. 187).

Aqui podemos efetivamente afirmar que o autor está se referindo aos intelectuais orgânicos. Diversos aspectos novos aparecem neste excerto. Um primeiro é a clara indicação de que a emergência dos intelectuais está ligada ao movimento de surgimento dos grupos sociais

no campo econômico. Assim, há um processo histórico de fundo através do qual se dá esta emergência. O autor chega a afirmar que uma parte dos empresários capitalistas são intelectuais na medida em que precisam desenvolver uma capacidade técnica para garantir o funcionamento do mundo da produção e a sua dominação como classe no âmbito do Estado. Ao lado dos empresários estão os intelectuais vinculados a burguesia, como os economistas, os técnicos industriais, os cientistas aplicados, os cientistas teóricos e os filósofos (GRAMSCI, 1999c, p. 187).

Além disso, uma particularidade importante na interpretação do comunista italiano é que para ele não é apenas a classe dominante e suas frações que produzem seus intelectuais, mas todos aqueles que tem “uma função essencial no mundo da produção econômica”. Com isto, Gramsci passa a incluir as classes dominadas dentro desta problemática. A consequência disso é que o conceito de intelectual se amplia grandemente, processo do qual o autor está consciente:

Por intelectuais deve-se entender não [somente] aquelas camadas designadas comumente com esta denominação, mas sim em geral toda a massa social que exerce funções organizativas em sentido lato, tanto no campo da produção, como no da cultura, como no campo administrativo-político: correspondem aos suboficiais e aos oficiais subalternos no exército (e também a uma parte dos oficiais superiores com exclusão dos extratos maiores no sentido mais restrito da palavra) (GRAMSCI, 1999a, p. 103).

De partida, poder-se-ia pensar pois que o critério de pertencimento de um intelectual é a sua origem de classe, mas não é este o entendimento que Gramsci tem da questão. O autor é categórico neste sentido. Em relação ao campesinato italiano ele afirma que

Deve-se assinalar que a massa de camponeses, por mais que desempenhe uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais “orgânicos” e não “assimila” nenhum estrato de intelectuais “tradicionais”, por mais que da massa dos camponeses outros grupos sociais extraiam muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais sejam de origem camponesa (GRAMSCI, 1986, p. 354).

O que quer dizer precisamente este excerto? Ele revela que o campesinato é incapaz de se organizar política e ideologicamente como classe, apesar de que se constitua como uma classe do ponto de vista econômico, justamente porque não consegue formar seus intelectuais. Como consequência do fato de não ter intelectuais orgânicos, os camponeses são incapazes de travar a disputa pela hegemonia na sociedade. O trecho demonstra ainda que existem indivíduos de origem camponesa que se tornam intelectuais de outras classes e o autor cita o caso dos “intelectuais tradicionais” organicamente vinculados à aristocracia feudal representada pelo

clero católico. Isto demonstra que a organicidade dos intelectuais não tem necessariamente a ver com sua origem social. Inversamente, é a *práxis* dos intelectuais em relação às classes sociais e às frações da classe dominante que define o seu vínculo de classe como intelectuais orgânicos.

Um outro exemplo que Gramsci apresenta da distância que pode existir entre origem e vínculo orgânico é o caso da formação dos intelectuais da burguesia alemã no século XIX. A este respeito, diz o autor

[...] a burguesia obtém o governo econômico-industrial, porém as velhas classes feudais permanecem como camada governantes com amplos privilégios de casta no exército, na administração estatal e sobre a terra; mas ao menos **na Alemanha essas velhas classes**, se bem conservam tanta importância e mantêm tantos privilégios, **exercem uma função, são os “intelectuais” da burguesia (Grifo nosso)**, com um determinado temperamento dado pela origem de classe e pela tradição (GRAMSCI, 1999a, p. 119).

Ou seja, a particularidade do desenvolvimento histórico alemão é que este aponta a possibilidade de uma classe fornecer à outra seus intelectuais orgânicos.

Até aqui os intelectuais aparecem como elementos passivos, como anexos das classes e frações. Todavia, na visão de Gramsci os intelectuais são seres ativos, por isto, em outras passagens o autor apresenta a relação entre o intelectual orgânico e a classe de maneira inversa àquela desenvolvida até o momento. Ao invés de entender os intelectuais como mero representantes dos interesses das classes, Gramsci alerta que é preciso entendê-los como os próprios formuladores da consciência e da organização da classe:

Autoconsciência crítica significa histórica e politicamente criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si mesma” e sim organizando-se (em sentido lato) e não há organização sem intelectuais, ou seja, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico do nexa teoria-prática venha a se distinguir concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 1986, p. 253).

Evidentemente esta inversão não é total, pois as classes e frações continuam tendo existência econômica objetiva. Trata-se aqui de uma ênfase no processo organizativo que ocorre internamente a cada uma das classes em escala microssocial. Como pode-se depreender do excerto, este processo de organização impõe uma necessária hierarquização interna através da formação do que o autor chama de “uma elite de intelectuais”. Portanto, os intelectuais, por serem “organizadores e dirigentes” exercem tanto uma função ideológica, de “autoconsciência”, quanto uma função política. Como diz Gramsci em outra passagem, “o que

é ‘política’ para a classe produtiva se converte em ‘racionalidade’ para as classes intelectuais” (GRAMSCI, 1999a, p. 190).

Temos assim uma mútua determinação entre o intelectual orgânico e a classe. Se por um lado é correto dizer que a classe e seus interesses são os critérios a partir dos quais é possível aferir a vinculação dos intelectuais, por outro, os próprios intelectuais traduzem estes interesses no plano ideológico e político, contribuindo para a organização das classes e suas frações. Como sair desta circularidade a fim de conseguir operacionalizar o conceito de intelectual orgânico na pesquisa empírica? É preciso retomar novamente a questão da hegemonia, pois é ela o critério a partir do qual é possível identificar o lugar dos intelectuais orgânicos.

O método para identificar os intelectuais orgânicos deve iniciar pois pelo contraste sistemático entre a posição das classes e frações na estrutura econômica em relação às formas políticas e ideológicas vigentes. A partir deste contraste é que se pode verificar o deslocamento que existe entre as classes e suas expressões na superestrutura e saber qual é a fração hegemônica em cada período histórico específico. Apenas depois deste conhecimento prévio é possível identificar os intelectuais orgânicos que representam os interesses de cada uma das frações da classe dominante, afinal

Os intelectuais têm uma função na “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e no “domínio” sobre ela que se encarna no Estado, e esta função é precisamente “organizativa” ou conectiva: os intelectuais têm a função de organizar a hegemonia social de um grupo e seu domínio estatal, isto é, o consenso dado pelo prestígio da função no mundo produtivo e o aparato de coerção para aqueles grupos que não “consentem” nem ativa nem passivamente, ou para aqueles momentos de crise de mando e de direção em que o consenso espontâneo sofre uma crise (GRAMSCI, 1999c, p. 188).

Assim, não é possível conhecer o vínculo dos intelectuais orgânicos apenas através da observação pontual de sua relação com uma das frações de classe, senão através do cotejamento da sua relação com cada uma das frações da classe dominante no quadro de uma hegemonia estabelecida. Neste sentido, os intelectuais orgânicos da fração hegemônica são aqueles que cumprem o papel de articuladores da hegemonia vigente a partir de sua atuação em uma área específica. De outro modo, os intelectuais orgânicos das frações subordinadas são aqueles que lutam contra a hegemonia vigente e pela implementação de uma nova hegemonia que alce a fração até então subordinada à posição hegemônica no interior da classe dominante. Este é o critério principais de aferição dos intelectuais orgânicos.

Há uma série de consequências nesta forma de apreensão. Em primeiro lugar, deve-se despir a análise de uma certa ingenuidade teórica que pretende identificar os intelectuais orgânicos como agentes que necessariamente manifestam explicitamente seus vínculos de

classe. Não é isto o que frequentemente ocorre. É muito comum que os intelectuais orgânicos mascarem seus reais compromissos de classe, e este fato tem relevância para a manutenção da hegemonia. Por isto, insistimos que os intelectuais orgânicos não são categorias que possam ser conhecidas sem levar em conta o conjunto de mediações que estão interpostas entre a posição econômica de uma classe e as expressões políticas e ideológicas dominantes na sociedade.

Considerando as características da construção hegemônica, muitas vezes é indispensável que os intelectuais orgânicos de uma fração se apresentem como representantes de interesses mais gerais ou mesmo como defensores de interesses de outra fração que não aquela com a qual estão de fato comprometidos. Ou seja, é comum que intelectuais revestidos como representantes de uma fração subordinada estejam de fato escondendo seu efetivo compromisso com a fração hegemônica no intuito de manter aquela em situação de subordinação.

Por outro lado, distintos intelectuais orgânicos da fração hegemônica não necessariamente defendem as mesmas posições conjunturais. Isto ocorre porque a hegemonia de uma fração pode se realizar através de diferentes arranjos hegemônicos. Por isso, pode encontrar-se uma acirrada luta entre intelectuais orgânicos de uma mesma fração para fazer viabilizar arranjos hegemônicos distintos, mesmo que ambos sejam portadores dos interesses de uma mesma fração.

Insistimos que as diversas ambiguidades e movimentos de acobertamento de interesses que marcam a atuação dos intelectuais orgânicos não supõem qualquer espécie de orquestração racional que define unitariamente o movimento histórico das classes. O interessante da abordagem gramsciana é que ela enfatiza os traços particulares da formação social e ideológica dos intelectuais para compreender por que eles concebem a si mesmos de determinadas formas. Por isso, as operações de acobertamento de interesses geralmente não são definidas no plano da intencionalidade dos indivíduos. Ainda que haja iniciativas de tipo conspiratória no movimento dos intelectuais, não se deve tratá-las como centrais para a construção da hegemonia. Afinal, o próprio indivíduo pode não ter clareza sobre o papel social que está cumprindo dentro de um determinado arranjo hegemônico, ainda que efetivamente sua atuação objetiva faça dele um intelectual orgânico. Por isso, o estudo dos vínculos de classe dos intelectuais orgânicos depende da compreensão das relações entre as classes em determinado período bem como do desvendamento da hegemonia vigente. É a partir desta totalidade que é possível descobrir que os interesses de que classe ou fração de classe os intelectuais representam.

2.6 INTELECTUAIS ORGÂNICOS, HEGEMONIA E POLÍTICA ECONÔMICA

Agora que já apresentamos os fundamentos teóricos e os principais conceitos que serão mobilizados ao longo deste trabalho, enfrenta-se neste tópico a discussão sobre o lugar da política econômica dentro do arranjo hegemônico, bem como sobre o papel dos intelectuais orgânicos como formuladores e executores desta política estatal. A importância deste ponto é evidente, afinal este trabalho estuda um grupo de intelectuais que atuam como economistas. Por isso, é preciso compreender como a sua atuação profissional se inter-relaciona com os interesses das frações de classe, por um lado, e com a hegemonia existente, por outro. A partir disto pode-se compreender como a política econômica formulada por estes intelectuais denuncia os seus vínculos orgânicos de classe.

No que tange às funções ideológicas que as teorias econômicas cumprem, deve-se levar em conta primeiramente que o objeto da teoria econômica é social e está perpassado por forte carga normativa. Afinal, todas as teorias econômicas têm como plano de fundo a problemática do comportamento humano, suas motivações e consequências (PAULANI, 2010). Portanto a política econômica é ela mesma construída por critérios ideológicos.

Em segundo lugar, é preciso delimitar o lugar da política econômica dentro de um arranjo hegemônico. Este aspecto não foi praticamente desenvolvido por Gramsci, devendo-se mais uma vez dialogar com a tradição poulantziana. Como bem notou Saes, Poulantzas, teórico que mais desenvolveu a teoria do Estado dentro do marxismo, deixou uma enorme lacuna ao não elucidar o critério através do qual seria possível aferir a hegemonia de uma fração de classe (SAES, 2001, p. 50). Apresentando a sua própria resposta ao problema, Saes propõe que a hegemonia de uma fração poderia ser aferida a partir do perfil de política econômica e social conduzida pelo Estado. Nesse sentido, “pode-se, nessa medida, sustentar que detém a hegemonia no seio do bloco no poder a classe ou fração cujos interesses econômicos são prioritariamente contemplados pela política econômica e social do Estado” (SAES, 2001, p. 51). Ora a formulação tal qual apresentada parece ter um problema de fundo. Afinal, ela não deixa claro o que vem a ser exatamente a política econômica e social do Estado. E dependendo da abrangência que se atribui ao termo pode-se ter entendimentos muito distintos do que o autor quis dizer. Esta lacuna dá margem a pelo menos dois entendimentos distintos.

Um primeiro seria tomar a política econômica e social do Estado no sentido mais delimitado e positivo do termo, enquanto o conjunto de decisões e regulamentações impostas pelo Estado que restringem ou incentivam determinadas práticas das frações de classe. Poder-

se-ia citar o caso das políticas monetária, cambial, fiscal, salarial, de crédito, etc. abrangendo aquilo que se denomina de política macro e microeconômica. Neste caso, a política econômica e social se ateriam ao escopo da atuação estatal, ficando fora deste critério todo o universo de práticas não regulamentadas ou não previstas pelo próprio Estado. Pode-se pensar como exemplos deste caso a disseminação ideológica que as igrejas fazem e seu impacto como elemento que contribui para viabilizar certo arranjo hegemônico. Neste caso, seria no mínimo estranho incluir tal fator no leque da política econômica e social do Estado. O risco da abordagem de Saes é o de confundir medidas de política econômica de caráter compensatório aplicadas pelo Estado como se estas evidenciassem a hegemonia de uma fração que de fato é subordinada no conjunto da classe dominante. Por isso, considera-se que este primeiro entendimento da afirmação de Saes levaria a uma concepção estatista da hegemonia, afinal aqueles aspectos do poder de classe que não passam pelo Estado estariam excluídos do conceito.

Por outro lado, a afirmação do autor está correta se por política econômica e social se entenda tanto o conjunto de decisões e regulamentações quanto o universo do não decidido e do não regulamentado. O problema, neste caso, é que a definição do que é uma política econômica e social estatal seria tão amplo que abarcaria tudo o que diz respeito à economia e à sociedade, esvaziando o sentido da própria definição de Estado. Por isso, considera-se que a anterior afirmação do autor peca tanto pela indefinição dos termos que apresenta, quanto por tomar o Estado como o lócus definidor da hegemonia.

Se, diferentemente, entendermos por hegemonia a forma de exercício do poder que permite a uma fração manter-se no topo da hierarquia econômica interna da classe dominante, o critério para averiguar qual é a fração hegemônica passa a ser a própria posição econômica das frações entre si. Em outros termos, a hegemonia deixa de ser tratada como um fenômeno estatal e passa a ser vista sob o prisma das relações de poder entre as frações de classe, onde a política econômica e social do Estado entra apenas como um dos elementos incidentes. Com isso, para compreender o papel de determinada política econômica no arranjo hegemônico é preciso considerar o impacto desta política no quadro da estrutura econômica existente e seus efeitos sobre o conjunto das frações da classe dominante, tanto no que diz respeito àquilo que está no escopo de uma decisão quanto ao que ela ignora, exclui e não regulamenta. Esta tarefa torna o trabalho de avaliar a política econômica mais complexo, porém é mais realista do que a simples consideração sobre o conteúdo explícito de determinada política.

Além disso, deve-se levar em consideração que a política econômica está longe de ser constituída por respostas evidentes para problemas concretos. Há um inexorável componente

ideológico na política econômica que vai desde a consolidação de um diagnóstico, identificando o que é ou não é um problema passível de intervenção política, até a delimitação das medidas consideradas possíveis e adequadas para resolvê-los. Ou seja, ao longo do tempo os intelectuais constroem a política econômica enquanto tal, estabelecendo os critérios teóricos de verdade sobre o funcionamento da economia capitalista e sobre os limites daquilo que é o não é passível de regulamentação. Ao longo deste processo ocorrem embates entre intelectuais orgânicos vinculados a diferentes frações de classe, o que não significa afirmar que toda e qualquer diferenciação no âmbito da política econômica reflita imediatamente interesses de classe distintos. Tudo depende, como já dito, dos efeitos que tais políticas podem ter na relação entre as frações da classe dominante.

3 FRAÇÕES BURGUESAS, HEGEMONIA E POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL

No capítulo antecedente apresentamos as bases teóricas e os principais conceitos que norteiam esta tese. A partir daqui, fazendo as mediações pertinentes dos conceitos antes trabalhados em grau elevado de abstração, passaremos a trabalhar com aspectos mais concretos, buscando operacionalizar os pressupostos teóricos e os conceitos já apresentados.

O objetivo deste capítulo é propor uma interpretação geral sobre os arranjos hegemônicos no interior da classe dominante no Brasil, bem como suas transformações, entre os anos 1930 e meados dos anos 1990. Teoricamente, considerando que o compromisso de classe dos intelectuais orgânicos pode ser conhecido somente a partir da compreensão do arranjo hegemônico existente, este momento de síntese teórico-interpretativa é fundamental para a nossa investigação. Optou-se por retroceder no tempo até os anos 1930 em função de que a formação acadêmica dos sete economistas estudados remonta à influência ideológico do chamado “desenvolvimentismo”. Assim, se tomássemos como ponto de partida os anos 1960 deixaríamos fora da análise um lastro importante da formação deste grupo que os influenciou posteriormente.

Alguns dos principais elementos que esta exposição aborda são as características econômicas, a composição interna da classe dominante e a política econômica. Este conjunto de fatores se unifica no esforço de interpretar os arranjos de hegemonia vigentes em cada período. Pretende-se demonstrar que houve dois momentos centrais de corte. Um primeiro que se deu nos anos 1960 como resultado de uma crise que se arrastava desde meados da década de 1950. Pode-se tomar como marco deste primeiro corte o ano de 1964, que representou a transição da hegemonia da fração industrial nacional predominante durante a Era Vargas (1930 – 1945) para a hegemonia da fração industrial estrangeira. Um segundo corte ocorreu em fins dos anos 1970, caracterizado pela transição da hegemonia da fração industrial estrangeira para a hegemonia da fração financeira internacional. Estamos conscientes de que o objetivo deste capítulo é pretencioso. Para dar conta dele é preciso fazer alguns esclarecimentos e definir previamente algumas delimitações. Em primeiro lugar, o foco de nosso esforço é realizar uma síntese teórico-interpretativa geral com base em estudos existentes e em diálogo com sínteses interpretativas já apresentadas por outros autores.

Em segundo lugar, pretendemos abordar apenas as relações das frações da classe dominante entre si, excluindo da análise as classes dominadas. É evidente que este

procedimento exclui uma série de fatores determinantes para o exercício da hegemonia. Apenas para fazer uma breve consideração a respeito, é certo que o grau de consentimento ou contestação por parte das classes dominadas pode modificar decisivamente o exercício da hegemonia, criando brechas para o enfraquecimento de algumas frações da classe dominante e fortalecendo outras. Entretanto, em nossa análise, vamos levar em consideração as classes dominadas apenas na medida em que seus efeitos incidirem sobre a organização interna da classe dominante.

Em terceiro lugar, ao longo do capítulo busca-se contextualizar as principais tendência que marcaram a política econômica em cada fase analisada relacionando-as com o arranjo hegemônico implementado. Serão contempladas, também, as grandes linhas de disputa em torno da política econômica sob o prisma da luta entre as frações da burguesia pela manutenção ou transformação da hegemonia. Entretanto, não é nosso intuito fazer uma análise exaustiva de todos os nuances e oscilações que perpassaram esta história. Vale salientar, pois, que esta exposição serve como um plano de fundo que cumpre o papel de estabelecer um marco compreensivo geral a partir do qual a atuação dos intelectuais orgânicos ganhará significância.

Por último, é preciso fazer uma observação. Sabe-se que houve um longo debate na literatura marxista a respeito da sobrevivência de traços pré-capitalistas na formação social brasileira. Quanto a isto, vale lembrar que até os anos 1960 ainda tinha projeção determinada interpretação que ressaltava o caráter feudal ou semifeudal da nossa estrutura agrária e da classe dominante rural (ERBERELI JÚNIOR, 2012; SODRÉ, 1978). Esta forma de colocar o problema tendia a tratar as características particulares do nosso desenvolvimento sob o ponto de vista dos resquícios ou heranças do passado. Todavia, a partir dos anos 1960 diferentes pensadores passaram a questionar esses pressupostos teóricos ressaltando a efetiva integração do Brasil ao capitalismo mundial, os laços de dependência e o caráter subdesenvolvido que marcaram a nossa formação social (BAMBIRRA, 2013; CARDOSO; FALETTO, 2010; FERNANDES, 1975; FRANK, 1980; MARINI, 2005; OLIVEIRA, 2011). Mesmo sabendo que há diferenças entre os autores mencionados, verifica-se uma convergência entre eles no sentido de abandonar a ideia de atraso e atentar para as particularidades do capitalismo periférico brasileiro e sua forma de integração ao sistema mundial. O ponto de partida deste trabalho considera que atualmente este debate está de modo geral resolvido em favor destas últimas interpretações, o que nos leva a afirmar o caráter capitalista da classe dominante brasileiro no

período estudado.¹⁹ Para ser mais claro, não temos dúvidas em afirmar que na segunda metade do século XX a classe dominante no Brasil já era uma classe capitalista.

3.1 A HEGEMONIA DA FRAÇÃO INDUSTRIAL NACIONAL NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Sem dúvidas há um ponto de corte no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil que pode ser localizado mais ou menos entre as décadas de 1930 e 1940. O marco exato desta viragem é o menos importante aqui. Em geral, esta fase de modernização e expansão capitalista tem sido associada pela literatura ao governo Vargas (1930 – 1945) e sua característica mais visível foi o impulso que a industrialização ganhou a partir de então (MELLO, 1991; OLIVEIRA, 1977; SANTOS, 2006; SILVA, 1976; TAVARES, 1983). Sob a condução do Estado, em cerca de duas décadas o Brasil deixou de ser uma plataforma agroexportadora para tornar-se um importante produtor de mercadorias voltadas para o mercado interno (OLIVEIRA, 1977). A produção de bens industrializados voltados para o consumo básico das classes operárias urbanas criou um ciclo virtuoso de acumulação. A industrialização gerou profundas transformações econômicas, sociais e políticas, podendo-se citar a diversificação produtiva, a superação de uma condição eminentemente agroexportadora, o crescimento dos centros urbanos, a formação da classe operária, a ampliação dos setores médios, a modernização do aparato estatal e o incremento de suas funções como instância de regulação da vida econômica e social, dentro outras.

A literatura marxista também parece concordar com o fato de que o período varguista representou a ascensão da burguesia industrial nacional à posição de fração hegemônica no interior da classe dominante.²⁰ O caráter a formação social brasileira combinava de maneira

¹⁹ Afirmer o caráter capitalista da classe dominante no Brasil não é evidente, não pelo menos até o início da Primeira República (1889 – 1930). Por exemplo, a hipótese do escravismo colonial desenvolvida por Jacob Gorender afirma a existência de um modo de produção específico no Brasil e historicamente novo que teria perdurado até o final da escravidão (GORENDER, 2012). Nele a classe dominante seriam os “plantadores”, ou seja, grandes proprietários rurais, uma classe que não pode ser definida como uma burguesia capitalista moderna.

²⁰ Alguns autores, como Luiz Werneck Vianna (1996), têm destacado o caráter passivo que marcou a implementação desta hegemonia. Estamos conscientes da importância desta questão, mas para o intuito deste trabalho considera-se que ela não compromete a identificação da fração hegemônica. Francisco Pereira de Farias, por sua vez, defende que embora em ascensão a burguesia industrial não se tornou hegemônica, tendo prevalecido uma crise de hegemonia entre 1930 e 1964 (FARIAS, 2010). Considera-se que esta caracterização enfatiza excessivamente a autonomia relativa do Estado e secundariza a centralidade da política pró-industrialização como evidência da hegemonia do capital industrial nacional durante este período.

original traços das fases históricas passadas com elementos modernos: um campesinato disperso e empobrecido, um importante latifúndio agroexportador, um amplo latifúndio tradicional de baixa produtividade, um setor de serviços urbanos precarizado e hipertrofiado, e um incipiente e pujante setor industrial altamente concentrado.

A particularidade da transição brasileira deve-se ao fato de que este processo transcorreu de forma progressiva e sem rupturas drásticas, superando a hegemonia que o capital estrangeiro detinha durante a Primeira República em aliança com a fração agroexportadora (PERISSINOTTO, 1994; SOUZA, 1995). Assim a hegemonia da burguesia industrial nacional foi possível na medida em que esta pactuou com o capital cafeeiro e subordinou o capital estrangeiro, até então o maior beneficiário do desenvolvimento econômico brasileiro. Evidentemente este processo, que se desenvolveu ao longo das décadas de 1930 e 1940, só foi possível devido às fissuras abertas no âmbito do capitalismo internacional em virtude da grande crise de 1929.

Por sua vez, a política econômica que predominou nestas décadas por ser caracterizada como tendo um caráter nacional-desenvolvimentista. De acordo com esta visão, a intensificação da industrialização era a chave para o desenvolvimento soberano do país. Acreditava-se que seria possível superar o subdesenvolvimento do país por meio de suas forças econômicas endógenas tendo à frente um Estado que cumpria o papel de planejador, organizador, financiador e produtor (FONSECA, 2013). Cabia ao Estado conduzir positivamente este processo. Para que isto fosse possível, a primeira tarefa que deveria ser cumprida pelos intelectuais era a de estruturar o próprio aparato estatal para que este tivesse condições de atuar em prol do desenvolvimento de maneira planejada. Assim, foi somente entre 1930 e 1950 que se conformou de fato no Brasil um Estado capitalista com base em parâmetros modernos (SANTOS, 2006), o que envolveu a elaboração de um aparato legislativo, instituições educacionais, órgãos de planejamento, incremento da capacidade arrecadatória, criação de bancos e agências de financiamento e um conjunto de empresas estatais produtivas.

No Brasil, a partir de 1930, diversas correntes intelectuais convergiram para o nacional-desenvolvimentismo. Bielschowsky identificou três grandes tendências: uma atrelada ao setor privado e outras duas vinculadas ao setor público, uma de viés nacionalista e outra não-nacionalista (BIELSCHOWSKY, 1995). O desenvolvimentismo do setor privado remonta aos anos 1930 e esteve fortemente associado aos industrialistas nacionais e seus intelectuais, tendo Roberto Simonsen como pioneiro. Posteriormente, identifica-se esta vertente nas associações de classe como a Confederação Nacional da Indústria. Esta vertente identificava-se com o setor

industrialista nacional, defendendo o protecionismo estatal, a ampliação do crédito e opondo-se à política de elevação salarial e tributação sobre os lucros.

Diferentemente, o desenvolvimentismo não-nacionalista vinculado aos intelectuais do setor público tinha uma visão mais positiva sobre o papel do capital estrangeiro. Além disso, desconfiava da ampliação exagerada do intervencionismo estatal e defendia com mais veemência a necessidade de controlar a inflação. A conformação deste grupo está associada à Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, que ocorreu nos anos 1950, e teve como alguns de seus expoentes Horário Lafer, Valentin Bouças, Ary Torres, Glycon de Paiva e Lucas Lopes. Já no âmbito acadêmico, seu maior expoente foi Roberto Campos (BIELSCHOWSKY, 1995).

A terceira vertente era o desenvolvimentismo nacionalista. Este dava uma maior ênfase ao necessário e proeminente papel do Estado no processo de industrialização frente à um diagnóstico de debilidade do setor privado nacional. Não se opunha à participação do capital estrangeiro, desde que estivesse alocado em áreas consideradas não-estratégicas e que não competisse diretamente com o capital nacional. Como membros deste grupo, destacam-se Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira e Tomás Accioly Borges. Já no meio acadêmico, o maior expoente do desenvolvimentismo nacionalista foi Celso Furtado (BIELSCHOWSKY, 1995).

No âmbito latino-americano, o principal proponente do desenvolvimentismo como um conjunto de assertivas com estatuto científico foi o economista argentino Raúl Prebisch. Sua influência foi notável sobre a geração de economistas formada no Brasil a partir da década de 1950. Do ponto de vista teórico, suas formulações podem ser classificadas como estruturalistas, porque pretendeu analisar a especificidade do desenvolvimento capitalista em condições estruturais periféricas. Suas ideias disseminaram-se pela América Latina devido à sua atuação no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Segundo Bielschowsky, Prebisch “elaborou um amplo e original sistema analítico, que constituiu um poderoso instrumento de compreensão do processo de transformação das economias latino-americanas” (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 16).

Dentre as ideias inovadoras desenvolvidas por Prebisch, pode-se destacar (BIELSCHOWSKY, 1995): 1) O subdesenvolvimento como uma característica dos países periféricos. Neste sentido, o economista argentino destacava a distância que havia entre os países centrais e periféricos no que diz respeito ao progresso técnico, o que produzia uma condição estrutural de depreciação dos termos de troca; 2) A importância do processo de industrialização espontânea ocorrido em alguns países latino-americanos a partir da I Guerra

Mundial. Este foi estudado por Prebisch para demonstrar tanto os limites do capitalismo periférico e suas diferenças em relação ao desenvolvimento dos países centrais quanto para evidenciar o potencial transformador da industrialização; 3) Uma tese original sobre a inflação. Esta afasta-se em parte do pensamento ortodoxo monetarista, embora não o rechace totalmente, tendo em vista que considera o fenômeno inflacionário como fruto de desequilíbrios estruturais no balanço de pagamentos produzidos pela própria industrialização. 4) O processo de substituição de importações enquanto via original da industrialização periférica. Ela “consiste principalmente na ideia de que o processo é o resultado de uma interação dinâmica entre o desequilíbrio externo e as novas demandas por importação, resultantes da expansão industrial” (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 25); 5) A defesa do planejamento econômico como forma de superação dos desequilíbrios econômicos estruturais; 6) A proposição de medidas protecionistas como garantia de continuidade do processo de industrialização dos países latino-americanos.

Todas estas características permitem afirmar que a teoria de Prebisch cumpria um papel ideológico de defesa e justificação do papel central do capital industrial nacional enquanto fração hegemônica no desenvolvimento econômico latino-americano. Uma das evidências disso se encontra nas críticas que a CEPAL recebeu dos Estados Unidos, potência central do mundo capitalista pós-II Guerra Mundial.

Se o descontentamento dos Estados Unidos com a Comissão decorria, no princípio, da simples rejeição de qualquer ingerência das Nações Unidas sobre a América Latina, que consideravam ser área de sua exclusiva influência, com o passar do tempo, o confronto passou a dever-se, cada vez mais, à visão econômica e à concepção de desenvolvimento que a CEPAL adotou, sob a liderança do economista argentino Raúl Prebisch (KLÜGER, 2017, p. 38).

Prebisch a foi o mais destacado economista adepto do pensamento desenvolvimentista. Toda uma geração foi influenciada por suas ideias, incluindo Jorge Ahumada, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares, dentre outros. A conclusão de que a teoria estruturalista de Raúl Prebisch cumpria o papel ideológico de dar sustentação à posição da fração industrial nacional dos países latino-americanos pode ser estendida também para o conjunto de formulações do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Isto não significa, evidentemente, eludir as importantes diferenças existente entre elas. Certamente a corrente mais claramente atrelada aos interesses da fração industrial nacional foi o chamado desenvolvimentismo do setor privado. Mas apesar de algumas diferenças, as outras duas vertentes brasileiras também defendiam claramente os interesses do capital nacional. Como vimos, a corrente do desenvolvimentismo não-nacionalista era muito mais próxima do capital

estrangeiro que a corrente nacionalista. O contrário se verifica com o tema do Estado, pois a corrente nacionalista via a ampliação da participação do Estado na economia como uma necessidade enquanto a versão não-nacionalista buscava restringi-lo. Mas nenhuma dessas duas se oponha ou desconfiava da centralidade do capital nacional no processo de industrialização.

Do lado oposto, apareceriam os neoliberais. Os dois principais expoentes neoliberais no Brasil foram Eugênio Gudim e Octavio Gouvêa de Bulhões.²¹ Estes viam com desconfiança a ingerência excessiva do Estado na economia, e defendiam uma maior participação da iniciativa privada, inclusive do capital internacional no país. Segundo Bielschowsky, os neoliberais brasileiros

- eram partidários do princípio de redução da intervenção do Estado na economia brasileira;
- manifestavam-se continuamente a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos seus efeitos sobre os níveis de renda e emprego;
- não propunham medidas de suporte ao projeto de industrialização e eram freqüentemente contrários a essas medidas (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 91).

Em decorrência disso, na disputa pela hegemonia entre os anos 1930 e 1950 pode-se classificar os neoliberais como intelectuais orgânicos vinculados ao capital bancário internacional.

3.2 A CRISE DE HEGEMONIA DOS ANOS 1950 E 1960

O fim da Segunda Guerra Mundial veio acompanhado de uma reorganização do sistema econômico e político global. Os Estados Unidos, fortalecidos pelo seu papel de fiador das potências aliadas, alçou à liderança do bloco capitalista, confrontando as experiências revolucionárias inspiradas no exemplo soviético. A rápida recuperação da Europa e do Japão nos anos 1950 incrementou a competição internacional e impulsionou as grandes potências a ampliarem sua zona de valorização de capitais. O início da Guerra Fria veio acompanhado da tentativa dos Estados Unidos reforçarem seu domínio sobre o continente americano. A questão se tornou ainda mais urgente do ponto de vista norte-americano depois do sucesso da Revolução Cubana em 1959.

Junto a isso, a mudança na matriz produtiva nas áreas centrais tornava lucrativa a exportação dos parques industriais obsoletos. Foi aí que se conformou uma via para dar

²¹ Para uma apreciação do histórico do debate entre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo no Brasil ver Teixeira e Gentil (2010).

continuidade ao processo de industrialização brasileira agora com a participação direta de forças exteriores. Entrávamos no mapa de interesse das empresas transnacionais. Tudo isso levava um estreitamento do espaço de autonomia antes existente que permitia a formulação de propostas de desenvolvimento alicerçadas em projetos de soberania nacional, como era o caso do desenvolvimentismo da Era Vargas (1930 – 1945).

Neste quadro de profundas transformações internas e externas, o que se viu ao longo dos anos 1950 e início da década de 1960 foi uma conjuntura de crise da hegemonia no Brasil. Pode-se tomar como marco simbólico de início desta conjuntura o suicídio de Vargas em 1954. Houve, no entanto, certa defasagem nos processos externos e internos que levou a um prolongamento desta crise em diversas fases. No plano interno, os anos 50 e 60 foram marcados pelo avanço da industrialização, pelo aprofundamento da participação do Estado na produção industrial, pela entrada das transnacionais no país e pela internalização das disputas ideológicas da Guerra Fria. Neste cenário, a disputa pelos recursos estratégicos e pelo acesso ao mercado interno brasileiro colidia com o crescente papel que o Estado vinha assumindo na economia nacional. Com isto, já se apresentavam fortes tensões a respeito do intervencionismo do Estado, especialmente depois da criação da Petrobrás e da Eletrobrás.

O período Kubitschek (1956-1961) operou as primeiras mudanças econômicas que inviabilizariam a permanência da burguesia industrial nacional como fração hegemônica no interior da classe dominante. Conceição Tavares aponta que nesta fase houve uma mudança na composição estrutural da indústria no Brasil. Enquanto em 1949 cerca de 50% do valor total da indústria de transformação se devia ao setor alimentício e têxtil, este percentual caiu para 34% em 1961. Em contraste, os setores da indústria mecânica, metalúrgica, material elétrico, transporte e química saltaram de 22% para 41% (TAVARES, 1983, p. 92). Ou seja, os setores industriais que dependiam mais diretamente de tecnologias de ponta cresciam mais rapidamente que os setores tradicionais. Contudo, enquanto os setores de ponta eram dominados principalmente pelas transnacionais recém instaladas em território nacional, os setores tradicionais continuavam a cargo de empresas nacionais.

A partir de 1955, as entradas de capitais externos (IED e empréstimos) intensificaram-se e financiaram sucessivos déficits em transações correntes. O transbordamento de muitas indústrias núcleo do paradigma metalomecânico-químico e a existência de “dinheiro ocioso” nas economias avançadas disponibilizaram recursos externos que contribuíam não somente para a aceleração da taxa de investimento doméstica, mas também sustentaram a aceleração da demanda por importações. Assim, essa estratégia de crescimento foi amplamente eficaz ao promover crescimento com transformação industrial (AREND; FONSECA, 2012, p. 48).

Junto a isso, a expansão das classes trabalhadoras urbanas, sua organização em sindicatos e a intensificação do movimento grevista aumentavam o temor de todas as frações burguesas de uma escalada de politização e possível descontrole que o arranjo hegemônico herdado da Era Vargas (1930 – 1945) poderia atingir. Tais transformações fragilizaram a posição da fração industrial nacional mas, especialmente pela pressão das classes trabalhadoras e por dificuldades políticas, a crise se prolongou sem solução. O que ocorria era a dificuldade de definir o lugar de cada uma das frações da classe dominante num novo arranjo hegemônico. Assim, com diferentes idas e vindas, a crise de hegemonia se arrastava sem solução duradoura na década que vai de meados dos anos 1950 a 1964²².

A conjuntura chegou ao impasse entre 1961 a 1964 em virtude da concatenação de uma grave crise econômica com polarização política. No plano econômico este embate se expressava nas crescentes dificuldades em acessar capitais externos e na escalada inflacionária. A proposta do governo João Goulart (1961-1964) era retomar o crescimento por via endógena. Propunha-se realizar um conjunto de reformas (bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária) que ajudariam a liberar capitais nacionais para um novo ciclo de acumulação. Dentre os pontos que causaram maiores embates estava a proposta de controlar as remessas de lucros para o exterior e o enfrentamento do problema histórico da concentração da propriedade da terra que a reforma agrária buscava superar.

A crise do arranjo hegemônico encabeçado pela burguesia industrial nacional teve repercussões na efetividade da política econômica até então aplicada. Em fins dos anos 1950 foi tornando-se claro que os grandes objetivos nacionais almejados pelo nacional-desenvolvimentismo estavam longe de serem alcançados. Em especial, as diretrizes propaladas pela CEPAL se, por um lado, ajudaram alguns países latino-americanos a ingressarem numa nova etapa do desenvolvimento capitalista, por outro, mostraram-se incapazes de superar os desequilíbrios típicos das formações sociais subdesenvolvidas bem como as relações de dependência com os países centrais. Com a industrialização, esta dependência se apresentava em um novo patamar, ganhando visibilidade a dependência tecnológica e financeira e não apenas a desigualdade dos termos de troca no mercado internacional.

Parte desses limites deve-se a que as condições previstas para a realização do roteiro de superação do subdesenvolvimento propugnado pela CEPAL pareciam esgotadas. Este roteiro pressupunha a possibilidade de uma política econômica pacífica e negociada no plano internacional e de Estados-nacionais periféricos dispostos a aplicá-las. Todavia o acirramento

²² Uma interessante análise sobre a conformação desta crise encontra-se na obra de Ianni (1975).

da disputa geopolítica da Guerra Fria havia esvaziado este espaço de manobra no plano internacional. Além disso, os interesses de classe imbricados na política estatal de países como o Brasil demonstravam que não havia nada parecido com um Estado “neutro”, acima das classes sociais, interessado num suposto desenvolvimento geral do país. Pelo contrário, considerando que a aliança estabelecida entre a fração industrial nacional e a burguesia agroexportadora tinha caráter conservador, o prosseguimento do processo de substituição de importações tendo à frente a burguesia nacional esbarrava nos interesses de sua velha fração aliada. Tudo isto se refletiu então numa crise da política econômica nacional-desenvolvimentista inspiradas nas diretrizes da CEPAL.²³

À direita, os adeptos da solução de tipo neoliberal denunciavam o caráter populista do nacional-desenvolvimentismo. Rechaçavam também a excessiva presença do Estado na economia e o risco de uma guinada rumo ao socialismo. À esquerda, os adeptos das diferentes teorias da dependência apontavam as insuficiências da política econômica nacional-desenvolvimentista porque era incapaz de romper os laços histórico de dependência que mantinham os países latino-americanos em condição periférica no sistema internacional (BAMBIRRA, 2013; CARDOSO; FALETTO, 2010; FERNANDES, 1968; MARINI, 2005). Em suma, neste novo contexto a política econômica que sustentou a hegemonia da burguesia industrial nacional no Brasil entre os anos 1930 e 1950 perdia sua eficácia e já não era capaz de oferecer respostas para a ação dos agentes estatais.

3.3 A HEGEMONIA DO CAPITAL INDUSTRIAL ESTRANGEIRO ENTRE 1964 A 1974

As divergências dentro da literatura marxista se tornam mais acentuadas quando os autores buscam fazer uma caracterização mais precisa da hegemonia articulada durante a ditadura militar. Estas dificuldades parecem decorrer do fato de que tendências contraditórias que vinham se desenvolvendo do período anterior influenciaram de distintas formas e intensidade o arranjo hegemônico que se consolidou.

Ficou bastante conhecida a formulação segundo a qual o modelo de desenvolvimento da ditadura era baseado em um tripé formado pelo capital estrangeiro, pelo capital nacional e

²³ O diagnóstico de crise do pensamento desenvolvimentista latino-americano é claramente apresentado por Theotonio dos Santos nos anos 1960 (DOS SANTOS, 2017).

pelas empresas estatais (GORENDER, 1990, p. 94; OLIVEIRA, 1977, p. 117–118). Muitos autores enfatizaram esta articulação e ressaltaram como os três pilares do tripé passaram a trabalhar de maneira orgânica, sem muitas preocupações em definir qual era a fração hegemônica desse arranjo. De fato, verifica-se uma dificuldade maior em fazer essa identificação talvez devido ao cenário de crescimento econômico de fins dos anos 1960 e início dos 1970 que propiciava uma situação favorável para a classe dominante como um todo. Ainda que esta visão resume de forma geral as relações entre estes três setores que compõem no modelo econômico brasileiro, considera-se ela insuficiente para caracterizar as mútuas relações entre as frações da classe dominante. Assim, é necessário analisar com mais cuidado a composição da classe dominante, contemplando também as mudanças que ocorrem ao longo do período de vigência da ditadura militar.

Vale salientar que poucos autores que analisaram a dinâmica de classes no Brasil empregam o conceito de hegemonia tal qual está proposto neste trabalho. Ainda assim, é possível deduzir posições distintas. A primeira engloba autores como Gorender (1990), Boito Junior (1999) e Saes (2001). Com algumas diferenças de ênfase, estes afirmam que as frações monopolistas locais da burguesia foram as que predominaram durante a ditadura militar, comandando o processo de acumulação e a política econômica do período. Gorender aponta que o tripé constituído pelo capital estrangeiro, pelo capital nacional e pelas empresas estatais foi instável, mas ao longo do tempo viu-se o predomínio das empresas estatais e, ao lado delas, do capital nacional. Segundo ele,

Em suma, a forte presença do capital multinacional na indústria de transformação constitui o elo mais decisivo do entrosamento da economia brasileira no sistema capitalista mundial. Porém este processo de internacionalização não ocorreu, nem ocorre com o desaparecimento da burguesia brasileira. Bem ao contrário, ela conservou sua identidade de interesses e ainda conseguiu se fortalecer (GORENDER, 1990, p. 98–99).

O autor cita como evidências deste predomínio a forte presença do capital nacional entre os maiores grupos empresariais do país. Além disso, ele observa que ao longo dos anos 1970 e 1980 aprofundou-se o peso do capital nacional na economia em detrimento do capital estrangeiro.

Já Boito Junior, defende que a fração hegemônica era o capital monopolista de origem nacional. Sobre isto ele discorre:

Partimos da ideia de que, durante a ditadura militar e durante o governo Sarney, a hegemonia política no interior do bloco no poder era exercida pela fração monopolista da burguesia brasileira, composta pelas grandes empresas financeiras, industriais e

comerciais. Isso significa que a política do Estado brasileiro, além de preservar os interesses gerais do conjunto da burguesia, orientava-se de modo a priorizar, diante das inevitáveis disputas econômicas entre as diferentes frações burguesas, os interesses do capital monopolista (BOITO JUNIOR, 1999, p. 49–50).

Há uma consequência importante decorrente das proposições desses dois autores. Ela sugere que há certa continuidade histórica entre a fase anterior, marcada pelo nacional-desenvolvimentismo, e a fase pós-64, uma vez que em ambas a fração hegemônica tem bases nacionais. Deste ponto de vista, a política econômica da ditadura seria de alguma forma um desdobramento do nacional-desenvolvimentismo.

A visão de Saes pretende ser mais precisa do que as duas anteriores. Saes parte da constatação de que no período de vigência da hegemonia da fração industrial nacional o capital bancário foi “o grande derrotado no processo de transformação política aberto pelo movimento insurrecional de 1930” (SAES, 2001, p. 54). Partindo disto, o autor defende que o golpe de 1964 representou um retorno do capital bancário à posição central. Este movimento teria sido em parte uma reação do capital bancário à precoce oligopolização pela qual os setores industriais haviam passado no Brasil nas décadas anteriores. Por conseguinte, o autor acaba enfatizando a existência de uma ruptura com a hegemonia vigente no período de predomínio do nacional-desenvolvimentismo.

Neste contexto:

Como já notaram vários autores, a chamada “concentração bancária” é proporcionalmente maior, mais intensa e mais prolongada, no pós-64, que a concentração industrial. Esse deslocamento, operado graças à participação decisiva do Estado militar, no sistema de posições relativas em que se inserem o capital bancário e o capital industrial caracteriza a hegemonia do capital bancário no seio do bloco no poder, embora num nível mais geral de análise não seja incorreto sustentar que, quando confrontadas com outras classes dominantes, ou frações de classe dominante (propriedade fundiária, médio capital industrial), as frações monopolistas - bancário, industrial – parecem exercer em condomínio a hegemonia (SAES, 2001, p. 58).

As evidências apresentadas por Saes apontam para a reforma do sistema financeiro instituída pela Lei 4.595 de 1964 que favoreceu as fusões e incorporações no meio bancário.

Um segundo grupo de interpretações abarca os autores que argumentam que a fração hegemônica ao longo da ditadura militar foi o capital estrangeiro representado principalmente pelas grandes empresas estrangeiras e suas associadas. Dentre os que defendem esta posição encontram-se Ruy Mauro Marini (2005), Vania Bambirra (2013), Fernando Henrique Cardoso (1974) e Francisco de Oliveira (1977).

Estes autores ressaltam que houve uma transformação estrutural na composição da classe dominante que se iniciou ainda em meados dos anos 1950 e que se consolidou a partir

de 1964. O processo mais importante que marcou esta passagem teria sido a entrada das grandes empresas estrangeiras no parque industrial brasileiro, especialmente no setor de produção de bens duráveis. Esta entrada teria modificado o que os autores denominam de padrão de acumulação ou padrão de reprodução do capital vigente no período nacional-desenvolvimentista, tendo por consequência a instauração de uma clivagem entre as empresas estrangeiras e as nacionais. As primeiras teriam se tornado o eixo articulador do novo modelo econômico, passando a ser a fração hegemônica no conjunto da classe dominante.

Cotejando as duas grandes interpretações a respeito do período pós-64 considera-se esta última mais consistente e a que melhor explica o desenvolvimento das relações entre as frações da classe dominante no Brasil. Assim, argumenta-se ao longo deste trabalho que a fração hegemônica no Brasil foi o capital industrial estrangeiro, especialmente aquele alocado na produção de bens de consumo duráveis, a exemplo do setor automobilístico. Como bem observou Francisco de Oliveira,

[...] esse tripé que, ao longo de todo o processo, mudou significativamente, de tal forma que a chamada burguesia nacional hoje tem um peso econômico insignificante na estrutura de dominação, ou na repartição do comando da estrutura de produção material. A ironia reside em que a grande parcela das classes dominantes de caráter estritamente nacional está no campo. E este, pelo seu caráter subordinado no processo produtivo, confere à burguesia nacional agrária e aos latifundiários um peso político descendente. No nível do setor industrial, a burguesia nacional também tem um peso específico que é declinante desde há muito tempo. Os dois outros pés desse tripé evoluíram de forma diferente. O Estado cresceu enormemente como produtor direto; suas empresas hoje respondem pela totalidade da produção de combustíveis, pela totalidade da produção de certos insumos básicos, como o aço; enfim, estruturou-se um conjunto enorme de empresas estatais que são, também, de estruturação, de comportamento e de reprodução típica e caracteristicamente monopolísticas, isto é, espaços e mercados econômicos reservados para a operação das grandes empresas estatais. E o outro pé do tripé que é o capital estrangeiro, comandando a parcela mais importante da própria produção de bens de capital, penetrando já agora na própria produção dos chamados bens de consumo não duráveis (OLIVEIRA, 1977, p. 122–123).

Apesar disso, vale salientar que as definições dos autores oscilam em relação ao tema da hegemonia. O próprio Francisco de Oliveira, em outro texto, afirma que a ditadura militar era “ela mesma sinal da impossibilidade de hegemonia” (OLIVEIRA, 2006, p. 266), enfatizando a natureza do regime político e secundarizando a hierarquia de classes.

De fato, a hegemonia que se estruturou na ditadura militar foi resultado de tendências já em curso nos anos antecedentes. Em primeiro lugar, destaca-se o aprofundamento da internalização das empresas industriais estrangeiras no território brasileiro que já estava em curso desde a gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) e que passou por percalços a partir de 1962. O grande capital estrangeiro estava alocado nos setores industriais

mais importantes que, em grande medida, demandavam investimentos em alta tecnologia: mineração, metalurgia, equipamentos de transporte, eletroeletrônica, mecânica, química e farmacêutica, borracha, pneus, plástico, têxtil, fumo e tabaco, entre outros (BRUM, 1997, p. 339). Como ressalta Guido Mantega:

Em pouco tempo, o capital estrangeiro, munido de seu arsenal monopolista, impôs a tônica do processo expansivo e implementou um salto qualitativo na escala de acumulação do país, transformando os setores sob seu controle no carro-chefe da economia brasileira (MANTEGA; MORAES, 1979).

As empresas estrangeiras eram favorecidas pelo baixo custo da força de trabalho, pelo acesso fácil ao crédito e pela possibilidade de remeter sem controle seus lucros para as matrizes sediadas nos países centrais. Este último aspecto contribuía para a sistemática evasão de divisas do país, ainda que a abundância de crédito internacional mascarasse temporariamente este fenômeno.

Por outro lado, ao longo da década de 1950 e 1960 a fração industrial nacional foi progressivamente se transmutando em fração industrial interna, uma vez que passou a ter vínculos crescentes com o capital internacional. Segundo Saes, a fração da burguesia interna diferencia-se da burguesia nacional na medida em que ela se encontra parcialmente vinculada ao capital internacional:

A primeira forma de subordinação se estabelece quando o capital nativo se encaminha para a prestação de serviços permanentes ao capital estrangeiro instalado no país. É o caso das empresas que fornecem insumos para as indústrias montadoras de origem estrangeira. A segunda forma de subordinação emerge quando o capital nativo se volta preferencialmente para a exploração do mercado externo, colocando em segundo plano o desenvolvimento do mercado interno. É o caso da burguesia industrial exportadora, por exemplo (SAES, 2014, p. 116).

O excerto acima descreve com bastante precisão o processo que ocorreu durante a ditadura militar brasileira. Afinal, uma parte da burguesia nacional foi deixando de produzir bens de consumo básicos voltados para as massas urbanas e passou a investir em bens intermediários cujos compradores eram as empresas estrangeiras instaladas no país. Um dos setores especialmente favorecidos neste processo foram as grandes empreiteiras ligadas à construção civil (CAMPOS, 2012). Esta transformação veio acompanhada de um movimento de concentração do capital interno em grandes grupos monopolistas. Outro setor beneficiado por este arranjo foi o setor exportador, que ganhou com as exportações de bens de consumo de primeira necessidade de baixa tecnologia, além dos já tradicionais artigos agrícolas. O governo criou diversos mecanismos para incentivar as exportações, dando isenções fiscais e disponibilizando crédito barato. Desta forma, o acesso ao mercado externo compensou em

grande medida a restrição do mercado interno para bens de primeira necessidade fruto da contenção da massa salarial (SOUZA, 2008, p. 83–85).

Outra tendência herdada do passado e que continuou a se desenvolver foi o crescimento do papel interventor do Estado. Além de ser o fiador do financiamento externo, cresceu também a sua capacidade arrecadatória. Assim, se em 1959 os impostos diretos e indiretos somados atingiam cerca de 18% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1970 os mesmos chegavam a mais de 23%. O Estado também envolveu-se diretamente no processo produtivo por meio das empresas estatais alocadas em áreas estratégicas. Esta foi de fato uma característica original do modelo brasileiro que teve sua gênese na Era Vargas (1930 – 1945). Werner Baer enfatiza que

Um aspecto do crescimento econômico brasileiro que apenas começava a ser notado foi o grande e crescente envolvimento do Estado na economia. Os gastos do governo (em todos os seus níveis) em comparação ao PIB aumentaram de 17,1% em 1947 para 22,5% em 1973. As empresas do governo dominavam no aço, mineração e produtos petroquímicos e controlavam mais de 80% da capacidade geradora de energia e a maioria dos serviços públicos. Calcula-se que em 1974, entre as cem maiores empresas (em valor de ativos), 74% dos ativos combinados pertenciam a empresas estatais, enquanto nas 5.113 maiores empresas, 37% dos ativos pertenciam a estatais. Da mesma forma, os bancos estatais representaram um papel predominante no sistema financeiro. Dos 50 maiores bancos (em termos de depósitos), os estatais eram responsáveis por cerca de 56% do total de depósitos em 1974 e por cerca de 65% dos empréstimos feitos ao setor privado (BAER, 2009, p. 99).

Como demonstra a Tabela 1 a participação econômica do Estado ao longo do século XX foi crescente até pelo menos meados dos anos 1970. As empresas estatais não concorriam com o setor privado. Pelo contrário, elas estavam alocadas de forma a contribuir positivamente no processo de acumulação, garantindo infraestrutura, energia e serviços públicos e, além disso, realizar investimentos estratégicos que não eram imediatamente rentáveis para o capital privado. Assim, constata-se que durante a ditadura militar o Estado continuava cumprindo o papel de indutor da economia.

TABELA 1- Ano de criação de empresas governamentais em nível federal, estadual e municipal

<i>PERÍODO</i>	<i>1900-1940</i>	<i>1941-1950</i>	<i>1951-1960</i>	<i>1961-1965</i>	<i>1966-1970</i>	<i>1971-1976</i>
Nº	18	13	37	68	79	131
%	5,1	3,7	10,6	19,4	22,6	37,4

Fonte: Martins (1985).

Uma terceira fração da burguesia que teve papel chave na alavancagem do desenvolvimento econômico pós-1964 foi o capital financeiro internacional. É interessante notar como a existência desta fração exterior é sistematicamente ignorada por muitos autores

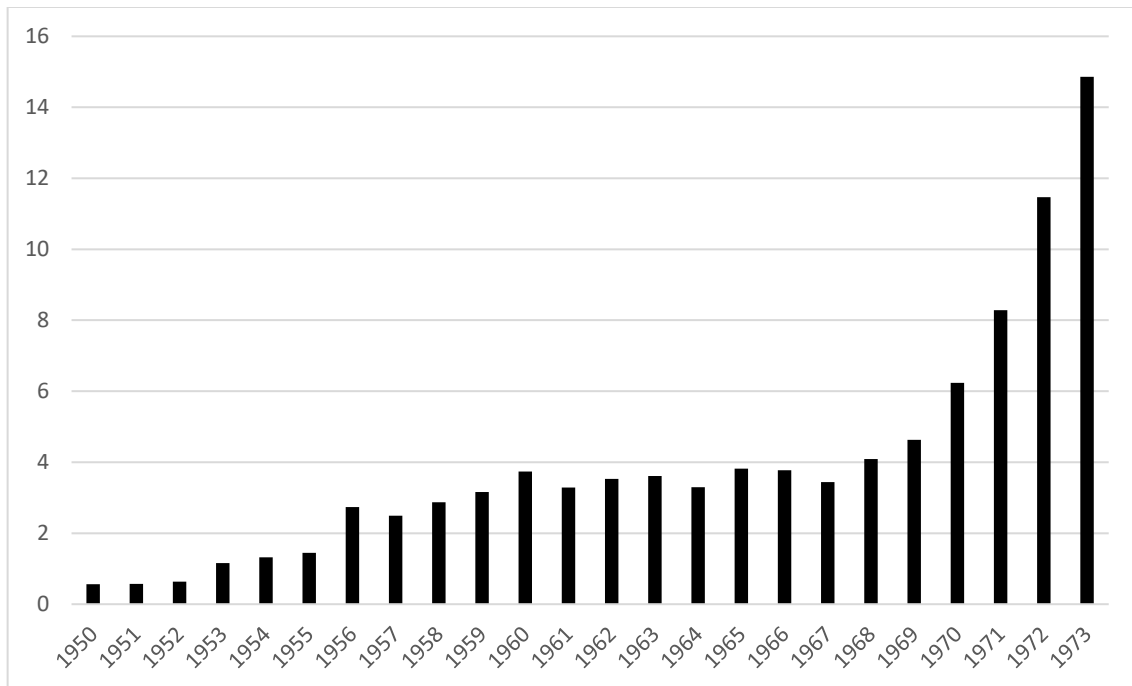
que analisam a composição da classe dominante no Brasil, acobertando-a como um mero fator de ordem conjuntural internacional. Um dos problemas da análise que trabalha com a noção de fracionamento de classes é que ela parece pressupor que apenas as classes que atuam desde dentro das fronteiras de uma formação social devem ser consideradas, secundarizando o fato de que uma formação dependente como a brasileira caracteriza-se exatamente pelo poder que é exercido desde fora não apenas do ponto de vista das relações interestatais, mas também das relações entre frações burguesas.²⁴

Um dos principais eixos da política econômica dos governos militares foi criar mecanismos de captação de recursos no exterior com a estruturação de instituições de intermediação financeira. Foram tomadas uma série de iniciativas neste sentido ainda nos primeiros anos do regime, como a criação do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional e a reforma do sistema bancário. Evidentemente o conjunto de medidas adotadas para impulsionar este movimento de entrada de capitais impactou também positivamente as demais frações da burguesia, como pode-se inferir na descrição abaixo:

Outro aspecto importante das reformas de 1964-66 foi a ampliação do grau de abertura da economia ao capital externo, de risco (investimentos diretos) e, principalmente, de empréstimo. Os principais expedientes criados para atrair esses recursos foram os seguintes: (1) regulamentação de alguns tópicos da Lei nº. 4.131 (de 1962), de forma a permitir a captação direta de recursos externos por empresas privadas nacionais; (2) Resolução 63 do Bacen, que regulamentou a captação de empréstimos externos pelos bancos nacionais para repasse às empresas domésticas; (3) mudança na legislação sobre investimentos estrangeiros no país, de modo a facilitar as remessas de lucros ao exterior – o objetivo era tornar o mercado brasileiro mais competitivo na captação de investimentos diretos (HERMANN, 2005, p. 78).

As frações internas da burguesia brasileira beneficiavam-se das condições externas existentes dadas por uma situação de superacumulação nos países centrais que tornou rentável a exportação de capitais para as regiões periféricas do mundo. Um indicador destas condições favoráveis pode ser encontrado nas baixas taxas de juros que vigoraram no mercado internacional, facilitando o investimento direto nos países subdesenvolvidos ou a aquisição de empréstimos por parte de seus Estados. Sendo assim, o modelo econômico sustentava-se na facilidade de entrada e saída de capitais do país e no endividamento externo. A dimensão do processo de endividamento do Estado brasileiro pode ser captada pela série história a seguir:

²⁴ Sobre a questão do Estado nas sociedades dependentes ver Gomariz Moraga (1977), Mathias e Salama (1983) e Osorio (2014).

GRÁFICO 1 - Brasil: Dívida externa bruta – 1950 – 1973 (US\$ Bilhões)

Fonte: IPEADATA (2019).

Como pode ser notado, há uma aceleração do endividamento a partir do ano de 1968. Isto mostra que o modelo econômico teve como tônica o financiamento externo, cumprindo com isso a função de absorver o excedente de capitais acumulados nos países centrais.

Vinculado ao processo de intermediação financeira uma quarta fração destaca-se. Trata-se da fração bancária interna fortemente beneficiada por esta entrada de capitais do exterior. Como aponta Saes, a política econômica de caráter monetarista vigente entre 1964 e 1968 beneficiou fortemente este setor, especialmente porque manteve as taxas de juros em patamares elevados com o objetivo de controlar a inflação (SAES, 2001, p. 54). Além disso, ao longo das décadas de 1960 e 1970 verificou-se um rápido processo de fusões e incorporações que deram origem a conglomerados bancários (SAES, 2001, p. 56).

Apesar da importância que o afluxo de capitais vindos de fora e que a intermediação financeira interna representaram no modelo econômico da ditadura, uma de suas características centrais fora a capacidade de converter esta riqueza em capital produtivo. O empuxo econômico foi liderado pelo setor industrial. Os dados a respeito da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), importante indicador do investimento industrial, apontam que se manteve um patamar elevado de investimento, sendo que de 1964 a 1967 a proporção da Formação Bruta de Capital Fixo em relação ao PIB manteve-se em 15,5% do PIB e chegou a 19,5% entre 1968 e 1973, (HERMANN, 2005, p. 85). Ademais, segundo cálculos apresentados por Pedro Fonseca e

Marcelo Arend, a capacidade industrial possibilitou ao Brasil passar de uma participação de 1,7% no PIB global em 1950 para 3,2% em 1980 (ARENDE; FONSECA, 2012, p. 35), ou seja, um desempenho global notável. Daí porque é incorreto tratar o capital bancário nacional ou o capital financeiro internacional como a fração hegemônica no período. E o núcleo deste processo de conversão produtiva teve como centro o capital industrial estrangeiro associado ao capital financeiro internacional, às frações da burguesia interna industrial, financeira e agrária e contou com o papel articulador do Estado.

3.4 A POLÍTICA ECONÔMICA ENTRE 1964 E 1974

A caracterização geral feita até aqui merece um recorte temporal mais preciso. De fato, ela descreve a situação vigente no auge da ditadura militar, especialmente os anos do chamado “milagre” econômico brasileiro entre 1968 e 1974. Todavia, este período de sete anos dourados que representou a consolidação da hegemonia do capital industrial estrangeiro foi precedido por um momento de construção e sucedido por uma larga conjuntura de crise hegemônica.

Em relação à política econômica levada a cabo ao longo da ditadura, percebe-se que esta não teve um grau de coerência tão marcado quando àquela praticada no período nacional-desenvolvimentista. Pode-se dizer que ela teve um caráter híbrido e pendular, combinando orientações sintonizadas com a prática do nacional-desenvolvimentismo e orientações tipicamente neoliberais. Como consequência, é mais complicado tomar as divergências quanto à condução da política econômica como indício direto de uma luta pela hegemonia entre as frações da classe dominante. Ou seja, o emprego de políticas baseadas no pensamento econômico estruturalista deixava de ser ligado aos interesses do capital industrial de origem nacional.

A construção da hegemonia do capital industrial estrangeiro coincide com a temporalidade do fechamento político, ou seja, vai de 1964 – ano do golpe - a 1968 – ano do Ato Institucional nº5. Nesta fase foram tomadas importantes medidas de natureza econômica que visavam, por um lado, desmontar a política econômica dos governos anteriores taxada de populista e, por outro, implantar um conjunto de medidas que visavam lançar as bases para um novo ciclo de expansão capitalista.

A tônica foi a de “remover os obstáculos à expansão do capital estrangeiro no país” (SOUZA, 2008, p. 61). Os dois principais articuladores das reformas econômicas foram

Roberto Campos, que ocupava o Ministério do Planejamento - economista caracterizado como um desenvolvimentista não nacionalista (BIELSCHOWSKY, 1995) -, e Octávio Gouveia de Bulhões, à frente do Ministério da Fazenda – de orientação claramente neoliberal. O conteúdo da reforma foi definido pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O diagnóstico indicava que a inflação se tornara um problema crônico. As duas fontes centrais de desequilíbrio identificadas eram a política de aumento salarial do período anterior e os gastos governamentais. Com base neste diagnóstico fundamentado numa leitura neoliberal e monetarista da realidade econômica, iniciou-se um ajuste que tinha como objetivo reduzir a demanda interna para controlar a inflação e lançar as bases institucionais para um novo ciclo de acumulação. O PAEG propunha um ajuste fiscal, com aumento da receita e corte nos gastos do governo, a redução do ritmo de emissão de meio circulante, a contenção de crédito ao setor privado e uma política de arroxo salarial (HERMANN, 2005, p. 71–72).

Ao mesmo tempo, o regime ditatorial buscou realizar uma série de reformas estruturais com vistas a reorganizar o mercado de trabalho e aprimorar as instituições e mecanismos financeiros de forma a tornar atrativo o mercado brasileiro para captar e canalizar os recursos externos. Substituiu o regime de estabilidade do emprego pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Impôs uma reforma tributária, visando modernizar os mecanismos de arrecadação, reorganizar o sistema tributário e criar novos tributos a fim de aumentar a arrecadação. Realizou a reforma do sistema financeiro, criando o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional, incentivando o setor privado, instituindo uma lei de mercado de capitais, incentivando o mercado de ações e a fundação de bancos de investimentos. Passou-se a incentivar também o processo de fusões e aquisições de pequenas e médias empresas com fundos especiais de financiamento. “Uma grande parte dos recursos para essas instituições oficiais de crédito foi proporcionada por um sistema de poupança forçada cuja carga foi sustentada, em grande parte, pelas classes trabalhadoras” (BAER, 2009, p. 95).

Os resultados positivos desta política tardaram a aparecer, afinal a almejada retomada da confiança dos capitais externos dependia também da estabilização política do novo regime. Somente em 1968 foi superada a estagnação da economia brasileira e iniciou-se um novo surto de crescimento.

A política econômica aplicada a partir de 1968 sofreu algumas mudanças. A saída de Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões representou um relaxamento das orientações ortodoxas e uma ênfase em instrumentos de incentivos ao desenvolvimento. A figura central do período foi Antonio Delfim Netto, que assumiu o Ministério da Fazenda no lugar de Bulhões.

Por um lado, as políticas fiscal e salarial seguiram o padrão anterior. A principal mudança de concepção foi a de que seria aceitável um certo nível de inflação desde que esta proporcionasse um forte crescimento. Houve uma combinação de expansão monetária com uma política de controle de preços a cargo da CONEP - Comissão Nacional de Estabilização de Preços (HERMANN, 2005, p. 84).

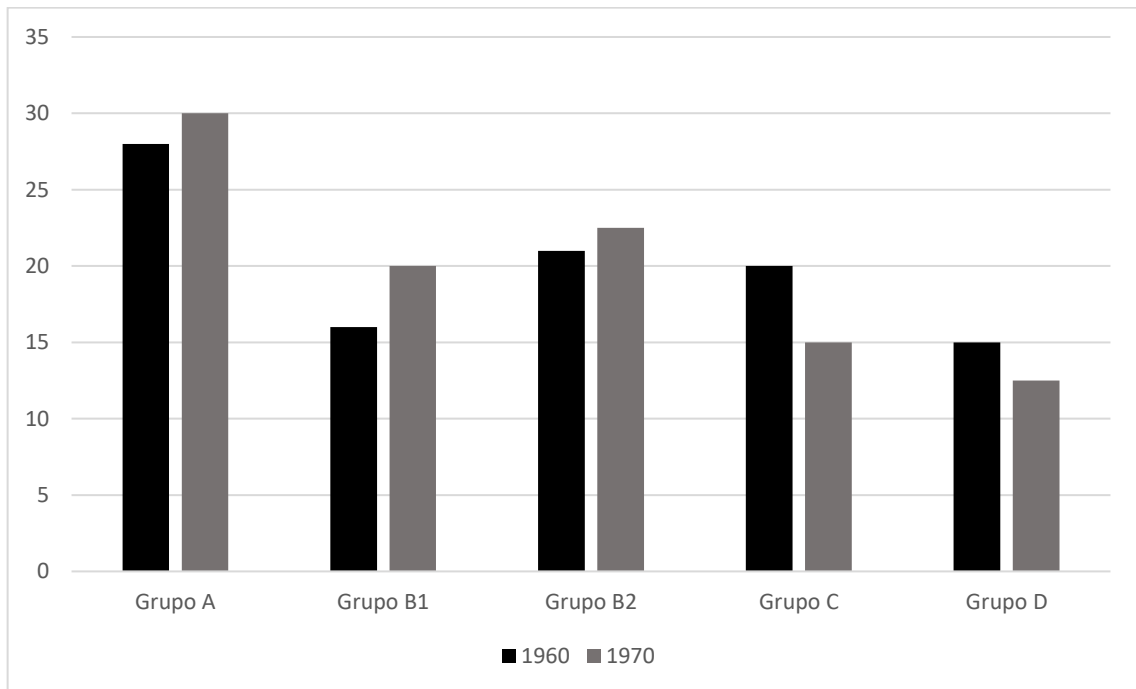
Em meados de 1968 foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), cujas prioridades eram: (1) a estabilização gradual dos preços, mas sem a fixação de metas explícitas de inflação ; (2) o fortalecimento da empresa privada, visando à retomada dos investimentos; (3) a consolidação da infraestrutura, a cargo do governo; e (4) a ampliação do mercado interno, visando a sustentação da demanda de bens de consumo, especialmente dos duráveis. A ausência de metas explícitas de inflação no PED, tecnicamente, deixava maior espaço para a implementação de políticas de crescimento (HERMANN, 2005, p. 84).

Já em 1971 o governo Médici lançou o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), inspirado no Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo. O I PND “tinha por objetivo colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas no espaço de uma geração” (ABREU, 2009). A meta concreta estabelecida pelo Plano era duplicar o PIB brasileiro até 1980, prevendo para isso a manutenção do crescimento a uma taxa em torno de 8% a 10% anuais com a inflação controlada.

Portanto, o que se pode destacar da política econômica vigente na década que vai de 1964 a 1973 é que ela oscila entre uma tendência mais ortodoxa e monetarista, centrada principalmente na questão da estabilidade, e uma política relativamente expansionista que, sem abandonar as preocupações com a estabilidade monetária, prima pelo crescimento. Ambas, no entanto, compartilhavam um forte aspecto antipopular na medida em que tinham como um de seus pilares a redução da massa salarial.²⁵ Como consequência o modelo econômico da ditadura foi fortemente concentrador de renda.

Conceição Tavares apresenta evidências expressivas deste fenômeno (TAVARES, 1983). Apresenta-se a síntese dos dados compilados pela autora no gráfico 2.

²⁵ Ressalta-se que a redução da massa salarial era uma das formas assumida pela superexploração da força de trabalho típica das economias capitalistas periféricas dependentes. Sobre isso ver Mathias Luce (2017).

GRÁFICO 2 - Participação dos grupos A, B1, B2, C e D na renda total anual, 1960 e 1970 (%)

Grupo A: classe alta, burguesia (proprietários, gerentes);
 Grupo B1: classes médias altas (algumas profissões liberais, altos funcionários, empresários médios);
 Grupo B2: classes médias urbanas (burocracia pública e privada, pequenos comerciantes);
 Grupo C: classes assalariadas de base;
 Grupo D: trabalhadores rurais, trabalhadores independentes urbanos, marginais

Fonte: Tavares (1983, p. 200–202).

Como pode ser notado, de 1960 a 1970, a burguesia e os setores médios (grupos A, B1 e B2) incrementaram a sua participação na renda total enquanto as classes assalariadas urbanas e rurais (grupos C e D) tiveram perdas significativas.

3.5 A CRISE DA HEGEMONIA DO CAPITAL INDUSTRIAL ESTRANGEIRO ENTRE 1974 E 1979

O período que sucedeu o “milagre” foi marcado pelo chamado choque externo, com a reversão das condições internacionais favoráveis que caracterizaram a fase anterior. Na segunda metade dos anos 1970 houve uma rápida depreciação do cenário internacional que gerou efeitos negativos sobre o crescimento interno brasileiro. Por sua vez, esta mudança de conjuntura abriu fissuras entre as frações da classe dominante, revelando as fragilidades no arranjo hegemônico vigente. Este movimento envolveu diferentes fatores e se desenrolou em diferentes fases às

quais não detalharemos. O mais importante aqui é compreender-se as tendências gerais do processo em curso. Escolheu-se como marco o ano de 1974 porque foi neste momento que um conjunto de acontecimentos se concatenaram para definir uma nova conjuntura. Em compensação, definiu-se como corte desta primeira fase o ano de 1979 porque esta data abriu um novo momento de aprofundamento e disseminação internacional da crise econômica.

Segundo Nilson Araújo de Souza, a depreciação do cenário internacional foi fruto de um processo mais longo de queda da taxa de lucro ocorrido nos países centrais a partir dos anos 1960 (SOUZA, 1980). O acúmulo de riquezas na sua forma financeira transbordou para além da regulação estabelecida em Bretton Woods. Houve um processo de superacumulação na esfera financeira de investimento em dólares nos centros europeus (PAULANI, 2009). Ao lado disso, “os crescentes déficits comerciais americanos também colaboraram para a engorda desses recursos” (PAULANI, 2009, p. 31).

Estes processos convergentes no centro do capitalismo global adquiriram um caráter disruptivo em 1973 com o primeiro choque do petróleo:

Os riscos que a elevada dependência externa implicava para a economia brasileira começara a se manifestar ainda em fins de 1973. Em dezembro, os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) promoveram o que ficou conhecido como o “primeiro choque do petróleo”: um aumento brusco e significativo dos preços do insumo no mercado internacional. O preço médio do barril saltou de US\$2,48 em 1972 para US\$3,29 em 1973 e para US\$11,58 em 1974, subindo gradualmente até US\$13,60 em 1978. Diante do elevado coeficiente de importação de petróleo da economia brasileira à época, esse choque converteu uma situação de dependência externa em um quadro de restrição externa a partir de 1974. Com os novos preços, comprimia-se a capacidade de importação e, conseqüentemente, de crescimento do país (HERMANN, 2005, p. 96).

A partir daí o que se viu foi uma crescente autonomização relativa do capital nas suas formas financeiras que encontraram meios de valorização separados da produção e realização das mercadorias.²⁶

Do ponto de vista das relações entre frações de classe em âmbito global, o que se convencionou chamar de restrição externa que dificultou a continuidade dos projetos de industrialização em parte das periferias pode ser corretamente entendida como uma ofensiva do grande capital financeiro internacional no plano econômico. Os impactos internos de uma mudança desta magnitude superavam muito a capacidade dos dirigentes locais responderem à altura dos acontecimentos com medidas que pudessem minimizar os efeitos negativos que esta

²⁶ Sobre esta dimensão da financeirização ver a interpretação desenvolvida por Reinaldo Carcanholo e Maurício Sabadini (CARCANHOLO; SABADINI, 201-).

virada produzia. Necessariamente, num arranjo que envolvia interesses tão diversos como aquele existente durante a ditadura, estes eventos afetavam a hegemonia vigente.

Francisco de Oliveira capta muito bem este processo de transição da hegemonia que se inicia justamente com a crise dos anos 1970 e que veio a se aprofundar nos primeiros episódios da redemocratização:

A nova forma do desenvolvimento capitalista, levada aos limites pela ditadura militar, reforçou o centro de decisões interno, na sugestão de Furtado, mas abriu os flancos para o começo de sua extroversão, na medida em que apoiou-se não apenas nos capitais estrangeiros – Kubitschek já havia semiaberto o portão nos anos 1950 – mas numa pesada dívida externa, no período caracterizado pela literatura como de alta liquidez de capital nos mercados internacionais. Foi na ditadura militar que se formou o tripé desenvolvimentista empresas estatais-privadas nacionais-multinacionais. Uma parte notável do excedente tomava o rumo do exterior no pagamento da dívida, com o que se encaminhou, já nos anos 1980, para uma crise da dívida externa que marcou todo o período e tornou quase sem eficácia econômica a redemocratização política operada após o encurralamento da ditadura, afinal afastada em 1984. O que a literatura veio a chamar depois de financeirização da economia já se insinuava, subordinando a acumulação interna de capital ao movimento internacional do capital e retirando centralidade às decisões internas (OLIVEIRA, 2006, p. 269).

Frente ao cenário de restrição externa, a resposta do governo Ernesto Geisel (1974 – 1979) foi uma tentativa de “fuga para frente”, considerando a hipótese de que a conjuntura fosse passageira (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 29). Ou seja, o governo parece ter buscado uma solução de tipo desenvolvimentista. O esforço por parte do Estado era o de retomar o crescimento com base no modelo até então vigente. Lançado em 1974, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) buscava completar o ciclo de substituição de importações através da ampliação dos investimentos públicos e privados, impulsionando a produção industrial de bens de capital e intermediários nos ramos da petroquímica, siderurgia, telecomunicações, saneamento básico, transporte ferroviário, rodoviário e transporte urbano e energia nuclear (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 43).

Contudo, o resultado dessa iniciativa foi contraditório. Se por um lado ela ajudou a completar a industrialização de alguns setores e incrementar a capacidade de exportação da economia brasileira, por outro, o II PND agravou o problema do endividamento externo além de gerar descontentamento em parte do empresariado nacional. O projeto do governo foi rapidamente identificado como uma ameaça por alguns setores empresariais internos. Em resposta ao esforço do governo de intensificar os investimentos de modo a atravessar a crise com crescimento, alguns setores empresariais e grupos de comunicação iniciaram uma campanha pública anti-estatista. Esta foi, de fato, a “primeira manifestação burguesa de descontentamento diante do regime ditatorial” (CODATO, 1995, p. 219).

Segundo Velasco Cruz (1984, p. 78),

Deslanchada pelo discurso de Eugênio Gudin ao receber o título de Homem de Visão - 1974, ela se mantém, por dois anos seguidos, impulsionada pelos maiores jornais e pelas revistas de negócios mais importantes do país, mobilizando lideranças e entidades empresariais, que tornam públicos os seus temores quanto ao avanço desregrado da intervenção estatal na economia e fazem propostas no sentido de refreá-la. Alguém se referiu a essa campanha como a "rebelião empresarial". Ela sacudiu o poder em suas bases sociais mais sólidas (VELASCO CRUZ, 1984, p. 78).

Os agentes da campanha acusavam o governo de excesso de intervencionismo estatal. Não se pretende discutir os fundamentos econômicos, políticos e ideológicos que motivaram esta atuação, nem os diferentes atores que nela se envolveram.²⁷ Cabe registrar no entanto que ela foi a primeira expressão de insatisfação de alguns setores da burguesia com as orientações gerais da política econômica do governo ditatorial. Pode-se supor que a politização da pauta econômica também refletia em alguma medida as restrições que o regime autoritário impunha sobre outros canais de expressão de divergências políticas.

O ano de 1974 foi igualmente relevante porque ocorreu a primeira vitória eleitoral da oposição aglutinada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) sobre o partido do governo, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Se é verdade que a abertura lenta e gradual do regime ditatorial já havia sido anunciada por Geisel em discurso na primeira reunião ministerial do governo (VELASCO CRUZ; MARTINS, 1984, p. 45), o processo de abertura contaria com as pressões das forças políticas opositoras. Em relação às eleições de 1974, “No cômputo geral, a oposição elegia 16 dos 22 senadores e 160 dos 364 deputados, o que representava um aumento expressivo em sua representação no Congresso Nacional – até então, ela contava apenas com 7 dos 66 senadores e com 87 dos 310 deputados.” (VELASCO CRUZ; MARTINS, 1984, p. 51). Dois anos depois, nas eleições municipais de 1976, “o MDB ganhava nas grandes e médias cidades e nos maiores estados do país” (ALENCASTRO, 2014, p. 8), dentre elas em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Ou seja, conforme emerge da literatura discutida, neste período que vai de 1974 a 1979 estava em curso uma crise de hegemonia que foi tornando clara a força econômica do capital financeiro internacional e o enfraquecimento sistemático do capital industrial estrangeiro no seio da classe dominante.

²⁷ Para aprofundar este tema pode-se consultar Codato (1995) e Maciel (1999).

3.6 A HEGEMONIA EXPERIMENTAL DO CAPITAL FINANCEIRO INTERNACIONAL ENTRE 1979 E 1989

Assim como a caracterização da hegemonia ao longo da ditadura militar deu origem a diferentes visões dentro da literatura marxista, o período que vai de fins dos anos 1970 a meados dos anos 1980 também causa divergências. Alguns argumentam que de fato toda a década de 1980 foi marcada por uma longa crise de hegemonia que se expressou nas disputas pelo modelo Estado que deveria prevalecer e pelo movimento oscilante na política econômica (SALLUM JÚNIOR, 1999). Esta perspectiva sugere que aquela década fora de impasse e disputas intestinas entre frações da classe dominante.

A meu ver há um vício de origem neste tipo de interpretação. O problema é que esta leitura ignora as consequências profundas que a inserção do Brasil dentro de uma ordem econômica internacional carrega. Os autores analisam a dimensão política interna como se fosse possível de algum modo isolar este aspecto de seu contexto mais amplo. Tal visão conduz a uma acentuada politização do conceito de hegemonia, ignorando que este trata da totalidade da dominação e que tem fundamentos econômicos e expressões ideológicas. Nesse sentido, se por um lado a fração hegemônica do capital financeiro internacional não conseguiu erigir nada parecido como um arranjo estável ao longo dos anos 1980, por outro é também verdade que ela foi capaz de gerenciar com sucesso as oscilações da política econômica e estabelecer limites claros à atuação do Estado naquela conjuntura. Assim, o que revela a existência da hegemonia é o fato de que, apesar dos embates políticos vividos no período, em nenhum momento as frações internas da burguesia chegaram a questionar seriamente a dominação do capital financeiro internacional sobre a economia brasileira.

O argumento mais coerente sobre os anos 1980 foi desenvolvido por Álvaro Bianchi. Segundo o autor, o empresariado brasileiro estava longe de ser completamente passivo

As pesquisas levadas a cabo no continente latino-americano nas últimas décadas colocam em xeque essas apreciações. Elas revelam que um novo ativismo político teria sido protagonizado pelo empresariado no último terço do século XX. Mobilizando seus pares, homens de negócios teriam saído de seus gabinetes e dos corredores palacianos para empreender inéditas ações de agregação de interesses. Associações setoriais, centros de pesquisas e disseminação de ideias, e até mesmo abrangentes organizações multisetoriais de cúpula surgiram durante os últimos trinta anos, dando um registro vivo de uma nova atitude empresarial.

Tal ativismo, entretanto, não o teria colocado em oposição aos interesses tradicionais ou transnacionais existentes nas sociedades latino-americanas, como fazia crer a tese da atividade hegemônica (BIANCHI, 2004, p. 43).

De fato, as únicas forças contra-hegemônicas presentes naquele contexto eram a classe operária e seus aliados que incidiam na política através de seus diversos intelectuais coletivos, como as comunidades eclesiais de base, as pastorais católicas, as organizações comunistas, os sindicatos e o Partido dos Trabalhadores enquanto agremiação política que abarcava este universo. Estes sim conformaram um eixo de contestação da hegemonia do capital financeiro internacional que em alguma medida, anos mais tarde, se materializaria parcialmente no texto da Constituição de 1988.

O que ocorreu no início dos anos 1980 pode ser corretamente caracterizado como a “emergência da supremacia rentista no Brasil” (GUERRA et al., 2019, p. 81). Ou seja,

[...] entre os estertores do regime militar e os primeiros anos da redemocratização, a sociedade brasileira viu se consolidar uma hegemonia política dotada de uma perspectiva de país que associava fortes críticas ao setor estatal a uma grande simpatia pelo abraçadabra dos esquemas rentistas de acumulação capitalista. É neste momento muito particular de nossa história que o rentismo se apropria dos principais centros de decisão política e se instaura como força dominante já nos primeiros momentos da volta da democracia (GUERRA et al., 2019, p. 87).

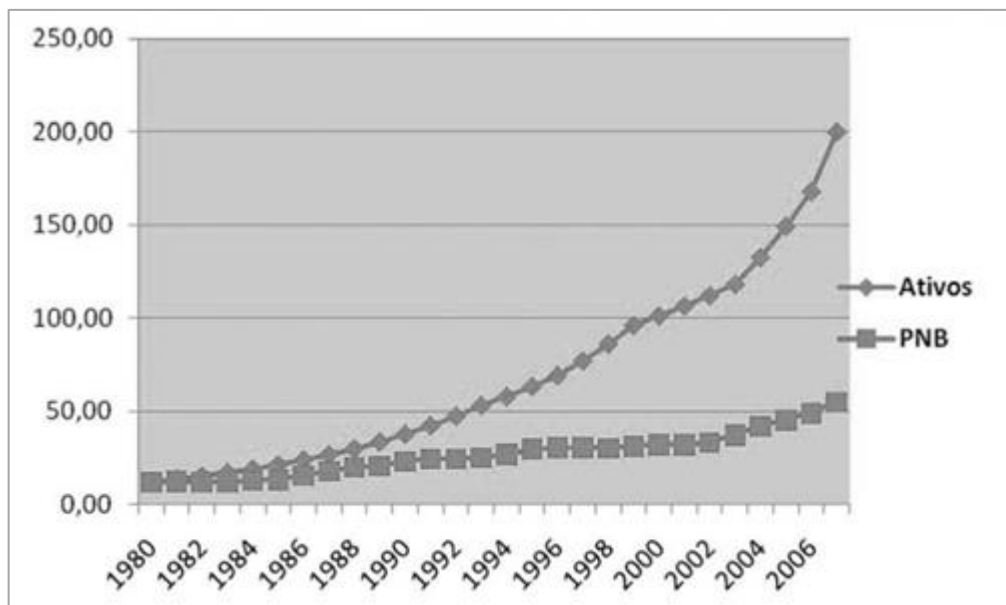
Em 1979 pelo menos três eventos apontavam para o aprofundamento da crise que vinha tomando forma desde 1973. Em primeiro lugar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentou mais uma vez a cotação internacional do petróleo, o chamado segundo choque do petróleo, elevando os custos gerais da produção industrial e penalizando os países importadores de combustíveis, como era o caso do Brasil. Em segundo lugar, houve uma reorientação na política econômica dos países centrais que representou um “golpe” das altas finanças (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 69) sobre as demais frações da burguesia. Naquele ano, o Tesouro dos Estados Unidos decidiu romper unilateralmente as negociações com as demais nações e mesmo com o Fundo Monetário Internacional e elevar bruscamente sua taxa básica de juros. Esta decisão foi fatal para os países que haviam contraído dívidas com taxas de juros pós-fixadas, como era o caso do Brasil. Em terceiro lugar, a captura dos Estados pelas finanças ganhou a forma de uma ofensiva com a ascensão de Margaret Thatcher ao poder no Reino Unido (JESSOP et al, 1988), propondo um conjunto de reformas que visavam desestruturar os pilares do estado de bem estar social que predominou no país durante o pós-guerra, e dois anos depois com a chegada de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos.

Ao longo dos anos 1980, a financeirização se intensificou com o aumento do déficit dos Estados Unidos e o enorme mercado formado em torno de sua dívida pública. Os Estados e bancos credores se articularam no “Clube de Paris” e no “Clube de Londres”, unificando os seus interesses. Estes eram então representados pelo FMI que, de uma instituição reguladora do

sistema financeiro internacional passou a cumprir o papel de intermediadora dos interesses dos credores frente aos países devedores. O FMI exigia o cumprimento de uma série de condições aos países subdesenvolvidos como requisito para o acesso ao crédito internacional. Estas exigências diagnosticavam o vínculo existente entre o relaxamento fiscal e o incremento do processo inflacionário nas periferias, propugnando soluções de austeridade para controlar a inflação e recuperar a capacidade dos Estados honrarem o pagamento de suas obrigações financeiras.

O gráfico abaixo revela que o processo que se desenrolava no início dos anos 1980 tinha natureza estrutural e estava ligado a um estágio de desenvolvimento do capitalismo que estava apenas iniciando. Esta tendência estrutural apontava para um crescente deslocamento da riqueza produzida para a esfera dos ativos financeiros, sem converter-se necessariamente em capital produtor de mercadorias e serviços.

GRÁFICO 3 - Riqueza fictícia (estoque mundial de ativos financeiros) e renda real mundial (PNB)
US\$ trilhões



Fonte: Paulani (2009, p. 30).

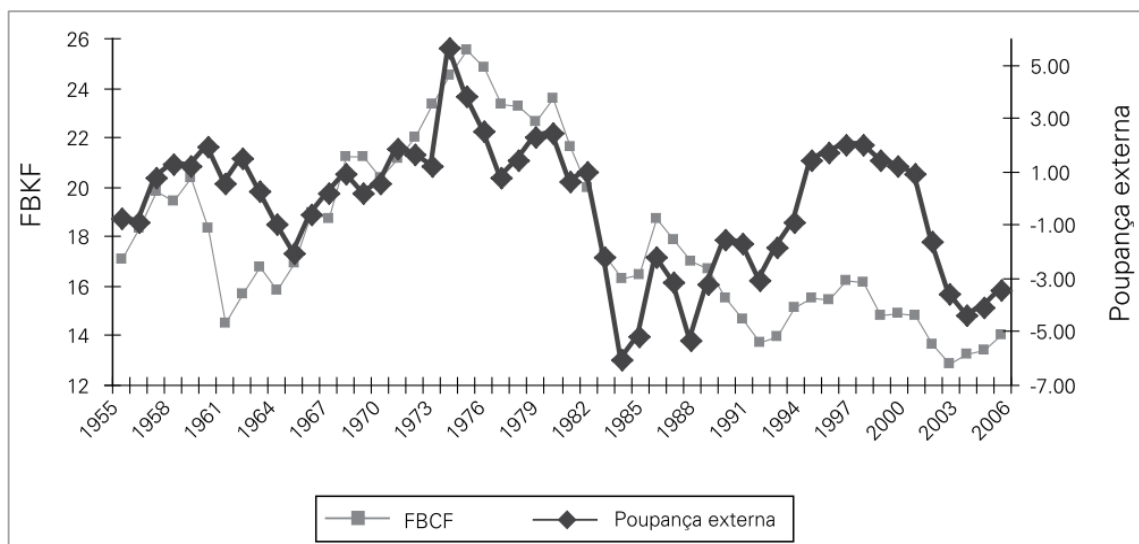
Vale salientar, que esta tendência permitiu uma mobilidade de capitais pelo globo sem precedentes históricos, daí seu impacto internacional. As mudanças estruturais em curso vieram acompanhadas de uma ofensiva do capital financeiro internacional para capturar os Estados, das regiões centrais e periféricas, a fim de reformá-lo num sentido mais compatível com a sua própria dinâmica e necessidades. O que veio mais tarde a ser conhecido como neoliberalismo foi exatamente este conjunto de reformas do Estado que começava a esboçar-se em alguns

países centrais já no início dos anos 1980. Em nosso continente, a financeirização refletiu-se na perda de capacidade dos Estados e dos agentes internos converterem o capital financeiro em investimento produtivo (BRUNO et al., 2009). Segundo Medeiros “É a inserção externa da América Latina como receptora de fluxo financeiros de curto prazo e como mercado em expansão para os EUA, que confere uma especificidade comum à região” (MEDEIROS, 1997, p. 281). O seu efeito mais notável foi a crescente desindustrialização dos países da região:

Frente aos avanços da terceira Revolução Industrial e da terceirização da industrialização, a capacidade do capital industrial de subordinar o conjunto das forças produtivas e liderar as frações da classe dominante tem sido colocada em xeque. A continuidade do deslocamento da produção de manufatura para a Ásia traz em consequência o esvaziamento relativo do valor da indústria na produção nacional e do emprego em manufatura, no total da ocupação, em parte, dos países que tinham a dominância do capital industrial no interior da classe dominante (POCHMANN, 2016, p. 37).

Um dos indicadores da perda de peso da produção industrial no conjunto da economia nacional é a taxa de Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja, aqueles investimentos feitos em bens fixos de longa duração, como instalações físicas e equipamentos.

GRÁFICO 4 - Evolução da absorção de poupança externa e da taxa de formação bruta de capital fixo (FBKF) no período de 1955 – 2006



Fonte: Arend e Fonseca (2012, p. 49).

O surgimento de novos processos de valorização do capital na esfera financeira, como a securitização, os *swaps*, o mercado de futuros e os fundos de pensão, adquiriram crescente natureza especulativa e, com isso, mudanças na política econômica dos países centrais ou crises em países vizinhos poderiam produzir uma rápida fuga de capitais.

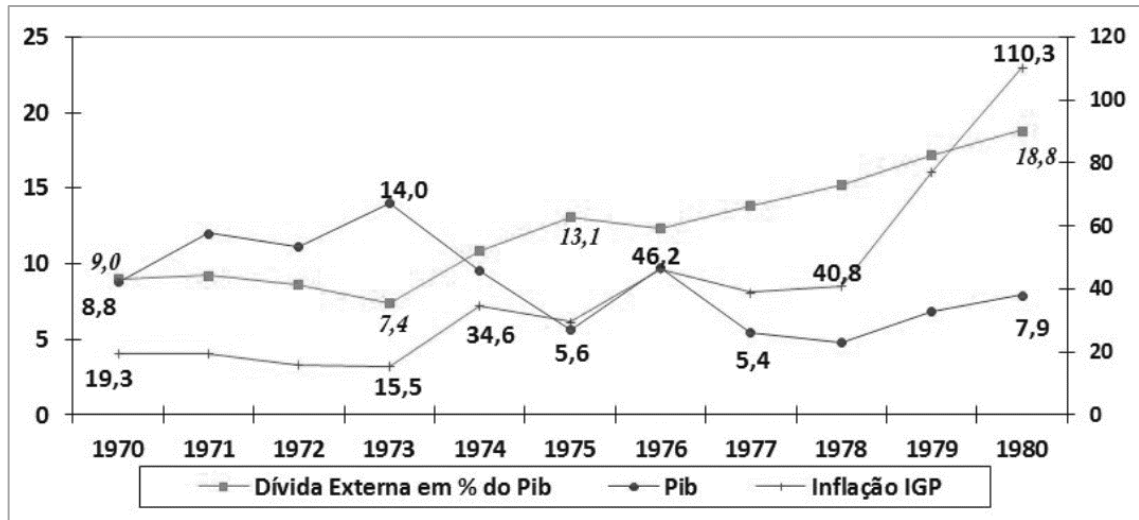
Outros componentes internos brasileiros somaram-se a estes fatores externos a partir de 1979. A reativação do movimento operário e popular cujas organizações haviam sido silenciadas pela repressão da ditadura incidia como uma variável importante naquela conjuntura, especialmente porque a abertura política avançava. Naquele ano foi pactuada a anistia geral e irrestrita que permitiu o retorno das lideranças da oposição que se encontravam no exílio, mas cuja contrapartida foi o duradouro esquecimento institucional dos crimes cometidos pelos agentes do regime militar. Ainda no mesmo ano, o governo aprovava a Lei 6.767 que consolidava o retorno do pluripartidarismo. Com isso, abria-se um importante espaço político que potencializava a incorporação das variadas forças de oposição no terreno institucional.

3.7 A POLÍTICA ECONÔMICA ENTRE 1979 E 1989

O governo Figueiredo (1979 – 1985) teve início com uma política econômica ambígua. Se por um lado ele herdava como legado de seu predecessor – Ernesto Geisel – o esforço industrializante do II PND, por outro, tinha que lidar com o agravamento das restrições externas. Aquilo que inicialmente parecia uma conjuntura adversa passageira e que inspirou a “fuga para frente” da política econômica do governo Geisel (1974 – 1979) agora mostrava-se uma situação duradoura e, pior, em processo de aprofundamento.

Como demonstra o gráfico a seguir, uma parcela crescente do PIB era consumida com o pagamento dos serviços da dívida externa. A incapacidade ou impossibilidade de gerir internamente as pressões da dívida se converteram em pressões inflacionárias. A depreciação da moeda, como mostra o gráfico, já vinham ocorrendo desde 1974. De 1977 a 1979 a desvalorização monetária ia se agravando, com a inflação atingindo mais de 70% neste último ano.

GRÁFICO 5 - Brasil: evolução da relação da dívida externa com o Produto Interno Bruto (PIB) e da variação do PIB e da taxa de inflação (IGP) em anos selecionados (em %)



Fonte: Pochmann (2016, p. 116).

Junto a isso, a perda da capacidade de crescimento do país impunha condicionalidades econômicas mais difíceis para a manutenção da hegemonia do capital industrial estrangeiro, que visivelmente perdia espaço para o capital financeiro internacional.

No bojo desta conjuntura, configurava-se uma disputa pela orientação da política econômica do governo Figueiredo (1979 – 1985).

Segundo Sallum Júnior (1995, p. 156):

[...] há um largo consenso de que o estrangulamento das fontes externas de financiamento da economia brasileira foi o fator final de precipitação da crise do início dos anos 80. As consequências políticas da “crise da dívida”, porém, foram muito amplificadas pela forma como se tentou superar o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Primeiro por uma política extemporânea de crescimento, em 1979 e 1980, e depois por uma recessão cada vez mais intensa, destinada a “ajustar” a economia para a produção de saldos positivos e crescentes no comércio exterior que permitissem fazer frente aos juros da dívida externa, nos moldes propugnados pelo FMI (SALLUM JÚNIOR, 1995, p. 156).

De um lado, o Ministro da Agricultura Delfim Netto, figura associada ao “milagre”, defendia a continuação da política de expansão do crescimento, enquanto o Ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen propugnava um ajuste recessivo. Ou seja, a discussão girava em torno das formas possíveis para dar prosseguimento ao modelo vigente desde fins dos anos 1960 ou de construir uma alternativa significativamente diferente.

Em agosto de 1979 Delfim Netto venceu a disputa com Simonsen e o substituiu na pasta do Planejamento. Delfim buscou combinar medidas voltadas para a retomada do crescimento e, ao mesmo tempo, combater a escalada da inflação. Contudo, esta combinação mostrou-se

ineficiente para contemplar ambos objetivos, pois a visão que orientava a política anti-inflacionária tinha como base o monetarismo e tomava como principal adversário o déficit público. Deste modo, tais medidas acabavam comprometendo os investimentos estatais:

As medidas de reativação econômica, tais como ampliação de crédito para bens duráveis, capitalização de empresas, agricultura e construção civil, poderiam fornecer a continuidade do crescimento econômico, mas operavam no sentido de empurrar a economia para baixo as decisões destinadas a conter a demanda. Os cortes dos gastos públicos, do crédito, dos meios de pagamento e do salário real não conseguiram debelar o processo inflacionário, mas, ao cortarem o investimento e o consumo final, deflagraram a mais profunda e mais longa recessão da história recente do Brasil, ao mesmo tempo em que inauguravam as duas “décadas perdidas” (SOUZA, 2008, p. 152).

O terreno da discussão entrelaçava a política e a economia. Afinal, a depreciação do cenário econômico poderia solapar as condições de estabilidade que a planejada abertura política exigia. A preocupação perpassava tanto as forças do regime que encabeçavam a distensão quanto as da oposição que pretendia acelerar o processo recém iniciado. O receio não era sem fundamento, afinal o ano de 1981 marcou o início de uma perigosa recessão que duraria três anos, às vésperas de um processo eleitoral que seria fundamental para a transição pactuada.

As eleições de 1982 deram importante vitória para as oposições, com liderança clara do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)²⁸ que conquistou dez governos estaduais, além do governo do Rio de Janeiro conquistado por Leonel Brizola, membro do então Partido Democrático Trabalhista (PDT). As forças da ditadura no entanto não foram completamente derrotadas pois seu novo partido, o Partido Democrático Social (PDS) – antiga ARENA – continuava com a maioria dos governadores e do Congresso. Poucos meses antes do processo eleitoral, adveio a crise cambial que gerou uma escalada da dívida externa dos países latino-americanos na esteira da moratória mexicana. Com isso, um novo ator entrou em cena na vida política e econômica brasileira, o Fundo Monetário Internacional. Segundo Miriam Leitão

O governo militar vinha tentando, sem sucesso, a terapia imposta pelo FMI. O Fundo prescrevia sempre o mesmo: corte do déficit público, redução da quantidade de moeda em circulação. Dizia que isso reduziria a demanda e a inflação iria ceder naturalmente. Como efeito colateral, o país teria uma recessão, mas depois, vencido o problema, a economia voltaria a crescer. Havia funcionado em muitas economias. Não funcionou aqui. A produção industrial tinha crescido em média 7% ao ano de 1968 a 1980. Com o choque proposto pela terapia do FMI a produção industrial encolheu 12% em 1981, o desemprego cresceu e o investimento público e privado despencou. Toda essa

²⁸ Em 1980 o MDB, único partido de oposição ao regime legalmente reconhecido, muda sua sigla para PMDB.

maldade e a inflação deu apenas um passinho para trás: de 110% para 100% (LEITÃO, 2011, p. 25).

Em 1982 iniciou-se um processo de renegociação do governo brasileiro com o FMI com o objetivo de evitar uma moratória da dívida como aquela declarada pelo México. De fato, como observa Monica Baer, o governo brasileiro perdeu uma janela de oportunidade aberta naquele ano, pois em pouco tempo os credores internacionais e o FMI articularam-se de maneira a restringir o espaço de barganha dos países devedores (BAER, 1993, p. 84).

Em 1984 os países latino-americanos passaram a se articular no Grupo de Cartagena com o objetivo de pressionar os credores de forma a obter condições mais favoráveis de negociação. Propunham um esquema de renegociação da dívida que não penalizasse o crescimento econômico interno. Uma parte dessas reivindicações foi agregada no Plano Baker elaborada pelo Secretário do Tesouro norte-americano e apresentada ao Banco Mundial e ao FMI em 1985, reconhecendo o fato de que era necessária uma solução para o pagamento das obrigações financeiras que não implicassem num cenário de recessão prolongada dos países devedores (FERRARO, 1990, p. 258). Esta proposta, todavia, não se consumou. Apesar dessa iniciativa, predominou de fato um cenário de desarticulação entre os países devedores.

Esta condição adversa no front internacional levou o governo a uma prolongada e difícil renegociação com o FMI que, enquanto não tinha termo, paralisou a formulação de novos rumos para a economia nacional. As sucessivas cartas de intenções exigidas pelo Fundo para autorizar o refinanciamento dos empréstimos tinham por foco o corte de gastos do Estado, o chamado ajuste fiscal, arriscando aprofundar e prolongar o cenário recessivo já instaurado. O que tornava ainda mais complexa a situação era que, pela primeira vez, as forças da ditadura não conseguiam constituir uma maioria parlamentar para fazer passar sua proposta de ajuste. Neste cenário, o Congresso rejeitou sucessivamente as medidas propostas pelo governo. Somente no final de 1983, mediante o recuo em relação a alguns pontos mais impopulares, o decreto 2.065 foi aprovado. Este impasse indicava claramente que, embora o capital financeiro internacional já tivesse conseguido impor-se economicamente sobre o conjunto da classe dominante no Brasil, a sua orientação recessiva criava barreiras aparentemente insuperáveis na esfera política. Assim, no início dos anos 1980 configurava-se uma situação que podemos definir como de um arranjo hegemônico experimental do capital financeiro internacional.

Diferentemente do que ocorreu em outras partes do mundo, o modelo de reformas neoliberais e o seu padrão de política econômica não teve viabilidade imediata no Brasil, de maneira que o arranjo hegemônico experimentado aqui tomou outras formas de expressão, pode-se dizer que foram menos diretas do que a vertente neoliberal representava. Do ponto de

vista da política econômica a característica que marcou esta fase parece ter sido a de um certo experimentalismo representado pelos sucessivos planos de estabilização econômicos: Cruzado, Cruzadinho, Cruzado II, Bresser e Plano Verão. A grande novidade em termos de política econômica era o desenvolvimento de tecnologias de controle da inflação. Porém, poucos notaram que esta nova tendência representava uma mudança profunda na gestão da economia, que indicava a ascendência da nova fração hegemônica dentro da classe dominante. Tratava-se, pois, do abandono da centralidade atribuída ao problema do crescimento para uma ênfase na conquista da estabilidade. Conforme Lavínia Barros de Castro

Enquanto o país se debatia em tentativas de combate à inflação, a indústria deixava de acompanhar os avanços tecnológicos e organizacionais em rápida propagação nas economias desenvolvidas. A retração do investimento prejudicaria particularmente a indústria de bens de capital. Se tomássemos, por exemplo, 1980 como base (100), o setor de bens de capital havia regredido, 10 anos depois, para um índice de produção física da ordem de 70. Enquanto isso, um país como a Coreia continuava reduzindo seu atraso relativo face às economias líderes e começava a fazer pesquisa e desenvolvimento intensamente (CASTRO, 2005, p. 145).

As mudanças na política econômica também foram o resultado das mudanças políticas mais gerais em curso no processo de redemocratização. A perspectiva de uma maior abertura levou as oposições para a rua em 1983, iniciando as “Diretas Já”. A pressão devia-se ao contexto institucional favorável em virtude do encaminhamento para o Congresso da Emenda Constitucional Dante de Oliveira. A força do regime ficou demonstrada pela derrota desta emenda. Mas em compensação a oposição capitaneada pelo PMDB derrotou o candidato situacionista do PDS Paulo Maluf no colégio eleitoral em 1985. Ascendia ao poder Tancredo Neves, experiente quadro da oposição, que por caminhos tortuosos, tornava-se o primeiro presidente civil desde 1964. Às vésperas de sua posse, Tancredo foi internado com suspeitas de apendicite. Viria a falecer pouco mais de um mês depois. Assumiu a presidência José Sarney, um antigo quadro da ARENA e do Partido Social Democrático (PSD) convertido de última hora ao PMDB.²⁹

Antes de seu falecimento, Tancredo Neves já vinha articulando a equipe econômica que comporia seu futuro governo. Esta era marcada por visões contraditórias sobre o caminho a seguir e que refletia a postura pragmática do velho político mineiro:

A retórica oficial era a de oposição e nisso estava coerente com o passado de Tancredo Neves: embora com fortes traços conservadores no seu pensamento econômico - e o candidato se orgulhava de conhecer o assunto - ele sempre se colocara contra as políticas de recessão e arrocho. Assim, seus discursos anunciavam rumos

²⁹ Uma síntese deste processo histórico encontra-se em Maciel (2008).

aparentemente progressistas, como a retomada do crescimento, a melhoria dos salários, a expansão do emprego, investimentos na área social.

Ao mesmo tempo, porém, Tancredo relacionava como prioridade urgente o combate à inflação – e aqui sua visão não se aproximava nem dos economistas tradicionais do PMDB, nem dos heterodoxos. Era conservador mesmo – contenção de gastos públicos, política monetária restritiva, crédito curto, etc. Era a mão direita (SARDENBERG, 1987, p. 76).

Do lado do PMDB, Tancredo chamou Dércio Munhoz para formar sua assessoria. Este, respeitado economista e membro do partido, convocou apenas figuras da oposição para constituir a equipe de trabalho oficial do candidato. Paralelamente, os senadores Fernando Henrique Cardoso e Afonso Camargo constituíram a Comissão para o Plano de Governo (COPAG), que reunia elementos representativos de todo o espectro político democrático sob a coordenação de José Serra, na época um dos destacados economistas do PMDB. Do outro lado, Tancredo convocou seu sobrinho, Francisco Dornelles, quadro oriundo da ARENA e que aderiu de última hora ao PMDB, para compor uma assessoria econômica informal para sua campanha.

José Sarney herdou uma situação econômica muito difícil de lidar. Havia o temor de que um aprofundamento da crise viesse a produzir uma reversão no processo de abertura política. Fazia já uma década do início do II PND de Geisel. Ainda que os primeiros anos da década de 1980 iriam herdar alguns efeitos favoráveis dessa experiência, especialmente o incremento das exportações de artigos industriais (CASTRO; SOUZA, 1985), as condições para uma reedição deste tipo de política pareciam estar esgotadas.

O problema é que os dois agrupamentos com visões distintas coexistiam contraditoriamente dentro do governo. A mediação acabou ocorrendo pela nomeação de Dornelles como Ministro da Fazenda e João Sayad, anteriormente Secretário da Fazenda de São Paulo, como Ministério do Planejamento. Além desses, Dílson Funaro, empresário paulista vinculado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), assumiu a presidência do BNDES que na época era vinculado ao Ministério do Planejamento. Mas as tensões só se resolveram em agosto de 1985 quando Francisco Dornelles demitiu-se do Ministério da Fazenda e no seu lugar assumiu Dílson Funaro. Com isso a equipe econômica passou a atuar com algum grau de coerência interna. Iniciava-se a era do experimentalismo heterodoxo.

A partir de fevereiro de 1986, sucedeu-se uma série de iniciativas que tinham como objetivo central o enfrentamento do problema inflacionário. O primeiro foi o Plano Cruzado, iniciado em fevereiro de 1986. A base deste plano foi a mudança monetária e o congelamento de preços e tarifas. Embora tenha se tornado bastante popular e conseguido reduzir fortemente a inflação em seus primeiros meses, seus resultados foram revertidos ainda no final do primeiro semestre. Em julho foi editado o Cruzadinho, um conjunto de medidas que incluía a instituição

de empréstimo compulsório sobre os combustíveis, os automóveis e viagens internacionais para levantar um montante de recursos que seria investido em áreas estratégicas. Ainda em novembro de 1986, o governo Sarney (1985 – 1990) lançou o Cruzado II que era um pacote fiscal que visava recuperar a arrecadação das empresas estatais que haviam ficado defasadas à época do congelamento dos preços instituído pelo Plano Cruzado.

Apesar dessas mudanças, em teoria o Plano Cruzado continuava em vigência. Somente no início de 1987 é que as medidas por ele instituídas foram revogadas. Em seu lugar, o novo Ministro da Fazenda que substituiu Dílson Funaro, Luís Carlos Bresser-Pereira, criou o Plano Bresser. Mais complexo que as iniciativas anteriores, este plano inspirava-se parcialmente no Cruzado. Ele previa o congelamento de preços, salários e tarifas por tempo determinado e, ao contrário do Cruzado, não pretendia zerar a inflação e sim reduzi-la. Por outro lado, o Plano Bresser incluía algumas medidas de teor ortodoxo, como a elevação dos juros e o corte de gastos públicos. Apesar dos resultados positivos no controle da inflação alcançados em julho e agosto de 1987, não se logrou o almejado controle do déficit público nem a implantação da reforma tributária. Assim, com a aceleração da inflação novamente no final do ano o Ministro Bresser Pereira demitiu-se colocando fim ao seu experimento anti-inflacionário.

A nova política implementada pelo novo Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega em princípios de 1988 ficou conhecida como “feijão com arroz” por repudiar a via do choque de tipo heterodoxo. Tratava-se pois de um retorno ao gradualismo ortodoxo, com uma política de ajuste fiscal e arroxo salarial no serviço público. O resultado deste plano no entanto ficou aquém do esperado. Como resultado deste fracasso, mais uma vez a política econômica sofria uma oscilação em direção aos preceitos heterodoxos. O Plano Verão lançado em janeiro de 1989 continha elementos híbridos. Extinguia todos os mecanismos de indexação de preços, salários e tarifas, reeditava a mudança monetária – com a passagem do Cruzado para o Cruzeiro Novo – em paridade com o dólar, e congelava preços e salários por tempo indeterminado. Em compensação, estabelecia medidas ortodoxas, como a redução dos gastos públicos, a contração do crédito e a reforma administrativa.

Aparentemente os sucessivos planos não seguiram uma linha coerente de atuação. Se por um lado o Cruzado tinha como principal objetivo zerar a inflação, o Cruzadinho e o Cruzado II visavam diferentemente recuperar parcialmente a capacidade de investimento do Estado, o que produzia por consequência, novas pressões inflacionárias. Assim, os planos de estabilização não atingiram o objetivo enunciado de controlar a inflação nem mesmo de recompor a capacidade fiscal do Estado. De fato, o que se viu foram sucessivas tentativas

malfadadas do Estado brasileiro gerir a restrição de recursos tirando de foco o tema chave que era a drenagem da riqueza imposta pelo sistema da dívida externa. Assim, se por um lado não se viu nada parecido com um projeto de retomada da industrialização, por outro se percebe o esforço por parte do governo de realizar mediações entre as classes internas sem colocar em questão, em momento algum, a posição central do capital financeiro internacional.

3.8 A CONSOLIDAÇÃO DO ARRANJO HEGEMÔNICO NEOLIBERAL ENTRE 1990 E 1994

A queda do muro de Berlim em 1989 e a posterior balcanização da antiga União Soviética implicaram em uma transformação geopolítica de grandes proporções que abriram uma nova conjuntura, impactando decisivamente a vida política brasileira.³⁰ Um dos fatores que incidiram de maneira determinante no cenário nacional foi a derrota ideológica que o fim da experiência soviética representou para a classe trabalhadora. Esta pois se viu desarmada de projeto político para enfrentar uma condição que já era extremamente desfavorável. Ao lado do fim da Guerra Fria, a chamada globalização, que abarcava a intensificação dos laços comerciais e financeiros, a transnacionalização das empresas, a ampliação das redes de comunicação, dentre outros fatores, criou um clima ideológico de aparente inexorabilidade quanto ao avanço do capitalismo no mundo (VISENTINI, 1999). Em sintonia com este arcabouço ideológico, os Estados nacionais herdados do século XX passaram a ser vistos como instituições arcaicas e inadequadas para a nova dinâmica econômica global (ANDREWS, 2010).

O fato de que a primeira eleição direta para a Presidência da República se deu em 1989 certamente contribuiu para a derrota de Leonel Brizola no primeiro turno e Luiz Inácio da Silva no segundo, afinal ambos eram identificados de alguma forma com o legado do socialismo. Ascendeu ao poder Fernando Collor de Mello, político ligado à oligarquia de Alagoas e vinculado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN), uma sigla com pequena expressão política. Se a hegemonia do capital financeiro internacional vinha sendo implementada em condições políticas até certo ponto adversas e seguia um caminho experimentalista, depois da eleição de Collor se conformaria uma tendência crescente para a implantação de um programa econômico mais coerente com os interesses daquela fração internacional.

³⁰ Sobre estas mudanças no Brasil do ponto de vista da política externa ver Analúcia Danilevicz Pereira (2005).

Collor defendia um programa econômico inspirado nas diretrizes neoliberais do Consenso de Washington (NUNES, 2016). Seu discurso partia de uma crítica feroz ao suposto gigantismo e ineficiência do Estado, propondo um conjunto de reformas liberalizantes que contribuiriam para modernizar a estrutura produtiva, racionalizar o funcionamento do Estado, resolver o problema da dívida externa e regular os preços. Ao lado do Consenso de Washington, o governo norte-americano formulou o Plano Brady, basicamente uma proposta de financeirização da dívida externa de 32 países com a criação de bônus comercializáveis no mercado financeiro e, junto a isso, o comprometimento dos governos de realizar reformas pró-mercado (PAINCEIRA, 2009). A inflação era um problema herdado da década anterior e continuava a agravar-se, atingindo o patamar de cerca de 80% ao mês (CASTRO, 2005, p. 141).

Este foi um período de importantes mudanças estruturais na economia e na organização do Estado. O Plano Nacional de Desestatização, um eufemismo para privatização, foi criado para reduzir a estrutura econômica estatal. Entre 1990 e 1994 foram privatizadas 33 empresas estatais, principalmente dos setores de siderurgia, petroquímica e fertilizantes (CASTRO, 2005, p. 146). Apesar do discurso privatista, por razões diversas, este processo ficou aquém do esperado pelo governo. Junto às privatizações, o governo lançou a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) que visava abrir o setor industrial ao mercado internacional e aumentar a competitividade. Além disso, instituiu o câmbio livre e liberalizou as importações.

Ainda em 1990 foi lançado o Plano Collor sob o comando da Ministra Zélia Cardoso de Mello com o objetivo de controlar a inflação. Este decretou a mudança monetária, com a extinção do Cruzeiro Novo e o retorno ao Cruzeiro, e congelou mais uma vez preços, salários e tarifas. Na área fiscal, o Plano criou novos tributos, extinguiu ministérios e autarquias. Na área financeira o governo levou a cabo um radical enxugamento da liquidez com o bloqueio por 18 meses de aplicações que ultrapassavam 55 mil Cruzeiros Novos. O plano foi muito criticado, especialmente pelo bloqueio dos ativos financeiros. Além disso, o congelamento não funcionou. Nos primeiros meses, o resultado do Plano Collor foi uma redução da inflação mensal para o patamar de 10% e uma forte retração na economia, com o decréscimo do PIB na ordem de 4,3% em 1990. Mesmo assim, no final do ano a inflação voltou a recrudescer.

O fracasso do Plano Collor I levou à queda de Zélia Cardoso de Mello. Em seu lugar assumiu Márcio Marques Moreira. No início de 1991 o novo Ministro da Fazenda lançou o Plano Collor II de inspiração gradualista. Este tinha por foco reformar a administração pública e desindexar a economia. Neste sentido, foram criadas uma série de medidas como a extinção do Bônus do Tesouro Nacional e a criação do Fundo de Aplicações Financeiras. Apesar de seu

sucesso inicial, o Plano Collor II foi prejudicado pelo início da crise política que levaria ao impedimento do presidente. Apesar de seu curto prazo, o governo Collor (1990 – 1992) deixou como legado uma orientação mais coerente na condução da política econômica em relação aos interesses do capital financeiro internacional.

Em outubro de 1992 assumiu o poder o vice-presidente Itamar Franco. De início, a posição do novo presidente foi ambígua em relação ao ideário neoliberal. Um indicativo desta nova postura foi a resistência do presidente a privatizar a Usiminas, importante usina siderúrgica sediada em Minas Gerais, cujo trâmite de privatização havia sido indicado por Collor de Mello (SOUZA, 2008, p. 213–214). Além disso, Itamar tomou medidas que apontavam para a ampliação dos gastos públicos e para a recuperação dos salários. A negociação salarial envolveu entidades representativas dos trabalhadores, o empresariado e o governo e deu origem a um projeto embrionário de pactuação chamado Agenda Brasil.

A questão inflacionária, por sua vez, continuava sem solução definitiva. O enfrentamento deste problema foi a prioridade do novo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Todavia, esta definição envolveu alguns embates com o Presidente da República, pois o novo ministro reivindicou o encerramento da Agenda Brasil como condição para a sua permanência no cargo (SOUZA, 2008, p. 219).

O Plano Real, conhecido à época ainda como “Plano FHC”, foi lançado em dezembro de 1993 ainda durante o governo de Itamar Franco (1992 – 1995). As primeiras medidas foram consolidadas no Plano de Ação Imediata e tinham caráter fiscal. Objetivavam alcançar o equilíbrio orçamentário que viabilizaria o lançamento da nova moeda. Foi criado o Fundo Social de Emergência, através de Emenda Constitucional aprovada pelo Congresso. Este mecanismo permitia ao governo fazer cortes no orçamento e flexibilizar a destinação dos recursos.

A segunda fase do Plano teve início em março de 1994 e consistiu num período de transição monetária. Criou-se um indexador chamado Unidade Real de Valor (URV). A originalidade do Plano Real neste caso foi que não houve uma troca imediata de moeda. A transição se deu ao longo dos meses de fevereiro e julho de 1994 onde todos os preços e tarifas do setor público e privado foram sendo convertidos para a nova unidade de valor.

A terceira e última fase do Plano foi a definitiva instituição da nova moeda que ocorreu em julho. Nesta fase entrou em vigor a chamada âncora cambial, mantendo uma relação de um para um com o dólar. De acordo com Filgueiras “toda essa estratégia só foi possível porque apoiou-se numa política de juros altos, com a entrada no país de um grande fluxo de capitais de

curto prazo, e num elevado nível de reservas cambiais” (FILGUEIRAS, 2001, p. 109). Assim , a partir de então se consolidaria no Brasil, com algumas variações ao longo do tempo, o que alguns economistas têm definido como um novo regime de política econômica liberal, baseado no controle da inflação, restrição fiscal, altas taxas de juros e câmbio valorizado (BRESSER-PEREIRA, 2017).

O sucesso inicial do Plano Real provavelmente foi um dos responsáveis pelo bom desempenho eleitoral de Fernando Henrique Cardoso na disputa presidencial de 1994. Os dois mandatos consecutivos do novo presidente iriam consolidar o caminho de implantação do programa neoliberal no Brasil iniciado por Collor de Mello. Por isso, constata-se que

As reformas do Estado – tributária, administrativa e previdenciária – e da ordem econômica – quebra dos monopólios estatais, tratamento isonômico entre a empresa nacional e a empresa estrangeira e a desregulamentação das atividades e mercados, considerados até então estratégicos e/ou de segurança nacional -, juntamente com as privatizações, se constituíram, como em outros países, numa das dimensões cruciais do Plano Real. As outras duas foram o próprio programa de estabilização *stricto sensu* e a abertura comercial e financeira (FILGUEIRAS, 2001, p. 109).

Assim, o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1999) onde Plano Real havia sido uma peça-chave para a adesão da sociedade às medidas econômicas em andamento, consolidariam a vigência do neoliberalismo no Brasil enquanto arranjo compatível com a hegemonia do capital financeiro internacional.

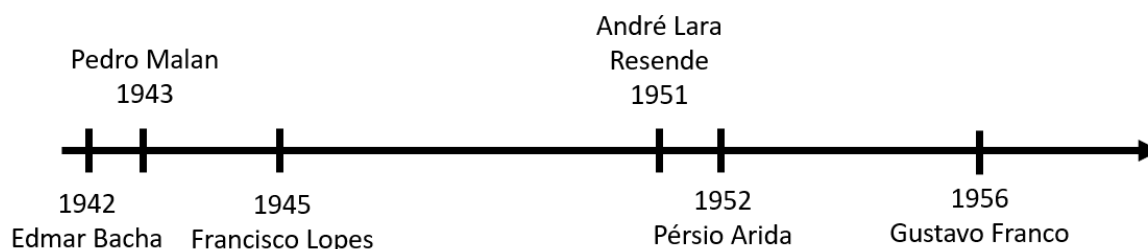
4 TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS: INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E IDEOLÓGICAS

Este capítulo tem por objetivo compreender as influências teóricas e ideológicas que perpassaram a formação intelectual de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco. Ao fazer referência às influências teóricas estamos considerando fundamentalmente a contribuição das diferentes vertentes do pensamento econômico. Estas teorias com estatuto científico são perpassadas por influências ideológicas, ou seja, visões de mundo que definem o lugar dos intelectuais nas relações entre as classes e orientam a sua prática.

A análise inicia com a apresentação de alguns elementos da trajetória individual de cada um dos economistas desde a infância e dá ênfase aos níveis de formação acadêmica e às atividades profissionais por eles desenvolvidas. O ponto de corte da análise é a vinculação de cada um desses indivíduos ao corpo docente do Departamento de Economia da PUC-Rio. Considera-se este momento importante porque ele representa a conformação de um grupo que dará origem a novas ideias e proposições para a política econômica brasileira. Na segunda parte do capítulo realiza-se uma síntese dos traços comuns que caracterizaram cada uma das trajetórias individuais e propõe-se uma interpretação geral sobre o perfil do grupo com base em tais características.

Para a análise dos casos, verificou-se que há uma defasagem temporal considerável no processo de formação dos seis intelectuais aqui estudados. Esta defasagem certamente tem implicações geracionais que podem ter repercussões importantes no tipo de formação acadêmica e nas correntes de pensamento econômico que os influenciaram.

FIGURA 1 - Cronologia das datas de nascimento dos “pais” do Plano Real (1942 – 1956)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de fontes diversas.

Apenas para se ter uma ideia desta distância etária, sabe-se que no final dos anos 1960 quando Pêrsio Arida estava ainda no grau secundário, Pedro Malan e Francisco Lopes estavam nos Estados Unidos fazendo seu estudos de doutorado (PhD³¹) e Edmar Bacha já era um profissional formado que estava começando a lecionar na Fundação Getúlio Vargas. Ao longo deste tempo as ideias econômicas e os temas relevantes de discussão entre os economistas brasileiros foram se modificando. Esta defasagem geracional é importante na medida em que revela certas mudanças em curso na formação dos economistas enquanto intelectuais ao longo do tempo.

4.1 EDMAR LISBOA BACHA³²

Edmar Lisboa Bacha nasceu em 14 de fevereiro de 1942, na cidade de Lambari, interior de Minas Gerais, poucas semanas depois que o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo no contexto da II Guerra Mundial. Era o sétimo filho de Maria de Jesus Lisboa Bacha e de Felício Bacha. Os Lisboa, de parte materna, eram políticos tradicionais e intelectuais. João Lisboa, seu avô materno, fora Deputado Estadual e Federal pelo Estado de Minas Gerais. O irmão de sua mãe, Valdir Lisboa, também havia sido Deputado Estadual. Henriqueta Lisboa, tia de Edmar, era uma conhecida poetisa e sua mãe era professora primária. Seu pai, Felício, era filho de um casal de imigrantes libaneses e dedicava-se à atividade comercial, mas também tinha laços com a política local e “trabalhou como secretário da prefeitura de Lambari, tendo também parentes envolvidos na vida política das cidades de Lambari e Cambuquira” (KLÜGER, 2017, p. 169). Depois da morte do pai, em 1952, Edmar mudou-se para Belo Horizonte com a família. Coursou o ginásio e o científico num colégio Franciscano chamado Santo Antonio que, segundo ele, tinha uma “educação muito boa” (IBGE, 2006).

Edmar Bacha iniciou o curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Minas Gerais em 1960, não sem algumas dúvidas. Segundo ele, a escolha do curso foi “algo traumático” (BACHA, 1996, p. 232), pois a opção mais óbvia em Belo Horizonte seria cursar

³¹ Sigla utilizada nos países anglófonos para “Philosophiæ Doctor”, equivalente no Brasil ao diploma de doutorado.

³² As principais fontes consultadas para a reconstrução da trajetória de Bacha foram (BACHA, 1996; IBGE, 2006; KLÜGER, 2017; LEMOS; LAMARÃO; PINHEIRO, 2009; PLATAFORMA LATTES - CNPQ, 2019a; RODRIGUES, 2008).

Engenharia Mecânica. Segundo ele, a área de Economia era “pouco reconhecida socialmente” na época (BACHA, 1996, p. 232). Neste tempo ele despertaria seu interesse por dois temas que o acompanhariam durante muito tempo, a economia cafeeira e a inflação, sobre os quais chegou a escrever trabalhos no nível de graduação. Formou-se em 1963.

Durante seus anos de estudo, Bacha foi influenciado por diferentes doutrinas econômicas. Segundo ele, sua formação foi marcada pelo ecletismo intelectual (BACHA, 1996, p. 232). Ele conheceu o pensamento cepalino ainda na graduação, e aproximou-se das formulações de Raul Prebisch, Celso Furtado e Ignácio Rangel (LEMOS; LAMARÃO; PINHEIRO, 2009). Além deles, ao enfrentar a temática da inflação, ele reconhece ter sofrido a influência de João Paulo de Almeida Magalhães e de Roberto Campos (BACHA, 1996, p. 232).

Em 1964, ano de início da ditadura, Edmar Bacha ingressou no curso de curta duração do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da Fundação Getúlio Vargas, que ocorria no Rio de Janeiro, voltado para acadêmicos que pretendiam estudar no exterior. Ali teve aulas de micro e macroeconomia, matemática, estatística e inglês. Teve como professores, dentre outros, Mario Henrique Simonsen, um dos mais destacados economistas brasileiros da época, Werner Baer, estadunidense especializado em economia brasileira, e João Paulo dos Reis Velloso, que futuramente viria a ser fundador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e ministro do planejamento durante a ditadura. Ainda no mesmo ano, mudou-se para os Estados Unidos, onde iniciou a pós-graduação na Universidade de Yale. Segundo o próprio Bacha, foi o contato com Werner Baer que facilitou sua ida para lá (BACHA, 1996, p. 233).

Uma das grandes deficiências de sua formação em nível da graduação em economia foi a pouca ênfase na matemática e na estatística. Aliás, esta era uma vantagem que na época se encontrava nos cursos de engenharia, o que talvez explique a mobilidade de intelectuais da engenharia para a economia, como foi o caso de dois personagens importantes para o pensamento econômico brasileiro como Eugênio Gudín e Mario Simonsen. A este respeito, Bacha comenta que “foi vendo Mário Simonsen dar aulas que, pela primeira vez, fiquei consciente de meus limites intelectuais: jamais seria tão proficiente quanto ele nas matemáticas, me dei conta” (BACHA, 1996, p. 233).

Assim, uma das habilidades que Bacha adquiriu durante a pós-graduação na Universidade de Yale foi a aplicação da matemática à economia. Foi lá que ele “absorveu o pensamento nekeynesiano apresentado pelos professores Mário Henrique Simonsen, James Tobin e Carlos F. Díaz-Alejandro” (LEMOS; LAMARÃO; PINHEIRO, 2009). Durante o mestrado, escreveu dois trabalhos *A comparison of industrial productivity in Mexico and the*

USA, sob a orientação de Carlos Diaz Alejandro, um cubano exilado que faria mais tarde uma carreira acadêmica promissora nos Estados Unidos, e *Essays on brazilian entrepreneurship history*, sob orientação de William Parker. Em Yale, Edmar Bacha teve aulas com Celso Furtado e foi orientado por Marc Nerlove, especialista em econometria. Por influência deste, desenvolveu sua tese de doutorado *An Econometric model for the world coffee economy: the impact of Brazilian price policy* aplicando métodos econométricos a um de seus temas de maior interesse, o café.

Edmar Bacha finalizou seu doutorado em 1968, mesmo ano em que iniciava o “milagre” brasileiro e que o governo Costa e Silva (1967 – 1969) decretou o Ato Institucional nº 5. Frente à possibilidade de retornar para um cenário de liberdades restritas, ele optou por buscar alguma inserção fora do Brasil: “Na verdade, o ano que eu voltei, 68, foi o ano do AI-5, eu preferi não voltar pro Brasil. Fui pro Chile com o grupo do Instituto de Tecnologia do Massachusetts e fiquei trabalhando na Oficina de Planejamento Nacional do governo do Chile [...]” (IBGE, 2006). A referência ao AI-5 sugere que o fator político foi importante para esta escolha. Apesar disso, já em 1969 Edmar Bacha retornou ao Brasil e passou a lecionar no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Paralelamente, entre 1970 e 1971 ele também atuou no IPEA.³³ O IPEA era basicamente um órgão estatal voltado para pesquisa e o planejamento na área econômica. A inserção de Bacha no IPEA demonstra que apesar de crítico da ditadura ele envolveu-se por algum tempo com a política econômica do governo.

Notabilizou-se pela publicação de um artigo alegórico e fortemente irônico chamado “O rei da Belíndia” (BACHA, 1974), onde comparava o modelo de desenvolvimento brasileiro com um reino imaginário que carregava um contraste equivalente à Bélgica e à Índia. Neste artigo ele criticava a burocracia do governo, em especial os economistas e seus métodos de cálculo da renda e do crescimento. O endereço da crítica era claro: os economistas vinculados ao regime, dos quais Delfim Neto era o mais influente e notório.

Insatisfeito com os cursos de economia então existentes no país, ainda em 1972, Edmar Bacha aceitou um convite para vincular-se ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), onde havia perspectivas de criação de um curso de mestrado:

³³ Somente em 1967 o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada – EPEA – passou a chamar-se Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Ao longo do trabalho designaremos a instituição pela sigla IPEA.

Toda a minha reinserção no Brasil depois do doutorado teve muito a ver com a luta contra a ditadura. É basicamente nesse contexto. A atuação naquele tempo era muito politizada e havia concorrência nesse sentido. Delfim [Netto] e [Mário] Simonsen estavam ligados ao governo militar e a UnB representava uma alternativa. Tem um claro sentido político aí. Essa é a coisa mais importante, porque uma vez que se tire a nuvem da ditadura da frente, as diferenças propriamente de teoria econômica aparecem com muito menor relevância. Havia uma sobreenfatização de diferenciações de questões teóricas em Economia, mas o que estava realmente “pegando” era a questão da luta pela democracia (BACHA, 1996, p. 234).

Percebe-se claramente que seus posicionamentos tinham a ver com a realidade política do país. Ou seja, Bacha procurou afastar-se dos economistas que eram mais próximos ao governo. Este posicionamento também parece ter determinado o seu distanciamento em relação aos economistas formados pela Universidade de Chicago, pois estes eram vistos como adeptos da ditadura. Em diversos textos Bacha anuncia sua discordância com as perspectivas de interpretação da realidade e de propostas de política econômica emitidas pelos economistas formados em Chicago. O mais notório deles era Carlos Langoni, então professor na Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV. A este respeito, Francisco Lopes relata

Lembro-me de que, quando fomos comunicar ao Bacha que iríamos para a Fundação [Getúlio Vargas] – que foi, mais ou menos, como se um bispo estivesse dizendo para o papa que iria abandonar a Igreja –, ele perguntou: “Você vai para a Fundação, com Langoni? Com aquele pessoal de Chicago? Não é possível!” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 29).

A afirmação não deixa dúvidas quanto ao distanciamento de Bacha em relação ao “pessoal de Chicago”. Em texto de análise publicado em 1978, Bacha criticaria novamente os adeptos brasileiros do neoliberalismo da Escola de Chicago:

Existe um grupo de economistas, felizmente no Brasil cada vez mais desacreditados, para quem a economia se reduz à oferta de um lado e à procura de outro.

Neste momento estão eles conduzindo em outros países latino-americanos experiências das mais atroz de que se tem notícias nos anais da política econômica, em nome do primado da lei da oferta e da procura.

É interessante o contraste entre esses economistas e a nata da inteligência econômica americana. Alguém familiar com Harvard, M.I.T. ou Yale não pode deixar de se impressionar com a relutância de um Arrow, um Samuelson, um Solow, um Tobin, em interpretar o mundo real através da ótica simplista da teoria econômica aplicada. Frequentemente, esses professores se vem em desvantagem em debates públicos com Milton Friedman e outros expoentes da Escola de Chicago, que levam às últimas consequências o formalismo da “lei da oferta e da procura”. Pois os friedmanitas aparentam ter um discurso muito mais consistente que o dos professores de Harvard, M.I.T. ou Yale, liberais que se encontram apoiados numa teoria econômica conservadora (BACHA, 1978, p. 50–51).

A mensagem é bastante clara. Bacha reivindica os principais economistas liberais adeptos de uma “teoria econômica conservadora” contra aquilo que ele identifica como uma perspectiva reducionista dos fenômenos econômicos. Embora ele não deixe claro quais são os

exemplos latino-americanos de aplicação das diretrizes neoliberais a que se refere, pode-se supor um dos principais casos que o autor tinha em mente era o modelo econômico do Chile de Augusto Pinochet.

Bacha permaneceu vinculado à UnB entre 1972 e 1978, mas as perspectivas lá não eram muito promissoras porque Brasília na época era “muito árido” (IBGE, 2006) e estava relativamente afastada do centro intelectual do país, localizado no Sudeste. Em 1975 ele se licenciou da UnB e foi para a Universidade de Harvard como pesquisador visitante vinculado ao Instituto para o Desenvolvimento Internacional onde permaneceu até 1977. Ao retornar, alguns de seus colegas estavam já se agrupando na PUC-Rio e ele somou-se a este esforço coletivo ainda em sua fase inicial.

4.2 PEDRO SAMPAIO MALAN³⁴

Dia 18 de fevereiro de 1943, na cidade de Petrópolis (RJ) nasceu Pedro Sampaio Malan, filho de Elísio Souto Malan e Maria Regina Sampaio Malan. A sua família paterna tinha importantes vínculos militares. No mesmo ano de nascimento de Pedro, Alfredo, seu tio por parte de pai, seria promovido a major e décadas mais tarde viria a ser General Chefe do Estado-Maior do Exército (COSTA; LEMOS; PINHEIRO, 2009). Seu avô paterno também havia sido militar, e teve participação ativa na Revolução de 1930. “O pai de Pedro Malan, Elysio Souto Malan, não seguiu a trajetória militar predominante em sua família. Assegurou a renda familiar trabalhando como funcionário público: agente fiscal do posto de consumo” (KLÜGER, 2017, p. 408). Pedro estudou os anos primários numa escola particular, o Colégio Werneck, em Petrópolis. Em seguida mudou-se para o Rio de Janeiro, então Capital Federal, para seguir os estudos. Vinculou-se ao Colégio Santo Inácio, de origem jesuíta. Terminou o nível básico em 1960, mesmo ano em que Brasília era inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Entre 1961 e 1965 Malan estudou Engenharia na PUC-Rio. Em sua juventude “as carreiras universitárias consolidadas no Brasil resumiam-se a três: medicina, engenharia e direito” (D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 57). Quando ocorreu o golpe militar de 1964, ele estava já no penúltimo ano do curso. Perto de completar o curso de engenharia, chegou

³⁴ As principais fontes consultadas para a reconstrução da trajetória de Pedro Malan foram (BACHA et al., 2014; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019c; COSTA; LEMOS; PINHEIRO, 2009; CPDOC, 2004; KLÜGER, 2017).

a iniciar a Faculdade de Economia na antiga Universidade do Estado da Guanabara, mas não deu prosseguimento.

Segundo Malan, nesta época os economistas eram em sua maioria formados em engenharia, direito, contabilidade, estatística ou administração. O interesse pela economia foi despertado pela própria conjuntura de crise que se vivia na época:

A deterioração da situação econômica após a euforia dos anos JK, a ação de San Tiago Dantas e de Celso Furtado como ministros de um governo instável, os textos da Cepal, a discussão sobre desenvolvimento no Brasil e no resto do mundo, tudo isto foi aos poucos me levando naturalmente da engenharia para a economia (D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 58).

Isto demonstra que Malan estava atento à vida política brasileira. Foi então que ele decidiu, em 1966, ingressar no 18º Curso Intensivo em Problemas do Desenvolvimento Econômico, em Vitória - ES, organizado pela BNDES em parceria com a CEPAL. Esta iniciativa conjunta havia sido criada ainda em 1953 sob a coordenação de Celso Furtado. Inicialmente, o objetivo do Grupo Misto BNDES-CEPAL era produzir dados macroeconômicos com vistas a contribuir com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Neste sentido, sua atuação estava voltada para o esforço de industrialização, concentrando-se especialmente nos temas de transporte e energia. “Esses estudos constituiriam depois a base do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek” (PAIVA, 2012, p. 25). Em 1960 foi criado no Rio de Janeiro o Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDES. Quanto aos cursos intensivos

De 1960 a 1962, os cursos foram realizados no Rio de Janeiro e a partir de 1963, de conformidade com o pensamento da CEPAL, do ILPES e do BNDES, o Centro CEPAL/BNDES implantou a política de regionalização dos cursos, no sentido de dar maior apoio às instituições regionais, cristalizando a idéia de melhor atender técnicos das diversas regiões e, inclusive, dos Estados Federados e, também, de realçar, no âmbito dos cursos, os problemas particulares das economias regionais brasileiras (SANTIAGO, 1990, p. 19).

Além dos brasileiros, contribuía também no curso professores vindos do Chile, Argentina e Uruguai. Malan relata este momento da seguinte forma:

[...] todos nós líamos Celso Furtado – Formação Econômica do Brasil, Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Eu lia também os livros da Fondo de Cultura Económica, do México; por exemplo, o livro do Prebisch sobre Keynes, o do Alvin Hansen, Sunkel, Norberto Gonzales... Eu tinha interesse nesses textos da CEPAL. Um livro muito importante, que me marcou muito na época e até hoje, passado quase meio século, vale a pena ler, é o do Albert Hirschman sobre estratégia de desenvolvimento econômico [...]. Depois que concluí engenharia, fiz o curso da CEPAL, nos primeiros meses de 1966. Naquela época a CEPAL estava ministrando esses cursos, cada ano numa capital diferente de um estado brasileiro. Em 1966 foi em Vitória, Espírito Santo, e morei uns quatro meses lá. Foi um curso interessante. Os professores, que eu me lembre, eram Liechenstein, uruguaio, Antonio Barros de Castro, Guilherme

Vassalo, Ferdinando Figueiredo. Norberto Gonzalez deu uma palestra (KLÜGER, 2017, p. 410).

É notável, pois, que o pensamento estruturalista latino-americano teve importante incidência na sua formação.

Logo que terminou o curso candidatou-se para trabalhar no Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada, vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Ingressou ali no ano de 1966, “iniciando carreira de planejador e pesquisador” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019c, p. 9) juntamente com Regis Bonelli, cuja amizade e pareceria intelectual seriam duradouras. Foi ali que Malan foi pouco a pouco construindo sua posição em relação às polêmicas econômicas.

O IPEA, nas suas palavras:

Era um lugar excepcional, extraordinário mesmo, para se trabalhar. Não era muito grande, mas tinha sido constituído com pessoas de qualidade e experiência, que estavam produzindo importante série de diagnósticos sobre economia brasileira, do mercado de capitais, com texto de Mario Henrique Simonsen, a setores específicos, como bens de capital, química, siderurgia, construção civil, agricultura, entre outros. A visão era de médio e longo prazos (D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 58–59).

No início da ditadura o IPEA tinha a pretensão de formular um plano decenal para o novo governo. Mais tarde esta pretensão foi reduzida para um plano trienal, mas o esforço denota a concepção que orientava a ação dos economistas da época. Enquanto instituição estatal, o IPEA tinha uma relação ambígua com o governo militar. Se por um lado formulava estudos e diretrizes para o governo, por outro, era uma espécie de “oposição consentida” onde os quadros técnicos tinham certa liberdade de crítica e eram considerados de esquerda (D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 130). Em adendo, o IPEA também tinha fortes conexões internacionais. Segundo Malan

O Ipea tinha convênio com várias universidades e centros de pesquisa internacionais. Quando entrei, lembro, por exemplo, de um holandês, Willy van Ryckingham, que elaborou a primeira matriz de insumo produto no Brasil. Havia dois franceses, Alain Jacob, que fazia estudos e projeções de crescimento de demanda para diferentes tipos de setores e produtos, e Michelle Guérard, especialista em tributos e política fiscal, que trabalhava na introdução do Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, que a França tinha acabado de adotar. O Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a introduzir o Imposto sobre Valor Agregado, sob o nome de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). Lembro também de um inglês, David Goodman, que se dedicava ao desenvolvimento regional, com quem trabalhei posteriormente em pesquisa sobre incentivos fiscais para o Nordeste.

Havia ainda os americanos: Samuel Morley, que trabalhava em emprego e distribuição de renda; Albert Fishlow, em macroeconomia; Gordon Smith, em agricultura. Além do Joel Bergsman, que vinha de experiência longa na Índia. Em

suma, dá uma idéia de que era um grupo bastante diversificado de estrangeiros (D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p.59-60).

O IPEA provavelmente ampliou os horizontes do jovem pesquisador no que diz respeito às teorias e aos temas de investigação, assim como propiciou contatos internacionais. Os primeiros trabalhos de Malan na instituição trataram sobre o processo de industrialização no Brasil. Juntamente com Arthur Candal publicou “Industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas”, em 1968, onde os autores analisaram os avanços e limites do processo de substituição de importações.

Dando prosseguimento a seus estudos, Malan participou de processos seletivos para ingressar no doutorado em universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos. Tendo sido aprovado nas universidades de Berkeley e Oxford, optou pela primeira e, em 1969, iniciou o doutorado em Economia. Infelizmente as entrevistas concedidas mais recentemente por Malan não exploram esta etapa de sua formação. Ele chegou a ser entrevistado para o projeto “Conversa com economistas” (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996), mas por motivo desconhecido não autorizou sua veiculação. O que sabemos sobre seu doutorado é que resultou numa tese intitulada *Foreign exchange constrained growth in a semi- industrialized economy: aspects of the Brazilian experience, 1946-1976*, que foi desenvolvida sob orientação de Albert Fishlow. Sobre este trabalho, Malan comentou mais recentemente que

Na busca de um tema para a tese, explorei a possibilidade de pesquisar e trabalhar sobre distribuição de renda e padrões de consumo no Brasil. Mas estava em dúvida se aquilo não seria um trabalho muito empírico, que consumiria muito tempo e me levaria a ficar especializado em uma coisa só para o resto da minha vida. Foi quando surgiu, com a quadruplicação dos preços do petróleo, um enorme problema de ajuste na economia global e na economia brasileira. Um problema macroeconômico fascinante (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019c, p. 28).

Fica evidente que ele se mostrava atento às mudanças da conjuntura internacional e seu impacto sobre o Brasil. Albert Fishlow, seu orientador, era um dos conhecidos economistas a propor um método de análise chamado cliometria que consistia em medir matematicamente o impacto de determinados setores econômicos, como as ferrovias, no desenvolvimento em fases passadas do capitalismo. Estava também interessado em estudar América Latina e Brasil. Havia iniciado uma parceria em 1965 no âmbito da Aliança para o Progresso, envolvendo a Universidade da Califórnia e o IPEA. Em 1968, em virtude do fechamento do regime, Fishlow resolveu encerrar o convênio. No entanto, seguia interessado no Brasil. Realizou pesquisas sobre a concentração de renda e sobre o processo de substituição de importações. É provável que o contato de Malan com Fishlow tenha expressado um mútuo interesse de ambos em

compreender o impacto das crescentes restrições financeiras mundiais sobre o desenvolvimento latino-americano.

Neste período, talvez por influência de seu orientador, Malan envolveu-se com a discussão sobre o tema da concentração de renda no Brasil cujo principal interlocutor era Carlos Langoni (MALAN, 1974; MALAN; WELLS, 1973). No desenrolar deste debate, Malan chegou a sofrer algum grau de censura quando tentou publicar uma tréplica a um texto de Langoni na Revista de Planejamento Econômico do IPEA (D'ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 63). Malan só ingressou na PUC-Rio em 1978.

4.3 FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES³⁵

Em 3 de outubro de 1945, poucos dias depois da renúncia de Vargas, nascia Francisco Lopes, na cidade de Belo Horizonte. Filho de Lucas Lopes e Esther de Pádua Lopes, desde a infância Francisco teve contato muito próximo com vida política e econômica nacional. À altura de seu nascimento, seu pai já tinha uma notável carreira política (MAYER; ABREU, 2009). Lucas Lopes era engenheiro especializado em locomotivas a vapor. Havia trabalhado em algumas grandes empresas e em 1942 tornou-se Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do governo de Benedito Valadares, em Minas Gerais. Também participou da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que visava a elaboração de projetos para captar recursos no exterior. Em seguida, foi convidado pelo então governador Juscelino Kubitschek para gerir as Centrais Elétricas de Minas Gerais. Em 1954, Lucas Lopes foi convidado pelo presidente Café Filho para assumir o Ministério de Viação e Obras Públicas. Por ocasião disso, ele e a família mudaram-se para o Rio de Janeiro. Francisco tinha dez anos de idade. Assim como Pedro Malan, Francisco também cursaria o nível colegial no Santo Inácio no Rio de Janeiro.

Em 1964, Lopes ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lecionavam lá, dentre outros, Octávio Gouvea de Bulhões, Rui Nogueira, Jessé Montello, Julian Chacel e Maria da Conceição Tavares. Segundo ele, o curso da UFRJ não era bom se comparado ao da FGV. Nesta época, havia uma complementação na formação que era feita de maneira informal através de grupos de estudos. Durante a graduação ele participou do grupo de estudos sobre a obra “Formação econômica do Brasil” de

³⁵ As principais fontes consultadas para a reconstrução da trajetória de Francisco Lopes foram (AMANO, 2016; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d; MAYER; ABREU, 2009; SENADO FEDERAL, 1994).

Celso Furtado, que segundo ele “não é um livro ruim” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 22).

Assim como Pedro Malan, Francisco Lopes assistiu ao golpe de 1964 a partir do Brasil. Deste período destaca-se a sua boa relação e admiração por Mário Henrique Simonsen, ainda que houvesse certa ambiguidade em virtude da participação direta deste nos governos da ditadura. Esta proximidade remonta a amizade que Lucas Lopes cultivava por Simonsen. Provavelmente por este vínculo, durante a graduação Francisco Lopes realizou seu estágio na Consultec, empresa de consultoria que fora criada por seu pai e da qual Simonsen também era sócio. Nesta época, nos primeiros anos da ditadura, Simonsen compunha a equipe do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, liderado por Roberto Campos.

O laço entre Francisco Lopes e Mário Henrique Simonsen se fortaleceu depois que aquele iniciou o mestrado na Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (EPGE - FVG) em 1968, em que Simonsen era diretor. Segundo Lopes, Simonsen “acabou sendo muito importante na minha formação. Ele era brilhante e tinha fama de excelente matemático” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 19). E ainda:

Aprendi muito com o Simonsen, de forma não convencional, sem nenhuma ligação com a academia internacional. Ele tinha um estilo muito próprio. Foi uma formação sólida, com muita ênfase em matemática. Pude perceber esse diferencial quando fui para Harvard (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 23).

Teria sido nas aulas do Simonsen que Lopes desenvolveu seu conhecimento em matemática aplicada à economia, o que posteriormente lhe trouxe vantagens quando ingressou no doutorado nos Estados Unidos.

No meio acadêmico, Lopes diagnostica a existência de uma disputa que opunha Maria da Conceição Tavares e Simonsen. Segundo ele, a pedido dos estudantes da pós-graduação Conceição chegou a ser cogitada para dar aulas no EPGE-FGV, mas foi vetada pelo diretor da escola. Francisco, que já havia tido aulas com Tavares na UFRJ, lembra que “suas aulas eram verdadeiros comícios. Foi paraninfa da minha turma. Suas aulas eram muito caóticas, ela falava sobre tudo, sobre a conjuntura, sobre o que estava acontecendo. Fazia o maior sucesso” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 22).

Depois de finalizar o curso de mestrado Lopes rumou para os Estados Unidos, onde havia conseguido uma vaga para realizar o PhD em Economia na Universidade de Harvard. Werner Baer foi quem incentivou-o a ir para lá, onde permaneceu de 1969 a 1972. O curso de Harvard “não era muito forte em teoria econômica” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 26). Francisco Lopes interessou-se pelos temas de história agrária, distribuição de renda e

desenvolvimento. Foi neste último eixo que Lopes desenvolveu sua tese intitulada “Planejamento da desigualdade na economia em desenvolvimento” sob orientação de Lance Taylor, amigo de Edmar Bacha. Lopes dedicou-se a utilizar os instrumentos informáticos da época para desenvolver uma matriz de insumo-produto para a sua análise:

Passei seis meses em um centro de informática. Naquela época, ainda se usavam os cartões perfurados e, por isso, me tornei especialista em máquinas de perfurar cartões. Era preciso programar a máquina em Fortran para entrar com os dados. Havia uma matriz de insumo-produto no Brasil, que um economista holandês, van Rijckeghem, construiu em 1970, ou antes. Ele fez a primeira e, até então, única matriz de insumo-produto que tínhamos no Brasil. Eu usava essa matriz, mas, para os vetores de demanda final por setor não existiam dados. Então, usei dados do México e da Coreia. A experiência no centro de computação foi muito interessante (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 27).

Francisco Lopes finalizou o doutorado e voltou para o Brasil no início da década de 1970. Ao retornar, foi convidado por Edmar Bacha para integrar a equipe que criaria a pós-graduação em Economia na UnB:

Quando voltei para o Brasil, meu pai me disse que Mário Henrique queria muito que eu fosse para a Fundação [FGV]. Eu ainda considerava o Mário uma pessoa muito conservadora. Eu era mais aberto. Foi então que Edmar Bacha, com aquela conversa que lhe é característica, surgiu com a proposta de criar um departamento de Economia na Universidade de Brasília, que seria a “Cambridge do Planalto”. Ele mencionou também que Lance Taylor, meu orientador no doutorado, viria ao Brasil para visitar o novo departamento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 28).

Lopes aceitou o convite e permaneceu cerca de um ano trabalhando em Brasília. No entanto, o plano inicial de criar um centro de formação de referência em economia não se realizou. Ele atribui as dificuldades ao perfil da cidade, à distância de sua família – que permaneceu no Rio de Janeiro - e à falta de clareza sobre o perfil de curso que se pretendia construir. Assim, no final de 1973 ele deixou a UnB e vinculou-se ao EPGE – FGV, confirmando seu forte vínculo com este centro universitário.

Contudo, já no início de 1974, Simonsen, então diretor do EPGE - FGV, foi convidado pelo presidente Ernesto Geisel para substituir Delfim Netto no comando do Ministério da Fazenda. Ao afastar-se da escola, abriu-se uma disputa entre dois grupos, sendo um deles os mais próximos ao ex-diretor, e um outro ligado a Carlos Langoni que estava ascendendo na hierarquia interna da instituição. Por sua proximidade com Simonsen, Francisco Lopes pertencia ao primeiro grupo, juntamente com Alfredo Luiz Baumgarten e Augusto Jefferson. O impasse produzido por esta disputa foi resolvido temporariamente por uma solução de compromisso. No entanto, às disputas de poder institucional somavam-se as diferenças de perspectivas teóricas, tornando a situação insustentável:

[...] a relação com Langoni começou a ficar complicada. Nós brincávamos que os professores que o apoiavam queriam dar um curso de teoria dos preços. Nós achávamos que deveríamos dar um curso de teoria de quantidades e de preços. Havia uma certa antipatia com as ideias muito exageradas de Chicago. Não acho que Friedman tenha tido alguma contribuição relevante para a ciência econômica, só fazia política. Éramos como o Simonsen, tínhamos uma orientação de centro, racional, mas sem exageros ideológicos. Então, a relação com Langoni foi se desgastando e, em determinado momento, lembro-me de conversar com o Dionísio sobre sairmos da EPGE. O Langoni nunca aceitou a solução que o pessoal do Simonsen havia criado, de partilhar o poder conosco (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 31).

Decididos a sair da FGV, Dionísio Carneiro e Francisco Lopes foram em busca de alternativas. Cogitaram vincular-se à Universidade Católica de Petrópolis e lá criar um curso de mestrado em Economia. A proposta, no entanto, não prosperou. Em contrapartida, Luiz Roberto Cunha, um amigo de Dionísio Carneiro, convidou-os para irem trabalhar na PUC-Rio. Assim, em 1977, Francisco Lopes, Dionísio Dias Carneiro e Rogério Werneck inauguraram o curso de mestrado em economia na PUC-Rio.

4.4 ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE³⁶

Em 24 de abril de 1951 nascia no Rio de Janeiro André Pinheiro de Lara Resende. Em janeiro daquele mesmo ano, Getúlio Vargas havia iniciado seu segundo mandato como presidente do Brasil, desta vez eleito pelo voto direto. André era o quarto filho de Helena Pinheiro Guimarães e Otto Lara Resende. Sua mãe, de origem mineira, chegou a fazer faculdade de serviço social e a trabalhar na área antes de casar-se. O avô de André de parte materna, Israel Pinheiro, havia participado da Revolução de 1930, foi constituinte em 1946 e, à altura do nascimento de seu neto, era deputado federal pelo estado de Minas Gerais. O pai de André, por sua vez, era jornalista e escritor. Trabalhava nos principais jornais da capital e estabeleceu vínculo de amizade com Nelson Rodrigues. Publicou seu primeiro livro em 1952. Ainda na infância, André passou um período na Europa, entre 1956 e 1960, acompanhando seu pai que havia sido nomeado adido cultural na embaixada Brasileira em Bruxelas. Mais tarde, de 1967 a 1969, ele foi morar em Lisboa com a família, onde cursou o primeiro ano do nível científico e aprendeu francês no Liceu Charles Lepierre.

No Rio, André Resende estudou no Instituto Souza Leão e no Colégio britânico Andrews (KLÜGER, 2017, p. 472). Pérsio Arida afirma a respeito de seu amigo: “O André,

³⁶ As principais fontes consultadas para a reconstrução da trajetória de André Lara Resende foram (RESENDE, 1996; CPDOC, 2009a; KLÜGER, 2017).

primeiro, é família brasileira. Família brasileira do *stablishment*, você entende? Filho de Otto, que frequentava toda a elite carioca” (KLÜGER, 2017, p. 475).

Voltando ao Brasil em 1969, terminou os estudos básicos e iniciou a graduação em economia na PUC-Rio. Segundo ele a motivação para a escolha do curso foi “totalmente circunstancial” (RESENDE, 1996, p. 286), pois sua preferência era engenharia. Mas ele admite também que houve uma outra motivação, pois havia lido o livro de Leo Huberman, “História da riqueza do homem” (1980) e isto despertou-lhe o interesse pela área. Tal fato demonstra que Resende chegou a ter alguma simpatia pelo marxismo, pois a obra de Huberman baseia-se na visão de Marx sobre o desenvolvimento econômico da sociedade. Na graduação, Resende recorda que o “professor mais importante” com quem teve aulas foi Aloísio Araújo (RESENDE, 1996, p. 286).

Terminou o curso em 1973 e iniciou imediatamente o mestrado na EPGE-FGV. Nesta etapa, Resende recorda que o “curso mais estimulante foi certamente o de Francisco Lopes” (RESENDE, 1996, p. 286). Outros professores que lhe marcaram foi Dionísio Dias Carneiro e Jessé Montello. Concluiu o mestrado em 1975.

Imediatamente, Lara Resende iniciou o curso de Doutorado em Economia no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), nos Estados Unidos. Sua tese intitulava-se *Inflation and oligopolistic price in semiindustrialized economies*. Foi lá que ele conheceu Pêrsio Arida, que poucos anos depois viria a ser seu companheiro intelectual na discussão sobre a inflação brasileira. O convívio entre os dois logo se tornou uma amizade duradoura:

Tínhamos uma grande identificação e nos tornamos amigos pessoais. Trabalhamos muito juntos. Mantínhamos um grupo de estudo em casa, sobre assuntos os mais diversos, nos fins de semana. Quando voltamos ao Brasil, eu fui para a PUC e ele para a USP. Fui eu quem o convenci a ir para a PUC/RJ (RESENDE, 1996, p. 304).

André Lara Resende também foi colega de Eliana Cardoso, esposa de Edmar Bacha, no MIT. Já no final do doutorado ele, juntamente com Bacha, foi convidado pelo grupo fundador da Pós-Graduação em Economia da PUC-Rio para integrar o corpo docente daquela instituição.

4.5 PÉRSIO ARIDA³⁷

Pérsio Arida nasceu em São Paulo, em 1º de março de 1952, na época já a cidade mais populosa do país. Tinha avós de origem libanesa e italiana. Riad, seu pai iniciou os estudos em veterinária mas não se formou. Acabou seguindo os rumos de seu pai e dedicou-se ao comércio e tornou-se proprietário de um conjunto de lojas no centro de São Paulo. “Quando Pérsio nasceu a família já tinha uma situação econômica privilegiada. Morava em uma casa na rua Veneza, no elegante bairro dos Jardins, que sua mãe construiu quando casou” (KLÜGER, 2017, p. 477).

Pérsio estudou o primário e o secundário em colégios públicos de São Paulo. Frequentou o Colégio Caetano de Campos e a Escola de Aplicação da Universidade de São Paulo. Quando chegou ao nível secundário, já era fins dos anos 1960 e a ditadura militar estava consolidada no Brasil. Foi no Colégio de Aplicação que Pérsio engajou-se na vida política. Junto com alguns colegas, envolveu-se com a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), ainda que pontualmente. Em 1970, junto com mais 34 pessoas ele foi denunciado pela Justiça Militar, chegou a ser preso e torturado. Estava com 18 anos de idade.

Nesta época, Pérsio já tinha iniciado o curso de história na USP. Depois de liberado, conseguiu emprego numa agência de publicidade por indicação de seu pai. Logo em seguida largou o curso de história e optou por ingressar na faculdade de economia. Aparentemente os motivos desta escolha devem-se à influência do pensamento marxista:

Escolhi Economia porque era marxista. Naquela época, o entendimento da infraestrutura era considerado a chave mestra do conhecimento. Parece algo ridículo hoje, mas refletia o sentimento vigente. Logo no primeiro ano, no entanto, percebi que o Departamento de Economia da USP não oferecia praticamente nada de marxismo, que o interesse estava todo voltado para a construção e teste de modelos (ARIDA, 1996, p. 320).

Porém, é interessante perceber que ao longo do seu curso de graduação Arida iria interessar-se crescentemente pela modelagem matemática, uma área estranha à tradição marxista que o motivava originalmente:

A Economia surgiu mais tarde na minha vida. Comecei estudando História na Universidade de São Paulo (USP), mas não me dei muito bem e acabei desistindo. Então, me interessei por Filosofia e, depois, Matemática. Demorou bastante tempo para eu me formar. Comecei a fazer Economia e também já estava quase desistindo, quando um professor de microeconomia nos explicou o que era um modelo, e entendi na hora do que se tratava porque tinha, digamos assim, um background em filosofia da ciência e era razoavelmente bom matemático. Achei interessante usar o rigor de

³⁷ As principais fontes consultadas para a reconstrução da trajetória de Pérsio Arida foram (ARIDA, 1996; ARIDA, 2011; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b; KLÜGER, 2017; LEMOS; PINHEIRO, 2009)

uma modelagem para algo que tinha pertinência com o processo histórico. Então, curiosamente, todos os meus interesses foram reunidos, justamente quando estava prestes a abandonar a faculdade de Economia (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 13).

Um dos professores que marcaram a sua formação nos tempos de graduação foi Ruben Dario Almonacid, um acadêmico doutorado na Universidade de Chicago, do qual Pêrsio tornou-se monitor no segundo ano de curso. Também aproximou-se de Raul Ekerman, professor de história do pensamento econômico, e Ibrahim Eris, economista ex-marxista de origem turca e naturalizado brasileiro que recém havia chegado do curso doutorado da Universidade de Vanderbilt.³⁸

Ao terminar a graduação na USP Arida partiu para os Estados Unidos a fim de realizar o curso de doutorado no MIT. Segundo ele, “A ida aos Estados Unidos foi uma experiência determinante na minha vida. Cheguei lá em 1976, ia fazer 24 anos” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 15). Foi lá que ele conheceu André Lara Resende. Segundo Arida, por sugestão de Edmar Bacha que se encontrava em Cambridge com sua esposa, ele resolveu cursar todas as disciplinas de econometria. Ainda em 1979 ele trabalhou como professor convidado da Universidade de Princeton. Arida teve dificuldades para finalizar sua tese, pois escolheu um tema com pouca tradição - a questão da limitação da racionalidade econômica - que não foi aprovado pela banca avaliadora. Por isso, ele atrasou em alguns anos a finalização do doutorado.

Segundo Arida, naquela época suas áreas de interesse na economia eram as seguintes:

Havia três problemas candentes no Brasil naquela época: a inflação, a dívida externa e a distribuição de renda. Distribuição de renda era um tema que, embora fosse politicamente candente, nunca foi do meu interesse. O mundo se dividia entre os que diziam que tinha que crescer primeiro para dividir a renda depois e os que não achavam isso. O corte tinha uma sobreposição política evidente: a principal crítica ao milagre econômico dos anos do Delfim Netto, em sua primeira passagem pelo governo militar, era que tinha concentrado a renda para poder crescer. O que me interessava eram os temas típicos de macroeconomia como inflação, dívida externa e dívida pública (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 18–19).

No retorno ao Brasil, Pêrsio Arida vinculou-se à USP onde desenvolveu atividades docentes até 1982. Diferentemente da versão apresentada por Lara Resende, Arida afirma que foi Edmar Bacha quem convidou-o para ir trabalhar na PUC-Rio.

³⁸ Mais tarde Eris viria a dirigir do Banco Central e ser um dos importantes quadros da equipe econômica do governo Collor.

4.6 GUSTAVO HENRIQUE DE BARROSO FRANCO³⁹

O suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 causou grande comoção nacional no Brasil e produziu instabilidade política. A União Democrática Nacional (UDN) pressionava para que Café Filho, sucessor de Vargas, cancelasse as eleições do ano seguinte, temendo o assenso de um candidato identificado com o getulismo. O temor era que Juscelino Kubitschek chegasse à presidência. No meio das atribulações na Capital Federal, Maria Isabel Barbosa de Barroso Franco e Guilherme Arinos Lima Verde de Barroso Franco, que já era noivos há muitos anos, encontraram tempo para se casar. Guilherme, que fora chefe do gabinete do Ministro da Fazenda e amigo de Vargas, talvez tenha encontrado uma oportunidade para priorizar a vida privada em virtude da morte do presidente. No final de 1955, como temiam os udenistas, Kubitschek vencia as eleições. Houve descontentamento em parte do exército, mas o Gen. Henrique Teixeira Lott controlou a situação perpetrando um golpe preventivo em defesa da legalidade. Em fins de janeiro de 1956, JK assumia à presidência da República. Em 10 de abril seguinte, Maria Isabel Barbosa de Barroso Franco dava à luz a Gustavo.

Em entrevista, Gustavo Franco relata que “Já eram noivos há vários anos, segundo a lenda familiar, mas meu pai estava muito ocupado para se casar. Com o evento de 24 de agosto de 1954, meu pai ficou livre para se casar e, em abril de 1956, eu vim a este mundo” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019a, p. 15). Desde pequeno Gustavo Franco habituou-se com os assuntos econômicos e políticos. Seu pai iniciara a carreira como funcionário do Banco do Brasil. Era natural de Itacoatiara, no Amazonas, e mudou-se muitas vezes em função do trabalho. Conheceu Maria Isabel quando foi morar em Teófilo Otoni, em Minas Gerais, cidade natal da moça. Maria Isabel era “descendente de prestigiosas famílias mineiras” (KLÜGER, 2017, p. 701). Além de assessorar os ministros Horácio Lafer e Gastão Vidigal, ainda na gestão de Vargas, Guilherme contribuiu também na criação do BNDES. Depois da morte de Getúlio, foi trabalhar na iniciativa privada. Foi Diretor do grupo Monteiro Aranha, sócio brasileiro da Volkswagen, e mais tarde foi atuar na área financeira.

Até meados da década de 1970 Franco ainda estava cursando o nível escolar básico. Iniciou o curso de Economia na PUC-Rio em 1975. Segundo ele, “quando iniciei o curso, a PUC não tinha um departamento de Economia de grande prestígio” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 17–18). Pode-se afirmar que dos seis economistas que estamos analisando,

³⁹ As principais fontes consultadas para a reconstrução da trajetória de André Lara Resende foram (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019a; FRANCO, 2007, 2010; LEMOS, 2009; PLATAFORMA LATTES - CNPQ, 2019b).

Gustavo Franco é o primeiro cuja formação acadêmica está intimamente ligada à PUC-Rio. Ou seja, em algum sentido sua trajetória foi fruto dos esforços realizados por Edmar Bacha, Pedro Malan e Francisco Lopes em construir um espaço acadêmico próprio.

Ele reconhece que no início da faculdade teve simpatias pelo marxismo e, assim como André Resende e Pêrsio Arida, teve contato com esta teoria através do livro de Leo Huberman (1980). Rapidamente, todavia, passou a ter uma perspectiva mais eclética. Dentre as influências que sofreu, destaca como importante o livro “Brasil, dilemas de política econômica”, uma obra coletiva lançada pelos economistas da PUC-Rio (CARNEIRO, 1977). Segundo ele, “este pequeno livro, de aparência trivial e conjuntural, dava grande alento aos jovens economistas, por indicar que o debate econômico ia mudando de natureza, ganhando objetividade e sofisticação instrumental” (FRANCO, 2010, p. 40). Além disso, em entrevista concedida para este trabalho, quando perguntado se havia sido influenciado pelo pensamento desenvolvimentista brasileiro e latino-americano, Franco respondeu que “sim eu e todo mundo. Ninguém ficou imune a essa coisa” (DADOS DE PESQUISA. Entrevista com o economista Gustavo Franco, 2019).

Franco também revela sua admiração por Mario Henrique Simonsen, ainda que não com a intensidade manifestada por Francisco Lopes. Segundo ele “ver Simonsen em ação, como professor, foi uma experiência inesquecível, uma descoberta maravilhosa que alimentava um otimismo básico sobre os poderes da razão” (FRANCO, 2007, p. 233). Gustavo Franco cursou o mestrado também na PUC-Rio entre 1980 e 1982.

Durante um tempo, Gustavo foi orientando e monitor de Edmar Bacha na área de macroeconomia “na sua fase kaleckiana ou neoestruturalista” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019a, p. 20). Mais tarde, com a chegada de Winston Fritsch, que recém havia se desligado da UFRJ, tornou-se orientando deste. O motivo pelo qual Fritsch chegara à PUC tem a ver com disputas de concepções político-acadêmicas dentro da UFRJ. Segundo relato de Franco, “a convivência de Winston [Fritsch] e Marcelo [de Paiva Abreu] com a professora Maria da Conceição [Tavares] e seus seguidores tornou-se impossível em determinado ponto” (FRANCO, 2007, p. 234).

Ao longo de sua vida acadêmica a história econômica tornou-se uma de suas áreas preferidas. Esta deixou de ser vista sob a perspectiva das explicações estruturais da sociedade, a exemplo do trabalho de Celso Furtado sobre a história econômica do Brasil, para focar períodos temporais mais curtos e políticas concretas de governo de modo a aferir seu impacto

sobre a dinâmica econômica. Seu trabalho exemplar, neste sentido, foi aquele em que analisou a política do encilhamento na Primeira República (FRANCO, 1989a).

Juntamente com o mestrado, Gustavo Franco envolveu-se com a atividade docente no Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional, órgão subordinado ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE – FGV).

Finalizado o mestrado em 1982, Franco foi cursar seu doutorado nos Estados Unidos. Foi aprovado nas seleções de Yale, Chicago e Harvard, optando por esta última segundo ele por motivos principalmente climáticos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019a, p. 24). Lá, conheceu o trabalho de Carlos Diaz Alejandro, pesquisador cubano, por quem pretendia ser orientado e não o foi em virtude do seu falecimento. Por isso, acabou sendo orientado por Jeffrey Sachs, desenvolvendo sua tese sobre o tema das hiperinflações europeias nos anos 1920. Formando-se em 1986, Gustavo Franco foi imediatamente convidado a participar do corpo docente da PUC-Rio onde viria a trabalhar ao lado de seus antigos professores.

4.7 ANÁLISE DO PERFIL FORMATIVO DO GRUPO

Acima apresentou-se alguns elementos das trajetórias individuais dos seis economistas estudados. Deu-se ênfase à formação acadêmica dos mesmos, pois partiu-se da hipótese de que a sua profissionalização na área de economia foi um fator central da sua formação enquanto intelectuais. A partir desta apresentação inicial pôde-se constatar a existência de alguns elementos comuns entre os casos que apontam para a formação de um determinado perfil de intelectual.

Em primeiro lugar, a origem e a condição de classe dos indivíduos são relevantes. Nota-se que a maioria deles são oriundos de famílias de estratos superiores da sociedade brasileira, especialmente de uma intelectualidade com forte presença no Estado. Neste sentido, as fontes biográficas indicam a importância dos contatos e das relações no mundo político que seus parentes carregavam e que foram “herdadas” pelos economistas em questão. A exceção neste caso talvez seja Pérsio Arida cuja origem de classe familiar é a de uma pequena burguesia comercial em ascensão.

Em segundo lugar, intervém na formação deste grupo como intelectuais o processo de profissionalização. Deve-se levar em conta que a profissionalização de um indivíduo em determinada área define, por si mesma, a natureza, o escopo e o alcance de atuação. Há uma

dimensão normativa na profissionalização que tem um impacto decisivo sobre a função que um indivíduo cumpre na sociedade. A profissionalização é sempre limitadora e normalizadora da *práxis* do ser social.

Gramsci dispendeu uma grande atenção ao papel das instituições escolares, incluindo as universidades, na conformação da hegemonia de uma classe sobre as demais. Segundo ele, as universidades seriam responsáveis pela formação e qualificação dos grupos dirigentes, recrutando inclusive quadros oriundos das classes dominadas. Assim, a hegemonia vigente em determinado período histórico depende dos centros intelectuais responsáveis pela disseminação ideológica e pela formação dos intelectuais que assumem as funções de dirigentes nesta sociedade.

Por outro lado, Gramsci alertou que a hegemonia é o resultado de uma luta entre diferentes visões de mundo. Tal luta engloba igualmente as disputas que se verificam entre diferentes centros intelectuais pela capacidade de formar intelectuais e influenciar a sociedade:

A hegemonia de um centro diretivo sobre os intelectuais se afirma através de duas linhas principais: 1) uma concepção geral da vida, uma filosofia (Gioberti), que ofereça aos seguidores uma “dignidade” intelectual que dê um princípio de distinção e um elemento de luta contra as velhas ideologias dominantes coercitivamente; 2) um programa escolar, um princípio educativo e pedagógico original que interesse e dê uma atividade própria, em seu campo técnico, àquela fração dos intelectuais que é a mais homogênea e a mais numerosa (os docentes, desde o mestre elementar até os professores de universidades) (GRAMSCI, 1999b, p. 417).

O pensador italiano ressaltou que uma das diferenças da formação escolar básica para o nível universitário seria o maior grau de autonomia e o caráter ativo que a formação universitária exige do estudante, o que implica necessariamente num maior nível de comprometimento com a ideologia produzida nestes centros. A partir destes elementos é possível pensar o papel da vida universitária na formação dos nossos seis economistas.

Em terceiro lugar, destaca-se que o leque de influências teóricas que estes economistas receberam no Brasil foi bastante eclético. Em especial, Edmar Bacha, Pedro Malan e Francisco Lopes reconhecem a influência de diferentes vertentes do pensamento desenvolvimentista brasileiro e latino-americano. Esta influência se deu através da leitura de autores como Celso Furtado e Raul Prebisch, das aulas com professores que tinham afinidade com essas ideias nos níveis de graduação e pós-graduação, bem como pela participação direta em cursos organizados pela CEPAL. Da mesma forma, Gustavo Franco confessa ter sido influenciado pela tradição varguista de seu pai. Todos os nossos seis economistas reconhecem a influência de importantes pensadores brasileiros como Celso Furtado, Ignácio Rangel e, com destaque, Mário Henrique Simonsen. Os integrantes mais novos do grupo, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo

Franco, afirmam terem aprendido com a geração mais antiga. Os três mais jovens também afirmam ter entrado em contato com a teoria marxista nos seus tempos de graduação e, curiosamente, mencionam o mesmo livro de Huberman como referência básica (HUBERMAN, 1980). Portanto a primeira impressão geral sobre o grupo é a constatação de uma formação eclética e marcada por forte influência do pensamento estruturalista latino-americano e alguma participação do marxismo.

Além disso, os seis economistas parecem rechaçar as matrizes monetarista e neoliberal do pensamento econômico. Um indicativo é que não há qualquer menção de proximidade com Eugenio Gudin, considerado na época o maior expoente do pensamento neoliberal brasileiro. Além disso, Edmar Bacha, Pedro Malan e Francisco Lopes expressam críticas significativas à EPGE-FVG em virtude da influência que os economistas formados em Chicago tinham naquele centro acadêmico.

O ecletismo teórico desses intelectuais indica uma relação peculiar com a própria teoria. Parece haver uma visão instrumental das teorias econômicas, ou seja, para estes economistas a teoria não é vista necessariamente como um critério de verdade, e sim muito mais como uma formalização racional e reduzida de uma realidade complexa frente a qual pode variar a teoria empregada conforme os objetivos do estudo e o objeto de análise. Esta postura pode gerar uma relação de pragmatismo do intelectual com as teorias, de modo que o emprego de determinadas teorias não expressa diretamente a adesão a determinada forma de ver a realidade.

Por outro lado, vale ressaltar que no período de formação acadêmica desses seis intelectuais, que perpassa *grosso modo* as décadas de 1960 e 1970, o chamado estruturalismo latino-americano já estava em sua fase de crise. O estruturalismo, ao qual estavam associados os projetos nacional-desenvolvimentistas, já não se apresentava como uma orientação de política econômica capaz de superar os problemas dos países da região. Ao mesmo tempo, observa-se que ao longo da trajetória formativa desses economistas ocorreu uma progressiva modificação das influências teóricas. Em especial, ressalta-se o progressivo distanciamento do marxismo. O relato de Pêrsio Arida revela um elemento importante deste processo. Ele afirma que:

Fui marxista quando mais jovem e, mais tarde, dei aulas sobre marxismo em História do Pensamento Econômico na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e na USP. Ao contrário de muitos economistas, levei a sério a tradição marxista. Suficientemente a sério para dar aulas da matéria e para dizer, com bom conhecimento de causa, que não era marxista (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 15).

Mais tarde o próprio Arida se aproximaria de Ruben Dario Almonacid, professor formado em Chicago, demonstrando que a afinidade com o marxismo se enfraquecia com o passar do tempo. O distanciamento do marxismo parece ter sido um dos resultados diretos do contato e da vivência desses economistas com o meio acadêmico estadunidense.

De acordo com Loureiro, houve duas vias de internacionalização da ciência econômica no Brasil a partir dos anos 1960. Uma primeira foi a vinda de professores estrangeiros para lecionar nas universidades brasileiras. A outra, foi o envio de estudantes e professores para realizarem cursos de pós-graduação no exterior (LOUREIRO, 1997, p. 66–67). Foi esta última que se verificou no caso de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pérsio Arida e Gustavo Franco. Todos eles, sem exceção, iniciaram seus estudos no Brasil e, na sequência, saíram do país para realizar o doutorado.

Além da internacionalização em si destaca-se a centralidade dos Estados Unidos como polo de recepção destes pós-graduandos, como se verifica no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Formação acadêmica de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pérsio Arida e Gustavo Franco

NOME	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Edmar Bacha	1963 - Economia UFMG (Brasil)	1964 - Economia FGV* (Brasil) Economia Yale (Estados Unidos)	1968 - Economia Yale (Estados Unidos)
Pedro Malan	1965 - Engenharia PUC-Rio (Brasil)	1966 - Des. Econômico CEPAL / BNDES** (Brasil)	1977 - Economia Berkeley (Estados Unidos)
Francisco Lopes	1967 - Economia UFRJ (Brasil)	1969 - Economia FGV (Brasil)	1972 - Economia Harvard (Estados Unidos)
André Lara Resende	1973 - Economia PUC-Rio (Brasil)	1975 - Economia FGV (Brasil)	1979 - Economia MIT (Estados Unidos)
Pérsio Arida	1975 - Economia USP (Brasil)	Não realizou	1979 e 1992 - Economia MIT (Estados Unidos)
Gustavo Franco	1979 - Economia PUC-Rio (Brasil)	1982 - Economia PUC-Rio (Brasil)	1986 - Economia Harvard (Estados Unidos)

* Curso de aperfeiçoamento.

** 18º Curso Intensivo em Problemas do Desenvolvimento Econômico, organizado no Brasil pela CEPAL em parceria com o BNDES, ministrado em Vitória – ES.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em fontes biográficas diversas.

Há diversas influências que alguns anos de estadia no principal centro do capitalismo global produziam nestes jovens estudantes. Em primeiro lugar, o convívio no país central parece ter aberto e potencializado uma série de contatos e relações com inúmeros meios intelectuais, econômicos e políticos que desde o Brasil seriam muito difíceis de serem construídos. Veremos mais adiante neste trabalho algumas das pontes que nossos economistas foram construindo a

partir das universidades norte-americanas e como elas faziam parte de uma teia de organizações dirigidas pelo grande capital financeiro. Além disso, como sugerem as trajetórias individuais analisadas, a vida acadêmica nos Estados Unidos propiciava a estes economistas o contato em primeira mão com ideias e teorias lá produzidas. Neste sentido, eles parecem terem se aproximado muito mais das tendências neokeynesianas, como as formulações de Paul Samuelson e James Tobin. Ressalta-se também que nenhum dos nossos seis economistas chegou a cursar o doutorado em Chicago.

Outra característica típica da formação norte-americana é a preocupação com o domínio da matemática e com a aplicação de modelos para os fenômenos econômicos. É importante recordar que o estilo de explicação desenvolvido pelos grandes economistas latino-americanos ligados ao pensamento estruturalista era muito mais histórico do que matemático. Na obra de Celso Furtado, para tomar um exemplo paradigmático, a matemática está longe de ser o principal instrumento de análise. Ela aparece muito mais como uma ferramenta auxiliar da história. A matematização da economia se deveu, em grande medida, à internacionalização da formação acadêmica, especialmente quando os intelectuais brasileiros passaram a frequentar cursos de pós-graduação nos Estados Unidos (LOUREIRO, 1997, p. 65).

Todos os seis economistas analisados comentam esta preocupação em dominar o universo dos números. Ao consultar o conjunto de artigos de sua autoria nota-se que eles de fato se apropriaram deste conhecimento e buscaram aplicá-lo sistematicamente à interpretação da realidade brasileira. Assim, boa parte da produção desses autores utiliza intensamente ferramentas e modelos matemáticos. Um relato peculiar que revela como a utilização da matemática entre os economistas brasileiros tinha um alcance que ultrapassava a mera discussão técnica é oferecido por Pêrsio Arida. Segundo ele, em meados nos anos 1980, quando ele e alguns colegas formados pela Unicamp estavam envolvidos com a elaboração do Plano Cruzado, ocorreu a seguinte situação:

Lembro-me da primeira vez que encontrei o João Manuel [Cardoso de Mello] e pedi que me emprestasse sua calculadora HP. Ele me respondeu: “Persio, no dia em que eu tiver uma HP, pode me internar”. Eu me questioneei sobre em qual mundo deveria viver aquele sujeito que não tinha uma HP (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 28).

O diálogo parece um pouco surreal. Sendo ou não integralmente verdadeiro, ele demonstra que a questão da formalização matemática da economia distinguia as tradições de formação em economia. Assim, a vertente estruturalista latino-americana que tinha uma larga tradição de análise histórico-estrutural das sociedades periféricas ia perdendo força em

benefício da tradição da economia aplicada, para a qual as ferramentas matemáticas tinham centralidade. Sintomaticamente, é interessante notar como neste período formativo Edmar Bacha, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco já vinham desenvolvendo trabalhos sobre o tema da inflação. É provável que o sentido instrumental da economia se refletisse neste esforço de pensar a intervenção dos economistas na realidade através da formulação de política econômica de combate à inflação.

Uma outra característica comum das diferentes trajetórias é que todos os indivíduos chegaram, por diferentes caminhos, ao Departamento de Economia da PUC-Rio. Houve, portanto, uma convergência entre essas trajetórias individuais que, partindo de lugares distintos, confluíram para uma mesma instituição acadêmica. Quem mais cedo entrou na PUC-Rio foi Gustavo Franco, como estudante de graduação em 1975, quando ainda não havia curso de pós-graduação na área de economia. Francisco Lopes, Edmar Bacha, Pedro Malan, Pêrsio Arida e André Lara Resende entraram entre fins dos anos 1970 e início dos 1980 como docentes na pós-graduação.

O interessante deste movimento de convergência é que parece haver um elemento comum que incidiu neste processo. A maior parte das trajetórias se caracterizam por uma interpenetração entre as questões teóricas e acadêmicas envolvidas e aquelas mais propriamente políticas. Havia assim uma percepção por parte desses intelectuais que a adesão a determinadas perspectivas econômicas representava igualmente uma adesão à ditadura. Neste quadro, a convergência destes intelectuais em direção à PUC-Rio representava um duplo movimento. Era, por um lado, uma expressão de insatisfação política e, por outro, um esforço de construir um espaço teórico e acadêmico não alinhado.

Há diversos indícios que apontam esta interpenetração que perpassou as trajetórias dos referidos intelectuais. Em entrevista, Edmar Bacha reconhece que o pensamento econômico estruturalista latino-americano com o qual ele se identificava nos anos 1960 estava politicamente orientado:

Acho que tinha um vício de origem: a questão de forçar um pouco a barra nas distinções metodológicas para diferenciar o produto de quem detinha o poder, porque a teoria econômica ortodoxa, supostamente, dava base, fundamento, à ação dos regimes militares. Mesmo porque a aliança, do lado de cá, se fazia com os marxistas. Então, nesse sentido, houve uma tendência de ressaltar coisas que hoje são absolutamente irrelevantes (BACHA, 1996, p. 240–241).

Evidentemente esta é uma leitura retrospectiva que parte da visão de que seria possível simplesmente separar os fatores teóricos dos políticos. Ao contrário, argumenta-se aqui que é justamente a impossibilidade de separar estes fatores o que permite compreendermos

plenamente o posicionamento de Bacha naquela conjuntura. Ainda mais para um sujeito como ele, que afirmou que: “a minha vocação acadêmica sempre foi temperada pela minha vontade de participar da política” (BACHA, 1996, p. 249). Neste quadro, a estadia em Brasília durante o período em que ele lecionou na UnB parece ter propiciado uma aproximação mais estreita dele com setores políticos da oposição à ditadura uma vez que “estando lá em Brasília, em particular, a atuação junto aos congressistas do PMDB pôde ser mais acentuada” (BACHA, 1996, p. 235). Tratava-se, mais uma vez, de um movimento ao mesmo tempo com condicionantes acadêmicos e políticos.

No caso de Pedro Malan, a sua decisão de ir estudar no exterior não parece ter sido impulsionada por motivos propriamente políticos, embora este condicionante não estivesse ausente das ponderações dele sobre as vantagens e dificuldades de permanecer no Brasil: “depois do AI-5 o clima no país mudou, e radicalmente, para muito pior. Eu estava entre os que achavam que estávamos entrando em um período mais autoritário e de duração ainda mais imprevisível” (D'ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 62). Além disso, nota-se que Pedro Malan era considerado por alguns colegas ligados ao regime como tendo uma posição de esquerda. Francisco Lopes relata que em 1979 Malan teve que afastar-se do IPEA por motivos políticos:

Fizemos contato também com Malan que estava no Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada]. Ele e Langoni tinham uma desavença devido a algo relacionado ao papel da educação na distribuição de renda. Malan era economista do Ipea, um órgão do governo que tinha uma postura meio esquizofrênica e de contestação ao próprio governo. Tanto era assim que algum tempo depois, já em 1979, quando Simonsen assumiu o Ministério do Planejamento e me convidou para ser superintendente do Ipea no Rio, sua única exigência foi que Malan fosse demitido, por ser contestador e “meio de esquerda”. Conversei com o Malan sobre a posição do Simonsen e sugeri que fosse para o meu lugar na PUC, ele concordou (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 32).

Este excerto é interessante porque indica como as divergências de natureza política entre os economistas se expressavam através de argumentos econômicos que acabavam sendo politizados. Percebe-se que, à semelhança de Edmar Bacha, as posições políticas e acadêmicas de Pedro Malan também foram paulatinamente convergindo de maneira a retroalimentarem-se rumo a uma posição crítica ao governo e à sua política econômica. Esta refletia-se em posicionamentos que, naquela conjuntura, eram entendidos como típicos de uma oposição política e, por isso, eram identificados como de esquerda.

O mesmo parece ocorrer com o debate sobre a concentração de renda travado nos anos 1970 do qual participaram Edmar Bacha e Pedro Malan. Os economistas do regime e da

oposição debruçaram-se sobre os dados do censo de 1970 a fim de justificar ou criticar a política econômica implementada. A disputa ganhou dimensão internacional em 1972 quando o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) no Chile, apoiando-se em argumentos de Alberto Fishlow, criticou o modelo de desenvolvimento brasileiro em virtude de suas tendências concentradoras.⁴⁰ As críticas ao modelo brasileiro ganharam adesão de economistas norte-americanos de renome, como Paul Samuelson (ANDRADA; BOIANOVSKY, 2019, p. 17).

O debate girava em torno da relação entre crescimento econômico e concentração de renda e caracterizou-se pelo uso intenso de argumentos estatísticos. Como defensores do regime apresentavam-se economistas vinculados ao governo, como Carlos Langoni e Mario Henrique Simonsen. Langoni argumentava que a tendência à concentração era um resultado inevitável do crescimento acelerado e das disparidades educacionais, mas que, apesar disso, as condições de vida das camadas mais pobres da população estavam melhorando. Do outro lado apresentavam-se diversos economistas que passaram a se identificar como “de oposição” responsabilizando sobretudo a política econômica implementada pela ditadura como a maior responsável pela crescente desigualdade econômica.

De acordo com Gustavo Franco, “o episódio foi muito educativo, tanto sobre polêmicas no Brasil quanto sobre essa época confusa em que, genericamente, e para o bem da construção do nosso futuro, era preciso lidar com as feridas deixadas pelo regime militar” (FRANCO, 2007, p. 231). Em entrevista concedida para este trabalho, Franco diria ainda que “de muitas maneiras esse debate foi fraudado. Porque o que era legitimamente uma crítica à ditadura quis encontrar uma expressão econômica” (DADOS DE PESQUISA. Entrevista com o economista Gustavo Franco, 2019).

Os relatos de Francisco Lopes também oferecem alguns elementos que nos permitem visualizar como a interpenetração entre debates acadêmicos e posicionamentos políticos marcaram sua trajetória pessoal. Ele relata como a repressão da ditadura militar afetou sua vida de estudante universitário:

Eu e Dionísio Dias Carneiro éramos colegas na EPGE e, ambos, fizemos a graduação na UFRJ. Éramos influenciados por um pensamento mais de esquerda. Era a época da ditadura e vários ex-colegas nossos estavam na clandestinidade. Uma menina com quem me relacionei por um tempo foi morta, a Soninha, que foi casada com o filho

⁴⁰ Mais informações sobre o debate a respeito da concentração de renda no Brasil nos anos 1970 podem ser encontradas em (ANDRADA; BOIANOVSKY, 2019; LOPES, 1973).

da Zuzu Angel. A ditadura foi uma coisa absurda (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 23).

Já foi dito anteriormente que Lopes tinha uma profunda admiração por Mario Henrique Simonsen, antigo amigo de seu pai. Entretanto, segundo ele, a sua relação com Simonsen era difícil devido a seus vínculos políticos:

Entrei [na EPGE] em 1968, ano do AI-5 [Ato Institucional 5]. Estava na EPGE quando passou o cortejo com o estudante que foi morto no Calabouço. Eu tinha uma relação complicada com o Simonsen porque ele era muito ligado ao meu pai e ao grupo que, naquela época, eu considerava muito conservador. Era a turma que apoiava a ditadura. Eu era um cara mais aberto, pensando em desenvolvimento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 24).

Em relação às tendências teóricas na economia, Francisco Lopes ainda ressalta o seu distanciamento e de seus colegas da PUC-Rio do neoliberalismo da Escola de Chicago, cujo maior expoente brasileiro à época era Carlos Langoni:

O Langoni seguia a linha de Chicago, e nós éramos meio keynesianos. Não tínhamos nenhuma relação com a Cepal [Comissão Econômica para a América Latina e Caribe], éramos mais de centro. E o mestrado que criamos na PUC recebeu o título de Mestrado em Economia do Setor Público, ou seja, tinha um pouco esse viés (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 32).

Aqui, nosso economista aponta uma divisão existente entre os economistas brasileiros que se aglutinariam em três polos teóricos distintos. Num dos extremos estariam os adeptos da vertente neoliberal, com destaque para aqueles formados em Chicago. No outro, estariam os seguidores da linha da CEPAL, dentre os quais certamente estavam Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares. Entre estes dois polos estariam aquilo que Lopes denomina de “meio keynesianos”, ou seja, economistas “de centro”, que na sua visão seriam eles mesmos, os próprios fundadores do mestrado na PUC-Rio.

A trajetória acadêmica dos três economistas mais velhos do grupo, Edmar Bacha, Pedro Malan e Francisco Lopes, parece ter sido mais afetada pelos seus posicionamentos políticos do que a dos membros mais jovens. Apesar disso, Pérsio Arida também tinha uma relação complicada com a ditadura militar. Ainda que ele não enfatize o aspecto político que perpassava a sua adesão à PUC-Rio no início dos anos 1980, ele admite que “do ponto de vista de debate público, a PUC-Rio também se posicionava de forma diferente da FGV ou da USP por ter uma postura aberta crítica do governo militar” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 19). Certamente para alguém que foi perseguido e chegou a ser preso em sua juventude, a entrada de Arida na PUC-Rio também estava cercada de um sentido político.

As trajetórias de André Lara Resende e Gustavo Franco não parecem ter sido substancialmente afetadas por suas posições políticas. Apesar disso, Franco tinha uma avaliação muito particular da situação existente na época. Para ele o que particularizou o perfil da PUC-Rio não foi tanto o seu posicionamento no campo da oposição ao regime, mas muito mais a sua ênfase profissionalizante. Franco destaca neste sentido que a vantagem do novo curso de pós-graduação em economia foi justamente o afastamento da dualidade política que envolvia as demais universidades. Assim, segundo ele, em meados dos anos 1970 quando ele iniciou o curso de economia, a situação era a seguinte:

Os professores tinham suas visões políticas, mas minha impressão é que o que distinguia esse projeto dos demais era o foco na excelência acadêmica, que vinha à frente de outras questões, até porque o processo político já seguia um rumo virtuoso. A militância política não fazia parte da vida das pessoas que estavam ali, eram doutores, formados no exterior, que estavam organizando um curso de Economia. Em contraste, na UFRJ, a militância política parecia sobrepujar qualquer outra consideração e, na EPGE, havia a mesma tendência, mas para o lado do governo. Nesse caso, não era propriamente uma militância, mas talvez uma torcida. A PUC, de certa maneira, foi uma espécie de descanso dessa dualidade porque era preciso pensar sobre o futuro. Ninguém estava fazendo pesquisas na área de Economia com excelência, isenção, tecnologia e contato com o mundo acadêmico exterior. Esse grupo buscou preencher esse vazio e estava mais afastado da política. O que foi muito bom, porque era do que o país estava precisando (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019a, p. 19).

A ênfase na excelência acadêmica apresentada por Franco, além de um argumento laudatório em relação à PUC-Rio, é uma forma de deslegitimação das posições teóricas dos demais centros acadêmicos então existentes.

4.8 CONCLUSÕES

De tudo dito, alguns pontos merecem ser fixados porque introduzem fatores importantes para traçar o perfil intelectual do grupo estudado. Em primeiro lugar, reafirma-se a centralidade do espaço acadêmico na formação desses indivíduos como intelectuais. Ou seja, a sua formação confunde-se com a sua profissionalização na área de economia.

Em segundo, ressalta-se o ecletismo que marcou a formação inicial desses economistas, na qual observa-se a influência do estruturalismo latino-americano, do marxismo e do keynesianismo, bem como um certo rechaço à matriz neoliberal da Escola de Chicago. Junto a isso, nota-se a grande relevância do mundo acadêmico norte-americano em todas as trajetórias intelectuais apresentadas. Em especial, verifica-se que a pós-graduação representou uma fase

de afastamento do marxismo e do estruturalismo latino-americano, assim como a ênfase numa perspectiva de ciência econômica fundada no conhecimento matemático e concebida como ciência aplicada.

Em terceiro, constatou-se a ocorrência de uma politização da discussão acadêmica característica da conjuntura dos anos de 1960 e 1970. Este fenômeno apareceu claramente na questão da distribuição de renda. Neste caso, verifica-se que os “pais” do Plano Real manifestaram insatisfações em relação à ditadura e buscaram distanciar-se dela, ainda que alguns deles trabalhassem em instituições estatais como o IPEA e tivessem relações próximas com alguns quadros do regime, como Mário Henrique Simonsen.

O que estas três características nos apontam é que os intelectuais estudados tinham uma relação contraditória e um posicionamento crítico em relação ao arranjo hegemônico vigente durante o “milagre” brasileiro especialmente, ao que parece, em virtude de suas características políticas. No entanto, esta posição poderia significar tanto um rechaço da hegemonia do capital industrial estrangeiro quanto apenas a defesa de um ajuste naquele arranjo hegemônico para dotá-lo de características mais democráticas e menos concentradoras. Em outras palavras, não é possível saber neste período com qual fração da classe dominante estes intelectuais estavam comprometidos.

5 A CONFORMAÇÃO DO INTELLECTUAL COLETIVO

Neste capítulo analisam-se dois fatores que podem ter contribuído para a intensificação dos vínculos dos seis economistas estudados com o capital financeiro internacional entre fins dos anos 1970 e 1986. O primeiro fator foi a aglutinação deste agrupamento de intelectuais num espaço institucional comum: o Departamento de Economia da PUC-Rio. Tal processo, como já apontado, foi resultado de uma convergência que envolveu elementos da formação ideológica, das proximidades acadêmicas e do posicionamento político desses economistas. Utilizamos aqui o conceito de intelectual coletivo para descrever este processo de constituição de um agrupamento com um alto grau de afinidade político-ideológica, ou seja, uma vontade coletiva no interior da qual os esforços individuais se somam. O segundo fator diz respeito aos laços individuais que, paralelamente à atuação coletiva deste grupo no âmbito da PUC-Rio, estes economistas foram constituindo a partir de suas atividades profissionais com agências estatais, centros acadêmicos internacionais, empresas e organizações de abrangência nacional e internacional. Tomou-se o ano de 1986 como marco final da análise pois nesta ocasião os economistas da PUC-Rio envolveram-se diretamente no Plano Cruzado, processo este que será analisado no capítulo seguinte.

5.1 O LUGAR DA PUC-RIO NO ESPAÇO ACADÊMICO DOS ECONOMISTAS

Quando foi criado o curso de Pós-Graduação em Economia do Setor Público da PUC-Rio, outras universidades já estavam consolidadas na área de maneira que o novo curso teve que construir o seu próprio espaço nas disputas acadêmicas existentes. Como já se apontou anteriormente, a convergência dos seis economistas na PUC-Rio foi perpassada por disputas que opunham muitas vezes os centros em que cada um havia cursado a graduação e a pós-graduação, afinidades teóricas, o posicionamento político em relação à ditadura militar, bem como a leitura sobre a conjuntura econômica do país. Porém, para localizar o lugar da PUC-Rio no espaço acadêmico existente na época é necessário fazer uma breve retomada de como a formação profissional dos economistas se desenvolveu no Brasil e qual era a configuração dos cursos de economia quando da criação da Pós-Graduação em Economia da PUC.

Até os anos 1950 os cursos superiores mais valorizados pela intelectualidade brasileira eram as áreas de engenharia e direito. Apesar disso, já existiam diversas escolas de comércio e

contabilidade, bem como algumas faculdades privadas. Na esfera pública, por sua vez, o primeiro esforço de criação de uma faculdade de economia data do início dos anos 1930, acompanhando a construção de um projeto nacional de industrialização. Em 1931, Francisco Campos chegou a esboçar a criação de um curso no Rio de Janeiro, que nunca saiu do papel. Somente em 1945 surgiu a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, fundada por Eugenio Gudín e Octavio Gouvêa de Bulhões. Talvez em virtude de rixas regionalistas, um ano depois surgiu também a Faculdade de Economia vinculada à Universidade de São Paulo.

É interessante notar como o surgimento das faculdades de economia no Brasil ocorreu paralelamente à construção do sistema financeiro internacional após o acordo de Bretton Woods. No caso da iniciativa de Gudín e Bulhões, esta articulação internacional foi evidente, pois os fundadores fizeram questão de que o projeto da nova Faculdade passasse pelo crivo dos professores de Harvard e fosse por eles respaldado (LOUREIRO, 1997).

Por outros caminhos, em 1951 foi fundado o Instituto Brasileiro de Economia no âmbito da Fundação Getúlio Vargas, com sede no Rio de Janeiro. Conforme Loureiro:

[...] pode-se afirmar que esta instituição constituiu durante várias décadas o polo mais importante de produção do conhecimento e o espaço onde a economia assumiu sua dimensão prática, afirmando-se como requisito básico de competência para a condução de políticas econômicas no país (LOUREIRO, 1997, p. 41).

Assim, o caso brasileiro parece confirmar uma tendência geral já observada por Lebaron, haja vista que a expansão da profissão em economia esteve vinculada a uma dupla determinação relativamente contraditória (LEBARON, 2012). Por um lado, ela constituiu-se como uma ciência do mercado, particularmente sensível à dinâmica dos preços e preocupada com a regulação de relações “livres” mas, contraditoriamente, o economista nasceu à sombra do poder de Estado e sua intervenção. Neste sentido, no que tange à sua dimensão prática, destacam-se as tarefas de elaboração das contas nacionais e os índices de preços que subsidiam as diretrizes da política econômica estatal.

Uma das características marcantes do IBRE-FGV foi o forte vínculo com as universidades estrangeiras. Neste sentido, com frequência o Instituto recebia professores visitantes e enviava estagiários para fora do país, assim como mantinham contatos frequentes com o FMI. Pode-se dizer que o IBRE-FGV era uma das referências intelectuais mais importantes no meio econômico da época, representando uma matriz de pensamento mais próxima ao monetarismo, influenciada pelo neoliberalismo de Eugenio Gudín, de Bulhões e de Roberto Campos, e identificada com os interesses do grande capital financeiro internacional

devido a seus fortes vínculos com as universidades estadunidenses e as instituições de governança do setor financeiro.

Em contraste, já nos anos 1950, as formulações da CEPAL apresentavam-se como alternativa ao pensamento econômico monetarista predominante no IBRE-FGV. Segundo Lourdes Sola, a formalização do pensamento estruturalista cepalino não fez mais do que dar estatuto científico a uma série de práticas que na já vinham sendo aplicadas em países latino-americanos (SOLA, 1998). Houve uma intensa disputa de posições entre os membros do IBRE-FGV e os seguidores da CEPAL, cujo maior expoente então no Brasil era Celso Furtado. Os espaços institucionais onde os cepalinos tiveram mais influência foram o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o Grupo Misto BNDES-CEPAL, a Sudene e a Secretaria de Planejamento durante o governo João Goulart (1961-1964).

[...] a emergência dos economistas na cena política – em particular nas agências governamentais de planejamento e regulação econômica – nesse mesmo período, em outros países da América Latina, como México, Chile e Argentina, também se deu através do debate entre estruturalistas e monetaristas. Em outras palavras, as disputas entre monetaristas e estruturalistas constituíram um campo de lutas específico dos economistas. Todavia, elas devem ser vistas no contexto mais amplo do debate intelectual e político, que ocupou de forma marcante a história desses países nos anos 50 e no início dos 60, envolvendo temas como o nacionalismo, desenvolvimento industrial, planejamento econômico, reforma agrária etc. Debate que delimitou posições de direita e de esquerda (LOUREIRO, 1997, p. 48).

Neste período dos anos 1950 e 1960 Loureiro caracteriza a área da economia como sendo dividido da seguinte forma: à esquerda estaria o estruturalismo cepalino e seus espaços de influência; à direita estaria o IBRE – FGV e a Faculdade de Economia da USP com viés mais próximo ao monetarismo. No centro deste campo estaria o Grupo Misto BNDES-CEPAL vinculado ao campo desenvolvimentista.

Nos anos 1960 diagnosticava-se uma situação de crise dos cursos de economia que, frente ao incremento da demanda colocada pelos órgãos estatais, não tinham nem professores suficientemente preparados nem currículos adequados para formar os intelectuais requeridos. Este cenário é diagnosticado mais claramente em 1966 durante um encontro realizado em Itaipava, no estado do Rio de Janeiro, que reuniu professores brasileiros de referência da área. Frente ao diagnóstico negativo foram realizados diversos movimentos que incluíam reformas curriculares, fechamento de algumas escolas e renovação do corpo docente.

Com isto “a partir dos anos 70, os cursos universitários tornaram-se o principal meio de formação de economistas e de quadros dirigentes para a área econômica” (LOUREIRO, 1997, p. 63). Isto se deveu em parte ao fato de que houve uma consolidação da identidade social dos

economistas que passou a atrair setores sociais mais elevados em busca de uma atividade profissional de prestígio, e que antes tendiam a aderir aos cursos de engenharia e direito.

Foi neste período que surgiu o Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC-Rio. O movimento de criação deste centro acadêmico foi, em parte, motivado pela negação das referências acadêmicas existentes nos anos 1970, especialmente a EPGE-FGV, então fortemente identificada com o pensamento neoliberal da Universidade de Chicago, e a Faculdade de Economia e Administração da USP, marcada pela liderança de Antonio Delfim Netto. Do outro lado, havia a percepção por parte dos fundadores do curso da PUC-Rio de que a UFRJ era demasiadamente marxista e identificada com a esquerda e que, além disso, a liderança de Maria da Conceição Tavares no curso restringia os espaços para a construção de perspectivas teóricas e acadêmicas alternativas.

Por outro lado, deve-se levar em conta que a criação do curso na PUC-Rio insere-se já no contexto de abertura política que deu seus primeiros passos em meados da década de 1970. Há um texto de Pedro Malan sintomático sobre as perspectivas que moviam então parte dos economistas identificados com a oposição à ditadura militar. Uma das preocupações que já começava a se apresentar era a responsabilidade que recairia sobre os intelectuais que viriam a dirigir o Estado quando se instaurasse o regime democrático e sua capacidade de dar respostas aos problemas econômicos que já se vislumbravam:

A competência política que se requer aqui, contudo, não é a competência governamental para gerir um processo de liberalização outorgada sem democratização substantiva (eventual acesso da oposição ao Governo através das regras do jogo democrático). Trata-se – e fundamentalmente – da competência das oposições (partidárias ou não) para encaminhar ao debate político ideias realmente novas, articuladas, discutidas e trabalhadas a nível outro que não o dos jargões, dos estereótipos, e de uma retórica generosa porém vaga e ineficaz era termos de gerar reais alternativas específicas às específicas políticas governamentais (MALAN, 1979, p. 19).

Neste contexto, o curso de Pós-Graduação da PUC-Rio lutava para encontrar seu lugar no processo de abertura política atribuindo a si mesma como instituição acadêmica a responsabilidade de preparar e formar intelectuais capacitados a ocupar as posições de poder no interior do Estado no regime democrático que já se esboçava no horizonte.

A resposta que os economistas da PUC-Rio formularam para construir seu próprio espaço dentre os cursos de economia concorrentes envolvia uma série de características. A primeira delas era afirmar-se como um curso que priorizava discutir questões técnicas e acadêmicas do campo econômico e tinha uma visão crítica moderada em relação à ditadura. Seguindo este raciocínio, Edmar Bacha argumenta que “a PUC-RJ já é uma nova fase, já

estávamos praticamente superando o período da ditadura militar e, portanto, podíamos ter uma busca mais clara de objetivos propriamente acadêmicos” (BACHA, 1996, p. 234). Francisco Lopes também dá ênfase a este suposto caráter politicamente neutro: “Era o mestrado sério com que sempre tínhamos sonhado: um mestrado em uma universidade séria, sem envolvimento político. Quando participei do governo, em 1979, me licenciiei da PUC por seis meses, retornando em seguida” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019d, p. 32). A visão de Pêrsio Arida é um pouco diferente desta. Segundo ele, a PUC-Rio:

[...] tinha foco em política econômica e na importância de construir uma instituição de excelência. [...] Do ponto de vista de debate público, a PUC-Rio também se posicionava de forma diferente da FGV ou da USP por ter uma postura aberta crítica do governo militar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 19).

Já Gustavo Franco, relatando sua própria experiência pessoal, recorda que:

Os ânimos não estavam muito pacificados, de tal sorte que as escolas “polares” em matéria ideológica pareciam propensas a se transformarem em redutos, em flagrante sacrifício da qualidade acadêmica. Para um observador desta cena do começo dos anos 1980, não resta dúvida que a PUC ganhava espaço proporcional à radicalização de seus competidores (FRANCO, 2007, p. 234).

A autoconstrução dos economistas da PUC-Rio também se fazia através do contraste de influências das universidades norte-americanas. Em entrevista concedida para a elaboração deste trabalho, ao ser questionado sobre as diferenças entre as universidades dos Estados Unidos, Franco ressaltou que:

Entre as americanas eu acho que pouco. Talvez a Universidade de Chicago tenha formado gente um pouco mais radical pró-mercado do que outros, mas essas diferenças não eram muito claras entre nós economistas quando eu voltei do meu doutorado, ali em meados dos anos 1980. Tinha uma conexão política entre os economistas que vieram de Chicago e o regime militar. O que não significa que alguns economistas de Chicago não tenham trabalhado e interagido com economistas que vieram de outras universidades americanas e que não tivessem muita afinidade entre centros de pensamento predominantemente vindos de Chicago, como era a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, com muitos outros centros como a PUC do Rio de Janeiro ou a USP em São Paulo. O que eu acho que é mais importante é que com a ida de muita gente estudar no exterior, fazer doutorado, houve uma espécie de profissionalização e especialização da disciplina que teve um capítulo singular neste momento em que os PhDs de universidades americanas e inglesas de primeira linha estavam voltando do exterior, retornando aos seus departamentos e universidades de origem e isso representava um upgrade muito importante na qualidade do trabalho do economista no Brasil (DADOS DE PESQUISA. Entrevista com o economista Gustavo Franco, 2019).

Ou seja, embora não houvesse um perfeito consenso dos economistas da PUC-Rio em relação a questões políticas, as opiniões expostas parecem refletir a visão de que eles se identificavam com uma postura crítica moderada à ditadura, dando ênfase, em compensação, a

questões acadêmicas que envolviam a profissão. Portanto, a criação do Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC-Rio foi fruto de uma dupla determinação. Por uma parte, ela deveu-se à convergência de trajetórias pessoais e, de outra parte, à abertura de um espaço acadêmico e político propícios a outro tipo de intervenção dos intelectuais. Dentre os fatores que concorreram para este processo estavam as restrições às manifestações de divergência política típicas do regime ditatorial, o papel dos economistas como intelectuais formuladores da política econômica dos governos militares e as disputas entre tendência teóricas e influências acadêmicas na área de economia. A crise da segunda metade dos anos 1970 e o paulatino processo de abertura do regime ampliou um espaço político que até aquele momento era extremamente restrito: tratava-se de uma posição intermediária que consistia numa oposição moderada à ditadura e uma crítica construtiva à sua política econômica. Esta posição intermediária de um grupo de intelectuais condensou-se institucionalmente no Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC-Rio. Por outro lado, a ênfase no aspecto meritório da atividade acadêmica reflete o espírito de profissionalização que estes intelectuais provavelmente incorporaram em suas estadias nos Estados Unidos. Neste sentido, a ideia de formar-se como uma inteligência especializada em assuntos econômicos adquiria um tom conveniente num contexto de fortes polarizações políticas. Este discurso que enfatiza a dimensão técnica sobre a política, aliás, é um artifício típico de autoafirmação dos intelectuais quando buscam legitimar decisões que, evidentemente, estão carregadas de sentido político.

Portanto, ao longo dos anos 1960 e 1970 a área de atuação dos economistas foi se modificando, com a consolidação de novas instituições de ensino que buscavam encontrar o seu próprio lugar nas disputas acadêmicas e políticas existentes. Loureiro caracteriza a área da seguinte forma: à direita estaria o monetarismo mais ortodoxo representado pela EPGE-FGV; à esquerda estariam a Unicamp, a UFRJ e a FGV paulista. Ao centro estariam a PUC-Rio, a FIPE-USP e o IPEA (LOUREIRO, 1997, p. 84). Agora, há que se observar que esta representação geográfica é apenas uma aproximação da realidade. Assim, as diferenças entre as escolas de economia merecem algumas qualificações.

Neste sentido, uma das particularidades da PUC-Rio é que ela adquiriu um grau de internacionalização muito mais marcante que as demais escolas, inclusive se comparada à EPGE-FGV. Constata-se que, no início dos anos 1990 a PUC-Rio era a escola com a maior proporção de professores formados em cursos de pós-graduação no exterior. E as universidades estadunidenses eram o principal centro de formação deste corpo docente. Em 1991, dos 17

professores que lecionavam no curso de Economia da PUC-Rio, 14 haviam estudado nos Estados Unidos (LOUREIRO, 1997, p. 68).

A PUC-Rio é talvez o melhor exemplo de um marcante processo de internacionalização da profissão de economista no Brasil nas últimas décadas do século XX. Nosso argumento central aqui é o de que este processo de internacionalização ocorrido na Pós-Graduação em Economia da PUC-Rio, tendo como polo principal os Estados Unidos, foi um elemento central para a conformação de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco em intelectuais orgânicos do capital financeiro internacional .

É inegável que esta internacionalização foi parte de uma tendência mais geral que perpassou a profissão de economista no pós-Segunda Guerra em escala internacional. Fourcade observa este processo envolveu uma série de variáveis, como a construção teórica da nação enquanto uma unidade econômica internacional, a multiplicação das associações internacionais de economistas, a criação de agências de fomento de estudo e pesquisa para os países do terceiro mundo, a criação de uma jurisdição internacional que permitiu a construção de um lastro científico e acadêmico comum, dentre outras (FOURCADE, 2006).

Lebaron, por sua vez, observa que durante a Guerra Fria subsistiram duas grandes perspectivas sobre a atuação dos economistas: uma filiada à ideia de planejamento, que tinha como principal referência a União Soviética, e outra vinculada a ideia de livre-mercado, tendo como inspiração o capitalismo liberal norte-americano (LEBARON, 2012). Pode-se dizer que o caminho concreto seguido pelos economistas das nações periféricas mesclava de maneira original aportes de uma e outra perspectiva. Esta situação subsistiu até os anos 1980, quando verifica-se, de fato, uma virada em relação às orientações pró-mercado em escala internacional (LEBARON, 2012). A partir daí o que vemos é o crescente domínio do inglês como língua comum dos economistas de todos os países e a americanização da disciplina, considerando que esta delimita consigo um conjunto de práticas reconhecidas como cientificamente válidas.

Importa-nos perceber que a PUC-Rio foi um espaço fundamental para a consolidação dos parâmetros acadêmicos norte-americanos que aqueles seis economistas já haviam experimentado durante suas pós-graduações em universidades estadunidenses. A presença de professores norte-americanos no quadro docente da PUC-Rio é um dos indícios desta adesão. Pedro Malan recorda da presença de Carlos Diaz Alejandro, John Williamson e Roberto Frenkel (D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 66). Williamson também foi mencionado por Pêrsio Arida como uma presença importante na PUC-Rio (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 22). Já Gustavo Franco expressou sua admiração por Carlos Diaz Alejandro, com

quem teve um primeiro contato quando ainda era estudante na PUC-Rio enquanto este exercia a atividade de professor visitante.

Neste período criou-se naquela instituição uma publicação semanal chamada “Textos para discussão” (PUCRIO, 2020) onde os professores do curso lançavam artigos recém elaborados para fomentar debates em torno de temas considerados relevantes. A análise dessas publicações proporciona alguns dados interessantes. Por exemplo, entre 1979 e 1989 foram publicados 194 textos sobre temas variados. Destes, 86 foram publicados em inglês, o que representa cerca de 44% da totalidade dos artigos. Este dado indica a importância que a interlocução internacional destes economistas brasileiros vinha adquirindo. Além disso, neste mesmo universo de artigos publicados nos “Textos para discussão”, encontram-se os seguintes autores estrangeiros: John Williamson, Carlos Diaz Alejandro, Richard Feinberg, Amitava Krishna Dutt, Donald Moggridge, Tariq Banuri, todos eles economistas pós-graduados em universidades estadunidenses.

Estes fortes laços da PUC-Rio com os centros acadêmicos norte-americanos, para onde confluíam jovens intelectuais promissores de diferentes partes do mundo, aponta que estava em andamento um processo de constituição de uma intelectualidade em escala global que compartilhava um conjunto de valores e ideias compatível com os interesses do capital financeiro internacional. Neste âmbito, a formação acadêmica-profissional deve ser entendida também como formação ideológica:

Portanto, é sobretudo por causa de sua contribuição para a formação das crenças coletivas que a formação dos economistas surge como um elemento constitutivo da construção de uma ordem simbólica mercantil - entendendo com isso o conjunto dos processos indissociavelmente sociais e cognitivos que permitem ao mercado existir tanto como referência mental, quanto como espaço de ação para os agentes sociais, particularmente para os “profissionais” da economia. O ensino da economia, então, pode ser descrito como um aprendizado institucionalizado da ordem mercantil, que fornece aos estudantes de economia certa competência cultural para analisar e transformar o mundo em referência a esta categoria potencialmente universal de percepção, de avaliação e de ação (LEBARON, 2012, p. 5–6).

Um dos aspectos centrais que a matriz acadêmica norte-americana imprimiu na formação ideológica dos seis economistas que estamos estudando foi a naturalização da posição subordinada do Brasil na ordem econômica internacional. Ainda em 1976, Pedro Malan expressou muito bem esta adesão ao definir os “limites do possível” que restringiam a política econômica levada a cabo pelos economistas no governo (BONELLI; MALAN, 1976). Veremos mais adiante como esta característica marcou as formulações desses economistas dentro do tema da inflação.

5.2 LAÇOS PROFISSIONAIS E CONDIÇÃO DE CLASSE

A partir de um conjunto de fontes foi possível levantar e sistematizar informações sobre a atuação profissional dos seis economistas estudados. Constatou-se que eles se envolveram em ramos variados, participando de órgãos públicos e agências de governo, atividades docentes, administração e assessorias de empresas, de bancos e organizações nacionais e internacionais. Abaixo apresenta-se uma síntese desses vínculos estabelecidos até 1986. Dividiu-se as atividades desempenhadas em cinco categorias: Estado brasileiro, meio acadêmico nacional, empresas e organizações nacionais, meio acadêmico internacional, empresas e organizações internacionais. Isto permite uma avaliação sobre a relevância das conexões internacionais na carreira profissional desses intelectuais. Não incluiu-se no quadro as informações anteriormente apresentadas sobre a formação destes economistas nos níveis de graduação e pós-graduação.

QUADRO 2 - Atuação profissional de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco até 1986 discriminada segundo a área

EDMAR BACHA	
ESTADO BRASILEIRO	- 1970 – 1971 - Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisas (INPES/IPEA) - 1985 – 1986 – Presidência do IBGE
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	-1971 – consultor na UNB - 1972 – 1978 – Professor da UNB - 1979 - 1986 – Professor da PUC-Rio
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	Não consta.
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	- 1975 – 1977 - Pesquisador Visitante em Harvard (USA) - 1983 – 1984 - Professor visitante da Universidade de Columbia (USA) - 1984 - Professor visitante em New Haven (USA)
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	- 1979 – 1986 - Grupo dos 24 para Assuntos Monetários Internacionais (USA) - 1983 – 1984 – Consultor do Departamentos de Pesquisa e de Relações Externas do <i>Federal Reserve Bank of New York</i> (USA) - 1984 - Colaborador do Grupo de Especialistas sobre Financiamento Compensatório para Queda de Receitas de Exportação – Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (SWI).

PEDRO MALAN	
ESTADO BRASILEIRO	- 1966 – 1978 - Pesquisador do IPEA - 1973 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento - 1981 - Comitê Assessor de Ciência Social do CNPq - 1983 – Pesquisador do IPEA
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	- 1978 – 1983 - Professor na PUC-Rio
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	- 1977 – 1980 - Presidente do Instituto de Economistas do RJ
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	- 1980 - professor visitante no Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge e fellow do King's College (UK)
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	- 1983 – 1985 - Diretor da Divisão de Análise de Políticas e Pesquisas do Centro de Empresas Transnacionais da ONU (USA) - 1985 – 1986 - Diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU (USA)

FRANCISCO LOPES	
ESTADO BRASILEIRO	- 1979 - Superintendente do INPES - IPEA - 1986 - Assessor Especial da Secretaria de Planejamento da Presidência da República
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	- 1972 – 1973 – Professor na UnB - 1974 – 1977 - Professor na FGV - 1977 – 1986 - Professor na PUC-Rio
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	- 1973 – 1974 – consultor do Banco Denasa de investimentos - 1975 - Diretor-Superintendente, Denasa Sistemas e métodos S/A - 1985 – 1986 - Sócio fundador das Empresas Macrométrica
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	Não Consta.
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	Não Consta.

ANDRÉ LARA RESENDE	
ESTADO BRASILEIRO	- 1985 – 1986 - Conselho de Administração do Banco Central para Dívida Pública e Mercado Aberto
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	- 1979 – 1986 – Professor na PUC-Rio
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	- 1980 – 1985 - Sócio e Diretor Administrativo do Banco de Investimentos Garantia - 1984 – 1985 - Diretor Externo da Companhia Ferro Brasileiro
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	Não Consta.
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	Não Consta.

PÉRSIO ARIDA	
ESTADO BRASILEIRO	- 1985 - Secretário de Coordenação do Ministério do Planejamento - 1986 - Diretor da Área Bancária do Banco Central do Brasil
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	1980 – 1982 – Professor na USP 1982 – 1984 – Professor na PUC-Rio
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	Não Consta.
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	- 1979 - Professor convidado do <i>Institute for Advanced Study</i> na Universidade de Princeton (USA) - 1984 – 1985 - professor visitante do <i>Smithsonian Institute</i> (USA)
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	Não Consta.

GUSTAVO FRANCO	
ESTADO BRASILEIRO	Não Consta.
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	- 1981 – 1982 - Professor visitante na FGV
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	Não Consta.
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	- 1984 - Professor visitante no <i>National Bureau of Economic Research</i> (USA) - 1985 – Professor visitante no <i>Center of European Studies e no Center for International Affairs</i> (USA)
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	Não Consta.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de fontes diversas.

Como pode ser depreendido do quadro acima, a trajetória profissional dos “pais” do Plano Real estão longe de ser homogêneas. Vale salientar, no entanto, que para além do exercício profissional elas indicam também a condição de classe desses indivíduos.

Edmar Bacha tinha uma carreira bastante diversificada, destacando-se sua presença em agências estatais, como o IPEA e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua forte participação nos meios acadêmicos nacionais e internacionais, com destaque para o meio acadêmico norte-americano, e sua inserção em organizações de governança financeira de âmbito internacional, como o Banco Central dos Estados Unidos, o Grupo dos 24 para Assuntos Monetários Internacionais⁴¹ e a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento. Em compensação, Bacha não se envolveu com empresas e organizações

⁴¹ Sobre o Grupo dos 24 ver Intergovernmental Group of Twenty Four. Disponível em: <https://www.g24.org/history/> Acesso em: 2 de fevereiro de 2020.

nacionais. Em suma, o perfil profissional de Edmar Bacha era bastante internacionalizado, com ênfase nas atividades acadêmicas.

Pedro Malan, por sua vez, destaca-se por ser aquele com a carreira mais internacionalizada entre seus pares e onde a presença das organizações financeiras internacionais é mais notável. Embora também tenha desempenhado atividades no âmbito estatal e exercido docência na PUC-Rio e na Universidade de Cambridge na Inglaterra, a partir de 1983 ele passou a desempenhar exclusivamente atividades em departamentos relacionados com a economia global da ONU, em Washington.

Em contraste com os dois casos anteriores, Francisco Lopes destaca-se por ser um economista cuja atuação foi eminentemente nacional. Participou de agências estatais, sendo quadro do IPEA e assessorando a Secretaria do Planejamento, foi professor universitário na UnB, na FGV e na PUC-Rio, além de ter-se envolvido desde cedo com a iniciativa privada, especialmente com o setor bancário e com consultorias financeiras. Neste sentido, Lopes destaca-se por seus laços acadêmicos em âmbito nacional e por seus vínculos com o capital financeiro nacional.

André Lara Resende tem um perfil muito mais empresarial. Apesar de ter sido professor da PUC-Rio, sua inserção profissional principal foi a atuação como executivo na área bancária e industrial, como o Banco Garantia e a Companhia Ferro Brasileiro. Além disso ele atuou no Conselho de Administração do Banco Central para Dívida Pública e Mercado Aberto, demonstrando a sua marcada inserção no mercado financeiro.

A carreira de Pérsio Arida inclui atuação no Estado brasileiro e no meio acadêmico nacional e internacional. Atuou no Ministério do Planejamento e no Banco Central, o que revela seu conhecimento sobre a dinâmica financeira. Foi docente da USP, da PUC-Rio, da Universidade de Princeton e do *Smithsonian Institute*, ambos sediados nos Estados Unidos.

De todos os seis economistas, a atuação de Gustavo Franco foi aquela mais restrita até 1986. Isto talvez se explique pelo fato de ser muito mais jovens que seus colegas. Ele se inseriu exclusivamente no meio acadêmico nacional e internacional, desempenhando atividades docentes na FGV, no *National Bureau of Economic Research*, no *Center of European Studies* e no *Center for International Affairs*, estes últimos sediados nos Estados Unidos.

Estas informações sobre a inserção profissional dos referidos economistas nos apontam tanto para a variedade de atividades que diferencia cada uma das trajetórias individuais, quanto a importante relação que estes indivíduos estabeleceram com agências estatais, com o meio acadêmico nacional e internacional, com instituições financeiras nacionais e internacionais e

com organizações internacionais. Quanto à inserção do grupo no meio acadêmico nacional, além da PUC-Rio nota-se a ausência de qualquer aproximação mais consistente desses intelectuais com a UFRJ e a Unicamp, centros acadêmicos que na época eram mais identificados com o pensamento nacional-desenvolvimentista e com o marxismo. No que se refere à internacionalização, destaca-se mais uma vez a centralidade das organizações de governança sediadas em Washington bem como os centros acadêmicos norte-americanos.

5.3 CONCLUSÕES

Este capítulo analisou o processo de consolidação dos “pais” do Plano Real como parte de um intelectual coletivo organizado na PUC-Rio bem como sua atuação profissional até 1986. Para isso, levou-se em conta dois fatores. Verificou-se que a convergência dos seis economistas neste espaço acadêmico em fins dos anos 1970 e início dos 1980 tem relação evidente com seus posicionamentos acadêmicos e políticos. Além disso, a PUC-Rio particularizou-se como um centro que reivindicava como critérios de legitimação a excelência acadêmica e critérios profissionais, além de apresentar-se como um espaço crítico moderado em relação à política econômica dos governos da ditadura. Constatou-se o forte grau de internacionalização da PUC-Rio, tanto pela participação de professores estrangeiros no interior da instituição quanto pelo perfil do seu corpo docente que era formado majoritariamente por economistas pós-graduados nos Estados Unidos.

No que se refere à atuação profissional seis intelectuais até 1986 observa-se que sua atuação esteve longe de ser homogênea. Assim, considera-se que este não apareceu como um critério definitivo para deduzir os vínculos orgânicos destes intelectuais. Apesar disso, destaca-se o vínculo destes economistas com bancos sediados no Brasil, o Garantia e o Denasa, e com instituições financeiras e organizações de governança de abrangência internacional, como a ONU. Constatou-se também a intensa participação do grupo em instituições acadêmicas norte-americanas como pesquisadores e professores.

Deste conjunto de fatores analisados, pode-se concluir que o mais marcante no seu conjunto parece ser a consolidação dos laços internacionais destes intelectuais, seja pela mediação da PUC-Rio, seja através de seu envolvimento profissional direto com os centros acadêmicos norte-americanos, instituições financeiras e organizações internacionais. Este aspecto leva-nos a pensar que estes intelectuais, pós-graduados no exterior e atuantes

profissionalmente em instituições estrangeiras, foram superando ao longo dos anos 1980 a sua condição de intelectuais brasileiros para alçarem-se à categoria de intelectuais internacionais com atuação privilegiada no Brasil.

Assim, considera-se que os laços internacionais são o elemento-chave que permite caracterizar este grupo de economistas como intelectuais orgânicos do capital financeiro internacional. Isto nos mostra que estavam em curso certas tendências que iriam se tornar decisivas ao longo da década de 1980. Afinal, no quadro de crise da hegemonia da fração industrial estrangeira que vinha se desenvolvendo na segunda metade dos anos 1970 e, no seu desdobramento, a afirmação da hegemonia do capital financeiro internacional ao longo dos anos 1980, os seis economistas estavam posicionados num lugar muito especial dentre os economistas da época. Eles diferenciavam-se dos economistas que haviam participado dos governos da ditadura, como Roberto Campos, Simonsen, Delfim Netto, dentre outros oriundos da EPGE-FGV e da USP. Eram também reconhecidos como economistas da oposição à ditadura, tendo livre entrada entre as forças democráticas emergentes. Em contrapartida, não eram identificados com marxismo ou com as matrizes mais radicais do desenvolvimentismo pois seus estreitos laços com o meio acadêmico norte-americano desmentiam qualquer radicalidade deste tipo. Por isso, este grupo estava preparado para assumir posições de destaque na política econômica do primeiro governo civil no processo de redemocratização e se tornar um dos representantes dos interesses do capital financeiro internacional dentro do Estado brasileiro.

6 A QUESTÃO DA INFLAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 1980

Os dois capítulos anteriores buscaram analisar uma série de características gerais que marcou a formação e a atuação profissional dos seis economistas estudados até meados dos anos 1980. Contudo, até agora ficou fora da análise as contribuições teóricas desses intelectuais para o debate econômico de seu tempo. Certamente não seria possível compilar e analisar todos os temas que estes economistas desenvolveram em artigos e livros que publicaram ao longo de sua carreira. Um esforço deste tipo extrapolaria o objetivo do presente trabalho. Por isso, partiu-se de uma visão do conjunto de suas obras e optou-se por aprofundar, neste trabalho, a análise da sua contribuição em relação à questão inflacionária que foi tomando corpo ao longo da primeira metade dos anos 1980. O motivo que justifica a escolha deste tema deve-se ao fato de que estes economistas ficaram bastante conhecidos por sua participação em planos econômicos de combate à inflação. Ainda que levando em consideração as limitações que toda escolha deste tipo acarreta, supôs-se que a questão inflacionária poderia oferecer elementos de análise privilegiados para captarmos o sentido mais geral das formulações teóricas deste grupo.

A proposta do capítulo é demonstrar que as formulações teóricas dos referidos intelectuais em relação à questão inflacionária, para além dos aspectos técnicos envolvidos na argumentação econômica, funcionou como um constructo ideológico. Tal constructo buscava articular no âmbito da política econômica um conjunto de interesses de classes e frações da classe dominante que afirmava e preservava a centralidade do capital financeiro internacional no modelo econômico brasileiro. Especificamente, a noção de inércia inflacionária, e as propostas de estabilização dela derivadas, funcionaram como significantes vazios, para utilizar um conceito desenvolvido por Ernesto Laclau (LACLAU, 2004). O autor se refere a elementos discursivos que são capazes de incorporar múltiplos significados. Este potencial totalizador que os significantes vazios carregam é o que os faz propícios a funcionarem como elementos de articulação hegemônica. Neste caso, a inflação inercial pode ser entendida como este elemento articulador que começou a ser gestado entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1980 pelos economistas brasileiros, dentre os quais os “pais” do Plano Real tiveram uma ativa participação.

A noção de significante vazio não deve ser entendida como uma situação de neutralização de interesses ou como um agregado igualitário de interesses. Diferente disso, a inflação inercial como significante vazio foi capaz de incorporar um conjunto de interesses sociais e políticos no seu interior, mas no qual a totalização se deu pela aceitação naturalizada do papel central do capital financeiro internacional na economia brasileira. Portanto, o momento

da articulação hegemônica não se esgota em si mesmo. Ao contrário, deve ser entendido como uma fase do processo de conquista e realização do poder, que sempre envolve aspectos materiais, de uma classe ou fração de classe sobre as demais.

Especificamente na quadra histórica da primeira metade dos anos 1980 consideramos que quatro fatores foram determinantes para conformar as possibilidades e limites da conjuntura e para moldar, conseqüentemente, as condições de exercício da hegemonia por parte do capital financeiro internacional. Foram eles: 1) A ofensiva econômica do capital financeiro a partir da questão da dívida externa; 2) A disputa pelo ritmo e pelo sentido político da redemocratização brasileira; 3) A reativação do movimento operário e popular e a reorganização da esquerda; 4) O desgaste da política econômica de caráter recessivo implantada a partir de 1979.

Neste caso, é importante avaliar antes de tudo qual era a capacidade hegemônica da fração financeira naquela conjuntura específica. A manutenção da hegemonia de uma fração de classe sobre toda a sociedade, sendo o exercício do poder em largo espectro, precisa abranger o conjunto de fatores que definem a conjuntura. Lourdes Sola observou corretamente que as transformações vivenciadas neste período tiveram fortes determinantes políticos (SOLA, 1988). A redemocratização seguiu uma trajetória nada linear, esteve repleta de contradições e, figurativamente, muitas ironias. Neste sentido, é necessário considerar que a dinâmica política da redemocratização impunha certas condicionalidades para que o processo de abertura não se interrompesse. A condição considerada central para tanto era a manutenção do crescimento econômico. Isto talvez esteja relacionado ao incremento das demandas distributivas que acompanharam a abertura e que só poderiam ser minimamente atendidas num cenário econômico expansivo.

Ou seja, ao longo da primeira metade dos anos 1980 foi se estabelecendo o entendimento de que a manutenção da hegemonia do capital financeiro internacional somente seria possível se mostrasse disposição de contemplar minimamente as demandas das classes internas. Em outras palavras, esta hegemonia teria que deixar de ser um elemento imposto desde fora – que girava em torno da dívida externa - e deveria se internalizar na dinâmica econômica, política e ideológica brasileira. Aqui entram os economistas da PUC-Rio enquanto formuladores de um elemento fundamental dessa estratégia de dominação: erigir a inflação como principal problema nacional e mostrar que a sua resolução deveria envolver uma colaboração de todas as classes do país. O aspecto mais importante da teoria da inflação inercial desenvolvida por estes economistas foi a construção ideológica que ele envolveu, e esta construção estava orientada para internalizar a hegemonia do capital financeiro no Brasil.

6.1 TEORIA ECONÔMICA, POLÍTICA ANTI-INFLACIONÁRIA E INTERESSES DE CLASSE

Em primeiro lugar, é necessário levar em consideração que não há uma correspondência direta entre determinados arcahouços teóricos da ciência econômica e certos interesses de classe. Na verdade, a maioria das formulações teóricas tem um caráter ideológico de reafirmação da lógica capitalista de sociedade. Neste âmbito, as visões variam no que diz respeito ao método de construção do conhecimento, ao alcance e imutabilidade das “leis” econômicas fundamentais e à generalidade ou abrangência dos fenômenos e problemas que elas buscam dar conta.

João Sayad afirma que “a inflação é a elevação permanente do nível geral dos preços. Ou a desvalorização permanente do valor da moeda” (SAYAD, 2015, p. 119). Inflação é um fenômeno eminentemente monetário, mas que está intrincado com uma diversidade de variáveis econômicas não necessariamente monetárias. Segundo Leda Paulani, as diferentes vertentes teóricas da economia concordam que a inflação é o resultado de choques produzidos por atores que pretendem alterar os preços relativos vigentes (PAULANI, 1986). Porém, as divergências começam na identificação dos atores centrais e suas motivações.

A chave de interpretação dos monetaristas é a base monetária. Deste ponto de vista, a moeda se comporta como qualquer outra mercadoria e está sob o jugo da lei da oferta e da procura. Se a base monetária se amplia, amplia-se a oferta de moeda, multiplicam-se os meios de pagamento e o seu valor cai. Quer dizer, os monetaristas consideram que a inflação ocorre em virtude de um excesso de moeda. Sendo o Estado o único agente emissor, esta visão atribui responsabilidade à liberalidade dos gastos estatais por esta depreciação. Ou seja, para os monetaristas o ator central que produz a inflação e que igualmente pode garantir seu controle, em última instância, é sempre o Estado. Nesta perspectiva, a dívida pública joga um papel importante:

Se o governo não paga a totalidade dos juros da dívida, se não tem recursos tributários para pagar pelo menos os juros da dívida que está nas mãos do setor privado, a dívida pública cresce pelo montante de juros, e será paga com mais dívida pública nas mãos do Banco Central e, portanto, mais base. O crescimento da base mais rápido do que o crescimento do produto provocaria desvalorização dessa “dívida do governo”, da moeda nacional, o que causaria inflação (SAYAD, p.121).

Há uma outra forma de apresentar a mesma explicação. Os monetaristas consideram que a inflação é resultado das expectativas. Assim, os choques de preços que produzem

perturbações econômicas temporárias somente se converteriam em inflação se as expectativas dos atores se confirmam pelo aumento da emissão de moeda por parte da autoridade monetária.

Se o Governo tem uma tradição eminentemente expansionista, se o déficit público (que aparece aqui apenas como uma "desculpa" ou um "álibi", para o crescimento da oferta de moeda) se eleva continuamente, os agentes econômicos tendem persistentemente a elevar seus preços para se defender da inflação futura que certamente ocorrerá. Essa atitude dos agentes econômicos imprime um determinado ritmo ao crescimento dos preços, de modo que a tendência inflacionária deixa de ser zero (PAULANI, 1986, p. 36).

O diagnóstico monetarista tem como consequência uma determinada concepção anti-inflacionária. Esta, conhecida como política de estabilização ortodoxa, tem como foco o ajuste fiscal das contas do governo. Afinal, a principal tarefa do setor público seria a produção de um superávit fiscal que pudesse garantir o pagamento da dívida pública mantendo, deste modo, a base monetária estável. Historicamente no Brasil houve dois caminhos para a implementação do controle inflacionário de tipo ortodoxo. O primeiro é conhecido como choque ortodoxo. Ele “consiste num violento corte nas despesas do setor público, de modo a eliminar, de um só golpe, o déficit do Governo. Paralelamente impõe-se um virtual estancamento da expansão monetária e creditícia” (PAULANI, 1986, p. 40). O principal efeito do choque ortodoxo é a recessão que ele produz intencionalmente como forma de desaquecer a economia e enxugar a base monetária. O segundo caminho ortodoxo de combate à inflação é conhecido como gradualismo. Grosso modo, ele segue o mesmo itinerário do anterior, porém defende uma aplicação mais lenta e progressiva, tentando preservar a taxa de crescimento no curto prazo (PAULANI, 1986).

Como alternativas ao arcabouço teórico monetarista desenvolveu-se na América Latina uma série de versões referenciadas na concepção econômica estruturalista. A origem dessas contribuições remonta às formulações de Juan Noyola nos anos 1950. Este partia do entendimento de que “existem elementos comuns entre os processos inflacionários das economias latino-americanas, mas o aumento do nível geral de preços seria um fenômeno imbricado às especificidades estruturais de cada país” (PEREIRA, 2016, p. 25). A inflação não seria um fenômeno monetário e sim refletiria desequilíbrios estruturais de uma economia nacional, com especial atenção ao setor agrícola e ao setor externo. Estas pressões inflacionárias básicas se disseminariam a partir de mecanismos de propagação específicos de cada realidade, incluindo a política fiscal, de crédito, de preços e de renda. Daí que o método de compreensão do processo inflacionária lançado por Noyola consistia numa análise específica concreta de cada caso, identificando as pressões inflacionárias básicas e seus mecanismos de propagação. Este pensamento tornou-se o paradigma alternativo para explicar a ascensão dos preços nos

países latino-americanos, inspirando outros economistas como Osvaldo Sunkel e Celso Furtado.

A principal diferença entre as teorias monetaristas e as estruturalistas é que enquanto as primeiras compreendem a inflação como um fenômeno fundamentalmente monetário, sendo o controle da expansão de oferta de dinheiro a chave para contê-la, as últimas compreendem que a inflação é um resultado de variados desequilíbrios estruturais e específicos de um país. De maneira equivalente, as políticas anti-inflacionárias em cada uma dessas abordagens são relativamente distintas. O grau de generalização do monetarismo faz com que sua visão sobre a estabilização seja igualmente genérica e abrangente. Ele sempre propõe medidas que visem reduzir a oferta monetária e isso geralmente se dá através de políticas de austeridade. Dentre essas medidas encontram-se a austeridade fiscal, a elevação da taxa de juros, além de reformas estruturais como privatização de empresas estatais e abertura comercial e financeira, entendidas como mecanismos de fortalecimento da competição intercapitalista cujo papel seria o de fortalecer o papel autorregulador dos mercados. Em contrapartida, uma vez que as teorias estruturalistas consideram a diversidade de experiências inflacionárias, suas políticas de estabilização também são mais diversas. Além disso, por se tratar de formulações feitas em regiões periféricas da economia mundial, destacadamente na América Latina, as vertentes estruturalistas prezam pela manutenção do crescimento econômico como caminho para alcançar níveis de desenvolvimento que permitam maior grau de autonomia relativa na sua inserção internacional.

Por fim, o arcabouço neoestruturalista desenvolvido nos anos 1980 propõe uma complementaridade entre as propostas monetaristas e as estruturalistas. Embora não neguem o caráter monetário do fenômeno inflacionário, os neoestruturalistas argumentam igualmente a especificidade das experiências inflacionárias. Uma das formulações mais originais dos neoestruturalistas na América Latina deu-se exatamente no estudo do caso brasileiro, onde foi verificado o componente inercial da nossa inflação (BRESSER-PEREIRA, 2010). No caso brasileiro, os economistas neoestruturalistas propuseram como formas de controle da inflação uma política de congelamento de preços e salários (choque heterodoxo) e a mudança de moeda como mecanismo de expurgo da inércia inflacionária.

Em função do discutido, nos perguntamos de que maneira as políticas de combate à inflação se relacionam aos interesses de classe presentes numa sociedade capitalista como a brasileira.

Seria inadequado dar uma resposta categórica a esta questão sem levar em conta os contextos específicos onde cada uma destas políticas é aplicada. Em outras palavras, afirmar que uma determinada proposta de combate à inflação sempre interessa a uma fração específica da classe dominante é uma conclusão por demais abstrata e genérica. Por isso, o mais adequado é compreender como estas visões são mobilizadas e instrumentalizadas pelos intelectuais orgânicos das diferentes classes e frações para viabilizar seus interesses e projetos de hegemonia.

É comum a literatura associar as políticas monetaristas defendidas por economistas simpatizantes do neoliberalismo com os interesses do capital financeiro internacional. É verdade que a chamada “revolução neoliberal” (DUMÉNIL; LÉVY, 2004) representou no plano teórico uma ofensiva do capital financeiro sobre o arranjo keynesiano dirigido pelos Estados dos países centrais em aliança com as classes ligadas à produção industrial que sustentou um forte crescimento econômico no pós-guerra. Segundo Harvey:

Tudo isso se vinculava à forte expansão da atividade e do poder no mundo financeiro. Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. Em suma, a neoliberalização significou a "financiarização" de tudo. Isso aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia, assim como sobre o aparato de Estado [...] (HARVEY, 2011, p. 41).

Em fins dos anos 1970, os processos inflacionários se agravaram nos países centrais. Naquele momento, as medidas de tipo keynesiano pareciam incapazes de dar conta do problema. Isto pode ser verificado exemplarmente pelas diretrizes que orientaram o governo de Margareth Thatcher no Reino Unido iniciado em 1979 e de Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980.

David Harvey recorda que:

[...] a difusão global da nova ortodoxia econômica neoliberal e monetarista passou a exercer uma influência ideológica cada vez mais forte. Já em 1982, a economia keynesiana fora expurgada dos corredores do FMI e do Banco Mundial. No final da década, a maioria dos departamentos de economia das universidades acadêmicas dos Estados Unidos — que tinham ajudado a treinar a maioria dos economistas — tinha se enquadrado mediante a ampla aceitação do programa neoliberal, que enfatizava o controle da inflação e a solidez das finanças públicas (em vez do pleno emprego e das proteções sociais) como objetivos primordiais da política econômica (HARVEY, 2011, p. 102).

Historicamente percebe-se que o grau de prioridade que o monetarismo atribui à questão inflacionária no conjunto da política econômica é muito superior àquele que o estruturalismo atribui à mesma. Sendo o mercado o principal princípio regulador da dinâmica econômica do ponto de vista do monetarismo, este considera que a inflação é sempre fruto de algum tipo de negligência e excesso da atuação estatal. Além disso, os incentivos fiscais e a reserva de mercado com que o setor industrial contava foram identificados como empecilhos para o bom funcionamento do mercado, produzindo tendência inflacionárias. Ou seja, na conjuntura dos anos 1980 a visão monetarista foi mobilizada e instrumentalizada pelo capital financeiro no seu esforço para se desvencilhar do controle que os Estados nos países centrais exerciam sobre a livre atuação do capital financeiro e para produzir um tipo de política econômica mais favorável aos seus próprios interesses. Por isso, verifica-se que o enfrentamento do problema da inflação funcionou como um eixo de transição no conteúdo ideológico da política econômica no período, que migrou de uma visão predominantemente keynesiana para uma perspectiva crescentemente neoliberal.

O estruturalismo na América Latina, por sua vez, foi fortemente associado aos interesses da fração industrial nacional dos países subdesenvolvidos no seu esforço por transitar de uma economia eminentemente agrária para uma economia industrial moderna. Afinal, como teoria ele foi desenvolvido num período em que havia margens de autonomia relativa mais amplas para os países latino-americanos frente ao sistema econômico global. O compromisso dos estruturalistas com alguma forma de desenvolvimento endógeno em parâmetros modernos fez com que as medidas anti-inflacionárias assumissem uma posição secundária no conjunto de sua política econômica, já que as suas prioridades eram a manutenção do crescimento e dos empregos no setor industrial, a mudança estrutural da dinâmica econômica do campo para a cidade, e a capacidade de superar a depreciação dos termos de troca no mercado internacional.

Contudo, as formulações do neoestruturalismo representaram uma mudança de perspectiva em relação ao estruturalismo latino-americano. Primeiro porque o neoestruturalismo é marcado por um acentuado ecletismo teórico. Além da influência do estruturalismo, ele também incorpora elementos keynesianos, kaleckianos, bem como alguns preceitos do próprio monetarismo. De fato, o neoestruturalismo pode ser entendido não como uma negação da leitura que o monetarismo faz da dinâmica econômica, mas muito mais como uma relativização dessa leitura, enriquecendo-a com outros aportes teóricos. Em entrevista concedida nos anos 1990 Edmar Bacha expõe claramente o sentido político que o

neoestruturalismo tinha no contexto dos países latino-americanos da época. Perguntado sobre qual era a seu ver o problema da escola econômica neoestruturalista, ele responde:

Acho que tinha um vício de origem: a questão de forçar um pouco a barra nas distinções metodológicas para diferenciar o produto de quem detinha o poder, porque a teoria econômica ortodoxa, supostamente, dava base, fundamento, à ação dos regimes militares. Mesmo porque a aliança, do lado de cá, se fazia com os marxistas. Então, nesse sentido, houve uma tendência de ressaltar coisas que hoje são absolutamente irrelevantes (BACHA, 1996, p. 240–241).

Daí porque o neoestruturalismo pode ser adequadamente caracterizado como uma síntese de caráter heterodoxo. Além disso, como podemos perceber no caso dos intelectuais estudados, os economistas neoestruturalistas preocupavam-se muito mais com o problema inflacionário do que os estruturalistas. Neste sentido, percebe-se que neoestruturalistas e monetaristas convergem igualmente em sua predileção por priorizar políticas anti-inflacionárias.

Conjunturalmente, portanto, o Brasil viveu no início da década de 1980 um paradoxo que precisa ser decifrado para que se possa compreender o papel dos seis ideólogos naquela conjuntura. Enquanto nos Estados Unidos e na Inglaterra a questão inflacionária funcionou como o eixo de desgaste das políticas keynesianas e ascensão do monetarismo neoliberal identificado com o interesse do capital financeiro internacional, aqui no Brasil foram as políticas monetaristas que saíram desgastadas ao mostravam-se incapazes de resolver o problema da inflação brasileira, abrindo brecha para uma perspectiva alternativa. A partir desta constatação, nos perguntamos se estamos autorizados a afirmar que as propostas de combate à inflação no Brasil inspiradas no neoestruturalismo, como aquelas desenvolvidas pelos “países” do Plano Real ainda no início dos anos 80, representavam os interesses das frações internas da burguesia em detrimento do capital financeiro internacional. A resposta é negativa. Neste caso, o simples contraste entre o Brasil e os países centrais estaria nos induzindo a um engano.

No nosso caso é necessário levar em conta que, em virtude da crise da dívida externa, o capital financeiro internacional aparecia às frações internas como um agente externo que impunha seus interesses desde fora, reforçando os laços de dependência do país com o sistema econômico internacional. Nesta conjuntura, as interpretações e propostas de políticas anti-inflacionárias oriundas do neoestruturalismo fizeram parte de uma estratégia de construção da hegemonia do capital financeiro internacional no Brasil. Veremos a seguir como ocorreu esta construção.

6.2 ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Uma questão pouco explorada pela literatura sobre os planos econômicos heterodoxos dos anos 1980 é a dimensão internacional em que este processo esteve envolto. As formulações e propostas feitas pelos economistas da PUC-Rio foram resultados de um processo mais longo que inclui o diálogo com intelectuais de outros países bem como o conhecimento de experiências concretas já em curso. Dentre estas, destacam-se o Plano Austral implementado na Argentina em 1985 e o Plano Shekel iniciado em Israel naquele mesmo ano.

Houve pelo menos dois movimentos de internacionalização inter-relacionados. Um primeiro se deu a partir da construção de um consenso que envolveu os economistas brasileiros, as universidades estadunidenses e os organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial. As principais evidências apontam que este processo de articulação internacional foi operacionalizado, no caso brasileiro, principalmente por Pécio Arida e por André Lara Resende.

Depois de um período de quatro anos de docência na USP e na PUC-Rio, Pécio Arida foi convidado para lecionar no *Smithsonian Institution*, sediado em Washington. Ele juntamente com André Lara Resende já vinha desenvolvendo sua própria visão sobre o problema inflacionário no Brasil e propondo uma solução via reforma monetária. Do outro lado, André Lara Resende também atuava como professor no quadro docente da PUC-Rio, além de já ser sócio do Banco de Investimentos Garantia, ocupando o cargo de diretor administrativo. Ao que parece, foi em função da produção intelectual comum com Arida que Lara Resende entrou no circuito da discussão internacional.

Segundo o relato de Pécio Arida,

Depois da PUC-Rio, mas antes de ir para o governo, passei um tempo em Washington como pesquisador de um dos Centros de Estudos da Smithsonian. John Williamson, professor de teoria do comércio internacional e casado com uma brasileira, morava na época no Rio e dava aulas na PUC. Ele achou a proposta Larida instigante e sugeriu que escrevêssemos um artigo em inglês. O Larida já tinha sido publicado como um Texto para Discussão do Departamento de Economia da PUC-Rio em 1983, mas o Williamson teve a ideia de organizar uma conferência sobre estabilização na qual convidaria também acadêmicos de outros países que compartilhavam conosco o problema como Israel e Argentina. A conferência viria a acontecer em Washington no segundo semestre de 1984 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 22).

Foi esta inserção no meio universitário estadunidense e a relação de proximidade com John Williamson que favoreceu a inserção das ideias de Arida no plano internacional. Conforme

relato de Carlos Alberto Sardenberg, a articulação internacional que viabilizou o Plano Cruzado deu-se da seguinte forma:

Setembro de 1984, reunião do Fundo Monetário Internacional, em Washington. Pêrsio [Arida] já estava lá e terminara sua versão da proposta de reforma monetária, em inglês. André [Lara Resende] chegou com seu artigo brasileiro, ainda inédito. Os textos foram distribuídos, circularam entre diversas autoridades. Foi uma cópia para Alexandre Kafka, representante do Brasil no FMI, que não se manifestou, como convinha. Outra para Peter Knight, do Banco Mundial, que revelou sua opinião aos autores: achara a ideia esplêndida. André faz uma exposição no Federal Reserve, o banco central norte-americano, em Washington, com receptividade razoável.

Pêrsio foi convocado a falar em um seminário no Woodrow Wilson, onde trabalhava no momento, em Washington. O texto básico dessa reunião promovida em outubro de 1984 foi o artigo de Pêrsio, em inglês, “Economic Stabilization in Brazil”. A plateia presente numa sala de decoração clássica, no meio de uma imensa biblioteca, incluía funcionários do Banco Mundial, do Departamento de Estado e do FMI. Gente interessada em Brasil por razões de estudo ou por necessidade de ofício.

Ali estava, por exemplo, Ana Maria Jul, funcionária do FMI, integrante de diversas missões do Fundo ao Brasil, onde se tornara nome conhecido, espécie de personagem símbolo da instituição. Ana Maria ouviu as propostas de Pêrsio Arida em silêncio. Não fez perguntas, não participou dos debates. Mas Pêrsio manteve um olhar curioso dirigido para suas reações e convenceu-se, ao final: ela visivelmente não gostara.

De todo modo, os ecos da proposta ressoavam aqui e ali, até que os papéis caíram nas mãos de John Williamson, que já fora professor na PUC-Rio e trabalhava então no Instituto de Economia Internacional, centro de estudos de teoria aplicada, em Washington. Conheciam-se – Williamson, André e Pêrsio – e combinaram então que o primeiro promoveria nos Estados Unidos um amplo seminário internacional sobre a experiência de alguns países no combate à inflação – Brasil, Argentina e Israel -, assim como sobre as hiperinflações europeias. Pêrsio e André escreveriam a quatro mãos um artigo completo sobre a reforma monetária. Marcou-se o seminário para dezembro de 1984, e o encontro acabaria por reunir economistas que, mais tempo, menos tempo, estariam pilotando reformas em Israel, Argentina e Brasil, pela ordem. A conexão internacional estava se formando (SARDENBERG, 1987, p. 42–43).

O trecho acima é rico em detalhes relevantes. Em primeiro lugar ele mostra o papel ativo dos intelectuais orgânicos que estamos estudando. Os economistas estadunidenses reconheciam que Pêrsio Arida e André Lara Resende eram intelectuais autorizados a diagnosticar os “problemas brasileiros” e propor políticas para resolvê-los, provavelmente porque dedicaram-se a estudar a realidade local e formular diretrizes originais dentro de linhas aceitáveis para o capital financeiro internacional. Neste sentido, a possível desconfiança da representante do FMI na reunião descrita acima não deve nos impressionar. Ela apenas demonstra o fato de que a hegemonia é sobretudo um processo não destituído de contradições e disputas e que depende de articulação e construção de consenso, como o evento demonstra. Em segundo lugar, o relato indica o papel que o espaço universitário estadunidense teve como centro articulador para colocar em contato economistas de diferentes nacionalidades e organizações financeiras internacionais, com destaque para o FMI e o Banco Mundial. Recorde-se, aliás, que muitos destes economistas, naturais de países da América Latina, que estavam estudando nas

universidades estadunidenses eram colegas e acabavam por compartilhar ideologias comuns. Edmar Bacha notou muito bem esta questão quando afirmou que a experiência histórica de Israel e do Brasil nos anos 1980 eram muito diferentes para explicar por si mesmas a convergência de leituras sobre os processos inflacionários locais. Pelo contrário, segundo Bacha “parecidos eram os economistas, que estavam olhando os países daquela maneira — obviamente é difícil imaginar o Brasil parecido com Israel” (BACHA, 1996, p. 238). Em terceiro lugar, o trecho acima revela que muito antes de sistematizar o famoso Consenso de Washington John Williamson já era um pivô de um movimento internacional de construção de diretrizes no meio da intelectualidade que atuava nos países periféricos. Um dos espaços onde este processo ocorreu foi o *Institute for International Economics* (IIE).

Cerca de dois meses depois do evento descrito no excerto acima, a dupla Arida e Lara Resende interveio mais uma vez no cenário internacional no esforço de ganhar adesão de sua proposta de mudança monetária no Brasil:

Entre um congresso de economistas no Rio de Janeiro e um seminário em Washington, André Lara Resende fez as malas, deixou o verão carioca e desembarcou na neve do Hemisfério Norte. Ali o esperava Pérsio Arida, numa gelada manhã de dezembro, e os dois tinham exatamente um dia e meio para escrever o *paper* que deveriam apresentar em conferência no Instituto de Economia Internacional. Tratava-se do seminário promovido pelo professor John Williamson, cujo propósito principal era precisamente examinar as ideias de combate à inflação via reforma monetária.

André e Pérsio falariam para plateia selecionada – alguns dos principais teóricos em inflação e macroeconomia dos Estados Unidos – e simplesmente não tinham o texto pronto. Sob pressão dos organizadores e a angústia do tempo, os dois amigos trancaram-se na sala de Pérsio, no Centro Woodrow Wilson, e, trabalhando direto num microcomputador, sem secretárias ou datilógrafas, trataram de colocar suas ideias em inglês e na forma compatível com o mundo acadêmico norteamericano.

[...]

O seminário, entre um contratempo e outro, foi um êxito. Ali, Pérsio e André encontraram o apoio mais estimulante, do ponto de vista intelectual. Presente na plateia, o professor Francisco Modigliani comentou, ao analisar a proposta de reforma monetária: “estamos todos diante de uma das mais estimulantes peças da produção acadêmica sobre inflação dos últimos anos”. Não poderia ser mais gratificante: dias depois, Modigliani ganharia o prêmio Nobel de Economia.

Paul Kagan, um dos principais teóricos sobre hiperinflação, foi outro apoio importante. A criação da moeda indexada fazia sentido com tudo que ele estudara sobre o assunto. Num almoço que se seguiu ao debate, procurou André.

- Há muita literatura sobre moedas paralelas. Você conhece? – perguntou Kagan.

Não. André não conhecia. Algumas semanas depois receberia, no Rio de Janeiro, uma simpática carta com toda a literatura sobre a matéria.

Na soma geral, André e Pérsio saíram satisfeitos do seminário. Deixaram plantada a ideia, registraram autoria internacional e ainda ganharam para sua proposta um nome de batismo: Larida, óbvia corruptela de Lara mais Arida, apelido com o qual passou a circular nos meios acadêmicos. Assim apareceu no livro em que John Williamson publicou os *papers* e debates do seminário de Washington, editado em março de 1985. Nesse mesmo mês, a revista inglesa *The Economist* resenhou o livro e pouco depois publicou um editorial, onde colocava a Proposta Larida como

alternativa ao recém-inaugurado governo Tancredo Neves (SARDENBERG, 1987, p. 59–60).

O segundo movimento de internacionalização se deu paralelamente ao primeiro e envolveu a reflexão e proposição conjunta de economistas brasileiros e alguns de seus colegas de profissão de outros países, especialmente da Argentina e Israel. Este movimento não deve ser entendido como uma convergência meramente casual ou como simples resultado de afinidades pessoais. Foi sobretudo um movimento de releitura do caminho de construção da hegemonia do capital financeiro e de adequação das economias locais às suas necessidades.

A interação entre os economistas de diferentes nacionalidades era tão significativa e o compartilhamento de ideias era tão estreito que à altura do lançamento do Plano Austral alguns pensavam que o seu autor intelectual era Francisco Lopes, ainda que não houvesse nenhum envolvimento direto deste com o governo argentino. Miriam Leitão observa que:

Em julho [de 1984] o governo da Argentina anunciou o Plano Austral, que tinha como base as propostas da PUC do Rio. Alguns economistas argentinos, como Roberto Frenkel, tinham participado de debates na PUC. Chico Lopes teve tanta influência na formulação do plano argentino que era apontado como coautor do Plano Austral (LEITÃO, 2011, p. 36).

Pérsio Arida relembra a importância das articulações internacionais para o sucesso das experiências anti-inflacionárias e aponta o sentido pedagógico que estas experiências propiciavam:

Aprendi muito ao longo do tempo, por exemplo, conversando com pessoas que formularam planos de estabilização em outros países. É extraordinariamente importante saber como é que a decisão foi tomada, saber quando o acerto foi intencional ou casual, o peso das considerações políticas etc. Aos poucos, forma-se um quadro intuitivo de percepção e análise que não se pode encontrar em livros ou artigos, resultado de anos e anos de observação, conversa e discussão (ARIDA, 1996, p. 327).

A dimensão pedagógica é uma das variáveis centrais que explicam o sentido e as formas de atuação dos intelectuais orgânicos. Afinal, eles são orgânicos em virtude de sua especial forma de inserção como seres sociais no processo histórico concreto. Ou seja, chegar por sua própria conta a conclusões similares a de seus colegas não é um processo destituído de sentido e determinações. Neste quadro, o sentido pedagógico de determinadas experiências, as lições que delas são tiradas, são uma das formas através das quais os interesses de classe inscritos na dinâmica histórica incidem sobre os intelectuais.

6.3 OS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS FRENTE À CRISE DA DÍVIDA EXTERNA E AO AJUSTE RECESSIVO

Os economistas vinculados à PUC-Rio que estamos analisando participaram intensamente dos debates e proposições de política econômica neste período especialmente em relação ao tema da inflação. Analisaremos a contribuição de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pérsio Arida e Gustavo Franco nos “Textos para Discussão” publicados pela PUCR-Rio de 1979 a 1986 (PUCRIO, 2020). Fizemos um corte em 1986 tendo em vista que este foi o ano de lançamento do Plano Cruzado, primeira experiência anti-inflacionária heterodoxa ocorrida no Brasil.

Os “Textos para Discussão” eram uma publicação que visava fomentar o debate interno aos acadêmicos da PUC-Rio na área de economia. Por isso, a sua composição reflete os temas de interesse daquele centro universitário assim como a visão que foi se conformando no seu interior sobre os caminhos da economia brasileira. Entre 1979 e 1986 foram publicados 120 artigos nos “Textos para Discussão”. Destes, 51 são os que nos interessam diretamente pois foram escritos pelos seis economistas individualmente ou em parceria com colegas. Os temas abordados nestes 51 artigos oferecem um quadro geral das questões consideradas mais relevantes pelos nossos seis economistas. Deste total, 13 contam com o termo “inflação” ou “inflacionário” no título. Se contabilizarmos junto outros termos que aparecem e que se referem diretamente à discussão sobre inflação, como “inércia”, “monetarismo”, “moeda indexada”, “indexação”, “estabilização” e “Cruzado” somam-se 21 títulos que tratam do assunto, ou seja, quase a metade do conjunto de textos escritos pelos “pais” do Plano Real naquele espaço. Outros temas recorrentes nos textos publicados pelos referidos economistas de 1979 a 1986 são aqueles relativos ao estrangulamento externo, à recessão brasileira e à política econômica de ajuste. Assim, o termo “dívida” aparece em 4 títulos, “recessão” em 3, “crise” em 2, “choque” em 1 e “austeridade” em 1, somando este conjunto 11 títulos dos 55. Portanto, verifica-se que o debate travado pelos seis intelectuais no âmbito da PUC-Rio durante primeira metade dos anos 80 esteve centrado nas restrições externas, na conjuntura recessiva e, principalmente, na questão inflacionária.

Vamos iniciar a análise por um tema que era central na conjuntura econômica brasileira do início dos anos 1980: a questão da dívida externa e as propostas para enfrentá-la. Como já dito, de um total de 55 artigos publicados pelos economistas que são objeto deste estudo entre 1979 e 1986 nos “Textos para Discussão” da PUC-Rio, 11 títulos continham termos como

“dívida”, “recessão”, “crise”, “choque” ou “austeridade”. Após ler estes artigos, escolhemos analisar dois deles que a nosso ver expressam de maneira mais clara a posição do grupo sobre a questão da dívida brasileira.

O primeiro é de autoria de Pécio Arida e intitula-se “Austeridade, autotelia, autonomia”, publicado em outubro de 1982, no auge da crise da dívida. Além de ser bastante didático, é claramente um texto de polêmica cujo principal objetivo é fazer uma crítica ao discurso pró-austeridade que tomou conta dos agentes estatais responsáveis pela política econômica do país. Segundo ele:

A palavra austeridade entrou no jargão oficial cobrindo um espectro de políticas que visa reduzir sistematicamente o salário real, manter um elevado diferencial real entre as taxas internas e externas de juros e mergulhar o país em uma recessão profunda que possibilite uma redução das importações de no mínimo 3,5 bilhões de dólares (ARIDA, 1982, p. 1).

O autor rechaça sistematicamente cada uma das propostas do “pensamento oficial” para superar a crise através de um choque recessivo. Naquele período, o governo buscava executar uma política de superávit primário na balança comercial com vistas a levantar recursos para pagar as obrigações financeiras com os bancos credores internacionais. Para isso, projetava-se uma redução das importações já que o encolhimento do comércio mundial tornava improvável um aumento do valor das exportações como forma de ampliar o superávit. Tendo em vista que a indústria dependia de insumos e bens de capital, esta redução das importações implicava necessariamente em frear a produção e o crescimento interno. Segundo o autor, os pilares da política de austeridade do governo eram: taxas de juros elevadas, redução de salários, redução das importações e manutenção das exportações. Tudo isto num cenário de recessão projetada.

No lugar das políticas de austeridade, o autor propõe ao final do texto “uma alternativa heterodoxa” (ARIDA, 1982, p. 14) baseada em seis pontos: 1) diminuição dos juros; 2) racionalização do investimento público; 3) controle de preços; 4) desvalorização cambial; 5) estímulo à demanda efetiva; 6) aumento do imposto de renda de modo “socialmente justo”. O foco destas políticas seriam a retomada do crescimento tendo por base o incremento da demanda efetiva interna junto com a produção de um excedente exportável. Este conjunto de medidas que se apresentam como alternativas à ortodoxia representariam na visão do autor uma alteração estrutural: “As políticas de austeridade realizam o ajustamento da economia diante da restrição externa reduzindo o nível de atividade sem alterar a estrutura; a heterodoxia altera a estrutura para poder responder à restrição externa aumentando o nível de atividade” (ARIDA, 1982, p. 19).

É significativo o sentido que o autor atribui à ideia de mudança estrutural. Curiosamente, apesar da aparente radicalidade das críticas, em nenhum momento ele questiona a relação estabelecida entre a economia brasileira e o sistema financeiro internacional. Neste sentido, tal relação de dependência estaria fora de seus quesitos estruturais que deveriam ser transformados em prol do desenvolvimento nacional. O argumento do autor pressupõe que seria possível retomar o crescimento econômico interno mesmo mantendo a drenagem de recursos para o exterior. E mais, sutilmente aponta que os responsáveis pela situação de austeridade não seriam os grandes bancos internacionais e sim os agentes estatais presos a uma visão econômica autotélica.

A abordagem que Arida apresenta neste texto expressa muito bem o significado e alcance de suas proposições. O papel do capital financeiro aqui é naturalizado, como se acontecimentos neutros conformassem algo como uma conjuntura internacional à qual o Brasil não poderia mais do que adaptar-se para sobreviver. A única diferença entre o pensamento ortodoxo criticado por Arida e a sua própria proposta é que no primeiro caso o preço a se pagar pela manutenção da dependência financeira é alto demais, enquanto no segundo ela é compensada pela promessa de crescimento econômico que, em tese, teria como resultado um esquema ganha-ganha.

É verdade que ao final do texto o autor considera a ausência de correlação de forças para implementar um conjunto de medidas como aquelas que ele propõe. Justamente aí ele defende que a alteração da “constelação política do poder” (ARIDA, 1982, p. 22) seria uma virtude e não um problema e que deveria ser enfrentada pelos agentes políticos. Ora, esta afirmação adequava-se bem aos anseios dos grupos de oposição que defendiam a aceleração do processo de abertura política já em curso. O curioso, todavia, é que em nenhuma passagem do texto esta mesma consideração sobre a correlação de forças é levada para o plano internacional no sentido de apontar uma possibilidade de negociação conjunta dos países da periferia com os países centrais. Vale recordar que esta falta de uma articulação entre os países devedores explica a incapacidade do mundo subdesenvolvido reagir ao poder dos grandes bancos internacionais pobres (BAER, 1993). Ao invés disso, o que se viu foi a atuação unitária dos bancos e a negociação caso a caso com cada um dos países devedores.

O segundo texto foi escrito por Edmar Bacha em parceria com Pedro Malan em 1984. Intitula-se *Brazil's debt: from the miracle to the Fund* e pode-se supor que a língua inglesa indica o desejo dos autores de ter alguma projeção internacional. O artigo pretende reconstruir o surgimento da crise da dívida que ainda estava em desdobramento naquele momento. Com

um detalhado histórico sobre o tema, os autores dividem a análise em três períodos: o “milagre” entre 1968 e 1973, o ajuste frente ao primeiro choque do petróleo entre 1974 e 1978 e, por fim, o período crítico de 1979 a 1981.

Os autores iniciam argumentando que o chamado “milagre” econômico brasileiro não foi, como os propagandistas da ditadura argumentavam, um resultado da capacidade de gestão dos dirigentes estatais, e sim a coincidência de um ciclo econômico interno e de uma conjuntura internacional extraordinariamente favorável. Do ponto de vista externo, as vantagens deviam-se ao cenário positivo no que diz respeito aos termos de troca e à disponibilidade de capitais.

No entanto em virtude do primeiro choque do petróleo as condições externas mudaram. Apesar do governo brasileiro perceber que era necessário um ajuste, este seguiu o modelo desenvolvimentista e o padrão anterior de apostar no crescimento. Em especial, já na segunda metade dos anos 70, os autores observam os erros no ajuste proposto pelo governo Geisel (1974 – 1979), que teria tornado mais vulnerável a economia brasileira ao segundo choque do petróleo de 1979.

O significativo na análise de Bacha e Malan é que a sua preocupação está na política econômica dos governos, em sua adequação ou inadequação ou não à conjuntura. Percebe-se que para eles a política econômica aparece como passiva – reativa e adaptativa – frente às oscilações da economia internacional. Assim, a política econômica é avaliada na perspectiva dos seus erros e acertos, perdendo-se a dimensão da diversidade das escolhas políticas e estratégicas que elas podem implicar.

Ao mesmo tempo, os autores fazem um jogo ambíguo uma vez que minimizam o papel dos agentes estatais na conformação do “milagre” econômico ao mesmo tempo que superdimensionam sua responsabilidade no agravamento da crise agudizada no final da década de 1970. Se no primeiro caso, o forte crescimento econômico é avaliado muito mais como um resultado não planejado, no segundo a crise é vista como resultado de respostas inadequadas à uma conjuntura diversa.

Assim, em relação ao “milagre” os autores ponderam que:

Em muitas interpretações, no Brasil e no exterior, atribui-se a um regime autoritário e centralizado e suas políticas econômicas "racionais e pragmáticas" os principais elementos por trás dessas realizações bastante impressionantes, na tentativa de usar o desempenho econômico como critério básico de legitimidade política.

Em outros textos, em Bonelli e Malan (1977) e Bacha (1977), argumentamos que o “milagre econômico” dependia fortemente de alguns fenômenos cíclicos que operavam endogenamente na economia brasileira e de uma situação internacional excepcional e temporária. Em nossa opinião, a simultaneidade de uma retomada doméstica (após a crise de estabilização de 1964-67) e de condições internacionais muito favoráveis em relação ao comércio e finanças fornecem a base para um

entendimento claro do boom econômico brasileiro experimentado entre 1968 e 1973 (BACHA; MALAN, 1984, p. 5).

Em contraste, no que se refere à conformação da crise em fins dos anos 1970, a situação é vista de maneira muito diferente:

Mas alguém poderia dizer que o ajuste “à brasileira” foi realizado em 1977-78 e, não foi pelo segundo choque do petróleo nem pela “revolução monetarista” dos EUA em 1979, que o Brasil - juntamente com outros quarenta países em desenvolvimento (e socialistas) - não teria atingido o reescalamento da dívida nos anos de 1980 a 1982?

É difícil responder a essa pergunta contra factual, mesmo com o benefício da retrospectiva, mas é inegável que o ajuste, como tentado, aumentou a vulnerabilidade da economia brasileira a outros choques externos (BACHA; MALAN, 1984, p. 8).

Uma outra característica do presente artigo é que os interesses do agente econômico mais importante, o capital financeiro internacional, que determinam o grande curso da dinâmica global neste período, não aparecem claramente. Tudo se passa como se a conjuntura de crise se configurasse como o resultado surpreendente de múltiplas respostas reativas de diversos atores internacionais, de maneira que o desequilíbrio de poder e os movimentos de ofensiva não tivessem centralidade neste cenário.

O trecho a seguir exemplifica esta forma de exposição:

Os choques reais associados ao segundo aumento do preço do petróleo em 1979 e ao aperto na política monetária dos EUA após outubro daquele ano, levaram a uma propagação internacional da recessão, que foi agravada pela indiferença dos EUA às consequências externas de suas políticas econômicas domésticas.

O alto grau de integração dos mercados financeiros mundiais forçou um aperto geral nas políticas monetárias na Europa Ocidental e no Japão. Seguiu-se um aumento generalizado nas taxas de juros reais, uma queda nos preços das commodities (dados os custos financeiros mais altos da retenção de estoques) e três anos de recessão mundial e comércio mundial quase estagnado em 1980, 1981 e 1982.

Os empréstimos internacionais continuaram até 1981, embora a taxas decrescentes. Em dólares atuais, os bancos comerciais aumentaram sua exposição aos países em desenvolvimento em US \$ 60 bilhões em 1979, US \$ 55 bilhões em 1980 e US \$ 48 bilhões em 1981. A principal mudança, no entanto, foi a crescente importância da dívida de curto prazo : de dezembro de 1979 a dezembro de 1981, o estoque da dívida de curto prazo dos países em desenvolvimento aumentou de 368,1 bilhões para US \$ 115 bilhões, enquanto o estoque da dívida de médio e longo prazo aumentou de US \$ 131,4 para US \$ 175,2 bilhões.

O conhecido instinto de rebanho da comunidade bancária ajuda a explicar não apenas essa extensão contínua de crédito (com vencimentos mais curtos, spreads mais altos, lucros mais altos e riscos mais altos), mas também a contração que começou lentamente no segundo trimestre de 1982 e correu para quase em pânico logo após o colapso mexicano de agosto de 1982.

O que aconteceu não foi, como alguns formuladores de políticas brasileiros estavam tentando apontar rapidamente, uma interrupção temporária nas atividades de empréstimos internacionais dos bancos comerciais, enquanto esperavam para ver a água limpa. Pelo contrário, a ruptura do mercado de capitais no terceiro trimestre de 1982 deve ser considerada como um importante ponto de virada na história bancária internacional.

A confiança foi abalada e o mercado encolheu. Um acidente em 1982 foi evitado apenas por causa dos pacotes de resgate organizados rapidamente por

jogadores pesados, como o Federal Reserve dos EUA, o Banco de Pagamentos Internacionais e o Fundo Monetário Internacional, movendo-se para desempenhar o papel de credores internacionais de última instância. Em 1982, cerca de duas dúzias de países iniciaram o que promete ser uma longa e dolorosa renegociação de suas dívidas externas, envolvendo cerca de US \$ 35 bilhões (BACHA; MALAN, 1984, p. 12).

Assim, nota-se que a posição de classe dos autores não é explícita. Expressões como “o alto grau de integração dos mercados financeiros mundiais forçou um aperto geral nas políticas monetárias na Europa Ocidental e no Japão”, ou “o conhecido instinto de rebanho da comunidade bancária” ou, ainda, “confiança foi abalada e o mercado encolheu” apenas reforçam a naturalização do processo em curso. De fato, ela está recoberta por uma linguagem científica que se pretende neutra, porém talvez isso a torne mais efetiva que a defesa aberta de uma política pró-capital financeiro. Para Edmar Bacha e Pedro Malan o impacto do quadro internacional sobre os países periféricos, como é o caso do Brasil, deve ser visto sob o ponto de vista de efeitos colaterais e não de uma reorganização da economia global orientada pelo capital financeiro associado ao Estado norte-americano que busca, exatamente, subjugar essas regiões.

Quando Bacha e Malan abordam a crise da dívida brasileira que se agravou em 1982 com a moratória mexicana, o seu esforço é demonstrar a incapacidade do governo em propor uma saída clara para o problema. Segundo eles, o governo titubeou entre o esforço de pagar a dívida mediante um superávit primário ou a ameaça de uma moratória, que de fato ocorreu no início de 1983 acompanhada de uma retomada do processo de substituição de importações. Todavia, para Bacha e Malan nenhuma dessas duas alternativas seriam viáveis. De fato, os autores sugerem que o problema da negociação do Brasil com o FMI estava nas falsas expectativas de que partiam ambos os lados. Para expressar este problema de comunicação, os autores utilizam o termo “Babel”, fazendo alusão à metáfora bíblica. O fundo da questão discutida são as perspectivas irrealistas de ambas as partes:

O programa de ajuste, em seus aspectos de longo prazo, foi projetado para gerar um superávit na balança comercial grande o suficiente para permitir uma aposentadoria antecipada da dívida externa do Brasil. Mais especificamente, espera-se que o país não apenas reduza seu déficit em conta corrente, mas também gere um superávit crescente em conta corrente, a partir de 1987. O FMI acredita que isso seja consistente com a manutenção de um PIB real escasso de 4%. A taxa de crescimento após 1984 depende de sua presunção otimista de que as taxas de juros internacionais reais cairão significativamente nos próximos anos. No entanto, se essas taxas de juros não caírem, surge um quadro diferente, com as perspectivas de exportação na faixa de previsão do próprio FMI (ou seja, uma taxa de crescimento real de 5% ao ano), um modelo de projeção simples indica que o PIB médio do Brasil a taxa de crescimento não ultrapassará a marca de 1,8% no período 1985-1993. Isso significa que o PIB real per capita em 1989 seria 22,3% menor que em 1980.

Babel não pôde ser evitado nesse cenário [grifo nosso]; portanto, é necessário considerar alternativas políticas, especialmente quando a raiz do problema

é tão aparente. O Brasil simplesmente não pode se comprometer em gerar superávits em conta corrente, se suas perspectivas de exportação forem reduzidas a uma expansão de 5% ao ano em termos reais (BACHA; MALAN, 1984, p. 19, grifos nossos).

Frente a este cenário, a postura dos autores é praticamente a de um apelo de bom-senso às partes. Afinal, segundo eles, nenhuma das duas alternativas concorrentes, ou seja, gerar divisas através da balança comercial para pagar a dívida externa ou, inversamente, romper com o sistema financeiro internacional e deixar de pagar as obrigações, poderia resolver o problema. Diferente disso, eles apontavam a necessidade de manter e consolidar a médio e longo prazo a dívida externa brasileira através de um processo de negociação como o FMI e os grandes bancos credores.

Mais uma vez, a exemplo da postura de Pécio Arida no artigo analisado anteriormente, o pressuposto de que Edmar Bacha e Pedro Malan partem é o de que não pode haver vida econômica no Brasil sem os laços que mantêm o país vinculado ao sistema financeiro internacional. À diferença dos adeptos do ajuste recessivo ou dos defensores do não pagamento da dívida externa, os “pais” do Plano Real buscam diferenciar-se pelo espírito realista e bom-senso de suas proposições. Apresentam-se como uma “terceira via” capaz de garantir, ao mesmo tempo, crescimento econômico e compromisso do Estado brasileiro com suas obrigações financeiras.

6.4 OS INTELLECTUAIS E AS TEORIAS INERCIALISTAS

Na segunda metade do século XX diversos economistas desenvolveram variadas contribuições teóricas sobre o tema da inflação brasileira. Além de trabalhos clássicos, como o de Ignácio Rangel, na primeira metade dos anos 80 surgiram outras referências importantes como Bresser-Pereira, Yoshiaki Nakano, Mário Henrique Simonsen, Conceição Tavares, dentre outros.⁴² Mesmo os trabalhos de Edmar Bacha, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pécio Arida e Gustavo Franco sobre o assunto são diferentes entre si, além de terem variado ao longo do tempo. Reforçamos que nosso objetivo aqui não é fazer uma análise exaustiva da produção dos “pais” do Plano Real sobre a inflação, mas formar uma visão de conjunto e compreender alguns elementos que, adequadamente contextualizados na conjuntura da época, demonstrem

⁴² Para uma visão geral das diferentes abordagens no debate sobre a inflação nos anos 1980 ver BRESSER-PEREIRA (2010) e PAULANI (1986).

que esta produção aponta para uma construção ideológica adequada às necessidades hegemônicas do capital financeiro internacional.

As contribuições destes economistas são bastante conhecidas e já foram estudadas por diferentes autores, incluindo seus próprios formuladores (BASTIEN, 1989; BRESSER-PEREIRA, 2009; CARVALHO, 2015; FRANCO, 1987a, 1989b; PAULANI, 1986; PEREIRA, 2016; SOLA, 1988). Estes trabalhos nos oferecem uma boa síntese das propostas de cada um dos referidos intelectuais para combater a inflação brasileira. Utilizaremos os aportes destes autores ao longo de nossa análise na medida em que eles se mostrarem relevantes para a consecução do objetivo desta tese.

Inicialmente, torna-se fundamental refletir sobre qual é o significado da predominância temática da inflação na produção de Edmar Bacha. Um primeiro ponto pode ser depreendido dos imperativos acadêmicos que perpassavam a profissão. A opção por concentrar-se no problema inflacionário permitia ao novo polo universitário da PUC-Rio operacionalizar uma especialização no seu processo de formação acadêmico-profissional que tinha como resultado a constituição de um perfil de economista capacitado a resolver certos problemas concretos. Isto era importante considerando que o mestrado da PUC-Rio era voltado para o setor público. Ou seja, eleger a inflação como o tema formativo central dava conta de uma dimensão instrumental indispensável da profissão. Especialmente porque a inflação delimitava um objeto claro e que tinha uma dimensão de aplicação técnica em que o arsenal de política econômica poderia ser testado. Assim, esta ênfase vocacionava este grupo de economistas a assumir postos de comando nas áreas decisivas de política econômica do Estado.

Evidentemente para os mais jovens esta delimitação tinha um certo ar de aposta que ensejava riscos na carreira. Gustavo Franco expressou muito bem esta apreensão quando em 1986, depois de terminado seu doutorado que versava sobre as hiperinflações europeias nos anos 1920, comentou de seu receio de ter apostado num fenômeno em vias de extinção. Ele relata:

Lembro-me de ter ouvido de Dionísio Carneiro que eu não me preocupasse um segundo sequer, pois havia escolhido a especialização correta para o que vinha pela frente. Ele tinha razão: em dezembro, a inflação atingiu 11,6% e, em maio de 1987, inéditos 21,4%, ou o equivalente a 930% anuais (FRANCO, 2010, p. 82).

A aposta, pois, fora correta.

Um segundo ponto que nos ajuda a dimensionar o significado da inflação para este grupo é estabelecer um contraste do tema da inflação com outro que notabilizou alguns dos “pais” do Plano Real na primeira metade da década de 1970: a questão da concentração de renda. Durante

1979 e 1986 nos “Textos para Discussão” encontram-se somente 2 títulos que fazem referência ao problema da concentração de renda mencionando os termos “discriminação” e “diferenciação social”. Como já observado anteriormente, a discussão sobre concentração de renda no Brasil se tornou uma batalha teórica e acadêmica que dividiu os economistas entre aqueles que apoiavam a política econômica da ditadura e aqueles que a criticavam. Naquela época, Edmar Bacha e Pedro Malan ficaram conhecidos pela sua posição crítica em relação ao regime.

O foco dos seis economistas sobre o debate inflacionário aponta uma tendência de fundo significativa que é um movimento destes intelectuais para construir a inflação como o principal problema nacional a ser enfrentado pelo Estado. Este movimento, na verdade, foi resultado da construção de um consenso interno, ademais muito anterior ao Consenso de Washington, que teve como produto a naturalização da urgência e centralidade do problema inflacionário no Brasil. É interessante notar como muitos estudiosos contemporâneos tomam como dada esta prioridade, demonstrando a permanência deste consenso a longo prazo. Luís Nassif, por exemplo, um forte crítico dos economistas que conduziram os planos de estabilização no Brasil, toma como dado o fato de que em meados dos anos 80 “a inflação já era o grande problema nacional” (NASSIF, 2007, p. 109). Nosso argumento é que esta afirmação está longe de ser evidente. Na verdade, a constatação de que resolver o problema da inflação tinha um nível de prioridade maior do que outros problemas, como a dependência financeira externa, a concentração de renda, a estagnação do processo industrial dentre outras questões igualmente graves e urgentes era uma conclusão ideologicamente orientada.

Como bem notou Lourdes Sola, a escolha da inflação como principal problema a ser enfrentado pelo primeiro presidente civil depois da ditadura, José Sarney, que assumiu o cargo em 1985, nada teve de natural senão obedeceu a imperativos políticos. Nas suas palavras:

Outra clivagem se articula em torno à primazia atribuída à categoria de governabilidade e, portanto, às restrições ou incentivos político-institucionais para a solução de três dos principais desafios de política econômica, em um marco democrático: estabilização, retomada do crescimento e redistribuição de renda. **A urgência atribuída à estabilização de preços como tarefa *sine qua non* para encaminhar as outras duas vem-se constituindo em linha divisória politicamente decisiva** (SOLA, 1995, p. 33, grifos nossos).

Ou seja, mesmo a noção de que o enfrentamento do problema inflacionário era uma condição inicial para a resolução das demais questões não pode ser naturalizada. Afinal, uma afirmação deste tipo pressupõe que uma política anti-inflacionária poderia ser operacionalizada com relativa independência dos outros problemas, tornando-se um pressuposto de sua solução.

Faremos uma análise de conjunto dos 13 artigos publicados nos “Textos para Discussão” do Departamento de Economia da PUC-Rio (PUCRIO, 2020), escritos pelos “pais” do Real, e que contêm o termo “inflação” ou “inflacionário” em seu título, conforme aparece no quadro.

QUADRO 3 - Produção de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco sobre inflação nos “Textos para Discussão” entre 1979 e 1986

ANO	AUTOR	TÍTULO
1979	André Lara Resende	Incompatibilidade Distributiva e Inflação Estrutural
1979	Edmar Bacha	Notas sobre Inflação e Crescimento: Um Texto Didático
1979	Francisco Lopes	<i>On the Long-Run Inflation-Unemployment Trade-Off</i>
1979	Francisco Lopes André Lara Resende	Sobre as Causas da Recente Aceleração Inflacionária
1979	Edmar Bacha Francisco Lopes	<i>Inflation, Growth and wage policy: in search of a Brazilian paradigm</i>
1981	Francisco Lopes Eduardo Modiano	<i>Energy Prices, Inflation and Growth</i>
1984	Francisco Lopes	Política salarial, inflação e salário real: um exercício de simulação
1984	André Lara Resende	A Moeda Indexada: Uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial
1984	Francisco Lopes	Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas
1984	Edmar Bacha	O Fim da Inflação no Reino de Lisarb
1985	Pêrsio Arida André Lara Resende	<i>Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil</i>
1985	Francisco Lopes	A medida da inflação no Brasil
1986	Gustavo Franco	<i>Testing monetarist models of hyperinflation</i>

Fonte: Textos para discussão do Departamento de Economia da PUC-Rio (PUCRIO, 2020).

Refletindo a influência da tradição acadêmica norte-americana, grande parte dos artigos apresentados acima desenvolvem seus argumentos a partir de modelos matemáticos.

Os cinco primeiros textos publicados em 1979 compartilham alguns aspectos comuns. Em primeiro lugar, eles revelam o esforço de compreensão da diversidade de fatores que contribuem para o fenômeno inflacionário. Para isto, apoiam-se em autores de tradição teórica keynesiana, como Lance Taylor, James Tobin, Franco Modigliani, Nobuo Okishio, dentre outros. André Lara Resende por exemplo analisa os “hiatos de incompatibilidade” que contribuem de diferentes formas para a depreciação do valor da moeda nacional (RESENDE, 1979). Dentre eles, encontram-se os preços agrícolas, o custo das importações e a disputa pela renda nacional entre proprietários e trabalhadores. Em outro artigo, Francisco Lopes e André

Lara Resende analisam o impacto da mudança na periodicidade dos reajustes salariais de anual para semestral e sua incidência na escalada dos preços (LOPES; RESENDE, 1979). Os autores pretendem demonstrar como os diferentes agentes econômicos foram indexando seus ganhos aos índices inflacionários e criando um circuito de retroalimentação que dava caráter inercial ao processo.

A tese da inércia inflacionária não nasceu aqui, mas certamente ganhou um impulso importante. De fato, a ideia de um componente inercial na inflação brasileira parece remeter à contribuição de Mário Henrique Simonsen, ainda no início dos anos 1970 (CABELLO, 2014). Um dos aspectos importantes que a literatura econômica parece ter ignorado é que a noção de inércia inflacionária remete a um processo nacional eminentemente endógeno. Em outras palavras, nele a atuação do capital financeiro internacional entraria apenas como uma variável “choque externo” e não como um agente relevante que participa da dinâmica econômica nacional e contribui efetivamente com o processo inflacionário.

É verdade que estes artigos publicados em 1979 buscam contestar a leitura da realidade brasileira baseada nas teorias econômicas monetaristas. Todos eles, de alguma forma, partem da constatação do fracasso das políticas de estabilização implantadas no Brasil e apresentam explicações alternativas para o processo inflacionário recente. Francisco Lopes questiona os fundamentos da teoria monetarista, em especial, as previsões da chamada curva de Phillips que previa a existência de uma taxa natural de desemprego que garantiria o equilíbrio das variáveis macroeconômicas (LOPES, 1979). Além disso, prenunciado a formulação do seu conhecido “choque heterodoxo”, neste artigo de 1979 Francisco Lopes argumenta ser preferível uma redução rápida da inflação porque, segundo ele, este tipo de política teria um impacto menos nocivo às taxas de ocupação que uma política de tipo gradualista.

Um ponto comum entre os artigos de 1979 é a sua ênfase no conflito distributivo como um dos principais causadores da inflação. André Lara Resende define que “o conflito distributivo é entendido como causa motora da inflação” (RESENDE, 1979, p. 2). Seguindo esta mesma linha de argumentação, Edmar Bacha defende que “a ideia básica é que a inflação reflete o conflito entre capitalistas e trabalhadores na disputa do produto social” (BACHA, 1979, p. 2). Esta explicação apresenta-se como alternativa ao monetarismo porque supõe que a emissão monetária do governo seria passiva, ou seja, responderia a demandas econômicas das diferentes classes sociais, sendo, portanto, consequência e não causa da depreciação da moeda. Além disso, sugere que a solução do problema inflacionário passaria de alguma forma por um pacto social, ainda que o sentido desta ideia permaneça vago.

Para além dos aspectos teóricos envolvidos, esta discordância em relação ao monetarismo merece uma explicação de natureza política. De fato, parece haver uma razão central que levou os seis referidos economistas a criticarem o monetarismo. Refere-se à avaliação do custo social que uma política ortodoxa implicava num momento em que as diferentes forças sociais e políticas lutavam pela distensão da ditadura militar então vigente. Numa conjuntura deste tipo, a depreciação das condições de vida da classe trabalhadora parecia um movimento arriscado que poderia produzir um deslocamento das classes subalternas para a esquerda. A reativação do movimento operário com as grandes greves do ABC paulista acompanhadas do processo de reorganização partidária das esquerdas numa agremiação com identidade de classe, o Partido dos Trabalhadores (PT), obrigava os intelectuais orgânicos do capital financeiro a realizarem um movimento de mediação com vistas a garantir a hegemonia. Este movimento de mediação, que visava capturar ideologicamente as classes internas, passava pelo reconhecimento do papel positivo da classe trabalhadora e do empresariado industrial, reconhecendo ao mesmo tempo a necessidade de manutenção dos laços do Brasil com o capital financeiro internacional. Ou seja, a funcionalidade ideológica da teoria da inércia inflacionária dependia em grande parte do fato dela poder ser identificada como uma alternativa antagônica à visão monetarista.

Pérsio Arida expressa muito bem esta perspectiva:

O que houve primeiro foi uma reflexão profunda sobre por que é que as terapias do FMI e Delfim tinham falhado. Não é um problema óbvio. Eu posso tomar a posição do PMDB e dizer: olha, eles arrocharam salários, etc. Tudo bem. Ninguém é a favor de arrochar salários. Agora, pega a caneta e o lápis e monta um bom modelo econômico para explicar por que aquele não está funcionando. O FMI tinha gente inteligente, o Delfim tinha gente inteligente... As pessoas que estavam no governo naquela ocasião eram inteligentes, com bom domínio de teoria, etc.

Formulamos a nossa visão de que a cura tinha que ser via reforma monetária. Isso foi apresentado em 1984. André apresentou aqui no Brasil, eu estava morando nos Estados Unidos e apresentei lá, por isso fiquei mais conhecido lá. Aquilo provocou um imenso espanto. Recebemos uma torrente de críticas, devastadora, na qual entrava desde o pessoal do governo até o pessoal da esquerda. O Belluzzo e a Conceição (Maria Conceição Tavares) escreveram um artigo contra, sobre porque reformas monetárias não davam certo, que apresentaram na Anpec (Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia) de 1984. A única pessoa que entendeu na hora do que se tratava e apoiou de imediato foi o Simonsen (ARIDA, 1987, p. 80).

O excerto indica que o ponto de partida da construção ideológica dos “pais” do Plano Real foi o fracasso das “terapias” defendidas pelo FMI e aceitas pelo governo brasileiro no que se refere ao controle da inflação.

Pérsio Arida recorda-se do contexto intelectual do surgimento da teoria da inflação inercial:

Naquela época existia uma visão equivocada do problema inflacionário. A inflação seria uma resultante direta do déficit e alavancada por expectativas. Daí a pré-fixação da correção monetária abaixo da inflação acompanhada de uma contração fiscal: atuar-se-ia ao mesmo tempo nos fundamentos e nas expectativas. Era uma visão muito difundida, não foi à toa que Argentina e Chile também embarcaram na pré-fixação. A inércia era uma figura de retórica, quando muito um fenômeno menor. Os resultados da contração econômica de 1981 e 1982 foram, no entanto, tão eloquentes que aos poucos foi se transformando o paradigma existente. O lapso cognitivo foi longo, as primeiras teorias mudando a forma de pensar só surgiram em 1983 (ARIDA, 1996, p. 334).

Note-se que Arida define a teoria inercial como “figura de retórica”. Isto confirma o argumento de que esta construção teórica teve uma clara função ideológica, determinada em grande parte pelo contexto da época.

Em sua obra em que reconstrói o caminho do Brasil na busca pela estabilidade econômica, Miriam Leitão identifica muito bem os determinantes conjunturais que incidiram sobre as teorias inercialistas:

Nos anos 1950, vingara a ideia de que alguma inflação era boa para alimentar o crescimento econômico. Contra essa distorção se levantaram os monetaristas, que apontavam os riscos provocados pela frouxidão no controle monetário como a raiz da inflação que seria alimentada indefinidamente caso o país não reduzisse o volume de moeda em circulação. Depois vieram os jovens com ideias esquisitas sobre a inércia da inflação e a tese de que o tamanho da recessão necessária para debelar a inflação com a metodologia clássica não era socialmente tolerável, sobretudo em tempos de reconstrução democrática como a que se estava vivendo (LEITÃO, 2011, p. 39–40).

A ênfase dos autores no conflito distributivo reproduz, portanto, um problema real da conjuntura da época. Ao final de seu artigo, André Lara Resende dá indicativos destes determinantes conjunturais que envolveriam uma dimensão política às medidas de estabilização econômica:

Finalmente, é importante notar que a percepção do processo inflacionário como consequência de uma incompatibilidade distributiva não nos permite apontar os sindicatos ou os oligopólios como causadores da inflação. Em particular, deve-se rejeitar a visão parcial e distorcida a qual a inflação deve ser atribuída às pressões da parcela sindicalizada dos trabalhadores. Oligopólios e sindicatos são ambas violações do mundo da concorrência perfeita que dão ao processo inflacionário um caráter político. O controle da inflação está, portanto, associado à superação do impasse social que ela reflete (RESENDE, 1979, p. 16).

É interessante notar como nesta equação dos conflitos de classe descrita por Resende o capital financeiro internacional é um termo ausente. Pela forma de exposição do texto, pode-se supor que o “impasse social” que o autor descreve envolveria apenas as classes subalternas e as frações dominantes internas.

Assim, constatamos que em 1979 os economistas em questão ainda estavam gestando sua visão sobre o processo inflacionário brasileiro a partir de suas críticas à ineficiência e às

consequências nefastas do monetarismo. Já estava consolidada a ideia de que a inflação brasileira tinha um componente particular que era a indexação dos ganhos dos diversos atores econômicos que acirravam o conflito distributivo de fundo. No entanto, os economistas da PUC-Rio ainda não haviam formulado claramente uma política de estabilização alternativa àquela então existente.

Este cenário muda significativamente em 1984. É importante lembrar que este processo também está ligado ao cenário político. Naquele ano a campanha das “Diretas Já” tomou conta das ruas do país. Tancredo Neves foi eleito indiretamente pelo colégio eleitoral e vislumbrava-se que os economistas da oposição seriam chamados para compor o novo governo. Neste quadro, intensificaram-se os debates em torno da melhor solução para debelar a inflação brasileira. Embora os economistas da época passassem a compartilhar uma percepção comum sobre a importância do componente inercial no processo inflacionário, os prognósticos eram bastante diversos e eles nem sempre pareciam compatíveis entre si.

Nos “Textos para discussão” da PUC-Rio (PUCRIO, 2020) encontram-se quatro artigos sobre o tema da inflação em 1984. Edmar Bacha analisou e, principalmente, ironizou as diferentes posições dos economistas sobre o debate econômico brasileiro no artigo “O fim da inflação no Reino de Lisarb” (BACHA, 1984). Claramente inspirado na metáfora de Belíndia (BACHA, 1974), o autor, que utiliza palavras escritas ao contrário – Lisarb é o inverso de Brasil - busca demonstrar a confusão e ausência de consenso em relação às causas e à solução para o problema da inflação. Ainda que algumas referências nem sempre sejam claras, a partir dele é possível captar alguns elementos da visão do autor, como no caso que segue:

Havia muitos pontos-de-vista. Um pessoal, vindo de uma região ao norte chamada Efemeí, começou o debate dizendo: a única causa da inflação é a emissão de dinheiro que resulta do déficit orçamentário do governo. Reduzam os gastos do governo e acabem com esse déficit que a inflação cai para zero no dia seguinte. Poucos na audiência pareciam concordar. Pois se davam conta de que o déficit persistia apenas porque havia inflação. Feitas as contas, chegavam à conclusão de que a culpa do déficit cabia exclusivamente à correção monetária da dívida do governo. Não fosse essa correção, o déficit seria igual a zero, uma vez que as receitas do governo eram suficientes para pagar o restante de suas despesas. Na arquibancada, tinha até uma turma de gozadores que, só para horrorizar os efemeístas, gritava assim: aqui em Lisarb não é o déficit que causa a inflação, mas é a inflação que causa o déficit) (BACHA, 1984, p. 2).

Bacha também faz referência a alguns economistas “com sotaque interiorano” que defendiam o fim imediato da correção monetária e que causavam temor à “Pátria Financeira” (BACHA, 1984, p. 2). Além disso, menciona um personagem, que denomina “Arquimedes” (BACHA, 1984, p. 3), que propôs o congelamento imediato dos reajustes, assim como a um

“jovem financista” formado nos Estados Unidos que defendia um ajuste através da mudança na política salarial (BACHA, 1984, p. 4).

Em princípio dos anos 80, os economistas da PUC-Rio preparavam-se para formular políticas que aparentemente não penalizassem as classes internas do país. O artifício teórico para tanto era oferecer uma interpretação da realidade que, contraditoriamente, poupasse de qualquer responsabilidade o capital financeiro internacional sobre os problemas econômicos nacionais e mantivesse intacto seus interesses e, ao mesmo tempo, fosse capaz de apresentar-se como expressão do interesse comum das classes internas e delas ganhassem adesão.

Em 1984 esta leitura estava mais fortalecida depois que as experiências de ajuste ortodoxo tentadas nos anos anteriores haviam falhado fragorosamente em seu objetivo de controlar a inflação. Segundo Bresser-Pereira,

[...] o governo autoritário, em 1981 e em 1983, pôs em prática dois planos de estabilização convencionais, baseados em forte ajuste fiscal, elevação da taxa de juros, e depreciação da moeda. Entretanto, ao invés de cair, como esperavam os dirigentes da economia, a inflação se mantém, em 1981, no mesmo patamar dos 100% do ano anterior, e sobe para 200% em 1983, quando o governo decide por uma necessária desvalorização cambial. A alta inflação inercial afinal dominava a economia brasileira.

[...] Não foi, portanto, por mero acaso, mas como uma resposta a uma necessidade concreta, a um fato histórico novo, que entre 1980 e 1984 constitui-se no Brasil a teoria da inflação inercial (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 168–169).

Em 1984 os economistas da PUC-Rio avançaram nas propostas para solucionar o processo inflacionário. Francisco Lopes seguiu o caminho de formular uma política de congelamento, calculando sua viabilidade e efeitos na política salarial (LOPES, 1984). A visão que fundamentava esta proposta era a de que a inflação brasileira era fundamentalmente inercial em virtude da atitude defensiva dos diferentes setores econômicos que indexavam a reposição de seus ganhos. Quer dizer, o congelamento dos preços era visto por Lopes como o mecanismo capaz de zerar a tendência inercial em curso.

André Lara Resende expressa de forma clara e concisa a motivação política que levou ele e seus colegas a realizarem a manobra teórica da inflação inercial dentro de uma correlação de forças de desgaste da estratégia ofensiva do capital financeiro internacional internamente no Brasil. A utilização aqui do termo “manobra teórica” não tem qualquer conotação depreciativa. Visa unicamente mostrar o caráter flexível desta construção ideológica, cujos méritos advém justamente da percepção atenta da conjuntura e da capacidade de formular respostas concretas. Nas palavras de Lara Resende:

A evidência do alto grau de rigidez da inflação tem separado os analistas em dois campos. Primeiro, os que podem ser classificados como ortodoxos monetaristas e argumentam que a inflação não cede porque não há suficiente rigor monetário e fiscal. A terapia no caso seria aplicar um violento e implacável corte nas despesas do setor público, com estancamento simultâneo de toda a expansão da moeda e do crédito. Segundo, os que apontam a indexação como causa da resistência da inflação e propõem alguma forma de desindexação como o melhor caminho para obter resultados mais expressivos.

Sem maiores considerações sobre suas bases conceituais, descarto o choque ortodoxo por ser opção de custos insuportáveis e politicamente inviável quando o país ameaça emergir de três anos de duríssima recessão (RESENDE, 1984, p. 1).

Ignora-se, por outro lado, a existência de uma terceira interpretação sobre a inflação brasileira que a relaciona aos desequilíbrios resultantes da drenagem financeira agravada nos anos 1970. Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo “apontaram com propriedade que, a partir da ruptura do padrão monetário internacional, as condições de formação dos preços de produção das mercadorias alteraram-se decisivamente” (PAULANI, 1986, p. 37–38). Paulani ainda argumenta que:

Não parece ser mero acaso o fato de que os níveis inflacionários dispararam em todas as economias latino-americanas sob o jogo das ortodoxas e recessivas políticas econômicas receitadas pelo F.M.I. a partir do início dos anos 80. Nesse caso, o bom senso parece indicar que a tentativa de se transferir para o exterior crescentes parcelas de um montante de renda que vinha decrescendo em termos reais, provocou inevitáveis reações defensivas dos grupos de agentes econômicos com óbvias implicações inflacionárias anulando a intenção inicial. Uma vez destruído, via inflação, o efeito distributivo que se pretendia impor, estavam repostas as condições para nova tentativa, e conseqüentemente nova reação defensiva, mais inflação, nova anulação do efeito distributivo pretendido, novas tentativas do Governo, etc (PAULANI, 1986, p. 38–39).

Ora, parece plausível o argumento de que o endividamento externo se constituiu como um fator central que induziu os diferentes atores econômicos a um reposicionamento defensivo. Este fator, contudo, está ausente das análises dos economistas estudados.

Diferentemente da defesa do congelamento temporário dos preços apresentada por Lopes, Lara Resende apresentava sua proposta de mudança monetária (RESENDE, 1984). Segundo ele, “a inflação é agora essencialmente inercial, isto é, os preços sobem hoje porque subiram ontem, de acordo com o mecanismo perverso de catraca da economia indexada” (RESENDE, 1984, p. 4). A proposta do autor consistia na introdução de uma nova moeda, restringindo a inflação à moeda antiga. A nova moeda, batizada por Resende de Novo Cruzeiro, seria indexada à Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) - título emitido pelo governo - e ao dólar, sustentando-se neste caso no “aspecto psicológico” de confiança da moeda norte-americana. Todos os agentes econômicos poderiam converter livremente suas transações

ao Novo Cruzeiro, incluindo aí preços, alugueis, salários, e ativos financeiros, libertando-se da inflação antiga.

Mais uma vez os argumentos apresentados para a solução heterodoxa baseiam-se numa promessa de solução ganha-ganha que reivindica a manutenção da capacidade de investimento do Estado e do setor privado nacional:

A grande vantagem do programa de reforma monetária, com introdução da moeda indexada, é que, ao contrário do choque ortodoxo, ou da insistência no gradualismo monetarista, não se reduz a liquidez na economia, não se aumenta assim a taxa de juros, nem se inviabiliza o investimento público. Tampouco se asfixia a iniciativa privada na vã tentativa de gerar um superávit fiscal operacional de tal ordem que seja possível conter o déficit nominal. Ao contrário, concomitantemente com o estancamento da inflação, verifica-se o aumento de liquidez real e abre-se espaço para financiamento do setor público. Tal espaço pode ser utilizado para reverter o brutal aumento da carga fiscal sobre o setor privado dos últimos anos, para ajudar a equacionar problemas como o do Sistema Financeiro da Habitação, ou para outras questões julgadas prioritárias. A experiência histórica demonstra que, logo após a reforma monetária, há crescimento do produto e do emprego, sem que sobrevenha a recessão que acompanha o choque ou o gradualismo monetarista (RESENDE, 1984, p. 12–13).

Dentro deste esquema, um dos princípios-chave que foi se consolidando nas propostas apresentadas pelo grupo da PUC-Rio foi o da neutralidade distributiva da política anti-inflacionária. Considerando que a inflação era interpretada como fruto da indexação de todos os preços motivada pela postura defensiva dos atores econômicos frente à desvalorização da moeda, as soluções heterodoxas defendiam ser possível neutralizar este comportamento sem afetar as relações distributivas entre os diferentes setores. Por isso, é compreensível que muitos observadores da época tenham considerado as soluções heterodoxas algo mágicas e os economistas vistos como uma nova espécie de feiticeiros. Não admira que este tipo de política tenha despertado interesse dos quadros do governo de José Sarney (1985 – 1990). Afinal a ideia de que a inflação brasileira era apenas fruto de uma inércia, como uma memória que poderia ser apagada a partir de um ponto zero sem envolver custos para os setores subalternos, para as frações industrial e financeira nacional, para as contas do Estado ou para o capital financeiro internacional, esta perspectiva onde todos ganham e onde não há qualquer alteração estrutural da economia era certamente tentadora para o primeiro governo civil que chegava ao poder depois da ditadura. A pregação de que era possível compatibilizar interesses tão diversos e ainda assim atingir o resultado esperado precisa ser vista com certa desconfiança. A nosso ver, aí reside justamente o caráter ideológico das propostas inercialistas dos “pais” do Plano Real. O caráter conservador de tal solução é absolutamente evidente, pois com ela afirmava-se uma mudança fundamental que vinha se operando no interior do grupo da PUC-Rio no sentido de

abandonar a crítica à concentração de renda em voga nos anos 1970 e voltar-se para um problema de natureza mais pragmática que pudesse ser apresentado como interesse comum e geral das diversas classes.

Mas ao contrário do que os seis intelectuais vinham enfatizando em seus textos, o fato é que a teoria da inflação inercial e seu tratamento não eram absolutamente contrários às propostas monetaristas. André Lara Resende revela essa compatibilidade. Ao apresentar sua proposta de mudança monetária ele expõe os pressupostos do qual ele parte, da seguinte maneira:

i) Os fatores primários da inflação, a saber, o déficit operacional do setor público e a política monetária estão sob controle. Não há pressão exagerada de demanda e não há mais necessidade de promover importantes reajustes de preços relativos, como desvalorizações reais de câmbio, eliminação de subsídios de preços básicos e de subsídios de serviços públicos. Não está havendo pressão de preços agrícolas, que este ano crescem abaixo dos preços industriais. Adicionalmente, através do extraordinário sucesso no balanço comercial, o país readquiriu condições mínimas de reservas para evitar gargalos nas importações.

ii) A inflação é agora essencialmente inercial, isto é, os preços sobem hoje porque subiram ontem, de acordo com o mecanismo perverso de catraca da economia indexada.

Não discutirei aqui a validade absoluta destas premissas. É possível argumentar que o déficit operacional do setor público não foi totalmente eliminado, mas só parcialmente encoberto por truques contábeis. Pode-se também sustentar que a política monetária não foi tão rigorosa e que a ameaça do estrangulamento externo não desaparecerá sem um equacionamento mais abrangente da crise da dívida. O que importa, contudo, aceitar é o fato de que uma parte substancial da inflação é devida ao componente inércia. Para dizê-lo de outra forma: se fosse possível suprimir a memória inflacionária, as atuais condições objetivas da economia manteriam os preços muito próximos da estabilidade (RESENDE, 1984, p. 4).

Ou seja, Lara Resende deixa claro que a inflação inercial é um componente da inflação em geral. Sendo assim, o que ele questiona não é tanto a validade dos pressupostos do monetarismo e sim sua insuficiência para dar conta do caso brasileiro naquele momento. Uma década depois, recordando estas avaliações em entrevista, o economista diria que:

A visão a que nos opúnhamos mais explicitamente era a do pessoal da FGV do Rio, a do [Antônio Carlos] Lemgruber e do Cláudio Contador. O fato de enfatizarmos a questão da inércia, via indexação, levou-nos também a sermos acusados de ter uma visão condescendente, irresponsável, da questão fiscal. É verdade que, preocupados em chamar atenção para a questão da inércia e da indexação, tínhamos tendência a, de fato, deixar de lado a questão do ajuste fiscal. No artigo original da “Moeda Indexada”, por exemplo, supus explicitamente que o equilíbrio fiscal estivesse garantido. Essa era apenas uma hipótese de trabalho, nunca pretendi que correspondesse à verdade. As estatísticas brasileiras sobre o déficit fiscal não existiam. Os números de 1981, 1982 e 1983, divulgados pelo Delfim, indicavam o déficit operacional como zerado. Depois descobrimos que era tudo mentira, que os conceitos e os números estavam todos errados (RESENDE, 1996, p. 303).

E encerra a conversa da seguinte forma:

Muita gente se encantou com a visão de uma alternativa heterodoxa ao combate à inflação, acreditando que os componentes ortodoxos, o ajuste fiscal e o controle monetário poderiam ser dispensados. Nunca defendi, nem nunca defenderia qualquer coisa parecida. Eu sempre disse que há muito menos oposição entre ortodoxia e heterodoxia do que complementaridade. A grande novidade da heterodoxia, se assim pode ser chamada, é a tese de que alguns componentes têm que ser incorporados ao receituário ortodoxo para combater inflações crônicas em que a indexação é generalizada (RESENDE, 1996, p. 304).

A explicação de Edmar Bacha vai no mesmo sentido. Em seu “O fim da inflação no Reino de Lisarb”, já mencionado, ele apresenta um argumento revelador (BACHA, 1984). Após uma longa discussão fictícia da qual participam diversos personagens envolvidos na sua história que defendem posições distintas e se criticam mutuamente, Bacha expõe os desafios que o presidente Tancredo Neves - o qual denomina como “Rei Seven” – teria em seu novo governo:

Findo o conclave, Seven retirou-se, meditando. Persuadira-se de que a inflação, uma questão social, não se resolvia com matemáticas ou fórmulas geniais. Vira que a economia ajudava bastante, mas também se convencera da importância de sua liderança política.

Conseguiria ele, com todas pressões a que seu governo estava submetido, manter o orçamento equilibrado, conforme era necessário para dar credibilidade à nova moeda e, assim, debelar a inflação de vez? À semelhança da supervisão sobre os preços industriais, não deveria ele tratar de extrair dos banqueiros um acordo de cavalheiros para assegurar a queda das taxas de juros junto com a redução da inflação? Convenceria ele os trabalhadores a postergar a luta pelo restabelecimento dos picos salariais prévios, oferecendo-lhes apenas a expectativa de uma expansão do emprego?

O certo é que Seven reafirmou sua convicção de que a felicidade de seu reino dependia da adoção de medidas decisivas para debelar a inflação e retomar o crescimento. Fora disso, havia de um lado, o choque recessivo à la Chile; de outro, a hiperinflação à la Argentina. E então as bruxas (BACHA, 1984, p. 8–9).

Este trecho é importante porque revela elementos importantes para o nosso argumento. Em primeiro lugar, os dois exemplos negativos apresentados pelo autor nos dizem muito: o choque recessivo chileno e a hiperinflação Argentina. A menção ao Chile, em especial, demonstra o rechaço de Bacha ao modelo neoliberal autoritário como via de desenvolvimento para o Brasil. Por outro lado, os argumentos evidenciam que o autor não rejeitava totalmente os parâmetros monetaristas ao defender a necessidade de um “orçamento equilibrado”. É verdade que este vem acompanhado da defesa de redução das taxas de juros e da expansão do emprego, o que revela o caráter heterodoxo das suas propostas, mas demonstra ao mesmo tempo que a heterodoxia nem sempre se colocava em oposição à ortodoxia monetarista.

Os três últimos artigos publicados nos “Textos para Discussão” durante o período delimitado foram *Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil*, de autoria de Pécros Arida e André Lara Resende (1985), “A medida da inflação no Brasil” de Francisco Lopes (1985) e *Testing monetarist models of hyperinflation* de Gustavo Franco (1986). O texto de Lopes vem a ser basicamente um trabalho de análise técnica sobre os índices que mediam a inflação no

Brasil na época. Já o de Gustavo Franco consiste na análise de modelos teóricos e matemáticos para explicar o fenômeno da hiperinflação. Para os objetivos deste trabalho nenhum dos dois oferecem elementos significativos, por isso não serão analisados.

O artigo intitulado *Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil* de autoria de Pérsio Arida e André Lara Resende publicado em 1985 inicia descrevendo o fracasso das políticas de austeridade acordadas entre o governo brasileiro e o FMI nos primeiros anos da década de 1980 (ARIDA; RESENDE, 1985). Segundo os autores, não havia uma total compreensão da parte do FMI sobre o funcionamento da economia brasileira, especialmente sobre a composição do déficit público e a indexação dos preços. A seguir, os autores analisam cinco abordagens que pretendiam explicar a sobrevivência da inflação brasileira às medidas de austeridade.

Uma primeira é aquela que enfatiza o atraso dos efeitos deste tipo de política sobre os índices inflacionários, ou seja, não haveria propriamente um fracasso, mas sim uma defasagem temporal nos resultados alcançados. A segunda abordagem é aquela que denuncia a distorção dos indicadores monetários utilizados pelo governo nos seus planos de estabilização. Esta visão argumenta que o déficit fiscal do Estado permaneceu elevado a despeito de que os dados oficiais indicassem o contrário. A terceira explicação, por sua vez, ressalta que o fracasso das medidas adotadas até aquele momento devia-se à falta de credibilidade das autoridades monetárias nacionais. Assim, haveria um problema de confiança entre o setor público e o privado que esvaziava os efeitos benéficos que as políticas poderiam alcançar. A quarta abordagem seria aquela veiculada pelos defensores do choque ortodoxo. Para estes, a receita adotada estava correta mas sua dosagem era insuficiente. Portanto, estes defendiam o aprofundamento da contenção fiscal. A quinta abordagem sobre o fracasso da política econômica então vigente, segundo os autores, seria a do choque heterodoxo defendida por Francisco Lopes. Pérsio Arida e Lara Resende criticam igualmente esta proposta pela sua insuficiência. O congelamento de preços propugnado pelo choque heterodoxo seria muito difícil de ser implementado na prática, pois demandaria ajustes em cada setor da economia. Além disso, o descongelamento seria igualmente problemático.

É importante notar que quando os autores rechaçam cada uma das abordagens correntes que pretendem explicar o fracasso da política econômica adotada pelo governo Figueiredo (1979 – 1985), eles deixam muito claro sua concordância com os pressupostos defendidos pela via do ajuste ortodoxo. Sua única objeção em relação a esta seria o elevado custo econômico e social de sua plena aplicação. Segundo eles:

A deficiência do choque ortodoxo reside em seus custos em termos de produção e emprego. Sua eficácia na redução da inflação está fora de dúvida. Os benefícios a serem alcançados por uma redução sustentada da taxa de inflação são bem conhecidos, mas devem ser comparados aos custos para alcançar essa redução. Se a desinflação for muito onerosa, o ajuste à taxa contínua de inflação pode, na ausência de propostas melhores, ser superior a tentar reduzi-la a qualquer valor considerado aceitável pelo senso comum. Acontece que a reforma monetária discutida abaixo fornece uma estratégia de desinflação com custos muito menores do que as propostas ortodoxas de choque (ARIDA; RESENDE, 1985, p. 5).

Este ponto é importante porque demonstra que a proposta heterodoxa de André Lara Resende e Pêrsio Arida foi motivada clara e explicitamente por determinantes conjunturais, e não por diferenças substantivas de concepção em relação à teoria monetarista. Assim, o esforço intelectual dos autores pode ser entendido como um processo de adequação à realidade nacional dos interesses do capital financeiro internacional a fim de viabilizá-lo numa conjuntura de forte mobilização política e social das classes internas do país.

Ao longo do texto os autores apresentam as principais características do processo de indexação da economia brasileira. A sua proposta de solução para o problema inflacionário é apresentada claramente neste texto. Para eles a mudança monetária funcionaria como uma espécie de hiperinflação simulada, o que contribuiria para sincronizar todos os preços e tarifas da economia, neutralizando os efeitos da inflação:

Um dos segredos ocultos das histórias de sucesso do combate às hiperinflações é que, durante uma hiperinflação, todas as conveniências presumidas de longos períodos de indexação são substituídas pela necessidade de revisar os preços quase continuamente. A inércia inflacionária faz desaparecer as marcas dos eventos que ocorreram digamos seis meses atrás. As hiperinflações carregam em si mesmas as sementes de sua própria destruição no sentido preciso em que forçam os agentes a diminuir o período de indexação. Se o caminho de uma inflação baixa de três dígitos para uma hiperinflação pudesse ser percorrido sem custos, uma solução possível para o problema da inflação no Brasil seria levar a economia para uma situação de hiperinflação, a fim de obter o encolhimento na memória do sistema econômico. É desnecessário dizer que as dificuldades causadas por hiperinflações excluem essa solução. No entanto, a lição permanece. Veremos abaixo que a reforma monetária separa o efeito desejado - a redução no período de indexação - de sua causa espontânea - a aceleração da inflação. A ideia da reforma monetária é induzir o encolhimento da memória do sistema econômico sem ter que esperar uma hiperinflação (ARIDA; RESENDE, 1985, p. 8).

A partir deste ponto, os autores passam a detalhar as principais medidas que deveriam ser tomadas para viabilizar sua proposta de reforma monetária. Em resumo, tratava-se de criar um período de transição entre o Cruzeiro e o Novo Cruzeiro que seria indexado à ORTN, título emitido pelo Governo Federal. Haveria um período de livre conversão entre a velha e a nova moeda, mantendo a inflação na antiga e preservando o valor da nova. Progressivamente, depósitos bancários, contratos, preço e salários seriam convertidos para o Novo Cruzeiro. Ou seja, todo o processo se passaria como se fosse possível purgar a inflação sem alterar as relações

econômicas entre as classes dominantes e dominadas ou entre as frações dominantes e sem enfrentar qualquer problema estrutural da economia brasileira. Tratava-se simplesmente de zerar a inércia que mantinha a inflação elevada.

6.5 CONCLUSÕES

Este capítulo foi dedicado a analisar a produção teórica dos intelectuais estudados à luz dos elementos ideológicos que ela carrega. Enfatiza-se que as formulações sobre o tema da inflação marcaram o amadurecimento deste grupo de economistas como intelectuais orgânicos, pois revela a sua capacidade de formulação de política econômica ideologicamente orientada e adequadas às condições do Brasil na época. Constata-se que uma das características da elaboração ideológica levada a cabo por estes economistas é que eles não deixam explícito, em momento algum, os interesses de classe que suas proposições carregam. Em virtude de sua profissionalização e da própria forma de apresentação de suas teorias, estes intelectuais acobertam suas posições de classe por trás de argumentos econômicos de caráter técnico e matemático e pretensamente neutros. Assim, foi necessário um esforço de análise a partir dos indícios encontrados em seus textos para desvendar aquele sentido de classe.

Buscou-se demonstrar que a noção de inércia inflacionária funcionou como um significativo vazio, nos termos de Laclau, que pretendia articular um conjunto diversos de interesses sob o comando do capital financeiro internacional. Daí o potencial hegemônico deste constructo ideológico. A necessidade de uma construção deste tipo se deu em virtude da difícil conjuntura do período, marcada pelo processo de abertura política, pela crise da dívida externa brasileira, pelo fracasso das soluções de tipo ortodoxas para o controle inflacionário e pela reativação do movimento operário, popular e a reorganização da esquerda. Nesta conjuntura, os dois elementos centrais para a manutenção da hegemonia do capital financeiro internacional frente às frações burguesas internas era, em primeiro lugar, o não questionamento da posição estratégica assumida por aquela fração na dinâmica econômica brasileira e, em segundo, a possibilidade de internalização daquela hegemonia que, até o momento, aparecia como uma força exterior expressa pela questão da dívida externa.

Neste quadro, todo o esforço teórico dos seis referidos economistas era o de construir a inflação como um problema comum e, inversamente, tornar a estabilidade monetária um valor compartilhado por toda a sociedade. Como afirmou Pêrsio Arida, “A estabilidade viraria um

bem público” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 25). Esta frase sintetiza o argumento que foi desenvolvido até aqui. A partir de então, o tema da inflação seria uma constante na trajetória dos intelectuais estudados, ajudando-os a encontrar seu próprio lugar de atuação na dinâmica estatal brasileira.

7 1986: O PLANO CRUZADO E O PROGRAMA OCULTO DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS

Antes do lançamento do Plano Real em 1994 nenhum momento foi tão notório na trajetória dos economistas que estamos estudando do que o Plano Cruzado iniciado em fevereiro de 1986. De alguma maneira, o Plano Cruzado foi um malfadado prenúncio do Plano Real. Isso porque, apesar de sua curta existência e fim trágico, ele representou o primeiro grande esforço de uma equipe econômica para tirar do papel os projetos de estabilização heterodoxos que vinham sendo ardorosamente discutidos e implementá-los na prática. Porém, como veremos, as condições para tanto eram complexas e a distância entre a teoria e a prática se revelou maior do que o esperado.

O objetivo deste capítulo é analisar o significado do Plano Cruzado na trajetória do grupo de economistas da PUC-Rio que estamos estudando, bem como problematizar o balanço e as lições que foram tiradas por eles com base nesta experiência. A partir de diferentes posições e em graus variados de intensidade, participaram do Cruzado Edmar Bacha, Francisco Lopes, André Lara Resende e Pérsio Arida. Ao lado deles encontravam-se outros destacados economistas da época de origens intelectuais diferentes, como Dilson Funaro, João Sayad, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello e Andrea Kalabi cujas perspectivas sobre o problema inflacionário nem sempre eram compatíveis. Do grupo dos seis economistas analisados, Pedro Malan e Gustavo Franco não envolveram-se diretamente neste processo, o primeiro porque estava morando no exterior e atuando na ONU, e o segundo porque estava finalizando seu doutorado em Harvard, embora acompanhasse com atenção os desdobramentos dos acontecimentos no Brasil.

Apesar de sua curta duração, lançado em fins de fevereiro de 1986, complementado em julho por novas medidas – o chamado Cruzadinho - e em novembro tendo sido substituído por um novo plano, o Cruzado II, o Plano Cruzado representou ao mesmo tempo a síntese e as contradições da formulação ideológica do grupo. Partimos do entendimento de que o Cruzado teve um significado especial dentro da trajetória ideológica que perpassou as teorias inercialistas sobre a inflação. Do ponto de vista dos economistas da PUC-Rio envolvidos, este deveria ser um plano econômico que, dando publicidade a uma abordagem de choque no enfrentamento da questão inflacionária, acobertaria por outro lado um conjunto de medidas de caráter gradualista que visavam uma reorganização das funções econômicas do Estado. No entanto, este segundo conjunto de medidas de caráter mais estrutural não era consensual dentro

da equipe econômica do governo. Isto é o que chamamos de programa oculto no interior do Plano Cruzado. Assim, apesar de verificarmos uma importante participação dos economistas estudados na elaboração e execução do Cruzado, a forma como o processo transcorreu representou uma derrota do projeto que este grupo vinha construindo desde 1979. Ironicamente, parte desta derrota deve-se às próprias inconsistências e imprecisões das propostas de enfrentamento baseadas nas teorias sobre o caráter inercial da inflação. O que parece ter ocorrido é que, quando a equipe econômica do governo Sarney (1985 – 1990) passou a formular conteúdos concretos para preencher o significativo vazio da inflação inercial, os interesses do capital financeiro internacional que originalmente deveria comandar o sentido do ajuste foram perdendo centralidade em prol de interesses diversos que tomaram, paulatinamente, o primeiro plano da política econômica e descaracterizaram o sentido original almejado inicialmente pelos economistas da PUC-Rio. Este processo não se deu sem conflito, ainda que a clareza sobre o seu significado foi sendo alcançada no seu próprio desenrolar.

Para o escopo deste trabalho, o mais importante é captar o sentido da atuação do grupo que estamos estudando no contexto do Plano Cruzado e não tanto dar conta de explicar porque o processo ocorreu daquela forma. Para explicar as metamorfoses que perpassaram a elaboração e execução do Cruzado a bibliografia atribuiu um papel preponderante aos anseios populistas dos quadros políticos profissionais, especialmente aqueles vinculados ao PMDB, bem como às concepções dos economistas vinculados à UNICAMP que participavam da equipe econômica do governo e tinham um entendimento distinto daquele dos economistas da PUC-Rio sobre o processo inflacionário. Levaremos em considerações estas variáveis para compreender o processo como um todo, mas não pretendemos encerrar a discussão.

As fontes que utilizamos para a análise são variadas. Além dos materiais biográficos básicos que temos referenciado, contaremos também com alguns estudos sobre o Plano Cruzado (FRANCO, 1987a; LEITÃO, 2011; SARDENBERG, 1987; SOLA, 1988; SOLNIK, 1987; SOUZA, 1986). Em especial, destacam-se a obra de Solnik (1987) por reproduzir entrevistas com alguns dos economistas envolvidos, o livro de Sardenberg (1987), rico em detalhes sobre a construção da proposta do Cruzado, sua implementação e debacle, as análises de Paul Singer (1987) escritas ainda no “calor da hora”, a interpretação de Amaury Bier, Leda Paulani e Roberto Messenberg (1987) também bastante precoces, bem como o livro de Miriam Leitão (2011) que, apesar de focar um período histórico mais longo, traz importantes informações sobre a participação dos “pais” do Plano Real naquele episódio.

7.1 FORMAÇÃO DA EQUIPE ECONÔMICA DO GOVERNO SARNEY

O primeiro governo civil depois de 1964 começou em 15 de março de 1985. Porém, como se sabe, Tancredo Neves não chegou a assumir o cargo devido a problemas de saúde e a uma operação malsucedida que o levou à morte. Antes disso, porém, ele já vinha articulando a equipe econômica que comporia seu futuro governo, equipe esta marcada por visões contraditórias sobre o caminho a seguir e que refletia a postura pragmática do velho político mineiro. Este movimento vinha desde pelo menos agosto de 1984, quando Tancredo saiu do Governo de Minas Gerais e formou sua equipe para concorrer à Presidência da República.

André Lara Resende recorda como a conjuntura política de 1984 determinou uma mudança na atitude dos economistas identificados com a oposição:

Quando ficou claro que Tancredo Neves poderia se eleger, houve uma grande cobrança para que apresentássemos uma proposta. Eu me lembro de uma conversa com Francisco Lopes em que eu afirmava que nos cobriam inevitavelmente uma proposta para controlar a inflação. Teríamos que sair da posição negativista, de dizer simplesmente o que não daria certo, para uma afirmativa, de dizer o que fazer. Se o controle clássico de demanda é eficaz no combate ao desequilíbrio externo mas extremamente ineficaz no combate da inflação, que propostas teríamos? (RESENDE, 1996, p. 302).

Foi no âmbito da Comissão para o Plano de Governo (COPAG) coordenado por José Serra que, pela primeira vez, a heterodoxia dos economistas da PUC-Rio ensaiou sua aproximação do futuro governo. Em 11 de novembro de 1984, Francisco Lopes, já notabilizado pela sua proposta de choque heterodoxo, foi convidado para participar de uma reunião da Comissão e apresentar suas propostas alternativas de combate à inflação. A aproximação contou certamente com o fato de que Tancredo Neves era amigo próximo de Lucas Lopes, pai de Francisco Lopes. No entanto, ao que parece Tancredo Neves não gostou muito do que ouviu pois não acreditava na possibilidade de uma política anti-inflacionária sem austeridade (SARDENBERG, 1987, p. 79). De qualquer modo, em virtude desta aproximação inicial, no início de 1985 Francisco Dornelles entrou em contato com Lopes para convidá-lo a participar do governo que logo iniciaria e ocupar o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), convite este que Francisco Lopes recusou alegando inexperiência na área.

Já no início da presidência de Sarney foi por pressão do PMDB que os quadros da oposição encontraram espaço para entrar no governo. Foi assim que João Sayad foi nomeado Ministro do Planejamento e Dílson Funaro para o BNDES. Funaro tinha afinidade com os economistas da UNICAMP, uma escola com maior tradição no desenvolvimentismo de

esquerda e próxima ao marxismo. Assim, Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello, reconhecidos unicampistas vinculados ao PMDB, tornaram-se assessores de Funaro.

Do ponto de vista da política econômica o quadro que se conformava às vésperas do novo governo era o seguinte: Francisco Dornelles propunha a continuidade das medidas ortodoxas de combate à inflação enquanto Sayad defendia uma alternativa que não implicasse em comprometimento do crescimento. O conflito entre as duas visões evidentemente se colocaria cedo ou tarde. Mas mesmo após o falecimento de Tancredo Neves, prevaleceu por algum tempo a linha defendida por Dornelles. Por isso, os primeiros meses do governo Sarney (1985 – 1990) foram marcados por uma política de contenção de gastos e congelamento parcial dos preços. Por influência de Dornelles, a equipe do Banco Central havia adquirido um perfil claramente conservador e monetarista. Em contrapartida, João Sayad buscou cercar-se de quadros que compartilhassem de uma visão crítica ao caminho recessivo propugnado por Dornelles. Ele já conhecia André Lara Resende desde 1983, quando Sayad esteve à frente da Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo. Segundo Resende, foi em função deste contato que Sayad passou a interessar-se pelas suas propostas de política anti-inflacionária desde suas primeiras formulações (RESENDE, 1987, p. 17–18). Assim, Sayad convidou Francisco Lopes, Pêrsio Arida, André Lara Resende e Edmar Bacha para compor sua equipe ministerial. Nesta ocasião, Arida aceitou o cargo de Secretário do Ministério da Fazenda e Edmar Bacha assumiu a Presidência do IBGE. Era a primeira vez que alguns dos seis economistas estudados assumiam cargos de confiança política dentro de um governo.

Os fatores políticos contaram decisivamente para a transformação na perspectiva do governo. Afinal, a situação de José Sarney não era nada confortável. Ele assumia a Presidência da República no lugar de Tancredo, um quadro muito popular que despertava enormes expectativas. Pode-se dizer que Tancredo era maior que as forças político-partidárias que existiam na época. Já Sarney não. Este logo percebeu que teria que compensar o seu problema de legitimidade. Teria que negociar o apoio das forças políticas para sustentar-se, principalmente do PMDB, e para isto, a linha de austeridade pouco lhe servia. João Sayad, notando o espaço existente, começou a movimentar-se e a criticar abertamente a política implementada por Francisco Dornelles. Em maio de 1985, com apenas dois meses de governo, já era percebido a existência de um conflito entre a Fazenda e o Planejamento.

A busca de uma solução heterodoxa para a questão inflacionária passou a ser o elemento chave da estratégia de João Sayad para enfrentar a proposta de austeridade da Fazenda. Para isto pôde contar com as opiniões de Pêrsio Arida que estava na sua assessoria. Este, foi até

Israel como membro do Ministério do Planejamento conhecer a estabilização que, naquele momento, sofria sérios revezes. Ficou lá doze dias mapeando principalmente os problemas pelos quais eles passavam. Sobre esta ocasião Arida relembra:

Conversei com o embaixador israelense e passei quinze dias em Israel. Conversei com políticos, lideranças sindicais, excelentes economistas e pessoas do governo. Michael [Peter] Bruno, que viria a ser o presidente do Banco Central de Israel, era amigo meu de longa data. Israel havia implementado, e com sucesso, um choque heterodoxo semelhante ao que o Chico Lopes propunha. Era um congelamento de preços de curta duração, acompanhado de políticas fiscal e monetária restritivas e lastreado num acordo com a Histadrut, a central sindical (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 27).

Enquanto Francisco Dornelles e João Sayad trocavam farpas, Dílson Funaro fortalecia-se como presidente do BNDES incorporando responsabilidades que antes eram do Ministério da Fazenda. Em agosto a disputa entre a Fazenda e o Planejamento tornou-se insustentável, chegando ao conhecimento da grande imprensa. No dia 26 de agosto Dornelles demitia-se e em seu lugar Dílson Funaro assumia o Ministério da Fazenda. Com isso a equipe econômica passava a atuar com algum grau de coerência interna. A primeira batalha havia sido vencida pelos economistas heterodoxos da oposição.

7.2 A PREPARAÇÃO DO PLANO CRUZADO

Até aquele momento, daqueles seis economistas apenas Pérsio Arida e Edmar Bacha estavam dentro do governo. Francisco Lopes reduziu-se a fazer participações pontuais em reuniões para propagandear sua proposta de choque heterodoxo. Este quadro mudaria com a ascensão de Funaro à Fazenda. De fato, depois da reviravolta que marcou a morte de Tancredo e a ascensão de José Sarney, os economistas da oposição à ditadura assumiram a tarefa para a qual vinham se preparando há alguns anos e passaram finalmente a comandar a política econômica brasileira.

Fernão Bracher foi chamado por Funaro para assumir a Presidência do Banco Central. Na sequência, convidou André Lara Resende para a Diretoria de Dívida Pública do BACEN e Luís Carlos Mendonça de Barros para a Diretoria de Mercado de Capitais. O time dos heterodoxos engrossava suas fileiras. Imediatamente, em setembro de 1985, André Lara Resende estabelecia uma articulação com Francisco Lopes e com Pérsio Arida para disseminar a necessidade de um plano de estabilização aos moldes daquele que o grupo da PUC-Rio vinha gestando há alguns anos. Estabeleceu-se diálogo com Mendonça de Barros e com os assessores

do Ministro da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello, economistas formados na UNICAMP. Destas conversas iniciais encaminhou-se a constituição de um grupo de estudos informal de periodicidade irregular que pretendia amadurecer uma futura proposta de combate à inflação, pois havia o entendimento de que ainda era cedo para uma ação imediata e era necessário ao grupo apropriar-se melhor da dinâmica de funcionamento da política estatal.

As novas ideias tinham estado em debate interno nas equipes da Fazenda, Planejamento e Banco Central, mas o presidente não quisera arriscar. João Sayad, no Planejamento, tinha estimulado Pêrsio a pensar na aplicação prática da nova ideia. No Banco Central, Bracher incentivava André. Edmar Bacha se dividia entre o IBGE, onde comandava uma reforma, e essa discussão. Andrea Calabi, secretário-geral do Ministério do Planejamento, também. Da Fazenda participavam das conversas os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello, sem o entusiasmo de Pêrsio, André e Bacha. De fora do governo, Francisco Lopes foi chamado para algumas reuniões prévias nas quais não se falava do plano como medida a ser adotada. Ainda era apenas uma alternativa teórica. O diretor de Mercado de Capitais do Banco Central, Luiz Carlos Mendonça de Barros, também começou a participar das conversas (LEITÃO, 2011, p. 34).

Não obstante a existência desta iniciativa, ao que parece não havia consenso na equipe econômica de que este era o melhor caminho a seguir. Havia dúvidas de que um plano de estabilização deveria ser tratado como uma medida prioritária bem como de que havia condições políticas para implementá-lo. Enquanto João Sayad - Ministro do Planejamento - parece ter aderido mais rápido à ideia, Dílson Funaro, que concentrava maior poder na área econômica como Ministro da Fazenda, defendia uma estratégia de combate gradualista à inflação.

A equipe econômica de Sarney considerava que o ponto de partida de um futuro plano de estabilização dependia de uma reorganização das finanças públicas, de modo a neutralizar os fatores expansionistas do governo que impulsionavam a inflação e deixar apenas os fatores inerciais para serem atacados posteriormente. Esta reorganização foi realizada na forma de um primeiro pacote de ajustes que o governo apresentou ao Congresso Nacional sob a insígnia de Programa de Mudanças.

No conjunto do programa, ou pacote, a contração fiscal para 1986 era assim discriminada: corte de gastos no setor público, 8 trilhões de cruzeiros; economia com a redução das taxas de juros, 35 trilhões de cruzeiros; aumento de impostos, antecipação de receitas, etc., 60 trilhões de cruzeiros. Tudo somado, chegava-se a 103 trilhões, com uma pequena folga em relação aos cálculos de base.

Anunciou-se ainda que as empresas estatais estavam obrigadas a zerar o seu déficit operacional em 1986 (SARDENBERG, 1987, p. 145).

Este processo, pouco observado pela literatura que tratou do Cruzado, evidencia como na prática os chamados economistas inercialistas não rechaçavam completamente o uso de

instrumentos de tipo monetaristas. Neste sentido, as soluções heterodoxas criticavam publicamente o monetarismo, mas, contraditoriamente, elas mesmos deveriam ser precedidas por um ajuste similar àquele proposto pelos monetaristas. Foi este mais ou menos o roteiro que precedeu o Plano Cruzado.

Todos no governo compartilhavam a visão de que o sucesso de um futuro plano dependia do fator surpresa. Em outubro de 1985, movidos por preocupações quanto à manutenção do sigilo em relação às conversas em curso, o grupo responsável por desenhar o plano avançou para um maior grau de formalização, tendo à frente Pêrsio Arida como seu coordenador. André Lara Resende e Francisco Lopes por sua vez rascunharam um primeiro esboço do decreto-lei que instituiria a mudança monetária que instituiria a mudança do Cruzeiro para o Cruzado.

Apesar de todas estas iniciativas, até o início de 1986 a ideia de efetivar um plano de estabilização permanecia no papel e restrita a um pequeno grupo. Aparentemente a proposta não tornara-se ainda prioridade para o governo. Ou seja, é muito claro que enquanto havia um pequeno grupo que há muito vinha discutindo a viabilidade e os termos de um plano de estabilização, para outra parte do Governo a necessidade ou não de um plano e sua viabilidade estavam ligados a fatores de natureza mais pragmática. Os resultados econômicos relativamente promissores do ano de 1984 devem ter contado para esta atitude de espera. Além disso, em outubro de 1985 a estratégia gradualista de combate à inflação propugnada por Dílson Funaro parecia estar funcionando. Foi somente quando as condições econômicas e políticas mudaram que o Presidente da República se voltou de fato para a ideia de um plano de estabilização inspirado na heterodoxia.

O primeiro sinal de que a estratégia do governo não teria vida longa era a irresolução do problema da dívida externa que vinha sendo negociada pelo Ministro da Fazenda. Os bancos internacionais exigiam a intermediação do FMI para fechar qualquer tipo de acordo com o Brasil enquanto o governo resistia em aceitar as condições recessivas impostas pelo Fundo. Este cenário revela bem as contradições conjunturais que estavam operando. É evidente que, por motivos políticos, o primeiro governo civil depois da ditadura não poderia ceder abertamente para o programa de austeridade do FMI. Por outro lado, inviabilizar o fechamento de um acordo significava não acessar novos empréstimos dos bancos internacionais. A única saída viável para os intelectuais orgânicos do capital financeiro era formular uma proposta que tivesse ares de decisão autônoma nacional, que no nível das aparências não penalizasse a classe trabalhadora nem as frações internas da burguesia e, junto a isso, fosse capaz de consolidar o

domínio do capital financeiro internacional sobre a economia brasileira. Seria necessariamente uma manobra delicada, ou seja, um movimento em que todos sentissem que estavam ganhando num cenário em que isto não era possível.

O sinal de alerta chegou em novembro de 1985 quando ocorreu uma alta no preço dos alimentos relacionada provavelmente com a seca. O índice medido pela FGV indicou uma elevação inflacionária para 15% ao mês batendo o recorde do ano. Em dezembro, a soma da inflação anual chegava a mais de 230%, revelando o fracasso da estratégia gradualista do Ministro da Fazenda. Lara Resende recorda que “a inflação de janeiro [de 1986] foi decisiva. Quando ela saiu – 16,23% - foi convocada uma reunião no fim de semana na casa do Funaro, em Brasília, e ficou decidido que faríamos o Plano” (RESENDE, 1987, p. 22). Ficava claro para o governo que as condições econômicas haviam se agravado suficientemente e que o plano de estabilização se tornava viável. O patamar inflacionário se mantinha alto e previa-se seu agravamento. As projeções para a inflação de 1986 indicavam que esta poderia chegar a mais de 300% ao ano.

Do ponto de vista político, as condições também amadureciam. Na equipe econômica, a principal preocupação era a de que a paralisia do governo e sua incapacidade de controlar a inflação afetasse irreversivelmente a imagem dos economistas da oposição à ditadura e estes acabassem perdendo uma oportunidade histórica de demonstrar que tinham algo de diferente a propor. O pior cenário para eles seria um expurgo e o retorno da antiga equipe defensora do caminho de austeridade representada pelo ex-Ministro da Fazenda Francisco Dornelles. Os resultados negativos da política econômica do governo começavam a inquietar as lideranças do PMDB.

Assim, apesar do grupo de estudos sobre a estabilização estar em curso, a decisão de implementar de fato o Cruzado foi tomada pelo Presidente da República somente em fins de janeiro de 1986, apenas um mês antes de sua implementação. Fora precedido por um clima de sigilo por parte do governo e por certo improviso no seu processo de execução. Finalmente, entrou em vigor no dia 28 de fevereiro de 1986.

7.3 O POSICIONAMENTO DOS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS NAS DISPUTAS DO PLANO CRUZADO

Neste tópicO são enfocados dois temas centrais que marcaram o posicionamento dos economistas da PUC-Rio nas disputas no interior da equipe econômica: a questão da neutralidade distributiva e o perfil de política macroeconômica que deveria ser aplicada como forma de controle da inflação. Veremos que o posicionamento daquele grupo em relação a estes dois pontos desnuda os seus compromissos de classe que, até aquele momento, não apareciam com clareza nas formulações teóricas daqueles intelectuais.

Por seu caráter inovador e seu curto prazo de maturação o Plano Cruzado acabou sendo marcado por forte dose de improviso. Efetivamente ele consistiu numa mudança de moeda – do Cruzeiro para o Cruzado - com conversão de preços, salários e tarifas pela média e um congelamento temporário inicialmente previsto para três meses de todos os preços. Justamente por sua incompletude e por incoerências internas, quando o Plano foi lançado ele ainda se encontrava inacabado. Mesmo depois que passou a vigorar o congelamento, havia diversas mercadorias ainda não tabeladas que demandavam o trabalho de conversão da equipe econômica. No que tange às tarifas públicas, que já estavam com valores defasados, o governo optou por não reajustá-las temendo uma elevação em cascata nos preços, de maneira que sua defasagem só aumentou durante a vigência do Cruzado.

Porém, o principal ponto de pressão parece ter sido a pauta trabalhista. Aos olhos do governo, era fundamental a adesão da sociedade frente às medidas adotadas, em especial da classe trabalhadora e do movimento sindical. Para isso, inseriu-se de última hora diversos mecanismos para evitar que as medidas fossem identificadas com o arrocho salarial. Assim, na largada o Plano concedeu um aumento de 15% no salário mínimo e 8% nos demais salários. Além disso, instituiu um sistema de gatilho salarial sempre que a inflação atingisse o patamar de 20% ao mês, e criou o seguro desemprego, reivindicação histórica do movimento sindical.

Daí se vê, como estamos tentando demonstrar, que o significativo vazio que a noção de inércia inflacionária carregava foi sendo preenchido por um conteúdo diferente daquele pensado originalmente. Enquanto para os “pais” do Plano Real que estavam envolvidos no Cruzado o enfrentamento da inflação implicava na manutenção das relações de classe então existentes, para outros ele era visto como uma oportunidade de mudar relativamente essas relações, recuperando as perdas que o processo inflacionário dos anos anteriores representava.

Não há dúvidas de que o Cruzado contou com um grande apoio inicial. Em certa medida, ele deixou uma marca no imaginário brasileiro de que a inflação poderia ser controlada e de que isso viria em benefício de todos. Miriam Leitão destaca a importância da participação popular que o Plano gerou, com a mobilização de donas de casa e cidadãos de todas as regiões do país que passaram a vistoriar por sua própria conta os preços no varejo e denunciar ao governo as remarcações ilegais (LEITÃO, 2011). Surgiu a figura dos “fiscais do Sarney”. Neste quadro, verifica-se a consolidação dos efeitos ideológicos do Cruzado sobre as classes dominadas:

Foi um marco inesquecível. Tudo parecia permitido no país que via um fenômeno desconhecido: houve deflação no primeiro mês do plano. A CUT tentou fazer uma passeata contra o Cruzado. Reuniu, se tanto, duzentas pessoas em São Paulo. “No momento não há clima para greve”, admitiu um diretor da central, ao fim da magra concentração (LEITÃO, 2011, p. 44).

Ao mesmo tempo, a inflação virou o tema de predileção dos economistas. Gustavo Franco recorda-se de que:

A inflação era o grande desafio da minha geração de economistas, e também de umas três anteriores e das três posteriores. Era o dragão que todos queriam matar. Todos esses profissionais cresceram, se formaram à sombra dessa doença. Pois bem, o Cruzado, nesse aspecto, foi uma referência interessante, pois foi a primeira vez que se admitiu que, de um grupo de economistas bem preparados analiticamente, poderia vir uma solução inovadora para o problema e que reduzisse o tamanho do sacrifício para se chegar à estabilidade. Contudo, juntamente com essa percepção, com esse momento de luz, veio a maldição que era imaginar que bastaria a sabedoria especializada de uns poucos para elaborar um truque, ou um almoço grátis, que fizesse com que a inflação desaparecesse. Como se ela não fosse o reflexo de grandes problemas político-sociais que precisavam ser endereçados (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019a, p. 33–34).

Ou seja, o Cruzado consolidou a ideia de que, a estabilidade monetária, para além de uma condição indispensável a outros objetivos econômicos almejados, era um valor em si mesmo e, sendo assim, deveria ser alçada à prioridade pelos formuladores da política econômica.

O primeiro aspecto a ser analisado é a posição assumida pelos intelectuais estudados em relação ao tema da neutralidade distributiva do plano de estabilização. Como já indicamos, a equipe econômica do governo Sarney (1985 – 1990) tinha visões distintas sobre o problema inflacionário. Este certamente foi um dos motivos pelos quais o Plano acabou assumindo uma forma híbrida e, de um conjunto de aspectos técnicos de difícil compreensão para o público em geral, ficou conhecido pelo congelamento dos preços. Esta medida, que deveria ter caráter passageiro e visava apenas interromper o processo inercial, acabou assumindo o lugar central e

se tornando a imagem pública do Cruzado. Neste sentido, há algo de estranho no Cruzado que é a sua própria incoerência interna. Segundo Sola,

A característica distintiva do Plano Cruzado enquanto experimento de estabilização foi a progressiva perda de consistência macroeconômica da terapia antiinflacionária efetiva em relação àquela prescrita por seus principais propositores (Francisco Lopes, Pêrsio Arida e Lara Rezende) (SOLA, 1988, p. 27).

Ocorre que ao longo de sua gestação o Cruzado foi sofrendo transformações importantes. Em sintonia com as ideias dos economistas da PUC-Rio, a proposta original do plano consistia numa mudança monetária que não implicasse em mudanças redistributivas (SARDENBERG, 1987, p. 165). Ou seja, explicitamente as medidas não deveriam envolver qualquer tipo de mudança estrutural na relação entre as classes, contentando-se em “zerar” a memória inflacionária que se retroalimentava. Para que a neutralidade fosse garantida exigia-se um trabalho complexo e preciso de cálculo de cada uma dessas variáveis e seu ajustamento pelas médias dos meses anteriores. Daí vê-se que grande parte do sucesso do Cruzado estava calcado na exatidão de variáveis de natureza matemática. Pêrsio Arida e André Lara Resende defendiam uma mudança monetária que envolvesse um período temporário de convívio entre a moeda velha e a nova com vistas a indexar toda a inflação à moeda antiga e preservar o valor da nova. Mas esta sugestão foi vetada pelo governo por suas implicações jurídicas e passou a predominar a ideia de um congelamento temporário de preços com mecanismos de conversão monetária. Com isso, o Cruzado acabou sendo uma combinação de mudança monetária - a criação do Cruzado em substituição ao Cruzeiro – inspirada na proposta Larida, com um congelamento temporário de preços e salários inspirada na proposta de choque heterodoxo de Francisco Lopes.

Um dos temas da disputa entre os grupos era aquele que envolvia a questão da concentração de renda. Constatava-se a existência de uma tensão na equipe econômica entre o esforço de controlar a inflação e o desejo de utilizar aquela oportunidade para incidir sobre o problema da concentração de renda. Em entrevistas concedidas a Alex Solnik cerca de um ano depois do lançamento do Cruzado, onde alguns dos membros da equipe econômica de José Sarney apresentaram seu balanço sobre aquela experiência, André Lara Resende e Pêrsio Arida fizeram comentários relevantes a este respeito. Ambos criticaram claramente as tentativas de inserir um conteúdo distributivo naquele plano de estabilização. Lara Resende relembra que o Plano:

[...] começou não sendo seguido na sua formulação, ao contrário, de saída já desrespeitou algumas das regras conceituais básicas que nós tínhamos decidido.

Primeiro, na questão da conversão dos salários. Toda ideia era que o Plano era um programa de desindexação através de regras de conversão, de contratos escritos, quer dizer, num ambiente inflacionário, de alta inflação, um ambiente que pressupunha a estabilidade de preços. Isso significa o que chamo de neutralidade, no sentido de que não houvesse transferências de renda e de riqueza entre os diferentes agentes e indivíduos da sociedade.

Essa regra de neutralidade era fundamental para que o programa iniciasse exatamente onde estávamos. Era fundamental eliminar completamente o componente de inércia da inflação. E isso foi desrespeitado basicamente na conversão dos salários. A regra da conversão pela média dos seis meses é a regra que mantinha o salário real médio inalterado e o programa deu, já de início, 8% de abono salarial geral e 15% para o salário mínimo (RESENDE, 1987b, p. 153–154).

Na mesma compilação de entrevistas Pérsio Arida fez também seu balanço sobre o fracasso do Cruzado. Na sua opinião, havia um corte evidente entre dois grupos dentro da equipe econômica cujas divergências refletiam visões arraigadas na sociedade brasileira:

[...] a tal ponto que teve uma reportagem da revista *Isto É*, logo depois do Cruzado, que descrevia o Cruzado – aliás, uma reportagem curiosa, porque estava bem-feita – como uma combinação de duas coisas: um lado técnico, onde estávamos André e eu, e de outro lado o João Manoel e o Belluzzo, como aqueles que deram o caráter social e progressista ao plano. A reportagem falava bem deles e mal de nós. A gente passava como tecnocrata, uma coisa assim (ARIDA, 1987, p. 70–71).

Estes dois grupos defendiam caminhos diferentes para conter a inflação. Segundo Arida, os economistas da UNICAMP acreditavam que era fundamental aliar a política anti-inflacionária com um processo de distribuição de renda, enquanto os oriundos da PUC-Rio defendiam a neutralidade distributiva. Neste sentido, há claramente uma sintonia entre o balanço feito por Arida e as ideias já expostas de André Lara Resende.

Anos mais tarde, Arida reiteraria sua visão sobre a composição da equipe econômica do governo Sarney (1985 – 1990):

Havia dois grupos no governo: os economistas da PUC-Rio e o grupo da Unicamp, ligado historicamente ao PMDB. Era um amálgama curioso, porque de comum havia muito pouco entre eles. Os economistas da PUC eram chamados de heterodoxos porque discordavam da tese de que apenas políticas fiscais e monetárias contracionistas seriam suficientes para combater a inflação. Melhor dizendo: a contração de atividade necessária para quebrar a espinha dorsal de uma inflação inercial elevada era de tal ordem que qualquer presidente desistiria das políticas contracionistas antes de colher seus frutos. A heterodoxia da PUC-Rio apenas reconhecia a especificidade da inflação brasileira movida a contratos indexados por força de lei. Do outro lado, estavam João Manuel [Cardoso de Mello] e [Luiz Gonzaga] Belluzzo, que pensavam a economia na ótica da economia política, uma mistura de Cepal, Keynes, Kalecki e Marx. Eles eram heterodoxos de verdade. A chance de o grupo funcionar como equipe era nula (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 28).

Dentro da discussão sobre o caráter distributivo, o ponto central do debate era a forma de correção dos salários no curso da mudança monetária. O que ocorreu foi que no momento

da execução do Plano houve um aumento real de salários e a instituição do gatilho salarial caso a inflação atingisse 20% mensais. A posição de Arida nestes temas era a seguinte:

Um exemplo que talvez seja importante é a questão do abono salarial e do gatilho. Fui contrário às duas coisas [...].

Mas veja: por que fui contra? Porque eu achei que um programa de estabilização não podia ter caráter distributivo. Por que eles foram a favor? Porque eles acharam que um programa de estabilização só pode ter sucesso se ancorado numa melhor distribuição de renda. Eu conseguiria fazer uma boa exposição da opinião deles. A saber, que a inflação em nosso país é um processo de conflito distributivo, que só minoraria diminuindo o conflito, ou seja, distribuindo renda. Acho que assim é que eles fariam o argumento deles. E eu responderia que não: que a inflação é um conflito distributivo, mas que eu posso reproduzir o mesmo *status quo* distributivo com a inflação baixa e que, se tentar misturar as duas coisas, não distribuo renda, não mudo, nem combato a inflação (ARIDA, 1987, p. 70–71).

Em perspectiva histórica, verifica-se dois movimentos de aprofundamento que seguem uma mesma direção. Se, como argumentamos no capítulo anterior, do ponto de vista da temática priorizada verificou-se um abandono por parte dos economistas da PUC-Rio das críticas à concentração de renda em favor da questão inflacionária, no Cruzado o que ocorreu foi até mesmo uma sutil condenação da pauta da distribuição de renda. O mais notável é que este movimento seguiu um curso praticamente linear que foi de meados dos anos 1970, quando aqueles intelectuais ainda eram economistas de oposição à ditadura e criticavam a política econômica de arrocho salarial levada a cabo pelo regime, até 1986, quando eles elegem a inflação como inimigo principal e condenam qualquer tentativa de aliar política anti-inflacionária e distribuição de renda.

Esta linearidade não é casual. Ela não representa uma mera mudança progressiva de posicionamento e leitura da realidade. Ela representa antes de tudo a consolidação de uma estratégia alternativa de enraizamento dos interesses do capital financeiro internacional na condução da política econômica brasileira levada a cabo por um agrupamento de seus intelectuais orgânicos que encontrava a oportunidade concreta de colocar em prática as suas próprias propostas de política econômica. Afinal, a linearidade na mudança de posição em relação à distribuição de renda deu conta muito bem das necessidades da correlação de forças do processo de democratização, permitindo com que os grupo estudado permanecesse no centro dos debates da conjuntura econômica do período, com aliados à esquerda e à direita do espectro político.

O segundo tema que dividiu a equipe econômica do Cruzado foi o perfil de política macroeconômica que deveria ser aplicado para viabilizar o controle inflacionário almejado. Esta disputa estava ligada aos diferentes prognósticos que previam que o Plano Cruzado geraria

ou recessão econômica ou crescimento. Segundo Sardenberg, a equipe dividiu-se até o fim entre aqueles que temiam a recessão e aqueles que temiam o superaquecimento da economia (SARDENBERG, 1987, p. 168). Houve entre eles uma disputa ao longo do tempo. No entanto, o temor de uma recessão passou a predominar durante a sua implementação, de forma que foram sendo criadas medidas expansionistas de caráter preventivo (SARDENBERG, 1987; SOLA, 1988).

No âmbito desta questão, é interessante notar como a posição de Pêrsio Arida e André Lara Resende sofreu uma mudança de ênfase quando da implementação do Cruzado. Embora as teorias sobre a inércia inflacionária defendessem a necessidade e a viabilidade da manutenção do crescimento econômico, durante o Cruzado e após este os economistas da PUC-Rio passaram a defender a ideia de que um crescimento excessivo poderia ameaçar a estabilidade. Lara Resende por exemplo argumenta que parte dos erros cometidos pela equipe do Cruzado deveu-se à exagerada ênfase em se diferenciar da política econômica recessiva dos anos anteriores sem notar os perigos de um superaquecimento da economia que já estava em andamento antes mesmo do Plano entrar em vigor. A partir deste diagnóstico, Lara Resende passou a defender uma política macroeconômica de austeridade:

Depois, na execução do Plano, começaram a haver erros mais graves. O primeiro desses erros certamente foi a avaliação do efeito sobre o nível de atividade econômica que o programa teria. Eu diria que principalmente nós do Banco Central, eu e o Luis Carlos Mendonça – porque o Pêrsio naquela época ainda não estava no Banco Central, foi mais tarde -, tínhamos brigado já muito, dizendo que a economia estava vindo, desde o segundo semestre de 1985, numa fase clara de reaquecimento muito rápido. Acima da velocidade de reaquecimento que seria sustentável. [...] Nós entramos tentando manter o tempo todo a taxa de juros, a política monetária restritiva, reduzindo o crédito ao consumidor, reduzindo o crédito do automóvel, começamos a tomar várias medidas que foram uma longa e difícil batalha. Havia uma resistência na Fazenda, mas principalmente no Planejamento. [...] Havia uma preocupação enorme de se separar do regime anterior, que aparecia como um regime de política econômica recessiva, e se distinguir como a equipe do crescimento. O que é um engano. Tinha que ser a equipe do crescimento possível, e não a do crescimento a qualquer custo (RESENDE, 1987b, p. 157–158).

É difícil saber o quanto este juízo de Lara Resende foi construído retrospectivamente. Contudo, pode-se supor que pelo curto período transcorrido e pelo grau de coerência interna dos argumentos apresentados, há neles algum fundo de verdade. O central da discussão, como se vê, era a avaliação sobre a conveniência ou não de um incremento da demanda. Segundo Lara Resende, aqueles na equipe que eram mais críticos de uma solução recessiva, defendiam veementemente a necessidade de aquecer a economia para gerar crescimento, enquanto outros – incluindo os economistas da PUC-Rio – defendiam a necessidade de combinar às medidas anti-inflacionárias emergenciais um ajuste de tipo tradicional similar aquele defendido pelos

monetaristas. O maior perigo, na avaliação destes últimos, era de que o aquecimento da demanda empurrasse os preços novamente para cima.

Às suas impressões anteriores, André Lara Resende acrescenta:

Então, já nessa época eu estava dizendo assim: “Olha, nós já perdemos, nós já devíamos ter começado um ajuste fiscal drástico, imediato, nós estamos atrasados, nós temos que ganhar tempo com uma política monetária muito restritiva, que exigiria uma subida significativa da taxa de juros.”

O Dilson tem um problema: pra ele, a subida da taxa de juros é um horror, ele resistia àquilo da maneira mais veemente do mundo. Então, já havia uma discussão inteira sobre isso. Eu dizia: “É insustentável, só uma política monetária restritiva - e não é uma solução de longo prazo – vai nos dar tempo para fazer o ajuste fiscal” (RESENDE, 1987b, p. 166).

Este excerto é importante porque toca num tema que mais tarde se tornaria um dos pilares da política macroeconômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003): a política de alta dos juros. Como se sabe, a taxa de juros alta favorece a entrada de capitais externos no país, que migram visando sua valorização na esfera financeira especialmente através da compra de títulos da dívida pública. Esta política inibe a demanda e os investimentos produtivos e restringe a base monetária, por isso é defendida como medida anti-inflacionária de caráter monetarista. Como se vê, é sintomático que Lara Resende defenda medidas tipicamente monetaristas para enfrentar o problema do acréscimo de demanda. Neste sentido, ele menciona uma “política monetária restritiva”, aumento da taxa de juros, ajuste fiscal e redução do crédito.

7.4 O PROGRAMA OCULTO DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS

O argumento central deste tópico é o de que os economistas da PUC-Rio envolvidos no Plano Cruzado tinham clareza de que o combate à inflação era apenas a face mais visível e publicamente palatável de um conjunto mais amplo de medidas que visavam implementar uma reorganização das funções econômicas do Estado. Tais medidas não haviam sido apresentadas até aquele momento e, de fato, nunca foram sistematizadas claramente pelo grupo, embora tenham aparecido no curso da implantação do Cruzado e, especialmente, no balanço que estes economistas fizeram de sua experiência no governo. Elas não foram apresentadas publicamente porque na correlação de forças da redemocratização o seu conhecimento provavelmente inviabilizaria a frágil aliança política que sustentava o governo de transição.

Ao longo da execução do Cruzado os economistas da PUC-Rio passam a defender certas mudanças de caráter estrutural. Tais mudanças não estavam previstas explicitamente nos

esboços originais do Plano, por isso elas se configuram como um programa oculto que os referidos intelectuais defendiam como condição *sine qua non* para o sucesso da estabilização. Este programa oculto revela o compromisso daqueles intelectuais com os interesses do grande capital financeiro internacional. Dentre as medidas destacam-se a defesa de uma profunda reforma administrativa para enxugar o funcionalismo público e reduzir os gastos do Estado com pessoal e uma reforma do setor bancário para reduzir a autonomia dos bancos estaduais e centralizar as finanças do Estado. Portanto, o centro das preocupações desses intelectuais era cada vez mais o descontrole das finanças públicas e o excessivo peso do Estado na economia. Neste sentido, a observação de Sallum Júnior (1995) segundo a qual o Plano Cruzado representou a última tentativa de solução da crise dentro dos marcos do Estado desenvolvimentista deve ser relativizada. Afinal já aqui encontramos o gérmen de algumas propostas de reformas estruturais que nos anos 1990 ganhariam coerência com a formalização de um programa de tipo neoliberal.

Às vésperas da reunião que ocorreria em Carajás em 30 de maio de 1986 convocada pelo governo para fazer um balanço do Plano Cruzado, Dílson Funaro pressionou a equipe a não colocar em pauta o tema das contas públicas. Segundo Sardenberg,

Lara Resende, Pécio Arida e Luís Carlos Mendonça de Barros reagiram. Se não se controlassem os gastos naquele momento, diziam, poderia não haver mais tempo. Já então Pécio Arida estava verdadeiramente obcecado com o rombo que os bancos oficiais, sobretudo os estaduais, estavam abrindo nos orçamentos públicos. Isso exigia uma providência rápida.

Além disso, André Lara Resende e Pécio Arida insistiam na necessidade do setor público, como um todo, iniciar o processo de ajustamento de seu pessoal. Ainda que para demonstrar austeridade, o governo deveria começar a demitir o pessoal excedente e Arida achava que se poderiam dispensar de 200 a 300 mil funcionários públicos (SARDENBERG, 1987, p. 310–311).

Estas medidas são indicativas de um processo mais profundo que não estava explícito até aquele momento. Pécio Arida, por sua vez, em 1987 fazia o seguinte comentário:

Tenho a convicção profunda de que quem arca com o déficit público são os trabalhadores. Por um motivo muito simples: a nossa economia é indexada, mas a indexação sobre os rendimentos de capital é muito menor que a indexação sobre rendimentos de trabalho. Isso quer dizer que toda vez que a inflação acelera, o impacto cai muito mais fortemente sobre o trabalho do que sobre o capital. **Como a inflação – do ponto de vista mais substantivo – é originária de um desequilíbrio nas contas de governo (grifo nosso)**, quem paga, com o déficit público, são os trabalhadores (ARIDA, 1987b, p. 123–124).

O objetivo do argumento acima é muito claro: justificar a posição do autor de que, apesar de ser contra inserir medidas de distribuição de renda no programa anti-inflacionário, o combate à inflação por si mesmo é uma medida que beneficia naturalmente mais a classe trabalhadora

do que para o capital. O mais importante aqui como aparece grifado é o fato de o autor definir o fenômeno inflacionário nos parâmetros exatos que o fazem os monetaristas, ou seja, enquanto resultado de uma excessiva expansão dos gastos públicos.

O aspecto marcante desta curta trajetória de Arida, que vai da formulação das teorias inercialistas ao fracasso do Cruzado, é que não apenas ele revela-se um exímio conhecedor do aparato teórico da ciência econômica como mostra-se capaz de maneja-lo de forma instrumental e conveniente, tendo sempre ao fundo um claro compromisso de classe com o capital financeiro internacional e a capacidade de fazer proposições que são taticamente viáveis para as conjunturas concretas. Reafirma-se, pois, um certo pragmatismo destes intelectuais no uso das teorias econômicas.

Na sequência do excerto acima, Arida vai ainda mais fundo e aponta a intervenção do Estado na economia como um dos principais problemas a ser combatido:

Eu não consigo entender como alguém progressista do PMDB pode dizer que o déficit público não tem importância, pelo contrário, é bom, é essencial para equilibrar uma economia capitalista... São absolutos contrassensos. O que aconteceu dentro do governo – ministros e economistas do partido, que não queriam cortar o déficit público – é algo escandaloso! Escandaloso. Não pode minimizar! A intervenção do Estado na nossa economia piora a distribuição de renda (ARIDA, 1987b, p. 126).

Estamos agora frente a um argumento tipicamente neoliberal, que apresenta o gigantismo estatal como o principal responsável pelas mazelas econômicas.

A arte da boa condução econômica é esticar ao máximo o limite da esfera técnica de decisão. Há um ponto além do qual as decisões são políticas. Mas não se sabe *a priori* qual é o ponto. É preciso esticar a racionalidade técnica – o que a Escola de Frankfurt chamaria de racionalidade instrumental -, instrumental, ao limite. E deixar para a decisão política somente aquilo que é estritamente político. O que foi feito no processo decisório foi exatamente o contrário. Começou-se do imperativo político e se deixou para a racionalidade instrumental só o resíduo do processo decisório. Isso é um erro (ARIDA, 1987b, p. 128).

Segundo Sardenberg, em julho de 1986, quando a inflação já reaparecia e o governo preparava um ajuste no plano original, que viria a ser conhecido como Cruzadinho, “Pérsio Arida continuou fazendo proselitismo sobre a necessidade de demissões exemplares no setor público, mas era uma atitude quixotesca” (SARDENBERG, 1987, p. 315). Além disso, Arida “andava com uma folhinha de papel no bolso, onde mantinha, atualizadas, as contas que mostravam os rombos daqueles bancos [públicos]” (SARDENBERG, 1987, p. 316).

Edmar Bacha, por sua vez, relata em entrevista que quando chegou ao IBGE a convite de João Sayad viveu disputas políticas internas e externas muito intensas, começando pela nomeação dos diretores da instituição, cargo que os partidos da Nova República pretendiam

indicar (IBGE, 2006). Além disso, Bacha sofreu intensas pressões por parte do governo em torno dos resultados que os índices de inflação registravam e que poderiam desgastar o plano de estabilização. Do ponto de vista interno, tentando se desvencilhar de um legado das gestões da ditadura no IBGE, ele propôs uma reforma administrativa, enxugando o corpo de funcionários com demissões voluntárias. Segundo Bacha, sua passagem pelo IBGE contribuiu para erodir sua visão de que a atuação estatal por si mesma tinha um poder transformador positivo. Isto que Bacha chama de “fantasia socialista” foi aos poucos dando lugar na sua visão a uma valorização da iniciativa privada como elemento de controle da própria vida estatal:

Eu confesso que essa experiência, tanto pela parte política – especialmente pela parte política – externa, mas também por essa coisa do conflito interno, dessa luta sindical muito agressiva que havia naquele período... essa experiência pra mim foi muito instrutiva pra mim de mudar minha ideia do que o Estado é capaz de fazer. Eu saí daqui, primeiro achando “nós temos que reinventar o Estado”, pra tornar as instituições estatais com maior capacidade de responder às demandas sociais. E eu constatei que esse problema era muito complicado porque a pressão, tanto interna quanto externa, era enorme. Pressões que não tinham a ver com o objetivo final que você buscava que era produção de estatísticas boas a tempo e a hora, e informações geodésicas. E essa experiência pra mim foi muito reveladora, quer dizer, propriamente nasci na época e cresci e toda... havia uma enorme fantasia socialista que nós tínhamos capacidade de criar um novo homem, que não... e toda a ideia de que não se necessitaria do setor privado pra alguma coisa era... fazia parte do meu universo. Nessa experiência do IBGE eu vi como é difícil lutar com a burocracia. E como é importante ter mecanismos de mercado, pra poder gerar, para as coisas que não são bens públicos, obviamente aqui são bens públicos, de poder gerar resultados mais eficazes para a sociedade como um todo. Então pra mim essa Nova República teve esse impacto muito forte (IBGE, 2006).

Outro ponto que mereceu atenção dos “pais” do Plano Real foram as finanças públicas. Segundo o relato de Miriam Leitão, Pêrsio Arida só foi tomar pleno conhecimento da desorganização das finanças públicas quando entrou no Banco Central e a partir daí percebeu que um conjunto de pressupostos com o qual havia trabalhado nas suas formulações sobre a inflação eram falsos:

A contabilidade pública era primitiva. Pêrsio Arida percebeu que a base sobre a qual se tentaria construir uma nova moeda era falsa.

— Como a gente se enganou! O Larida original, escrito em 1983, diz que o déficit operacional brasileiro era zero e, portanto, o Brasil estava pronto para uma reforma monetária. O FMI havia dito isto. Quando chegamos ao governo, vimos que estava tudo errado, a contabilidade não era aquela, faltavam coisas, o déficit não era zero. Na verdade, a construção intelectual que levou ao Plano Cruzado foi feita estimulada por uma percepção errada (LEITÃO, 2011, p. 57).

A ideia de que o Estado era desorganizado, marcado pelo clientelismo político e pelo populismo parece ter ganhado força entre estes intelectuais a partir de sua experiência na equipe econômica do Presidente Sarney. E neste âmbito, um dos problemas centrais que foi

diagnosticado era a autonomia com que operavam os bancos públicos estaduais. Em relação a isto, Miriam Leitão acrescenta que:

No Banco Central, Pêrsio um dia chamou o presidente do Banco do Estado de Alagoas.

— O Banco Central terá que intervir em seu banco porque ele está inadimplente em reservas. E se isso for feito você ficará com os bens indisponíveis.

— Mas o banco está inadimplente porque os usineiros não pagam.

— Ora, execute as dívidas.

— Você já esteve em Alagoas, Pêrsio?

— Não.

— Logo se vê. Se eu executar usineiro, eu é que serei executado.

Logo depois, outro problema, com o Banco do Maranhão, que ficou inadimplente nas reservas e a garantia eram os recursos estaduais do Fundo de Transferência dos Estados. Pêrsio enviou um ofício para o Banco do Brasil mandando reter os recursos maranhenses. O BB fez que nunca viu aquele ofício, jamais disse não, mas jamais respondeu ao ofício. Maranhão era o estado do presidente da República. Ficou por isso mesmo (LEITÃO, 2011, p. 72–73).

A partir destas constatações, percebe-se que os economistas da PUC-Rio passavam a afirmar que sem uma reforma do Estado a equipe econômica era incapaz de controlar as variáveis centrais que determinavam os rumos da política econômica do governo. Em julho de 1986, quando o governo editou o Cruzadinho, Lara Resende recorda que:

O que nós tínhamos feito era um programa muito ambicioso, de redução de despesas do setor público, do déficit do setor público, e de simplificação administrativa. [...]

Do processo de negociação, de barganha, de processamento político do que nós pedimos, saiu uma coisa realmente totalmente descaracterizada. Era o nada. Na direção correta, mas insignificante diante da dimensão do problema (RESENDE, 1987b, p. 170–171).

Há claramente uma mudança de ênfase, pois se antes do Cruzado Lara Resende, Pêrsio Arida e Edmar Bacha destacavam a insuficiência das medidas monetaristas e a necessidade de levar em conta a especificidade da inflação brasileira, a partir de então a relação se inverteu e eles passaram a destacar a emergência de implementar medidas de natureza monetarista para viabilizar o plano.

Este conjunto de juízos aponta claramente uma mudança de ênfase se os compararmos aos argumentos que sustentavam as formulações teóricas sobre a inflação inercial analisadas no capítulo anterior. Afinal, nos textos originais dos economistas da PUC-Rio que apresentavam soluções alternativas ao problema da inflação se criticava as soluções ortodoxas e não se enfatizava a política fiscal, ou seja, os gastos excessivos do Estado como uma questão central a ser resolvida. Esta constatação levou André de Carvalho, a concluir que estes intelectuais mudaram sua leitura sobre a questão inflacionária antes e depois do Cruzado:

O desdobramento da orientação fiscal assumida pelos estudiosos reflete uma ambiguidade de longa data no arcabouço teórico estruturalista no que diz respeito à tendência de acumular déficits públicos e sua conexão íntima com o aumento crônico dos preços. Esse aspecto foi inicialmente relegado a um segundo nível no arcabouço neo-estruturalista. A razão é clara: o paradigma inercial da inflação supunha que os déficits estavam sob controle, a balança comercial não exercia pressão sobre a taxa de câmbio e os agregados monetários mantinham uma relação endógena com a inflação. Como as tentativas baseadas em tal suposição falharam no controle da inflação, emergiu um reconhecimento crescente do papel central das questões fiscais, tanto na condução dos surtos inflacionários quanto na redução do suporte à vida da inflação crônica. O crescimento da dimensão fiscal implicou a diminuição da prioridade da inércia da inflação em seu entendimento geral (CARVALHO, 2015, p. 159).

Todavia, esta afirmação precisa ser matizada. Afinal, como já apontado no capítulo anterior, a crítica destes economistas às medidas de austeridade devia-se muito mais a seu custo social e político do que à sua eficiência. Além disso, eles nunca deixaram de considerar a importância do controle fiscal no combate à inflação, apenas não era um ponto por eles enfatizado. Levando isto em conta, nos perguntamos se é possível afirmar que estes intelectuais alteraram drasticamente sua visão sobre o processo econômico brasileiro ao longo do Plano Cruzado. Entendemos que não. As inconsistências entre a posição anterior e posterior ao Cruzado não representam uma falha ou uma mudança profunda de posição. Elas representam, mais propriamente, um espaço de manobra deixado pela própria formulação original da inércia inflacionária, um espaço de ambiguidade intencional, que foi muitas vezes entendido como uma fragilidade das teorias inercialistas. De fato, estas inconsistências teóricas eram paradoxalmente a sua força, porque permitiam às políticas de combate à inflação dos heterodoxos englobar ao mesmo tempo os críticos da ortodoxia e os seus defensores. Assim, a noção de inércia inflacionária pretendia contemplar diferentes interesses de classe ao mesmo tempo. Esta ambiguidade, em si mesma, cumpria bem sua função hegemônica, capturando todos os interesses para o campo de disputa da política anti-inflacionária.

O problema se colocou no momento em que, no contexto de luta pela execução concreta do Plano Cruzado, esta ambiguidade abriu margens a entendimentos muito distintos, inclusive antagônicos, desviando completamente seu sentido hegemônico original e afastando-se da estratégia do capital financeiro internacional. O que se constata nas disputas que perpassaram o Cruzado é que os economistas da PUC-Rio posicionam-se sistematicamente em defesa de um conjunto de medidas compatíveis com o ideário ortodoxo: uma política macroeconômica baseada em altas taxas de juros, no enxugamento dos gastos estatais, e na redução do intervencionismo estatal na economia. O curioso é que este conjunto de medidas, até o momento, não havia sido defendida publicamente por aquele grupo. Ou seja, era uma espécie

de programa oculto que deveria ser inserido aos poucos conforme o andamento da política anti-inflacionária heterodoxa.

Este programa oculto necessariamente afetaria as diversas classes internas do país bem como as frações da classe dominante. Os autores que analisaram o desfecho do Cruzado notaram que as medidas implementadas afetaram as relações entre as diferentes classes e frações (BIER; PAULANI; MESSENERG, 1987; SARDENBERG, 1987; SINGER, 1987; SOLA, 1988). Lourdes Sola afirma que o Cruzado mostrou a face reformista da Nova República, porque além de beneficiar as classes subalternas com um aumento real de salário, um mecanismo preventivo de gatilho caso a inflação atingisse o índice mensal de 20% ao mês e o seguro desemprego, o Cruzado também penalizava os bancos com a redução da taxa de juros e o fim da especulação financeira que estes exerciam em torno dos indexadores inflacionários (SOLA, 1988, p. 37). Dentre os efeitos imediatos do Cruzado os autores mencionam que o fim da inflação produziu uma grande perda para o setor bancário, em virtude do movimento especulativo com os ganhos indexados à correção monetária dos títulos públicos (LAVINAS; ARAÚJO; BRUNO, 2017). Além disso, ocorreu uma grande retirada das cadernetas de poupança que também prejudicou este setor. Do ponto de vista da classe trabalhadora, parece ter havido um aumento real dos salários das camadas mais baixas, mas há controvérsias se os setores mais organizados tiveram algum ganho real (SINGER, 1987). A burguesia industrial se beneficiou momentaneamente pelo aumento da demanda gerada pelo fim da inflação. A burguesia agrária por sua vez parece ter sido prejudicada com o tabelamento dos preços dos alimentos e passou a movimentar-se no sentido de restringir a oferta (SINGER, 1987). Neste quadro, alteravam-se rapidamente as relações econômicas entre as classes e suas frações, produzindo uma sensação de euforia nas camadas populares e de desconfiança e instabilidade entre as frações burguesas.

Neste contexto, o programa oculto dos intelectuais estudados funcionava como uma espécie de restauração conservadora no interior do Plano Cruzado. Ele partia do diagnóstico de que o Cruzado havia incorrido em excessos populistas e pretendia ajustar o seu curso. Assim, a crítica dos economistas da PUC-Rio às medidas redistributivas do Plano pretendia restringir os ganhos dos assalariados. Ademais, a política fiscal e a reforma administrativa defendida pelo grupo visavam reduzir a capacidade de intervenção direta do Estado na economia. Quanto ao setor financeiro nacional, os referidos economistas defendiam a compensação das suas perdas através da elevação da taxa básica de juros, o que certamente não era de interesse da fração industrial. Em compensação, ao longo do Plano Cruzado não houve qualquer modificação no

tratamento da questão da dívida externa brasileira (BAER, 1993). Aliás, este parece ter sido o grande consenso que se estabeleceu ao longo de sua implementação.⁴³

Em suma, os economistas da PUC-Rio propunham a execução de um programa não explícito inicialmente no Cruzado argumentando a urgência e a necessidade de ajustes para que o controle da inflação na fracassasse. Este conjunto de medidas representava já um passo em direção à formalização de um programa mais coerente do capital financeiro internacional sobre a economia brasileira, programa este de inspiração neoliberal e que já vinha se desenvolvendo de forma mais avançada nos países centrais.

7.5 CONCLUSÕES

O Plano Cruzado foi em muitos sentidos um marco na histórica econômica brasileira porque representou um primeiro capítulo na consolidação da ideia de que a inflação se tornara o principal problema econômico do país. Em entrevista concedida na década de 1990, Pêrsio Arida avaliava que “o Cruzado, de toda forma, mudou o imaginário da sociedade, criou a referência da estabilidade de preços. Se não tivéssemos tido a infeliz experiência do Cruzado, dificilmente teríamos tido a experiência bem-sucedida do Plano Real” (ARIDA, 1996, p. 325).

O presente capítulo teve por objetivo descrever a participação dos seis economistas da PUC-Rio na concepção e implementação do Plano Cruzado, decretado pelo governo Sarney (1985 – 1990) em 1986. Argumentou-se que a teoria da inércia inflacionária cumpriu um papel de ser um significante vazio, nos termos de Laclau (2004), capaz de articular no plano ideológico interesses muito variados sob o comando do capital financeiro internacional. Este aparece, do início ao fim do processo, como um interesse intocável pela equipe econômica do Cruzado. Ocorreu que a teoria inercialista perdeu seu efeito articulador no momento em que, ao converter-se em política pública no bojo de uma equipe econômica com visões distintas, certos interesses que deveriam manter-se periféricos ganharam centralidade.

Neste contexto, demonstrou-se que o compromisso de classe dos intelectuais estudados pode ser identificado pela sua posição na luta dentro da equipe econômica do Cruzado. A análise deste posicionamento revelou que este grupo de economistas buscou recuperar o sentido hegemônico de sua ação através um programa oculto, aparentemente distinto das premissas que

⁴³ Em seu livro, Monica Baer levanta uma série de argumentos para explicar a curiosa ausência de qualquer medida de enfrentamento do problema dívida externa durante a implementação do Cruzado (BAER, 1993, p. 127–128).

orientavam suas teorizações anteriores. Este programa oculto partia de pressupostos muito similares àqueles defendidos pela teoria monetarista, qual seja, que o combate à inflação depende de uma política fiscal austera por parte do Estado. Neste sentido, a defesa que os intelectuais estudados faziam de uma reforma administrativa para enxugar o funcionalismo público, a reforma bancária para reduzir a autonomia dos bancos estaduais e uma política macroeconômico de elevação das taxas de juros se coadunavam com o ideário ortodoxo.

Para além disso, o Cruzado deixou um importante legado para os planos de estabilização que viriam posteriormente. Um primeiro foi a percepção incorporada por economistas e demais dirigentes políticos de que as medidas de combate à inflação estão envoltas numa dimensão técnica decisiva que não é facilmente dominada por leigos. Para além das concepções de fundo, o domínio dos detalhes passou a ser visto igualmente como decisivo para o sucesso ou fracasso de um plano. Como consequência, os formuladores da política econômica precisam ser especializados e ter capacidade técnica para dar conta disso que chamamos economia, que agora aparece como uma realidade estranha ao senso comum, repleta de princípios e leis de funcionamento de difícil apreensão. A consequência evidente disso é uma valorização dos economistas como intelectuais.

Para os economistas da PUC-Rio, especificamente, o Cruzado também trouxe importantes lições. Uma das mais evidentes foi a crise da articulação hegemônica de tipo heterodoxa que vinha sendo desenvolvida pelos economistas da PUC-Rio sob a insígnia da inércia inflacionária. A partir de então, houve um movimento de avaliação dos erros cometidos, balanço e autocrítica que produziu um deslocamento ideológico. Isto levou, como se evidenciou neste capítulo, a uma revalorização de pressupostos identificados com o monetarismo. Além disso, o Cruzado também evidenciou a importância de controlar o aparato estatal para o sucesso de um plano de estabilização econômico. Fazendo o balanço de sua experiência no Plano Real, Arida afirma que:

Minha experiência de Plano Cruzado me ensinou várias coisas. Primeiro, os responsáveis pela estabilização precisam controlar o processo de estabilização na sua dinâmica política. É necessário estruturar o plano em etapas e assegurar o sucesso de cada uma delas antes de partir para a próxima. O ajuste fiscal tem que ser feito antes e não depois. Corrigimos isso no Plano Real. O Banco Central tem que ter independência para colocar a taxa de juros no valor adequado para controlar a demanda agregada. A equipe econômica precisa ter controle da máquina pública ou ao menos dos seus elementos centrais como os bancos públicos. E, como o presidente da República tem a caneta, o único lastro efetivo da estabilização tem que ser a confiança dele na sua equipe (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019b, p. 34).

Um terceiro legado do Cruzado para o grupo foi a percepção de que as mudanças de que a economia brasileira necessitava iam muito além de uma política de estabilização e envolviam também mudanças estruturais que entravam em choque com a organização do Estado então existente.

8 1986 – 1994 - DO PLANO CRUZADO AO PLANO REAL

Os dois capítulos anteriores apresentaram, respectivamente, a leitura dos economistas da PUC-Rio sobre a inflação brasileira e sua participação no Plano Cruzado. Seguindo os argumentos desenvolvidos, as teorias sobre o caráter inercial da inflação brasileira expressaram ideologicamente a posição hegemônica do capital financeiro internacional no arranjo de classes predominante no Brasil daquele período. O Cruzado, como tentativa de objetivação dessa construção ideológica, revelou seus limites na medida em que o resultado concreto alcançado distanciou-se muito daquele almejado pelos seus formuladores. A longo da sua implementação o Plano Cruzado perdeu a capacidade de articulação hegemônica que as teorias que o embasaram carregavam originalmente, em parte, devido a uma série de disputas dentro da equipe econômica do governo Sarney (1985 – 1990). Junto a isso, o posicionamento dos intelectuais estudados dentro dessas disputas revela que eles buscavam implementar um programa oculto cujas premissas eram muito próximas daquelas do pensamento econômico ortodoxo.

O presente capítulo tem por objetivo analisar a trajetória do grupo de economistas entre o fim do Cruzado e a montagem da equipe econômica do Plano Real em 1993. Serão analisados três elementos desta conjuntura. O primeiro são as reformulações e ajustes da visão sobre a inflação brasileira. O segundo é o mapeamento dos vínculos profissionais destes economistas. O terceiro elemento é a participação política desses intelectuais no sentido de influenciar a conjuntura em curso.

O arranjo hegemônico liderado pelo capital financeiro internacional na segunda metade da década de 1980 foi marcado pelo experimentalismo. Neste sentido, houve sucessivas tentativas de estabilização frente às condições internacionais adversas, mas nenhuma delas conseguiu viabilizar um modelo duradouro. Esta relativa instabilidade, no entanto, não representou a ausência de hegemonia e sim uma característica da própria hegemonia do capital financeiro cujo poder econômico impunha-se desde fora e era sentido como uma drenagem de recursos financeiros para o exterior. Neste quadro, a tônica do arranjo hegemônico experimentalista a partir 1986 foi a aceitação por parte das frações burguesas internas desta subalternidade econômica frente à fração financeira internacional acompanhada do esforço de ajustes internos. Com isto, a definição da inflação como problema central a ser enfrentado pelo Estado nada tinha de natural, pelo contrário, refletia ideologicamente os próprios limites da ação estatal estabelecidos pela fração hegemônica.

Há de se perceber que a situação ao longo da segunda metade dos anos 1980 foi sofrendo modificações. Foi neste período que o neoliberalismo enquanto programa de reformas econômicas e estatais foi ganhando prestígio no Brasil à sombra dos sucessivos fracassos das soluções estabilizadores de tipo heterodoxas. O ano de 1989 foi simbólico em muitos sentidos para esta viragem. Além da queda do muro de Berlim, que anunciava a derrota da experiência soviética de transição ao socialismo, o consenso de Washington apontava para um programa de ajuste comum a ser aplicado nos países latino-americanos com claro viés neoliberal. Internamente, por outro lado, a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989 baseada num discurso antiestatista e pró-mercado, que derrotou o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno, criava condições para um alinhamento do Brasil com o ideário do Consenso de Washington. Contudo, ainda que 1989 tenha esse sentido de viragem, ele foi em certa medida o desfecho de mudanças internas que já estavam em andamento no Brasil naquela segunda metade dos anos 1980. E os “pais” do Plano Real acompanharam de perto este processo.

Em contraste com o período experimentalista anterior, o que ocorreu a partir da eleição de Collor pode ser compreendido como uma conjuntura de choque neoliberal (KLEIN, 2008). Se por um lado este choque produziu mudanças rápidas no arranjo hegemônico vigente, com um agressivo ajuste anti-inflacionário - o Plano Collor - um inédito programa de abertura comercial e financeira e a viabilização das privatizações, o choque também produziu instabilidade política, expondo as fragilidades da aliança política que sustentava o governo. Junto a isso, o agravamento da inflação herdada do período anterior e a incapacidade de dar uma solução final para o problema ia se tornando um empecilho crescente para a consolidação do programa neoliberal. Portanto, o início dos anos 1990 foi caracterizado por um impasse, pois o programa neoliberal avançava rapidamente e rapidamente também solapavam as bases políticas de sua continuidade.

Neste quadro, o impedimento de Collor e a posse de Itamar Franco na presidência em 1992 ameaçavam seriamente a continuidade daquele programa. Foi no desdobramento desta conjuntura que Fernando Henrique Cardoso ascendeu ao Ministério da Fazenda e elaborou o Plano Real. O sucesso deste tornou-se fundamental para a eleição de Cardoso à Presidência em fins de 1994 garantindo a continuidade e o aprofundamento do programa neoliberal.

8.1 A ATUALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE A INFLAÇÃO BRASILEIRA

A experiência do Cruzado, e seu insucesso, ofereceram novos elementos para que os economistas da PUC-Rio revisassem seus pressupostos de análise. Para aferir o peso do tema inflação na produção destes economistas após 1986 considerou-se as publicações dos “Textos para Discussão” (PUCRIO, 2020). Entre 1987 e 1989 foram publicados um total de 73 artigos naquela plataforma. Destes, 28 foram de autoria dos seis economistas aqui estudados. Contudo, as temáticas por eles desenvolvidas foram muito mais variadas do que no período anterior. Assim, dos 28 artigos, apenas 5 tratavam diretamente da questão inflacionária, como aparece no quadro abaixo.

QUADRO 4 - Produção dos intelectuais sobre inflação nos Textos para Discussão entre 1987 e 1989

ANO	AUTOR	TÍTULO
1987	Gustavo Franco	Um modelo para adoção de indexação em condições de alta inflação
1987	Edmar Bacha	Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil
1987	Gustavo Franco	Política de estabilização no Brasil: algumas lições do Plano Cruzado
1988	Edmar Bacha	<i>The two cruzados: the Brazilian stabilization programs of February 1986 and June 1987</i>
1988	André Lara Resende	Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual

Fonte: Textos para discussão do Departamento de Economia da PUC-Rio (PUCRIO, 2020).

Os esforços dos seis economistas da PUC-Rio depois de 1986 visavam explicar porque concretamente era possível e desejável uma combinação entre medidas de natureza heterodoxas e ortodoxas nos planos de estabilização futuros. Este movimento representava uma releitura e um reposicionamento destes intelectuais na conjuntura da época.

O primeiro texto de autoria de Gustavo Franco não oferece grande relevância para as questões que importam aqui (FRANCO, 1987b). Trata-se de uma análise sobre vantagens e desvantagens da indexação monetária dos ganhos de empresários e assalariados em contextos de inflação alta. Basicamente o autor afirma que os trabalhadores buscam indexar seus salários como uma atitude defensiva enquanto os empresários preferem apostar na não indexação como forma de aumentar seus ganhos futuros.

Seu segundo artigo é mais relevante. Neste Franco busca fazer um balanço do Plano Cruzado e extrair dele lições para o futuro (FRANCO, 1987a). O autor argumenta que a resolução do problema inflacionário dependeria de um movimento de coordenação das ações

dos atores econômicos o que, no contexto brasileiro, era muito difícil em virtude da fragmentação das representações de interesse tanto do empresariado quanto dos trabalhadores. Desde o início do texto fica patente que os atores centrais do processo são as classes internas. Aqui, como em outros textos de autoria dos intelectuais estudados, o capital financeiro internacional não parece ter grande relevância nem na configuração da inflação nem na sua solução. De saída, o autor defende a importância de aprofundar o conhecimento sobre o problema inflacionário, pois estes fenômenos não seriam autoexplicativos. Daí a crítica à ideia de que para combater a inflação bastaria disposição política:

Talvez o mais frequente dos clichês relativos ao combate à inflação seja o de que “as causas da inflação são simples e conhecidas e que só falta ao governo coragem ou disposição política para levar adiante a estabilização”. Esse tipo de argumentação parte invariavelmente de economistas de orientação conservadora, para os quais o problema da estabilização resume-se a uma administração “corajosa” da política monetária. [...]. Ao longo do século XX diversos “financistas” revezaram-se com esta bandeira: Joaquim Murinho, Leopoldo Bulhões, Pandiá Calógeras, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Ramalho Ortigão, Eugenio Gudin, Octávio Gouvea de Bulhões, Roberto Campos e os *Chicago Boys* de hoje (FRANCO, 1987a, p. 2).

O excerto é significativo porque mais uma vez mostra como os “pais” do Plano Real buscavam se diferenciar dos economistas mais ortodoxos. Franco certamente rechaça o diagnóstico e o receituário ortodoxo. Ele admite que as soluções monetaristas podem ser funcionais em contextos de inflações moderadas, mas são ineficientes para enfrentar hiperinflações. O autor também ressalta os altos custos sociais das soluções ortodoxas, citando o exemplo da política de austeridade do início da ditadura no Brasil - o PAEG – bem como a política econômica do governo Pinochet no Chile. Um dos pontos que afastam o autor da ortodoxia é que ele nega que o déficit público seja uma das causas principais da inflação brasileira. Segundo ele, teoricamente não haveria comprovação desta correlação.

Levando em conta que teoricamente a heterodoxia surgiu em contraste com os pressupostos ortodoxos, o esforço de Franco parece ser o de explicar porque é necessário combinar concretamente medidas heterodoxas e ortodoxas para se obter sucesso no combate à inflação brasileira. Para isso, ele propõe uma política anti-inflacionária em dois tempos. No primeiro prevaleceriam medidas de caráter heterodoxo. Estas, contudo, por terem como resultado provável o aquecimento da demanda interna, que poderia gerar novo impulso inflacionário, deveriam vir acompanhadas num segundo momento por políticas de caráter ortodoxo. Nas suas palavras:

Note-se que, na transição da inflação para a estabilidade de preços é provável que algumas influências expansionistas se façam presentes. Desaparece, por exemplo, o

“imposto inflacionário”, que no nosso caso era responsável, tomando-se como base o ano de 1985, por cerca de 2,4% do PIB. Se isto não é compensado por outros impostos, por austeridade fiscal ou por colocação de títulos gera-se um impulso expansionista [...] (FRANCO, 1987a, p. 14).

Assim, o autor busca demonstrar que, embora continue havendo uma clara distinção teórica entre ortodoxia e heterodoxia, do ponto de vista das medidas de estabilização é possível e desejável o emprego de medidas complementares orientadas por estas diferentes visões. Conclui-se, pois, que o esforço de Franco era o de tentar compatibilizar teoricamente uma composição entre heterodoxia e ortodoxia que na prática o grupo da PUC-Rio já tinha tentando à altura do Cruzado. Dessa forma, o programa antes oculto ia ganhando justificativas teóricas mais sólidas.

O texto de Edmar Bacha “Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil” parte também de um balanço do Plano Cruzado para refletir sobre os seus pressupostos teóricos (BACHA, 1987). O autor busca contemplar três diferentes abordagens sobre a inflação brasileira: a ortodoxia, a heterodoxia e a tese do conflito distributivo. Ao longo do texto, ele se debruça sobre um conjunto de fatores que incidiriam sobre o processo inflacionário, como o déficit fiscal, a inércia inflacionária, os conflitos distributivos e o papel da moeda nas expectativas dos atores econômicos.

Diferentemente de Gustavo Franco no texto analisado anteriormente, evidencia-se que a maior preocupação de Edmar Bacha não é a compatibilidade abstrata das diferentes vertentes teóricas entre si e sim sua efetividade prática e complementaridade. É interessante notar que Bacha não reconhece plenamente as fragilidades teóricas do inercialismo. Segundo ele, a ineficácia das soluções heterodoxas embutidas no Cruzado e nos planos que o sucederam deveram-se às mudanças ocorridas no próprio processo inflacionário brasileiro. Assim, segundo ele, o paradoxo foi “o inercialismo ter ganho proeminência acadêmica e arraste político justamente quando os pressupostos em que se baseava estavam sendo minados pela realidade” (BACHA, 1987, p. 12). O que o autor quer dizer com essas palavras? Provavelmente que havia distintos fatores impulsionando a inflação e, na medida em que se neutralizava um deles com um programa de estabilização - no caso do Cruzado teria sido neutralizado o fator inercial - outros passaram a se manifestar e, também, exigir tratamento. Segundo Bacha (1987, p. 11):

Do que foi dito, creio poder concluir que a força da hipótese do conflito distributivo não reside na solidez dos desenvolvimentos teóricos até agora disponíveis, mas na sua aderência ao senso comum e na evidência – para mim indisputável – de que boa parte das dificuldades do Plano Cruzado derivou-se da tentativa de dar a volta por trás do conflito, tentando comprar apoio popular com medidas de caráter populista – como o abono, o gatilho, os juros reais negativos e o prolongamento do congelamento dos

preços -, que logo demonstraram sua incompatibilidade com os objetivos do programa de estabilização.

Outra crítica que, com justeza, também se fará à execução do Plano Cruzado refere-se ao seu descompromisso com o controle do déficit público e à expansão monetária (BACHA, 1987, p. 11).

Como pode ser notado, a avaliação do autor é em certa medida uma extensão das disputas que já existiam dentro da equipe que elaborou o Cruzado. Porém, já se nota um grau maior de formalização de um programa de transformações mais profundas que as medidas anteriormente apresentadas. Na conclusão de seu artigo, Edmar Bacha defende que:

Após termos tentado suprimir o conflito distributivo pela via autoritária em 1964 e apaziguá-lo pela via populista em 1986, parece ter chegado a hora de tentarmos superá-lo pela via de um acordo social, se não em 1988, pelo menos em 1989. Como viabilizar esse acordo institucionalmente, envolvendo os partidos políticos e as organizações de classe, é algo que teremos que aprender fazendo, já que é limitada a experiência brasileira nessa área. Controlar o acesso do governo ao Banco Central deverá ser uma importante parte deste acordo. Também teremos aprendido que combater o déficit sem desindexar só produz recessão, enquanto desindexar sem combater o déficit só produz desorganização. Se mantivermos um olho no déficit e outro no conflito distributivo, sugiro que também iremos concluir que as políticas de estabilização mais eficazes são aquelas que envolvem reduções dos gastos improdutivos do governo e o refinanciamento dos juros da dívida externa – porque ao mesmo tempo diminuem o tamanho do déficit a ser financiado internamente e aumentam o tamanho do bolo a ser distribuído, reduzindo deste modo o conflito distributivo.

O monetarismo nos ensinou a necessidade de zerar o déficit operacional, para controlar a expansão monetária e domar as expectativas inflacionárias. O inercialismo nos ensinou a necessidade de desindexar salários e juros e de coordenar as decisões de preços, para evitar a recessão. O conflitismo nos ensinou a necessidade de promover um acordo social prévio, para evitar que a política de estabilização caia presa seja do autoritarismo, seja do populismo. Futuros programas de estabilização no país deverão saber incorporar as lições dessas três perspectivas, pois será somente assim que poderemos almejar compatibilizar a estabilização com o crescimento e a democracia (BACHA, 1987, p. 13–14).

Este excerto apresenta um conjunto de medidas que esboça um programa econômico mais próximo às diretrizes de tipo neoliberal. O primeiro passo para tanto seria um acordo social em torno da estabilidade monetária, cujas expectativas de Bacha giravam em torno da eleição presidencial de 1989. Junto a isso, o autor reconhece a contribuição da tradição heterodoxa ao defender a necessidade de desindexar salários, juros e controlar os preços, evitando o caminho de um choque recessivo. Vislumbrava-se a necessidade de instituir um maior grau de autonomia do Banco Central em relação às diretrizes do governo. Esta medida, vale salientar, tem um duplo significado. Por um lado, ela sugere o anseio de Bacha em priorizar critérios técnicos de domínio dos economistas – entendidos como não políticos – sobre os critérios políticos que poderiam desviar-se em direção ao populismo. Em segundo lugar, a própria noção de autonomia em relação ao governo supõe que alguma força externa à política deveria comandar a política

econômica nacional. Tal critério é compatível com a ascendência do capital financeiro internacional sobre a economia brasileira.

Edmar Bacha reforça a necessidade de combater o déficit público, consolidando a ideia tipicamente ortodoxa de que o Estado seria um dos principais agentes inflacionistas. Ademais, em sintonia com as negociações internacionais que giravam em torno do Plano Brady, ele menciona a necessidade de uma renegociação da dívida externa. Assim se compatibilizariam os três pilares que Bacha diz compartilhar: estabilização, crescimento e democracia. O interessante, porém, é que o tema do desenvolvimento e do combate às desigualdades desaparecem da agenda deste economista. Além disso, apesar do autor enfatizar a defesa do crescimento, ele parece pressupor que este seria uma tendência natural da economia brasileira na medida em que ele não faz menção a nenhuma política de indução ao crescimento, muito menos de incentivo ao setor industrial.

O artigo que expõe com maior clareza os interesses em jogo durante um programa de ajuste monetário é aquele de autoria de André Lara Resende intitulado “Da inflação crônica à hiperinflação” pois este reconhece que o caminho defendido até então por seu grupo estava longe de ser a única via para o controle inflacionário (RESENDE, 1988). O autor inicia a discussão fazendo uma distinção entre três tipos de inflação: moderada, crônica e hiperinflação. Segundo ele, estes três tipos implicariam em políticas de estabilização distintas. A inflação moderada seria resultado do excesso de demanda agregada gerada por políticas expansionistas tipicamente keynesianas. Aqui é interessante notar que o autor se coloca claramente ao lado da ortodoxia em sua crítica ao keynesianismo:

A hegemonia das ideias keynesianas sobre o controle da demanda agregada, como forma de evitar as profundas e prolongadas recessões observadas na primeira metade do século, introduziu viés inflacionário, que se manifestou com maior ou menor intensidade nas economias industrializadas, a partir da década de 60. Vozes isoladas e críticas do otimismo das possibilidades da administração macroeconômica da demanda agregada, Milton Friedman e a escola macroeconômica da Universidade de Chicago tiveram suas teses confirmadas pela evidência empírica dos anos 60 e 70 (RESENDE, 1988, p. 1).

As inflações crônicas seriam aquelas inflações mais intensas com tendências à aceleração. O autor enfatiza que as causas das inflações crônicas assim como o seu tratamento são diferentes daqueles aplicadas às de tipo moderada. As orientações ortodoxas, nestes casos, tendem a dar resultados inefetivos. Segundo Lara Resende, as inflações crônicas seriam causadas por tensões produzidas quando é extraído um excedente superior àquele disponível por poupança voluntária da sociedade. Em outros termos, a inflação seria uma espécie de reação a esta excessiva extração. Interessantes são os exemplos fornecidos pelo autor de situações deste

tipo: esforços intensos de industrialização em países atrasados, bem “como os esforços para obtenção de grandes superávits comerciais externos [...], para pagamento do serviço da dívida quando se interrompe o acesso às fontes de financiamento, como no caso dos grandes países devedores da década de 80” (RESENDE, 1988, p. 3). É importante ressaltar que esta parece ser a primeira vez que um dos economistas estudados reconhece que a drenagem de recursos para o exterior através do mecanismo da dívida foi um fator determinante para o processo inflacionário brasileiro.

Por fim, além da inflação moderada e crônica Lara Resende define a hiperinflação como uma depreciação monetária tão rápida que implica na “rejeição da moeda nacional” (RESENDE, 1988, p. 11). Ele afirma que a inflação brasileira àquela altura estava passando de crônica à hiperinflação. Em casos como este, ocorreria a ineficiência de soluções gradualistas, de forma que a melhor política seria a de choque. Tal qual seus colegas, Lara Resende defende também a necessidade de uma combinação de medidas heterodoxas e ortodoxas.

Para o foco deste trabalho, o trecho mais importante deste artigo é aquele em que o autor afirma que deixar intactas as relações com o setor financeiro internacional é uma opção de determinados tipos de política de estabilização e não uma condição inexorável para o combate à inflação. Neste caso, colocar o foco no ajuste das contas públicas seria apenas um dos caminhos a seguir, ainda que não o único. Segundo Lara Resende (1988, p. 7):

Deve-se observar, contudo, que a opção de privilegiar o déficit público como variável de ajuste não implica obrigatoriamente atribuir sentido de causalidade entre o déficit e as pressões inflacionárias. Trata-se de um julgamento sobre os custos e os benefícios das diversas possibilidades de ajustes. A redução do consumo e do investimento privados, ou da transferência líquida de recursos para o exterior, seriam opções igualmente passíveis de reestabelecer o equilíbrio do ponto-de-vista estritamente contábil das contas nacionais.

A opção pela redução do déficit público pressupõe que o ajuste com base na exclusiva redução da transferência líquida para o exterior não é factível ou desejável (RESENDE, 1988, p. 7).

Esta é a única passagem das obras analisadas em que há um explícito reconhecimento da posição de classe de um desses economistas. Tal posicionamento explícito não é recorrente neste tipo de texto certamente porque coloca em questão o argumento de neutralidade técnica e profissional dos economistas.

A modo de conclusão, o que se vê pois na atualização do debate sobre a questão inflacionária após 1986 é uma mudança de postura em relação à ortodoxia. Se antes os economistas estudados mantinham uma posição ambígua em relação à esta vertente teórica, ora ressaltando seus efeitos negativo, ora reconhecendo suas contribuições para o controle da

inflação, agora ocorre o reconhecimento explícito de que as alternativas heterodoxas e ortodoxas, embora mantenham uma identidade teórica própria, devem ser vistas como medidas complementares do ponto de vista de sua aplicação real. Isto certamente implicou num enfraquecimento da dimensão ideológica que as teorias sobre a inércia inflacionária carregavam anteriormente em benefício de uma postura mais pragmática e instrumental em relação à teoria. Supõe-se que este reposicionamento teórico esteve relacionado com algum tipo de reposicionamento político e um novo leque de alianças deste grupo de intelectuais na conjuntura brasileira, como veremos mais adiante. Por outro lado, o pressuposto nuclear da hegemonia do capital financeiro internacional, qual seja, a intocabilidade da drenagem dos recursos através do mecanismo da dívida externa, permanecia intacto. Prova disso é o explícito reconhecimento por parte de André Lara Resende de que este tipo de política anti-inflacionária era uma opção dentre outras existentes, estas consideradas inconvenientes.

8.2 LAÇOS PROFISSIONAIS E CONDIÇÃO DE CLASSE

Neste tópico analisa-se o conjunto de laços profissionais estabelecidos pelos economistas da PUC-Rio após 1986 a fim de compreender em que medida ocorreu um aprofundamento do vínculo direto desses intelectuais com o capital financeiro internacional. Ressalta-se que tais laços apontam não só o exercício profissional da economia como também a condição de classe desses indivíduos. Segue-se a mesma estrutura de sistematização apresentada no capítulo 4, discriminando as atividades no Estado brasileiro, no meio acadêmico nacional, em empresas e organizações nacionais, no meio acadêmico internacional e em empresas e organizações internacionais.

Em novembro de 1986, depois de uma série de embates com o governo Sarney (1985 – 1990) a respeito dos índices inflacionários elaborados e divulgados pelo IBGE Edmar Bacha se demitiu da presidência daquela instituição. Voltou a lecionar na PUC-Rio, universidade à qual permaneceria vinculado até 1993. A partir de 1987 ele desempenharia também papel de consultoria da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro. Todavia, confirmando a abrangência internacional de sua atuação, suas principais atividades depois do Cruzado foram desempenhadas nos Estados Unidos. Entre fins de 1986 e 1992 ele continuou assessorando o Grupo dos 24 para Assuntos Monetários Internacionais. No mesmo período foi consultor para temas econômicos internacionais da *World Instituto for Development Economics Research* na

Finlândia, membro do Comitê Executivo da Associação Econômica Internacional na França e membro do Comitê para o Planejamento do Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social da ONU. Bacha foi um dos sócios fundadores do *BBA-Creditanstalt*, juntamente com Fernão Bracher e Pêrsio Arida (BRANDÃO, 2013, p. 127). Este banco era associado ao maior grupo financeiro da Áustria. Constata-se, pois, que a trajetória de Edmar Bacha antes e depois do Plano Cruzado tem grande continuidade, aprofundando-se os vínculos internacionais deste intelectual através do meio acadêmico e das instituições financeiras.

Pedro Malan, como já dito, foi o único do grupo que não teve envolvimento direto com a equipe do Plano Cruzado. Em 1986 ele já atuava quase que exclusivamente no exterior, tornando-se naquele ano Diretor Executivo no Banco Mundial, cuja sede era nos Estados Unidos, e viria mais tarde a ser Diretor Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 1991, a convite do ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira, Malan tornou-se negociador-chefe da dívida externa brasileira, posição que manteve até 1993 quando assumiu a presidência do Banco Central a convite do então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. A trajetória de Malan é em certo sentido exemplar de um intelectual orgânico do capital financeiro internacional. Ele chegou a assumir altos postos nas instituições de governanças financeira globais mais relevantes e, quando voltou ao Brasil, assumiu postos estratégicos no comando da política econômica estatal.

Francisco Lopes continuou sendo, como antes, um economista cuja atuação era eminentemente nacional. Ao contrário de seus colegas ele seguiu mais tempo no governo Sarney (1985 – 1990) e assessorou o Plano Bresser, em 1987. Lopes continuou vinculado também à PUC-Rio. Além da esfera estatal, sua atuação profissional se concentrou na área de assessoria financeira que se deu através de sua própria empresa, a Macrométrica, criada em 1986. Por isso, nota-se que diferentemente de seus colegas Francisco Lopes praticamente não atuou profissionalmente no meio acadêmico internacional e não estabeleceu vínculos formais diretos com o capital financeiro internacional. Por outro lado, é possível que tais vínculos tenham se dado através de sua atividade de assessoria.

Seguindo a tendência dos anos anteriores, a trajetória de André Lara Resende aponta para um aprofundamento de sua relação com grupos empresariais nacionais e internacionais, com ênfase no setor bancário e financeiro. Logo que deixou o Banco Central, Lara Resende passou por um período de intensa atividade profissional. Retomou à PUC-Rio, onde ficou até 1988. Retornou também ao Banco Garantia, além de assumir o cargo de diretor externo das Lojas Americanas e da Companhia Ferro Brasileiro. Em 1989 se tornaria diretor executivo do

Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas, responsável por gerir os negócios da família Moreira Salles e, no mesmo período, assumiu o cargo de vice-presidente executivo do Unibanco, também de propriedade do grupo Moreira Salles. Em 1993 foi um dos sócios fundadores do Banco de Investimentos Matrix juntamente com Edmar Bacha e outros três sócios. Neste período, além de seu envolvimento com o setor empresarial nacional, Lara Resende também estabeleceu laços com o capital financeiro internacional. A partir de 1990 passou a compor o conselho consultivo do *The Capital Group*, um dos maiores grupos financeiros norte-americanos sediado em Los Angeles.

Reafirmando a estreiteza dos laços com seu colega André Lara Resende, Pêrsio Arida compartilhou com este alguns espaços em comum. Ao deixar o governo Sarney (1985 – 1990), Arida foi convidado a compor a diretoria da Brasil Warrant, onde ficou até 1989. Naquele mesmo ano, passou a fazer parte do conselho de administração do Unibanco. Ao lado de Edmar Bacha, foi sócio fundador do Banco *BBA-Creditanstalt*. Portanto, sua atividade profissional esteve bastante ligada ao setor bancário nacional e, periféricamente, internacional.

Assim como Pedro Malan, Gustavo Franco também não se envolveu diretamente com o Cruzado. Como já dito, ele retornou do seu doutorado em Harvard em 1986. A partir daí, Franco destacou-se por desempenhar diversas atividades de consultoria para agências estatais brasileiras. Os temas dessas consultorias revelam a afinidade do economista com a dinâmica financeira internacional. Gustavo Franco também passou a lecionar na PUC-Rio. Na esfera internacional, o mais jovem dos “pais” do Plano Real realizou atividades de consultoria para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que representa os interesses das principais potências econômicas mundiais e para a Conferência das Nações Unidas para Comércio de Desenvolvimento, ambas em fins dos anos 1980. Diferentemente de Edmar Bacha, não se verifica no caso de Gustavo Franco uma atuação na esfera acadêmica internacional.

O quadro abaixo sintetiza a atuação dos seis intelectuais entre 1986 e 1994.

QUADRO 5 - Atuação profissional de Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco entre 1986 e 1994 discriminada segundo a área

EDMAR BACHA	
ESTADO BRASILEIRO	- 1993 - Assessor especial para a área monetária do Ministro da Fazenda
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	- 1986 - 1993 – Professor da PUC-Rio - 1993 – 1994 - Docência UFRJ
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	- 1987 – 1992 - Consultor da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro - 1993 – Sócio fundador do Banco de Investimentos Matrix
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	- 1988 – 1989 – Professor visitante da Stanford University (USA) - 1988 – 1989 – Professor visitante University of California, Berkeley (USA)
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	- 1986 – 1992 - Grupo dos 24 para Assuntos Monetários Internacionais (USA) - 1987 – 1992 – Consultor do grupo para Temas Econômicos Internacionais da <i>World Institute for Development Economics Research</i> (FI) - 1987 – 1992 – Membro do comitê executivo da Associação Econômica Internacional (FR) - 1987 – 1994 - Membro do Comitê para o Planejamento do Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social da ONU (USA) - 1988 - 1994 – Sócio fundador do Banco BBA-Creditanstalt, associado do <i>Bank Austria Creditanstalt</i>

PEDRO MALAN	
ESTADO BRASILEIRO	- 1991 – 1993 - consultor especial do Ministério da Fazenda e negociador chefe para assuntos da dívida externa do Brasil (USA) - 1993 – 1994 - Presidente do Banco Central
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	Não consta.
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	Não consta.
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	Não consta.
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	- 1986 – 1990 - Diretor Executivo no Banco Mundial (USA) - 1990 – 1992 - Diretor Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (USA) - 1992- 1993 - Diretor Executivo no Banco Mundial (USA)

FRANCISCO LOPES	
ESTADO BRASILEIRO	- 1987 - Assessor Especial do Ministro da Fazenda
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	- 1987 - Professor em tempo parcial da PUC-Rio
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	- 1986 – 1994 - Sócio fundador das Empresas Macrométrica
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	Não consta.
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	Não consta.

ANDRÉ LARA RESENDE	
ESTADO BRASILEIRO	Não consta.
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	- 1986 – 1988 – Professor na PUC-Rio - 1993 - Negociador-chefe da dívida externa
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	- 1987 – 1988 – Diretor do Banco Garantia - 1987 – 1990 - Diretor Externo da Companhia Ferro Brasileiro - 1987 – 1989 - Diretor Externo das Lojas Americanas - 1989 - Diretor Executivo do Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas - 1989 – 1993 - Membro do conselho diretor e vice-presidente executivo do Unibanco - 1993 – Sócio fundador e diretor do Banco de Investimentos Matrix
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	Não consta.
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	- 1990 – 1994 - conselho consultivo do <i>The Capital Group</i> , em Los Angeles (USA)

PÉRSIO ARIDA	
ESTADO BRASILEIRO	- 1993 – 1994 – Presidente do BNDES
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	Não consta.
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	- 1987 – 1989 - Diretoria da holding Brasil Warrant - 1989 – 1990 - Membro do Conselho de Administração do Unibanco
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	Não consta.
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	- 1988 - 1994 – Sócio fundador do Banco BBA-Creditanstalt, associado do <i>Bank Austria Creditanstalt</i>

GUSTAVO FRANCO	
ESTADO BRASILEIRO	- 1986 – 1987 – Consultor do Banco Central sobre sistema financeiro, esforço de poupança e retomada do crescimento - 1987 – 1988 – Consultor do BNDES sobre investimento direto estrangeiro no Brasil - 1990 – Consultor do Ministério do Planejamento sobre o relatório do <i>World Bank's Report "Foreign Investment Policies in Brazil"</i> - 1993 - Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda - 1993 - Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil - 1994 - Presidente do Banco Central
MEIO ACADÊMICO NACIONAL	- 1986 – 1992 - Professor na PUC-Rio
EMPRESAS E ORG. NACIONAIS	Não consta.
MEIO ACADÊMICO INTERNACIONAL	Não consta.
EMPRESAS E ORG. INTERNACIONAIS	- 1988 – Consultor da OCDE sobre investimento direto estrangeiro e industrialização em países em desenvolvimento (FR) - 1989 – 1990 – Consultor: <i>Trade Policies in the 1990s</i> - Conferência das Nações Unidas para Comércio de Desenvolvimento (SWI)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de fontes diversas.

Constata-se que as trajetórias individuais continuam sendo relativamente heterogêneas. Porém ao comparar este quadro com aquele apresentado no capítulo 4, que sintetiza as atividades do grupo antes de 1986, evidencia-se agora uma ligação mais direta destes economistas com o mundo financeiro nacional e internacional através de funções desempenhadas em bancos, em organizações de governança internacional e em atividades de assessoria. Este processo pode ter relação com a própria notoriedade que estes economistas ganharam ao integrarem a equipe econômica do Plano Cruzado. Afinal, certamente o estreitamento de relações da fração financeira com intelectuais que ascendem a postos de comando da política econômica estatal também faz parte de sua estratégia hegemônica. Este envolvimento certamente tornou estes intelectuais mais sensíveis às necessidades e interesses do capital financeiro internacional o que parece ter-se refletido no âmbito de suas ações políticas durante este período.

8.3 A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS INTELECTUAIS DE 1986 A 1994

Para o grupo da PUC-Rio, os anos que foram de 1987 a 1994 representaram uma trajetória bem menos linear do que aquela que vinha se desenvolvendo até então. De uma parte, consolidou-se entre os membros do grupo a ideia de que a inflação continuava sendo o eixo que oportunizava um processo de reorganização da economia brasileira para adequá-la às necessidades da dinâmica internacional. Por outro, há uma consciência crescente de que as mudanças necessárias passavam por uma reorganização das funções econômicas do Estado e eram mais profundas do que aquelas que o grupo tinha defendido até o Plano Cruzado. Cada um destes economistas teve uma participação diferente naquela conjuntura de transição.

Depois do Cruzado, Francisco Lopes seguiu em busca de um caminho promissor para o combate à inflação. Em 1987, ainda durante o governo Sarney (1985 – 1990), ele participou do Plano Bresser tentando, mais uma vez, uma política de congelamento de preços, salários e tarifas. No ano seguinte, pouco depois de aprovado o texto da nova Constituição, juntamente com Osmundo Rebouças, Francisco Lopes elaborou um projeto de lei que “propunha a substituição do cruzado por uma nova moeda, o real, alterando o Sistema Monetário Nacional com vistas a conter a inflação” (CPDOC, 2009b). A proposta, no entanto, não prosperou.

Em 1988 os seis economistas da PUC convergiram mais uma vez para um mesmo espaço. Desta vez o intelectual coletivo que os agregou não foi uma instituição acadêmica e sim

um partido político. O PSDB nasceu de uma dissidência interna do PMDB durante a Assembleia Constituinte de 1987-1988 (DULCI, 2010; GUIOT, 2006). Foi através desta organização partidária que aqueles intelectuais encontraram a liderança política capaz de criar as condições para a implantação do programa econômico que vinham desenvolvendo.

Segundo Brandão, o programa original do PSDB lançado em 1988 foi formulado por José Serra e Fernando Henrique Cardoso, “depois de discussões com André Lara Resende, Edmar Bacha, Hélio Jaguaribe e Luiz Carlos Bresser Pereira” (BRANDÃO, 2013, p. 150) o que evidencia a influência dos economistas da PUC-Rio sobre a constituição deste partido. Em contraste, Gustavo Franco argumenta que neste momento ainda não havia uma completa afinidade programática no interior do PSDB. Ele insiste que o partido “não tinha identidade do ponto de vista de pensamento econômico” comportando tanto economistas com visão mais liberal, com a qual ele se identificava, quanto àqueles “de tradição cepalina com conexões com a Unicamp” a exemplo de José Serra (DADOS DE PESQUISA. Entrevista com o economista Gustavo Franco, 2019). Segundo ele, foram os economistas da PUC-Rio que ajudaram a criar esta identidade programática no interior do partido ao longo do tempo.

Como já foi mencionado, o ano de 1989 foi especialmente importante na trajetória política e econômica brasileira. Naquele contexto, a eleição de Fernando Collor de Mello representou um momento de virada da política econômica em direção a um programa mais formalizado em torno dos interesses do capital financeiro internacional, o neoliberalismo. Cabe recordar, todavia, que Collor de Mello não era o único candidato afinado com essas ideias. O PSDB também compartilhava de um programa de tipo neoliberal, o que pode ser aferido pelo discurso de Mário Covas em 1989 que ficou conhecido como “choque de capitalismo” (COVAS, 2011). Tal discurso demonstrava que aquele candidato estava atento às mudanças globais em curso, incluindo o desmoronamento da União Soviética, a integração da Europa e as mudanças no sistema financeiro global, sugerindo que os desafios internos nacionais deveriam ser enfrentados articulando o controle da inflação, a abertura econômica e a reorganização das funções do Estado. Gustavo Franco integrou a equipe econômica da campanha de Mário Covas em 1989. Ele recorda que, no segundo turno das eleições disputado por Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, a equipe de Covas foi convidada a produzir diretrizes para o futuro governo Collor:

Nós tínhamos um grupo na campanha do Covas que vinha montando planos pertinentes ao processo de abertura, em política comercial e industrial. E do primeiro para o segundo turno, o grupo se dispersou, mas nós fomos procuradas pela campanha do Collor que quase que terceirizou e nos encomendou uma série de dispositivos sobre a abertura que nós efetivamente trabalhamos e fizemos. Um par de medidas

provisórias sobre política comercial e abertura, que foram inclusive publicadas e viraram leis (DADOS DE PESQUISA. Entrevista com o economista Gustavo Franco, 2019).

Este fato mostra que havia uma forte afinidade programática entre os “pais” do Plano Real e o governo Collor (1990 – 1992). Ainda que de maneira periférica, este grupo de economistas tentou incidir sobre a política econômica daquele governo. Gustavo Franco acrescenta ainda que durante o governo Collor (1990 – 1992) o PSDB negociou uma aliança para entrar no governo na qual o partido ficaria com o Ministério da Fazenda. Segundo ele “na ocasião o próprio José Serra reuniu em torno de si algumas vezes na casa dele em São Paulo este grupo do Real, ampliado, para conversar sobre preparativos e planos caso essa aliança se concretizasse” (DADOS DE PESQUISA. Entrevista com o economista Gustavo Franco, 2019).

Luís Nassif também comenta sobre este movimento de aproximação entre o PSDB e o governo Collor (1990 – 1992). De acordo com o jornalista parte do Plano Brasil Novo, que depois ficou conhecido como Plano Collor I, contou com as elaborações de André Lara Resende, ainda que este não estivesse oficialmente na equipe do governo. Uma dessas decisões, o famoso congelamento de ativos em contas correntes e poupanças, teria contado com as sugestões e o aval de Lara Resende. Nassif argumenta que “A decisão do bloqueio de cruzados foi tomada em uma reunião na casa do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, presentes Collor, Simonsen e os economistas Daniel Dantas e André Lara Resende” (NASSIF, 2005). Mais tarde, por intermédio de seu sogro, Hélio Jaguaribe, Lara Resende teria proposto a Collor um plano de estabilização muito parecido ao que viria a ser o Plano Real:

No final do governo, seu ministro Hélio Jaguaribe pediu-lhe que ouvisse as propostas de seu genro, André Lara Resende, de um programa de estabilização. Collor ouviu-o sozinho, sem a presença de Marclio. Lara Resende apresentou-lhe um esboço do futuro Plano Real. Dizia-lhe que as mudanças operadas nos últimos anos na economia tornavam o plano viável. Collor entusiasmou-se. Mas seu tempo político já havia se esgotado (NASSIF, 2005).

Com isso, fica evidente que alguns dos economistas do grupo estudado buscaram incidir sobre os rumos do governo Collor (1990 – 1992) ainda que o tenham feito na maior parte das vezes de forma individual.

De todos os seis economistas estudados, Pedro Malan provavelmente é aquele que estabeleceu vínculos mais fortes e evidentes com instituições ligadas ao capital financeiro internacional. É interessante observar como tais relações refletiu-se na adesão de Malan ao consenso de Washington. Em 1991, este economista publicou um texto intitulado sugestivamente de “Uma crítica ao consenso de Washington” (MALAN, 1991). Na verdade, o

título ao mesmo tempo engana e revela as intenções do autor. Engana porque ao contrário do que pode dar a entender, ele expressa uma quase completa aprovação das diretrizes de Washington, mas revela na medida em que apresenta literalmente apenas uma crítica. Toda a discussão do autor gira em torno da constatação de que o processo de abertura dos países latino-americanos foi um fracasso do ponto de vista do desempenho econômico.

Há, um reconhecimento de que, em geral, o caminho assumido pelos países da região estaria correto:

Os ventos de mudança estão se fazendo sentir em todo o mundo, incluindo a América Latina. Não apenas ventos e palavras, mas também ações importantes estão sendo empreendidas por governos, levando frequentemente a resultados concretos. É importante que se apontem os desenvolvimentos positivos sempre que ocorrem, e tais eventos positivos estão seguramente ocorrendo, mesmo na América Latina (MALAN, 1991, p. 8).

O consenso de Washington se apoiaria, segundo o autor, na aplicação de um conjunto de medidas macro e microeconômicas orientadas para o fortalecimento da inserção dos países periféricos no mercado mundial. Não obstante, ao contrário do esperado, o problema é que o resultado desse caminho não foi promissor no que se refere ao crescimento econômico. Conforme Malan, a situação era a seguinte:

Segundo o assim chamado Consenso de Washington – para utilizar o termo apropriado de John Williamson –, uma vez que a estabilidade macroeconômica e a reforma microeconômica sejam atingidas, ou uma vez que esses objetivos estiverem sendo seriamente buscados de modo sustentável, o crescimento e o desenvolvimento advirão, quase naturalmente, como cogumelos selvagens em solo fértil umedecido por uma chuva de primavera. [...]

[...]

O triste desempenho da maioria dos países latino-americanos por quase uma década, bem como o desempenho desastroso de muitos países africanos por quase duas décadas, contudo, suscita dúvidas fundamentais sobre se a agenda de Washington seria suficiente para restaurar o crescimento e o desenvolvimento uma vez atingida a estabilidade e eliminadas as piores formas de distorção de preços.

Uma visão alternativa defenderia que, embora a estabilidade global seja essencial e que as piores formas de distorção de preços devam ser eliminadas, é preciso mais para assegurar crescimento, desenvolvimento e mudança tecnológica de longo termo. Esta peça que falta não é considerada pela visão atualmente dominante, refletida no assim chamado Consenso de Washington (MALAN, 1991, p. 10).

A mensagem é clara. Constata-se que em momento algum o autor coloca em questão a necessidade de seguir as orientações de Washington. Ele nem sequer chega a questionar os reais efeitos dessas medidas sobre a economia dos países latino-americanos. Ao contrário, o que Malan faz é argumentar a necessidade de aplicar as diretrizes do Consenso de Washington, ainda que estas não sejam consideradas suficientes para se atingir o almejado crescimento. Com isso, ele deixa um espaço a ser ocupado pelos formuladores das políticas econômicas nacionais

que deveriam propor medidas originais voltadas para o desenvolvimento tecnológico e social. Ou seja, definitivamente o programa do capital financeiro expresso pelo Consenso de Washington foi incorporado por Pedro Malan.

Esta incorporação do programa do capital financeiro internacional também pode ser observada através da atuação de Malan como negociador-chefe da dívida externa brasileira. Provavelmente Pedro Malan foi escalado pelo Ministro da Fazenda Márcílio Marques Moreira em 1991 para ser negociador da dívida em virtude de seu conhecimento sobre a dinâmica do capital financeiro internacional e de seus laços com as instituições representativas desta fração. Foi sob sua liderança que se processou a financeirização da dívida externa brasileira nos termos previstos pelo Plano Brady:

O acordo alcançado entre o Brasil e seus credores privados enquadrou-se, com algumas significativas inovações, nas linhas gerais da chamada “iniciativa Brady” de reestruturação da dívida externa dos países em desenvolvimento, assim como em referência ao Secretário do Tesouro dos Estados Unidos da América que a anunciou, em março de 1989, respondendo a demanda de países devedores, dentre os quais o Brasil. Antes do Brasil, concluíram acordos nos moldes do Plano Brady diversos países, como o México em 1989, a Venezuela em 1990, e a Argentina em 1992.

O elemento essencial de acordos desse tipo é a novação da dívida objeto da reestruturação, mediante sua troca por bônus de emissão do governo do país devedor, cujos termos envolvem abatimento do encargo da dívida, seja sob a forma de redução de seu principal, seja por alívio da carga de juros.

Para estimular a adesão dos credores, os bônus contam com a garantia integral ou parcial de pagamento de principal e/ou de juros. A garantia de principal é dada, no mais das vezes, sob a forma de caução de títulos emitidos pelo Tesouro americano [...]. Na aquisição das garantias, o país devedor conta normalmente com financiamento oriundo dos organismos multilaterais – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (CERQUEIRA, 2003, p. 75).

Aqui se desvenda o sentido da proposta de renegociação da dívida externa liderada por Pedro Malan. Tratava-se, pois, de garantir uma ligação orgânica da dívida com o sistema financeiro norte-americano, relação esta salvaguardada pelas instituições financeiras internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e o BID. A partir do convite do recém empossado Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, Pedro Malan deixou a função de negociador-chefe da dívida em 1993 para assumir a presidência do Banco Central do governo Itamar Franco (1992 – 1995). André Lara Resende assumiu o seu lugar como negociador da dívida.

A própria formação da equipe econômica do Ministro Fernando Henrique Cardoso em 1993 denota a centralidade que o capital financeiro internacional tinha adquirido. Não é um mero detalhe o fato de que quando foi nomeado Ministro da Fazenda em maio de 1993, Cardoso encontrava-se nos Estados Unidos. Nesta ocasião, suas primeiras conversas sobre a formação de sua equipe ocorreram em Nova Iorque com Pedro Malan e Armínio Fraga. O primeiro, como

já observado, estava lá como negociador da dívida brasileira, enquanto o segundo, outro economista oriundo da PUC-Rio, era assessor do financista húngaro George Soros. De maneira similar, uma parte significativa dos economistas estudados estava àquela altura atuando organicamente no setor privado nacional e internacional, principalmente em grandes grupos financeiros. Francisco Lopes estava desenvolvendo trabalho de assessoria em sua própria empresa, a Macrométrica. Edmar Bacha e Pécio Arida estavam atuando no *BBA-Creditanstalt* e André Lara Resende estava vinculado ao Banco Matrix, ao Unibanco e ao *Capital Group*.

9 CONCLUSÕES

Este trabalho teve por objeto a trajetória de seis dos economistas que participaram da elaboração do Plano Real – Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, André Lara Resende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco. O problema que orientou a pesquisa foi desvendar em que medida estes economistas atuaram em sintonia com os interesses do capital financeiro internacional. Partiu-se do pressuposto de que uma possível resposta ou interpretação a esta questão poderia ser encontrada através da análise da formação e da atuação profissional destes intelectuais como economistas. Esta abrangeu o período que vai dos anos 1960 até 1994.

Tomou-se como ponto de partida da análise as mudanças na organização da hegemonia no interior da classe dominante no Brasil desde os anos 1930. Demonstrou-se que esta hegemonia esteve articulada com a dinâmica do capitalismo global e os espaços de autonomia possíveis dentro da ordem econômica internacional. Observou-se que ao longo dos anos 1970 houve um processo global de financeirização econômica que gerou uma crescente autonomização da esfera financeira em relação à produtiva. Com isto, os grupos financeiros passaram a “parasitar o processo produtivo”, para empregar um termo cunhado por Nakatani e Carcanholo (1999). Este desdobramento que teve como centro os Estados Unidos, teve uma abrangência internacional, submetendo as diferentes regiões do globo a uma nova divisão internacional do trabalho. Na América Latina isto se manifestou, dentre outros aspectos, como estagnação e parcial reversão do desenvolvimento industrial.

Neste quadro, entrou em crise a hegemonia da fração industrial estrangeira que caracterizou o arranjo vigente entre 1964 e 1974 e que havia produzido o “milagre” do acelerado crescimento industrial no Brasil. Em fins dos anos 1970, em virtude das modificações na correlação de forças internacionais, se tornou perceptível a transição para uma nova hegemonia, agora liderada pelo capital financeiro internacional. Esta nova hegemonia foi sentida inicialmente no Brasil pelo seu aspecto negativo, ou seja, pelo estrangulamento financeiro que agravou a questão da dívida externa. Ao longo dos anos 1980 não foi possível atingir um arranjo hegemônico duradouro de tal modo que esta hegemonia se caracterizou pelo experimentalismo e pelas tentativas de gestão interna da crise.

A hipótese que foi desenvolvida ao longo deste trabalho é a de que os seis economistas atuaram em sintonia com os interesses do capital financeiro internacional desde os anos 1980 na medida em que contribuíram para elaborar uma forma de hegemonia adequada àquela fração de classe, levando em conta as possibilidades e restrições da conjuntura e seus desdobramentos.

Neste sentido, a tese buscou demonstrar que estes economistas atuaram como intelectuais orgânicos, em termos gramscianos, do capital financeiro internacional. Para demonstrá-lo, partiu-se do entendimento de que a constituição destes indivíduos como intelectuais orgânicos se deu centralmente pela sua profissionalização como economistas. Por isso, enfocou-se o estudo da formação e da atuação profissional deste grupo desde os anos 1960 até a sua participação na equipe econômica do Plano Real, em 1994. A partir da análise destas trajetórias pôde-se chegar a uma série de conclusões. A seguir apresento algumas contribuições metodológicas mais gerais que puderam ser sintetizadas a partir da pesquisa realizada. Em seguida, apresento algumas conclusões empíricas do trabalho.

Em primeiro lugar, do ponto de vista metodológico, este trabalho demonstrou que os intelectuais não são elementos passivos que apenas seguem interesses pré-estabelecidos. Pelo contrário, o papel do intelectual orgânico é muito distinto daquele desempenhado pelo lobista. Afinal, o intelectual orgânico estabelece uma relação ativa com a classe a qual está vinculada, não apenas representando seus interesses, mas também articulando-os de maneira mais ou menos original na esfera política e ideológica. Este aspecto diz respeito à categoria da *práxis*, pois importa tanto o que os intelectuais pensam quanto aquilo fazem. Neste trabalho o papel ativo dos intelectuais apareceu sob a forma de formulações teóricas a respeito do fenômeno inflacionário no Brasil e de seu envolvimento prático com as políticas econômicas governamentais.

Em segundo lugar, o caráter ativo dos intelectuais é uma exigência da própria função que estes desempenham. Afinal, os intelectuais orgânicos são responsáveis por operacionalizar e administrar a hegemonia de uma fração de classe no plano político e ideológico. Para fazê-lo eles precisam enfrentar um cenário no qual a correlação de forças é complexa e variada e onde já está estabelecida uma arquitetura organizativa precedente. Por isso, a habilidade política é uma das exigências ligadas à função dos intelectuais uma vez que em sua atuação eles precisam impor sua vontade, convencer, estabelecer alianças e fazer concessões a terceiros para que os interesses fundamentais da fração hegemônica prevaleçam.

Em terceiro lugar, considerando que os intelectuais detêm certo nível de flexibilidade para operar em cenários conjunturais específicos, seus vínculos de classe não são facilmente identificados. Há que se considerar, pois, que a hegemonia é uma forma sofisticada de dominação. Como buscou-se demonstrar neste trabalho, antes de focar-se a atuação dos intelectuais orgânicos é necessário caracterizar a hegemonia existente, identificando a fração hegemônica e as condições que se apresentam conjuntamente para a manutenção desta

hegemonia. É possível conceber a hegemonia como as condições políticas e ideológicas que garantem o predomínio econômico de uma fração. A partir desta definição, percebe-se que a hegemonia comporta mudanças de formas - ou arranjos - e continuidade no que diz respeito ao conteúdo da dominação.

Em quarto, este trabalho aponta que a compreensão do papel dos intelectuais orgânicos depende também da observância de seu processo formativo. Este envolve alguns níveis de mediação que garantem a formação ideológica, técnico-profissional e identitária dos intelectuais, bem como seu processo organizativo. Estes níveis são responsáveis por sedimentar nos intelectuais determinadas visões de mundo e capacidades que o tornam aptos a operarem a hegemonia de uma fração de classe específica. Além disso, há uma dimensão pedagógica que perpassa a sua formação, pois os intelectuais não apenas repetem, mas também aprendem a lidar com cenários novos. Assim, considerando que os níveis de mediação têm uma dinâmica específica e sua própria historicidade, a análise formativa precisa abranger um estudo de médio e longo prazo.

No que diz respeito à etapa formativa do grupo, conforme analisada no capítulo 3, verificou-se uma interessante convergência entre o posicionamento político destes economistas e suas simpatias teóricas. A maioria dos membros do grupo mostrou ter uma posição crítica à ditadura militar, em diferentes graus. Este posicionamento político convergiu com sua proximidade do pensamento estruturalista latino-americano e do marxismo. Ao mesmo tempo, verificou-se também que o grupo tinha uma postura crítica ao pensamento neoliberal da Universidade de Chicago, muito identificado com a política econômica do regime militar. Destacou-se também neste período formativo a participação de Pedro Malan e de Edmar Bacha no debate sobre a concentração de renda no Brasil, fortemente politizado. Não se pretende com isso anunciar qualquer nexo de causalidade entre os posicionamentos políticos e teóricos-acadêmicos destes economistas. Para os fins deste trabalho, é suficiente concluir que esta convergência funcionou como um circuito de retroalimentação entre as posições políticas e teóricas que permitiu ao grupo cumprir um papel de uma oposição intelectual moderada à política econômica da ditadura. Isto permitiu com que depois, já no processo de democratização, eles fossem reconhecidos como quadros competentes para ocupar importantes postos de comando da política econômica estatal.

Ainda nesta fase formativa, o fator central que explica o vínculo destes intelectuais com o capital financeiro internacional foi sua estadia nos Estados Unidos durante a pós-graduação. Todos os seis economistas permaneceram alguns anos estudando no maior centro econômico

do mundo capitalista durante a Guerra Fria. A importância desta estadia no exterior e a influência do meio acadêmico norte-americano pode ser depreendida pelas novas adesões teóricas do grupo, com o seu distanciamento em relação ao marxismo e sua aproximação das formulações keynesianas e monetaristas.

Como demonstrou-se no capítulo 4, os seis economistas conformaram um intelectual coletivo no momento em que passaram a atuar conjuntamente no Departamento de Economia da PUC-Rio em fins dos anos 1970 e início dos 1980. Portanto, verifica-se um relevante movimento de convergência nas trajetórias individuais que vão levando à conformação de um grupo. A PUC-Rio se particularizou pelo seu alto grau de internacionalização e por seus vínculos fortes com o meio acadêmico norte-americano. Além disso, diferenciava-se de outros cursos universitários então existentes, localizando-se num espaço intermediário que tinha de um lado a Unicamp e a UFRJ - mais identificadas com o marxismo e com o desenvolvimentismo - e de outro, a USP e a FGV, mais identificadas com o pensamento neoliberal da Escola de Chicago. Foi neste mesmo período que estes intelectuais passaram a ter uma atuação profissional diversificada, destacando-se a sua inserção em algumas agências estatais, especialmente o IPEA, sua presença em universidades estrangeiras e seu envolvimento com empresas e organizações de abrangência nacional e internacional. Portanto, antes de 1986 já se verificam vínculos profissionais mais diretos deste grupo com o capital financeiro internacional.

Foi no âmbito da PUC-Rio que os referidos intelectuais produziram um novo conjunto de formulações sobre a inflação brasileira, como discorrido no capítulo 5. Este processo contou também com uma articulação internacional, tendo à frente ao que parece o economista John Williamson. Demonstrou-se como as chamadas teorias inercialistas funcionaram como constructos ideológicos que criaram um vazio, nos termos de Laclau (LACLAU, 2004), capaz de capturar interesses muito diversos. Assim, as teorias inercialistas buscavam internalizar a hegemonia do capital financeiro em condições específicas, marcadas pelas transformações políticas da redemocratização e pelo ativismo do movimento operário. Este constructo ideológico matinha intactos os interesses do capital financeiro internacional e, ao mesmo tempo, sugeria a possibilidade de uma solução ganha-ganha para a inflação brasileira sob o ponto de vista das classes internas. Tratava-se da construção da estabilidade monetária como o problema econômico central a ser enfrentado pelo Estado e como interesse comum da sociedade.

As formulações originais do grupo foram postas a prova durante o Plano Cruzado lançado em 1986, no qual contribuíram Edmar Bacha, Francisco Lopes, André Lara Resende e Pêrsio Arida, conforme analisado no capítulo 6. Este plano inaugurou a etapa de hegemonia experimentalista do capital financeiro no Brasil. Ele foi marcado pelas inconsistências teóricas que o informaram e pelo improvisado em sua execução. O Cruzado levou à crise da articulação hegemônica representada, no plano ideológico, pelas teorias da inércia inflacionária desenvolvidas pelos “pais” do Plano Real. Ao mesmo tempo, nas disputas que perpassaram a equipe econômica do governo Sarney (1985 – 1990) o posicionamento de Bacha, Lopes, Lara Resende e Arida revela que estes sustentavam um programa oculto, portanto não explícito. Este caracterizava-se pela defesa de medidas consideradas impopulares que se identificavam com o monetarismo, denunciando a distância da heterodoxia daqueles intelectuais em relação aos ideais desenvolvimentistas e sua afinidade com os interesses do capital financeiro internacional. Portanto, conclui-se que a implantação do programa econômico do capital financeiro internacional já estava ocorrendo no Brasil muito antes da viragem de 1989 que o Consenso de Washington representou.

O último capítulo deste trabalho demonstra que, de 1986 até 1993, ocorreram mudanças importantes na inserção do grupo que acompanharam a virada global em direção ao neoliberalismo. Do ponto de vista das suas formulações teóricas, estes economistas passaram a aceitar abertamente a complementaridade entre as soluções heterodoxas e ortodoxas de combate à inflação, demonstrando especial atenção à necessidade de enxugamento do aparato estatal. No que diz respeito à sua inserção profissional, percebe-se que neste período se fortaleceram os vínculos destes indivíduos com o mundo empresarial, especialmente com o setor financeiro nacional e internacional. Talvez isto se explique pela própria notoriedade que estes economistas alcançaram por terem participado da equipe econômica do Cruzado, sendo posteriormente demandados pelo setor privado. Esta constatação é condizente com a tendência de revezamento dos economistas em postos de comando da política econômica estatal e em cargos executivos do setor financeiro, algo que parece ter se tornado um padrão de comportamento dos intelectuais formados em economia tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos (ADOLPH, 2013; DANTAS, 2015).

Por fim, constatou-se a relevância da participação política destes intelectuais a partir da sua inserção no PSDB, em 1988. Este engajamento revela que desde fins dos anos 1980 aqueles intelectuais já estavam bastante inseridos na construção de um programa de natureza neoliberal no Brasil, o que fica demonstrado por sua ativa participação na campanha de Mario Covas para

a presidência, sua interlocução com o governo Collor (1990 – 1992) e seu envolvimento direto no processo de renegociação da dívida externa brasileira.

REFERÊNCIAS

FONTES BIOGRÁFICAS, ENTREVISTAS E MEMÓRIAS DO GRUPO:

ARIDA, P. Os mágicos. Entrevista concedida a SOLNIK, A. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM, 1987, p. 67 – 91.

ARIDA, P. Déficit de cabeças. Entrevista concedida a SOLNIK, A. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM, 1987b, p. 121 – 135.

ARIDA, P. Entrevistado concedida a BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. Sao Paulo: Editora 34, 1996, p. 319 – 339.

ARIDA, P. Rakudianai. **Revista Piauí**, n. 55, 2011. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/rakudianai/> Acesso em: 5 de março de 2020.

BACHA, E. Entrevistado concedida a BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. Sao Paulo: Editora 34, 1996, p. 231 – 249.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Gustavo Franco**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_22_gustavo_franco.pdf Acesso em: 22 abr. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Persio Arida**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019b. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_20_persio_arida.pdf Acesso em: 22 abr. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Pedro S. Malan**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019c. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_19_pedro_malan.pdf Acesso em: 22 abr. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Francisco Lafaiete Lopes**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019d. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_23_francisco_lopes.pdf Acesso em: 22 abr. 2020.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. Sao Paulo: Editora 34, 1996.

COSTA, M.; LEMOS, R.; PINHEIRO, L. **Pedro Sampaio Malan**. Verbete biográfico. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-sampaio-malan> Acesso em: 21 fev. 2020.

CPDOC. **André Lara Resende**. Verbete biográfico. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/resende-andre-lara> Acesso em: 22 abr. 2020.

DADOS DE PESQUISA. **Entrevista com o economista Gustavo Franco**, 2019.

FRANCO, G. Economia na PUC-Rio: notas de uma testemunha. *In*: SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. da S. **Ensaio de História do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 229–239.

IBGE. **Entrevista com Edmar Bacha. Memória IBGE**. Brasil, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cCyff2dMOBE&t=2632s> Acesso em: 22 abr. 2020.

LEMOS, R. **Gustavo Franco**. Verbete biográfico. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-gustavo> Acesso em: 30 maio. 2019.

LEMOS, R.; LAMARÃO, S.; PINHEIRO, L. **Edmar Lisboa Bacha**. Verbete biográfico. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edmar-lisboa-bacha> Acesso em: 11 fev. 2020.

LEMOS, R.; PINHEIRO, L. **Pérsio Arida**. Verbete biográfico. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arida-persio> Acesso em: 22 abr. 2020.

PLATAFORMA LATTES - CNPQ. **Currículo Lattes de Edmar Bacha**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7607569815858382> Acesso em: 10 dez. 2019a.

PLATAFORMA LATTES - CNPQ. **Currículo Lattes de Gustavo Franco**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3481261143062979> Acesso em: 17 set. 2019b.

MAYER, J.; ABREU, A. DE. **Lucas Lopes**. Verbete biográfico. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-lucas> Acesso em: 5 nov. 2019.

RESENDE, A. Tancredo era contra. Entrevista concedida a SOLNIK, A. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM, 1987, p. 15 – 22.

RESENDE, A. Urubus e canarinhos. Entrevista concedida a SOLNIK, A. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM, 1987b, p. 1151 - 178.

RESENDE, A. Entrevistado concedida a BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 285 – 317.

RODRIGUES, L. **Íntegra da entrevista com Edmar Bacha**. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/integra-da-entrevista-com-edmar-bacha-512500.html> Acesso em: 24 nov. 2019.

SOLNIK, A. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM, 1987.

PRODUÇÃO DE AUTORIA DO GRUPO

ARIDA, P. Austeridade, autotelia e autotomia. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, p. 1–22, 1982. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td36-m.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

ARIDA, P.; RESENDE, A. L. Inertial inflation and monetary reform in Brazil. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 85, p. 1–19, 1985. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td85.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020

BACHA, E. O Rei da Belíndia (uma fábula para tecnocratas). **Jornal Opinião**, 1974. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3368144/mod_folder/content/0/O%20Rei%20da%20Bel%C3%ADndia.pdf?forcedownload=1 Acesso em: 8 dez. 2019.

BACHA, E. **Política econômica e distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

BACHA, E. Notas sobre inflação e crescimento: um texto didático. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, n. 3, p. 1–14, 1979. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td3.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

BACHA, E. O fim da inflação no reino de Lisarb. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 82, p. 1–9, 1984. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td82.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

BACHA, E. Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 181, p. 1–25, 1987. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td181.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

BACHA, E. et al. **The state of the world economy: challenges and responses**. Rio de Janeiro: IEPE Casa das Garças, 2014.

BACHA, E.; MALAN, P. Brazil's debt: from the miracle to the Fund. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 80, p. 1–24, 1984. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td80.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

FRANCO, G. Testing monetarist models of hyperinflation. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 140, p. 1–56, 1986. Disponível

em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td140.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

FRANCO, G. Política de estabilização no Brasil: algumas lições do Plano Cruzado. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, n. 155, 1987a. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td155.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

FRANCO, G. Um modelo para a adoção de indexação em condições de alta inflação. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 167, p. 1–23, 1987b. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td167.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

FRANCO, G. A primeira década republicana. *In*: ABREU, M. DE P. (Ed.). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989a. p. 11–30.

FRANCO, G. Inércia e coordenação: pactos, congelamentos e seus problemas. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 65–84, 1989b.

FRANCO, G. **Cartas a um jovem economista**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LOPES, F. On the long-run inflation-unemployment trade-off. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, n. 4, p. 1–12, 1979. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td4.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

LOPES, F. Política salarial, inflação e salário real: um exercício de simulação. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 61, p. 1–80, 1984. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td61.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

LOPES, F. A medida da inflação no Brasil. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 111, p. 1–27, 1985. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td111.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

LOPES, F.; RESENDE, A. L. Sobre as causas da recente aceleração inflacionária. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1–14, 1979. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td6.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

MALAN, P. Ainda sobre a distribuição da renda. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 116–123, 1974.

MALAN, P. Uma crítica ao Consenso de Washington. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 5–11, 1991.

MALAN, P. S. Desenvolvimento econômico e democracia: a problemática mediação do Estado. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1–20, 1979. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td2.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

MALAN, P.; WELLS, J. Resenha bibliográfica: Distribuição de renda e desenvolvimento

econômico no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 1103–1124, 1973.

RESENDE, A. L. Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 209, p. 1–17, 1988.

RESENDE, A. L. Incompatibilidade distributiva e inflação estrutural. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1–23, 1979. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td1.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

RESENDE, A. L. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 75, p. 1–20, 1984. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td75.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

REFERÊNCIAS GERAIS

ABREU, A. DE. **Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. Verbete Temático. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd> Acesso em: 22 abr. 2020.

ABU-EL-HAJ, J. Da “Era Vargas” à FHC: transições políticas e reformas administrativas. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 36, n. 1/2, p. 33–51, 2005.

ACANDA, J. L. **Sociedad civil y hegemonia**. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo, 2002.

ADOLPH, C. **Bankers, bureaucrats, and Central Bank politics: the myth of neutrality**. New York: Cambridge University Press, 2013.

ALIAGA, L. Questão política dos intelectuais: A “elites” dirigentes nos Quaderni del carcere de A. Gramsci. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, Fortaleza, n. 3, p. 157–172, dez. 2011.

ALMEIDA, M. P. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. 2010. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALTHUSSER, L. **Ideología y aparatos ideológicos de Estado**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. v. 1868

AMANO, A. T. L. **A estratégia oculta de continuidade: a política econômica do governo Sarney (1985-1990)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANDRADA, A.; BOIANOVSKY, M. Economic debates under authoritarian regimes: the case of the income distribution controversy in Brazil in the 1970s. **Econstor**, n. 2019–12, p. 1–22, 2019.

ANDREWS, C. W. Da década perdida à reforma gerencial: 1980-1998. *In*: ANDREWS, C. W.; BARIANI, E. (Orgs.). **Administração pública no Brasil**: breve história política. São Paulo: Unifesp, 2010, p. 85-118.

AREND, M.; FONSECA, P. C. D. Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33–54, 2012.

BAER, M. **O rumo perdido**: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

BAER, W. **A economia brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 2009.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BASTIEN, C. A noção de crise no senso comum e nas ciências sociais. Editorial Caminho, Vértice, II Série, v. 14, p. p. 11–19, 1989. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/759/1/CBsenso.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

BERRINGER DE ASSUMPCÃO, T. **Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula**. 2014. Tese (Doutorado Ciência Política) - Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

BIANCHI, A. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. **Novos Rumos**, São Paulo, n.36, p. 28 – 37, 2002.

BIANCHI, A. **O Ministério dos Industriais**: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIELSCHOWSKY, R. Eugênio Gudín. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 91–110, 2001.

BIER, A.; PAULANI, L.; MESSENERG, R. **O heterodoxo e o pós-moderno**: o Cruzado em conflito. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

PAIVA, M. de. **BNDES: um banco de história e do futuro**. Ministério do Desenvolvimento,

- Indústria e Comércio Exterior. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012.
Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1785> Acesso em: 10 jan. 2020.
- BOITO JR, A.; GALVÃO, A. (EDS.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.
- BOITO JUNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOITO JUNIOR, A. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: UNESP, 2007.
- BOITO JUNIOR, A.; SAAD-FILHO, A. Estado, instituições estatais e poder político no Brasil. In: KATZ, C. et al. (Eds.). **Latin American Perspectives**. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 191–212.
- BONELLI, R.; MALAN, P. Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 353–406, 1976.
- BRANDÃO, R. O capital financeiro no comando: uma análise da trajetória acadêmico-profissional dos principais membros da equipe econômica do governo FHC (1995/2002). **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 204–226, 2018.
- BRANDÃO, R. V. DA M. **Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A descoberta da inflação inercial. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 167–192, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Por um pensamento econômico heterodoxo dominante: um manifesto acadêmico. **Revista Econômica**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 9–32, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Como sair do regime liberal de política econômica e da quase-estagnação desde 1990. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 7–22, 2017.
- BRUM, A. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 16ª ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.
- BRUNO, M. et al. Finance-led growth regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. **Texto para discussão**, n. 1455, p. 1–29, 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2577/1/TD_1455.pdf Acesso em: 22 abr. 2020.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.
- BULST, N. Sobre o objeto e o método da prosopografia. **Politéia**, Vitória da Conquista, v. 5,

n. 1, p. 47–67, 2005.

CABELLO, A. Mário Henrique Simonsen e a construção do conceito de inflação inercial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 317–326, 2014.

CAMPOS, L. **A crise da ideologia keynesiana**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CAMPOS, P. **A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. 2012. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CARCANHOLO, R. A.; SABADINI, M. **Capital fictício e lucros fictícios**. 201-. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0001407496d6f221bb9b0> Acesso em: 22 abr. 2020.

CARDOSO, F. H. As contradições do desenvolvimento associado. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.8, 1974.

CARDOSO, F. H. **Diários da presidência (1995-1996)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 1

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependencia e desenvolvimento na America Latina**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

CARNEIRO, D. (ED.). **Brasil: dilemas da política econômica**. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

CARVALHO, A. DE. **The conceptual evolution of inflation inertia in Brazil**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CASTRO, A. B. DE; SOUZA, F. E. P. DE. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

CASTRO, L. DE. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Eds.). **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Elsevier, 2005. p. 141–165.

CERQUEIRA, C. **Dívida externa brasileira**. 2ª ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p.1-44, 2002.

CLARKE, S. Capital, fractions of capital and the State: “neo-marxist” analysis of the South African State. **Capital & Class**, [S.l.] v. 2, n. 2, p. 32–77, 1978.

CODATO, A. **Estrutura política e interesse de classe: uma análise do sistema estatal no Brasil pós-1964 - o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico**. 1995. Dissertação

(Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, C. N. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 54, p. 103–113, 2001.

COVAS, M. **Mario Covas: o desafio de ser presidente**. Choque de capitalismo. Partido da Social Democracia Brasileira. 2011. Disponível em: <https://tucano.org.br/choque-do-capitalismo/> Acesso em: 13 abr. 2019.

CPDOC. **Osmundo Evangelista Rebouças**. Verbete biográfico. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osmundo-evangelista-reboucas> Acesso em: 5 mar. 2020.

CUEVA, A.; OBERDIEK, H. L.; TOMAZI, N. D. A concepção marxista de classes sociais. **Revista mediações**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 69–79, 1997.

CUNHA, P. **Heterodoxos? Ortodoxos? Os falsos moedeiros falsos**. Subsídios à história do pensamento econômico brasileiro sobre políticas de estabilização. 2000. Tese (Doutorado em Economia) - Pós-Graduação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2000.

DANTAS, E. **Os dirigentes do Banco Central do Brasil: quem são, de onde vêm e para onde vão** (uma análise dos governos FHC, Lula e Dilma). 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

D'ARAUJO, M. C.; FARIAS, I. C. de.; HIPOLITO, L. **Ipea – 40 anos apontando caminhos**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2005. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3297/1/Ipea%2040%20anos%20arquivo_completo-12.pdf Acesso em: 22 abr. 2020.

DIERCKXSENS, W.; PIQUERAS, A. (Orgs.). **O capital frente ao seu declínio**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DOS SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

DOS SANTOS, T. La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. In: JAGUARIBE et al. **La dependencia político-económica de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 125 – 155.

DULCI, M. **PSDB: força e limita da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution**. London: Harvard University Press, 2004.

DUVOISIN, L.; GRANATO, L. O conceito de hegemonia em Poulantzas: uma discussão à luz da tradição gramsciana. *In*: XAVIER, L.; ÁVILA, C.; FONSECA, V. (Eds.). **A Qualidade da Democracia no Brasil: Questões Teóricas e Metodológicas da Pesquisa**. Curitiba: CRV, 2020. v. 5. p. 267–282.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: UNESP / Boitempo, 1997.

ELSTER, J. **El cemento de la sociedad**. Sevilla: Gedisa Editorial, 2006.

ERBERELI JÚNIOR, O. O debate em torno da questão agrária (1950-1960): o PCB e Caio Prado Júnior. **Em tempo de histórias**, Brasília, DF, n. 21, p. 137–161, 2012.

FARIAS, F. P. **Estado e classes dominantes no Brasil (1930 – 1964)**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FARIAS, F. P. Frações burguesas e bloco no poder : uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 28, p. 81–98, 2009.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERRARO, F. La financiación externa de los países periféricos en la fase de crisis. *In*: PALAZUELOS, E. (Ed.). **Dinámica capitalista y crisis actual**. 2ª ed. Madrid: Akal, 1990. p. 239–266.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2001.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil : estrutura , dinâmica e ajuste do modelo econômico. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, p. 179–206, 2006.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. 2013.

FONTES, V. O capital, frações, tensões e composições. *In*: CAMPOS, P.; BRANDÃO, R. (Eds.). **Dimensões do empresariado brasileiro: história, organização e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 259–277.

FOURCADE, M. The construction of a global profession: the transnationalization of economics. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 112, n. 1, p. 145–194, 2006.

FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da**

dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GOMARIZ MORAGA, E. **O Estado nas sociedades dependentes**: o caso da América Latina. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

GORENDER, J. Coerção e consenso na política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 52–66, 1988.

GORENDER, J. **A burguesia brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 5ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la cárcel. Tomo 3**. Ciudad de Mexico: Era, 1968.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la cárcel. Tomo 4**. Ciudad de Mexico: Era, 1986.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la cárcel. Tomo 1**. 2ª ed. Ciudad de Mexico: Era, 1999a.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la cárcel. Tomo 5**. Ciudad de Mexico: Era, 1999b.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la cárcel. Tomo 2**. 2ª ed. Ciudad de Mexico: Era, 1999c.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la cárcel. Tomo 6**. 2ª ed. Ciudad de México: Era, 1999d.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUERRA, A. et al. **Os donos do dinheiro**: o rentismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2019.

GUIOT, A. Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002). *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12.; Niterói. **Anais** [...]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: <http://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Andre%20Pereira%20Guiot.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

HARVEY, D. **El Nuevo Imperialismo**. Madrid: Akal, 2004.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HERMANN, J. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973). *In*: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; BARROS DE CASTRO, L.; HERMANN, J. (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 69–92.

HILFERDING, R. **El capital financiero**. Madrid: Editorial Tecnos, 1963.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

- IPEADATA. **Dívida externa bruta**. 2019 Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367> Acesso em: 29 de maio de 2019.
- JESSOP, B. et al. **Thatcherism, a tale of two nations**. Cambridge: Polity Press, 1988.
- KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KLÜGER, E. **Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-06022017-113838/publico/2017_ElisaKluger_VCorr.pdf Acesso em: 22 abr. 2020.
- LACLAU, E. **La razón populista**. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo veintiuno, 1987.
- LAVINAS, L.; ARAÚJO, E.; BRUNO, M. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. **Texto para discussão do Instituto de Economia da UFRJ**, n. 32, p. 1–40, 2017. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_032_2017_LAVINAS_ARA%C3%9AJO_BRUNO.pdf Acesso em: 22 abr. 2020.
- LEBARON, F. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, p. 1–35, 2012.
- LEITÃO, M. **Saga brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- LENIN, V. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2010.
- LOPES, J. S. Sobre o debate da distribuição da renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 47–61, 1973.
- LOUREIRO, M. R. **Os economistas no governo**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LÖWY, M. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUCE, M. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- MACIEL, D. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985 – 1990)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- MACIEL, M. **Metamorfoses do Estado brasileiro: do II PND ao governo FHC**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de

Campinas, Campinas, 1999.

MANTEGA, G.; MORAES, M. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Eds.). . **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Luis: Expressão Popular, 2005.

MARLETTI, C. Intelectuais. *In*: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.). . **Dicionário de política**. 11ª ed. Brasília: UnB, 1998. p. 637–640.

MARTINS, L. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-1964**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

MARTINS, M. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 131–148, 2011.

MARTUSCELLI, D. E. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: CRV, 2015.

MARX, K. Ad. Feuerbach (1845). *In*: **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 533–535.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATHIAS, G.; SALAMA, P. **O Estado superdesenvolvido: das metrópoles ao terceiro Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MEDEIROS, C. A. DE. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. *In*: FIORI, J. L. (Ed.). **Poder e dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 279–346.

MELLO, J. M. C. DE. **O capitalismo tardio**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MENDONÇA, S. **O ruralismo brasileiro (1888 - 1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOLLO, M. Ortodoxia e heterodoxia monetária: a questão da neutralidade da moeda. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 323–345, 2004.

NAKATANI, P.; CARCANHOLO, R. A. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284–304, 1999.

NASSIF, L. Bloqueio de cruzados era inevitável, diz Collor. 15 anos depois: Ex-presidente relembra elaboração e lançamento do Plano Collor e diz que seu governo acabou com a saída de Zélia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 mar. 2005. Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1603200532.htm> Acesso em: 22 abr. 2020.

NASSIF, L. **Os cabeças de planilha**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

NUNES, W. Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 59, p. 67-89, 2016.

OLIVEIRA, F. de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, F. de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Eds.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 265–291.

OLIVEIRA, F. de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. DE; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Eds.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21–27.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Editora da USP, 2011.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

PAINCEIRA, J. P. Developing countries in the era of financialisation: from deficit accumulation to reserve accumulation. **Research on money and finance**. Discussion paper nº4, n. 4, p. 1–24, 2009.

PAULANI, L. Inflação: a heterodoxia teórica brasileira e a ortodoxia da prática argentina. **Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 6, p. 33–54, 1986.

PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 23, p. 25–39, 2009.

PAULANI, L. Ciência econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 27–44, 2010.

PEREIRA, A. O Brasil em crise e o mundo em transição: a política exterior brasileira de Sarney a Collor. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 37, p. 295–316, 2005.

PEREIRA, H. **Estruturalismo latino-americano e inercialismo**. [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 2016.

PERISSINOTTO, R. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: UNICAMP, 1994.

PINTO, E. C.; BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, p. 39–60, 2014.

POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização : a herança renunciada**. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

PORTANTIERO, J. C. **Los usos de Gramsci**. Buenos Aires: Folios Ediciones SA, 1981.

POULANTZAS, N. **Fascismo e ditadura**. Porto: Portucalense editora, 1972.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRZEWORSKI, A. Marxism and rational choice. **Politics & Society**, Thousand Oaks, California, v. 14, n. 4, p. 379–409, 1985.

PUCRIO. Departamento de Economia. **Texto para discussão. Departamento de Economia da PUC-Rio**. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/discussao>
Acesso em: 3 janeiro de 2020.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. **Nueva gramática del neo-liberalismo**: itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2008.

SAES, D. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

SAES, D. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. *In*: PINHEIRO, M. (Ed.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 105–117.

SALLUM JÚNIOR, B. Transição política e crise de Estado. *In*: SOLA, L.; PAULANI, L. M. (Eds.). **Lições da década de 80**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 137–169.

SALLUM JÚNIOR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23–47, out. 1999.

SALLUM JÚNIOR, B. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35–54, 2003.

SANTIAGO, J. **Memória institucional da CEPAL/ILPES nos seus 30 anos de contribuição permanente no Brasil**. [s.l.] CEPAL, 1990.

SANTOS, W. G. dos. **O ex-leviatã brasileiro**: do voto disperso ao clientelismo concentrado. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

SARDENBERG, C. A. **Aventura e agonia**: nos bastidores do Cruzado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SARTORI, G. Politics, Ideology, and Belief Systems. **The American Political Science Review**, v. 63, n. 2, p. 398–411, 1969.

SAYAD, J. **Dinheiro, dinheiro**: inflação, desemprego, crises financeiras e bancos. São Paulo: Portfólio Penguin, 2015.

SENADO FEDERAL. **Mensagem nº 393 de 1994**. Distrito Federal: Senado Federal, 1994.

SILVA, L. **Teoría y práctica de la ideología**. Ciudad de México: Editorial Nuestro Tiempo, 1978.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SINGER, P. **O dia da lagarta: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SODRÉ, N. **Introdução à revolução brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

SOLA, L. choque heterodoxo e transição democrática sem ruptura: uma abordagem transdisciplinar. *In*: SOLA, L. (Ed.). **O Estado da transição: política e economia na Nova República**. São Paulo: Vertice, 1988. p. 13–62.

SOLA, L. Estado, regime fiscal e ordem monetária: qual Estado? *In*: SOLA, L.; PAULANI, L. M. (Eds.). **Lições da década de 80**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 29–74.

SOLA, L. **Ideias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

SOUZA, A. **O Estado dependente no Brasil (1889 – 1930)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

SOUZA, N. A. DE. **Crisis y lucha de clases en Brasil - 1974 - 1979**. [s.l.] Universidad Nacional Autónoma de México, 1980.

SOUZA, N. A. DE. **Na era do Cruzado**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1986.

SOUZA, N. A. DE. **Economia brasileira contemporânea**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115–137, 2011.

STOPPINO, M. Poder. *In*: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.). **Dicionário de política**. 11ª ed. Brasília: UnB, 1998. p. 933–943.

TAVARES, M. DA C. **Da substituição de importações ao capital financeiro**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAVARES, M. DA C. A retomada da hegemonia norte-americana. *In*: FIORI, J. L. (Ed.). **Poder e dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 27–53.

TEIXEIRA, A.; GENTIL, D. O debate em perspectiva. *In*: **Desenvolvimento**. O debate pioneiro de 1944 – 1945. Brasília: IPEA, 2010.

THOMAS, P. **The gramscian moment**. Leiden: Brill, 2009.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio Revista On-line**, n. 12, p. 40 - 64, 2010.

VAROUFAKIS, Y. **O minotauro global**: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

VELASCO CRUZ, S. **Trajatórias**: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: UNESP, 2007.

VELASCO CRUZ, S.; MARTINS, C. E. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. DE (Eds.). **Sociedade e política no Brasil pós 1964**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 13–61.

VELTMEYER, H.; PETRAS, J.; VIEUX, S. **Neoliberalism and Class Conflict in Latin America**. London: Palgrave Macmillan UK, 1997.

VIANNA, L. W. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 1–7, 1996.

VISENTINI, P. **Dez anos que abalaram o século XX**. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

WEBER, M. **Economía y sociedad**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2002.

WILLIAMSON, J. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, J. (Ed.). **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.

WRIGHT, E. **Class, crisis and the State**. London: Verso, 1993.

ZAVALETA, R. El Estado en América Latina. In: TAPIA, L. (Ed.). **La autodeterminación de las masas**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2009. p. 321–355.